

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CHACINA DO DURO: DO EVENTO À REPRESENTAÇÃO DOS
ACONTECIMENTOS**

ELEN GLAUCIENE SILVA

GOIÂNIA – GO

2017

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Elen Glauciene Silva

Título do trabalho: Chacina do Duro: do evento à representação dos acontecimentos

3. Informações de acesso ao documento:

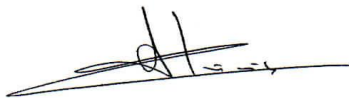
Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 08 / 09 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

ELEN GLAUCIENE SILVA

**CHACINA DO DURO: DO EVENTO À REPRESENTAÇÃO DOS
ACONTECIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais.

GOIÂNIA – GO

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Elen Glauciene Silva
Chacina do Duro: do evento à representação dos acontecimentos
[manuscrito] / Elen Glauciene Silva Silva. - 2017.
185 f.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais Arrais.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos.

Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. Narrativa . 2. Enredo . 3. Ideologia. 4. Foco Narrativo. I. Arrais,
Cristiano Pereira Alencar Arrais, orient. II. Título.

CDU 94



Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Elen Glauciene Silva**. Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de dois mil e dezessete (2017), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Elen Glauciene Silva**, cujo título foi **“CHACINA DO DURO: DO EVENTO À REPRESENTAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº039/17-PPGH, de 09 de agosto de 2017, pelos seguintes Professores Doutores, **Cristiano Pereira Alencar Arrais (Presidente)**, **Márcia Regina Capelari Naxara (Unesp-Franca)**, **Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)** e, como Suplentes, **Eliézer Cardoso de Oliveira (UEG)**, **Rafael Saddi Teireira (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido a candidata..... *Aprovada*

Prof.^ª Dr.^ª **Márcia Regina Capelari Naxara (Unesp-Franca)** Ass.: *Márcia Regina Capelari Naxara*

Decisão (... *Aprovada*))

Prof.^ª Dr.^ª **Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)** Ass.: *Fabiana de Souza Fredrigo*

Decisão (... *Aprovada*))

Presidente da Banca Prof. Dr. **Cristiano Pereira Alencar Arrais**, Ass.: *Cristiano Pereira Alencar Arrais*

Decisão (... *Aprovada*))

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador: *p./ Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon*
Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretária: *p./ Cintila Alves Garcia*
Cintila Alves Garcia

ELEN GLAUCIENE SILVA

**CHACINA DO DURO: DO EVENTO À REPRESENTAÇÃO DOS
ACONTECIMENTOS**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)
Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Fredrigo (UFG)
Membro

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Regina Capelari Naxara (UNESP – Franca)
Membro

Prof. Dr. Rafael Saddi (UFG)
Suplente

À minha mãe Eva e à professora Maria Antônia, que me ensinaram as primeiras letras.

Agradecimentos

Quero e preciso agradecer a cada um e cada uma que participou de minha vida até aqui, pois de um modo ou de outro me ajudaram a tornar-me quem sou neste instante e que, conseqüentemente, participam desta escrita. Na impossibilidade de nomear a cada um, agradeço a todos indistintamente: muitíssimo obrigada!

Ao meu orientador Prof. Cristiano Pereira Alencar Arrais, pela paciente e generosa orientação e, especialmente, por me apresentar um horizonte de leituras totalmente novo. Nesta dissertação que apresento quase todas as leituras foram inéditas para mim, assim, agradeço-lhe tanto pela primorosa orientação quanto por ampliar meu mundo. Obrigada!

À Profª Fabiana Fredrigo, pelas inestimáveis contribuições durante o exame de qualificação e pelo aceite para a defesa da dissertação. A riqueza de sua leitura assustou-me e, ao mesmo tempo, incentivou-me a querer alcançá-la, mesmo que, neste momento, apenas com a vista. Obrigada!

Ao Prof. Rafael Saddi, pela leitura atenta e comentários precisos no exame de qualificação. Suas análises levaram-me a uma atitude mais crítica de minha escrita e me fizeram buscar maior assertividade. Obrigada!

À Profª Márcia Regina Capelari Naxara, pelo aceite para participação na defesa.

A cada um dos professores e professoras que tive ao longo de toda a minha vida: ensino básico, fundamental, médio, graduação, especializações e mestrado. Obrigada!

A meus poucos amigos e amigas, por entenderem minha necessidade de afastamento durante a escrita da dissertação. Obrigada!

A todos os membros de minha família, por me suportar neste curto período que fiz se tornar mais longo para cada um. Obrigada! Amo vocês.

A FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pela concessão da bolsa por vinte meses, meus sinceros agradecimentos.

Kublai pergunta para Marco:
– Quando você retornar ao Poente, repetirá para a sua gente as mesmas histórias que conta para mim?
– Eu falo, falo – diz Marco –, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. Uma é a descrição do mundo à qual você empresta a sua bondosa atenção, outra é a que correrá os campanários de descarregadores e gondoleiros às margens do canal diante da minha casa no dia do meu retorno, outra ainda a que poderia ditar em idade avançada se fosse aprisionado por piratas genoveses e colocado aos ferros na mesma cela de um escriba de romances de aventuras. Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido.
(CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 1990)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto as diferentes escritas da Memória, da Literatura e da História sobre acontecimentos ocorridos entre 1918 e 1919 na Vila de São José do Duro, antigo nordeste do Estado de Goiás e que ficaram conhecidos nacionalmente pelo romance *O Tronco* de Bernardo Élis. Apesar de partirem das mesmas fontes, os autores construíram diferentes representações sobre os eventos. Para analisar as diferenças existentes nas narrativas foram identificadas as formas de elaboração de enredo que levaram à observação do tipo de explicação dado aos eventos e, a partir daí à identificação de quais implicações ideológicas estão implícitas e/ou explícitas nos textos. Os focos narrativos adotados pelos diversos autores também foram analisados, possibilitando a compreensão de que mesmo quando há homogeneidade de visões de mundo, de História e de tempo e, portanto, de maneiras de explicação, as narrativas não se igualam, pois se atentam a diferentes focos, denotando abertura para futuras narrativas. Entrementes a tudo isso, as narrativas históricas tomaram como modelo de representação dos acontecimentos o romance do goiano Bernardo Élis, uma obra que deu abertura para a História.

Palavras-chave: Narrativa, enredo, ideologia, foco narrativo.

ABSTRACT

This dissertation deals with the different writings of Memory, Literature and History about events that occurred between 1918 and 1919 in the town of São José do Duro, in the northeast of the State of Goiás, and which were nationally known by the novel *O Tronco* of Bernardo Élis. Despite starting from the same sources, the authors constructed different representations about the events. In order to analyze the differences in the narratives, the forms of plot elaboration that led to the observation of the type of explanation given to the events were identified, and from there to the identification of which ideological implications are implicit and/or explicit in the texts. The narrative focuses adopted by the various authors were also analyzed, allowing the understanding that even when there are homogeneity of worldviews, history and time, and therefore ways of explanation, the narratives do not match, as they are attentive to different Outbreaks, denoting openness to future narratives. Meanwhile, the historical narratives took as a model of events the novel by goiano Bernardo Élis, a work that gave an opening to history.

Keywords: Narrative, plot, ideology, narrative focus.

LISTA DE TABELAS

Tabela I:	Eventos descritos em <i>O Tronco</i> , de Bernardo Élis.....	174
Tabela II:	Eventos descritos em <i>Expedição histórica nos sertões de Goyaz</i> , de Guilherme Ferreira Coelho.....	175
Tabela III:	Fontes utilizadas por Guilherme Ferreira Coelho – <i>Expedição histórica nos sertões de Goyaz</i>	177

ANEXOS

Anexo I:	Legenda do trajeto de Vila Boa a São José do Duro: página 165
	de <i>Expedição histórica nos sertões de Goyaz</i>185

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE ANEXOS.....	13
INTRODUÇÃO	15
1 CAPÍTULO I – CHACINA DO DURO: DA MEMÓRIA À LITERATURA.....	34
1.1 Memória e Literatura	34
1.2 A configuração do enredo e o foco narrativo de Bernardo Élis.	47
1.2.1 O tempo na narrativa de Bernardo Élis.	68
1.3 A configuração do enredo e o foco narrativo em <i>Expedição Histórica nos Sertões de Goyaz</i>	79
1.3.1 O tempo na narrativa de <i>Expedição Histórica nos Sertões de Goyaz</i>	94
2 CAPÍTULO II – A historiografia goiana sobre os acontecimentos.....	102
2.1 As narrativas da História.....	102
2.2 Narrativas históricas de Dalísia Doles e Luis Palacín.....	112
2.2.1 A configuração do enredo e o foco narrativo em <i>Aspectos Econômicos e Sociais do Coronelismo em Goiás e Três Revoluções de Boa Vista</i>	112
2.2.2 O tempo na narrativa de Doles e Palacín.....	154
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
4 TABELAS	174
5 BIBLIOGRAFIA	178

INTRODUÇÃO

Por que a História¹ é continuamente reescrita? Várias e variadas foram as respostas dadas por historiadores a esta questão que, ao menos uma vez na vida, todo estudioso, imagino, deve ter feito não apenas aos livros de História que leu, mas a si mesmo. Entendo que a reescrita da História é ocasionada por fatores como os apresentados e discutidos por Paul Veyne, Hayden White e Michel de Certeau. Para estes três autores a História é um tipo de conhecimento orientado pela forma narrativa, ou seja, a maneira como se narra é o que direciona e orienta o sentido da História. Desta perspectiva, a História é uma estrutura narrativa, um texto, que para ser montado necessita dos rastros deixados pelos seres humanos do passado, mas que por ser contado por meio escrita se faz com conceitos sobre estes indícios transformados em documentos. O uso da linguagem e a forma utilizada não deixam que a narrativa seja clara, transparente, mas ao mesmo tempo, são os conceitos que enriquecem e tornam a história inteligível. Em outras palavras, os conceitos e formas utilizadas é que, efetivamente, dão sentido ao texto, mas que, ao mesmo tempo, revelam as percepções acerca do real que pretende representar.

Hayden White afirma que as narrativas históricas são: “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.” (WHITE, 2014, p.98, grifos do autor) Esta afirmação de White provém de seu entendimento da literatura como forma de conhecimento, em concomitância com os resultados a que chegou das análises que fez de Droysen, Nietzsche, Hegel e Croce: todos estes,

[...] colocavam a historiografia entre as artes literárias e buscavam basear numa intuição poética do particular os discernimentos do historiador acerca da realidade. [...] sua crença de que a poesia constituía uma forma de conhecimento, na verdade a base de todo conhecimento (científico, religioso e filosófico), e na sua convicção de que a história, tal como outras formalizações da intuição poética, era tanto uma “criação” (uma *inventio*) quanto uma “descoberta” dos fatos abrangidos pela estrutura de suas percepções. (WHITE, 2014, p. 69)

As tipologias e os conceitos construídos pelos historiadores são eles mesmos, conteúdos criados, ou nos termos de White, inventados pelos historiadores, que os

¹ Esclareço que ao escrever História com letra maiúscula, não tenho a intenção de colocá-la num patamar superior em relação às outras áreas do conhecimento. Ao escrever sobre a Literatura e a Memória como áreas de conhecimento, realizo o mesmo procedimento.

ordenam para a delimitação de toda uma realidade e que, portanto também, orientam os sentidos. Segue afirmando na mesma frase que os conteúdos são também descobertos, ou seja, são frutos do trabalho do historiador junto as suas fontes. Estas são as duas características do conteúdo existente na história, ambas dependentes do historiador: uma, a invenção, que depende de sua imaginação para a criação de tipologias e conceitos; outra, a descoberta, o trabalho com as fontes, que depende de sua habilidade de ler e interpretar a documentação.

A disciplina da História tem preocupações que se modificam no tempo, assim: “O historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo.” (WHITE, 2014, p.53) Ou seja, o estudo do passado decorre de necessidades do presente e é este um dos fatores que exigem que seja continuamente reescrita. Todavia, não fica apenas nisto, pois a reescrita não se dá apenas por esta exigência ética e profissional, mas também, pelo modo prefigurativo empreendido por cada historiador, no entendimento que a reescrita é impulsionada pelas diferentes concepções de história e de tempo de cada historiador que o leva a interpretar *a priori* a forma que considera mais adequada para representar o passado, pois o que cada um destes historiadores quer é dar sentido a esse passado. Desta maneira, os tropos dos quais trata Hayden White, não são apenas figuras de linguagem como aprendido pela gramática, mas são formas de pensamento e, assim, de conhecimento. Conheço o mundo a partir da maneira como o constituo por meio da linguagem. A maneira como o historiador organiza seu texto, demonstra a forma como percebe e concebe o mundo presente, passado ou futuro. Sendo a escrita da História instigada por preocupações do presente dos seres humanos, sua construção não se despreocupa com o tempo, ao contrário, as orientações de sentido temporal também têm que ver com as concepções de mudança lenta ou brusca que se tem sobre ele.

O problema, a pergunta que me instiga é: como um mesmo evento ou conjunto de eventos pode ser representado de diferentes formas por literatos, memorialistas e historiadores com sentidos tão diversos, ainda que se preocupem em relatar os mesmos acontecimentos? E ainda, por que algumas narrativas são mais aceitas do que outras como sendo melhores representações do passado?

Parto da concepção de que o acesso ao passado empreendido pelo historiador se faz por representações que constrói acerca deste tempo findo, da forma como ele mesmo o concebe, utilizando-se, evidentemente, de fontes que deverão ser interpretadas com

seu próprio arsenal teórico e filosófico. Fundamento minhas argumentações na concepção de história que orienta minhas leituras e escrita e que estão em concordância com o que Hayden White coloca como labor histórico: “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de *explicar o que eram representado-os*.” (1992b, p. 18). Desta maneira, compreendo que os historiadores no afã de realizarem suas escritas utilizam de diferentes estratégias de organização para alcançar um efeito de explicação das estruturas e processos passados por meio das representações contidas em suas narrativas.

Os documentos ou fontes que utilizei foram: o livro de memórias *Expedição Histórica nos sertões de Goyas* de Guilherme Ferreira Coelho cuja 1ª edição foi feita em 1937, o romance *O Tronco* de Bernardo Élis com 1ª edição em 1956, um ensaio da historiadora Dalísia Elizabeth Martins Doles publicado no Caderno de Pesquisas do ICHL-UFG em 1977, intitulado *Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás* e *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista*, de Luis G. Palacín com 1ª edição em 1990.

Meu objetivo é analisar os diferentes textos para compreender a estruturação de enredo e a implicação ideológica existentes nos modelos narrativos, tendo em vista que diferentes autores narraram sobre os mesmos acontecimentos dando-lhes diversas interpretações, ainda que tenham se utilizado, em sua maioria, dos mesmos tipos de fontes. Para realizar os objetivos propostos, meu trabalho se concentra na forma de representação do passado feita pelos historiadores, literatos e memorialistas, sem me ater, inicialmente, aos eventos em si, mas à maneira como as narrativas foram estruturadas de modo a construir sentido.

Para tanto, utilizo-me de um conjunto de acontecimentos que tiveram no lugar no Estado de Goiás, na Vila de São José do Duro entre 1918 e 1919. Este acontecimento pode ser assim descrito: uma Comissão, presidida por um juiz de direito, acompanhado por policiais, um promotor e um escrivão, é enviada a Vila do Duro e lá chega em 1918 para apuramento de denúncias feitas ao Governo do Estado de Goiás sobre a subtração de um inventário do cartório local logo após sua conclusão ser procedida à revelia da Justiça e sob a mira das armas dos coronéis locais. Após o inquérito, ordens de prisões são expedidas contra os coronéis e outros. Ao invés do retorno dos policiais com os presos, o que de fato chegou foi a notícia das mortes de duas pessoas pelos soldados: um dos coronéis e um empregado. O outro coronel escapou e se juntou a jagunços para

invadir a vila onde estavam os responsáveis pela morte do pai. Os policiais fizeram, neste ínterim, nove reféns e os aprisionaram a um tronco da época da escravidão com o seguinte aviso: se a vila fosse invadida todos os reféns seriam, imediatamente, mortos. Houve a invasão e as mortes, não apenas dos reféns, mas de todo aquele que esteve sob a mira dos jagunços ou dos soldados.

Das narrativas analisadas cada uma atribui uma causa e uma explicação aos acontecimentos. As análises pontuam os mesmos aspectos, mas chegam a variadas conclusões. Para Chaul (1998), apoiado em sua leitura de Doles, foi o abalo de poder dos Wolney advindo com a entrega dos cargos públicos aos adversários; para Palacín (1990) foi a tensão entre governo estadual e coronel; para Freitas (2009), Leopoldo de Bulhões é que teria insuflado a tragédia por inconformismo; para Garcia (1997) foi o resultado das maquinacões da Oligarquia Caiado contra um herói, bravo, inteligente e destemido opositor, Abílio Wolney. Não há diferença de conteúdos nas narrativas sobre os acontecimentos, o que se modificou em cada um dos autores citados foi a ênfase dada a diferentes aspectos dos acontecimentos. Em outros termos, utilizaram de diferentes estratégias para alcançarem diferentes tipos de impressões explicativas. (White, 1992b).

Tenho por hipótese que foram as concepções de História e de tempo dos autores que nortearam os tipos de histórias que escreveram, assim como a validação que dão a uma ou outra escrita convergente; o julgamento é tanto mais rigoroso quanto mais se afastam as concepções julgadas daquelas do próprio avaliador. Os tipos de enredos construídos permitem que sejam apontadas as concepções de História que cada um carrega; o modo como prefigura sua escrita é também é a maneira como percebe a realidade e que, portanto, intentará em representá-la. As implicações ideológicas inerentes às escritas se dão da maneira como o tempo é percebido e, não menos, como é desejado, em suas inexoráveis mudanças.

Acredito existir uma necessidade de constante reflexão acerca não apenas da “história em si”, ou seja, dos fatos que a compõem, mas das narrativas que a tornam um todo coerente. Os autores que serão meu aporte teórico têm o mérito de auxiliar o historiador a compreender melhor, não apenas a escrita de seus pares, mas a sua própria. Entendo que este trabalho reflexivo, analítico e interpretativo ajuda na adoção de uma postura não apenas mais humilde, mas principalmente, mais responsável não somente *ao que* afirma ou coloca em dúvida, mas, ainda, *ao como* afirma ou coloca em dúvida o historiador, posto ser uma das consequências inevitáveis de suas reflexões: que para a narrativa histórica a forma é tão importante quanto o conteúdo.

Ao afirmar sobre a importância da forma não estou desconsiderando o conteúdo nem o tornando mero pretexto para a escrita ou análise da escrita. Ao contrário, no decorrer do trabalho fui levada a entender que o romance, ao narrar a história, tentou “contar como tudo realmente aconteceu” usando de suas próprias estruturas textuais e a História ao explicar como tudo ocorreu foi conduzida pelos *sentidos* da Literatura, o que, na verdade não seria algo novo, pois, segundo Antônio Cândido (1976)

[...] as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária. [...] não apenas para o romance de José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos; para a poesia de Gonçalves Dias, Castro Alves, Mário de Andrade, como para *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre – livros de intenção histórica e sociológica. Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito. (CÂNDIDO, 1976, p. 130)

Os sentidos e a forma de compreensão foram tomados da Literatura pela História, sendo que ambas, tiveram a precedência da Memória que, primeiro influenciou diretamente a Literatura que, por sua vez, colocou a pauta para a História. Sendo desta maneira, estruturei a dissertação em 02 capítulos de modo a realçar as diferentes narrativas.

O primeiro capítulo trata da Memória e da Literatura. Antes de iniciar as análises de Guilherme Coelho e Bernardo Élis, busquei demonstrar a intensa luta pela Memória por parte dos familiares dos coronéis e descendentes dos reféns assassinados na Vila de São José do Duro. A batalha dos familiares é para que a sua memória se torne História, tendo em vista que o modelo de verdade adotado pelos historiadores foi o do romance de Élis. Tão grande é o ultraje que sentem em relação à predominância da obra *O Tronco* como explicação para a História que até mesmo uma ação jurídica já foi proposta pelos familiares. O processo jurídico foi feito contra o filme *O Tronco* que, de acordo com os impetrantes da ação, foi realizado apenas com a narrativa do romance, desconsiderando as narrativas das memórias dos familiares. A ação foi perdida pelos familiares, não por não terem razão em suas alegações ou pelo filme conseguir provar sua adequação, mas pelo único motivo de prescrição de tempo para proposição da queixa. De qualquer modo, ao final, os descendentes mesmo contrariados com o resultado do processo são otimistas quanto ao futuro, pois entendem que a História julgará o que de fato ocorreu, a Memória prevalecerá e se tornará, ela mesma, História.

Em seguida, ainda no primeiro capítulo, analisei as narrativas de Élis e Coelho quanto à maneira que estruturaram seus enredos e de quais concepções de tempo

partiram para explicar os acontecimentos. Realizei a análise por meio da desconstrução por capítulos das obras de ambos os autores com a intenção de ir percebendo o sentido que vão incorporando às suas narrativas e quais foram os recursos linguísticos utilizados. As análises dos enredos foram feitas para a compreensão do tipo de concepção de História, ou seja, de mundo e de homem, tinham os autores. As concepções de tempo são implicações diretas do tipo de explicação que foi dado aos eventos, ou melhor, as explicações são resultantes da maneira como o tempo é percebido. As concepções dos autores extraídas de suas narrativas servem não para julgar, mas para compreender porque escreveram da maneira como o fizeram. Tão importante quanto os dois aspectos – enredo e tempo – foi a análise do foco narrativo com o objetivo de entender de que lugar os autores estavam narrando suas histórias, tendo em vista que o lugar de fala é também o ponto do qual se olha. Na impossibilidade de tudo ver, tudo analisar e tudo escrever há um lugar de observação no qual o autor se situa. Não foi realizada uma discussão aguerrida sobre o lugar de fala, pois o que visava compreender era apenas um dos aspectos desse lugar, ou seja, não especifiquei o lugar em si, mas o foco a partir do lugar. As análises dos dois autores foram realizadas no mesmo capítulo, mas separadamente em subtítulos.

Guilherme Ferreira Coelho foi escrivão da comissão enviada pelo governo do Estado de Goiás à Vila de São José do Duro para apuração e julgamento das queixas feitas contra os integrantes da família Wolney. Estes teriam imposto a decisão de um inventário ao coletor e obrigado ao juiz a assinatura conforme suas conveniências, além de haverem, ao final, subtraído o dito processo de inventário do Cartório de Órfãos. Nascido em 1882 em Vila Boa de Goiás, à época capital do Estado, foi também neste local que publicou seu relato em 1937, impresso nas oficinas gráficas do *Popular*, jornal da empresa J. Câmara & Cia. Era primo em primeiro grau, pelo lado materno, de Pedro Ludovico Teixeira, o interventor do estado goiano desde a chamada Revolução de 30. Em 1940 foi nomeado primeiro juiz de Direito da comarca de Palmeiras e em 1950 foi nomeado juiz integrante da plenária da 51ª Zona Eleitoral em Santa Cruz. Morreu em Goiânia em 1967 e, em 1992, recebeu postumamente o diploma de Pioneiro de Goiânia, concedido pela Prefeitura Municipal de Goiânia e a comenda do Mérito Pedro Ludovico Teixeira no mesmo ano.

Em *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*, Coelho relata a viagem² feita da antiga capital de Goiás até a Vila do Duro e publica a primeira edição em 1937 apenas para familiares e amigos. Posteriormente, em 2001, houve a segunda edição, mas também com reduzida tiragem. A obra analisada neste texto trata-se da 3ª edição (anotada e comentada) de 2008 que teve como base a 1ª edição de 1937, sendo as atualizações de pontuação e ortografia, bem como, as notas de rodapé, trabalho dos editores. Explicando os motivos que o levaram à escrita de *Expedição*, o autor afirma que não sendo um literato seu livro sairia à “publicidade de maneira diferente dos demais” e que seu trabalho de narrativa foi realizado por “dedicação ao estudo”, além de querer tornar conhecida uma página da história goiana em contraposição a outras narrativas “das mais torpes invencionices.” Demonstra o autor que não tinha por intenção dar larga publicidade a seu livro, sua escrita era fruto de sua vontade de dar a conhecer a sua versão sobre os acontecimentos, mesmo porque de acordo com o que afirma, existiam outros relatos, mas surgidos pela invenção e não conduzidos pela verdade. A pequena tiragem de seu livro parece ter relação com o círculo de leitores para os quais se dirigia, tendo em vista que não pretendia, de acordo com ele próprio, fazer o tipo de publicidade típico da Literatura, ou seja, para a venda ou para grande alcance; o que parece dar a entender que seu projeto se não era apenas pessoal, também não abarcava um público tão extenso, os leitores que almejava eram de sua família e amigos que deveriam estar de posse da verdade sobre as ações do Estado e as suas próprias. Sua narrativa é oriunda da vontade de expor os eventos com base fundada na verdade e, para tanto, como em 1937 à época da publicação já era um bacharel em Direito e conhecia a necessidade de ajuntamento de provas aos processos, realiza o mesmo procedimento em sua narrativa, fazendo a anexação de diversos documentos oficiais e judiciais. É necessário também o realce dos vínculos políticos do autor: em 1918 era funcionário do Estado sob as ordens de João Alves de Castro, presidente da província que era, por sua vez, partidário da família Caiado; em 1937 permanecia como funcionário do Estado, mas naquele momento governado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, seu primo, que foi designado para a função pelo presidente da

² Tratar o livro de Guilherme F. Coelho como um trabalho da *Memória* e não como um *Relato de Viagem* foi uma opção minha após a leitura e análise de sua obra. Caso houvesse tomado a fonte como relato de viagem outros procedimentos teriam que ser adotados e que diferenciavam daqueles que ora assumo o encargo de realizar. É importante apontar, todavia, que há dificuldades em enquadrar *Expedição* como *Memória* e se o faço tem mais que ver com o que significa memória para Coelho do que com os quesitos colocados, usualmente, para a classificação das fontes pelos historiadores.

república Getúlio Vargas, na Revolução de 30, que retirou do poder a Oligarquia Caiado.

Carolina Brandão Piva e Wolney Unes, na apresentação de *Expedição*, tecem longos elogios ao autor sobre a extensão dos conhecimentos deste, não apenas sobre os acontecimentos que presenciara, mas ainda, acerca da História e Geografia de Goiás. Entendem os apresentadores que o livro “[...] é antes uma peça documental que se impõe como relato” (p. 11),

Mas incorreto seria conferir-lhe a etiqueta histórica, até porque não foi essa a intenção metodológica de seu ator: em vários momentos da obra, abrem-se delongados parênteses para uma leitura mais subjetiva dos fatos, que tocam ao ficcional; noutros, o viés de notação fica precavido do tom naturalista, ora desvelando a geografia [...] informações estatísticas; chegam-nos, naturalmente, notícias sobre a política do Estado de Goiás [...] situação econômica das regiões [...] *modus vivendi* [...] – e, sobretudo, não nos escapa o acesso a documentos importantes – ofícios, correspondências, depoimentos –, peças jurídicas, enfim que compuseram os autos dos processos relacionados à expedição ao Duro. (PIVA e UNES apud COELHO, 2008, p.12)

O que parece dar a extensão de confiança dos apresentadores no autor se deve ao fato de, ele mesmo, Guilherme Coelho, ter presenciado todos os fatos da viagem à qual narra. Seu relato de viagem está respaldado exatamente em sua visão e, claro, presença nos acontecimentos os quais narra; apesar de também fazer algumas concessões para contar o que ouviu de quem viu, mas isto apenas de maneira esporádica e, absolutamente selecionada.

François Hartog explica que “A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel.” (2014, p. 290) Assim, o relato de viagem é feito sob descrição na intenção de representar o outro para torná-lo visto e, portanto, conhecido; sendo que, para que o conhecimento acerca do outro se dê, há necessidade do uso da retórica da diferença; ou seja, há a necessidade do narrador enunciá-lo em sua diferença. A forma da enunciação, “[...] a presença ou ausência de marcas fortes enunciação.” (HARTOG, 2014, p. 290) das diferenças na intenção de representação do outro é que tornará eficaz a crença daquele que lê ou que ouve na veracidade do lido ou do ouvido. Hartog explica que na etimologia o termo *hístōr* era entendido como ““testemunha”, enquanto aquele que sabe e, sobretudo, enquanto aquele que viu.” (HARTOG, 2014, p.22) Quando Heródoto narrava suas histórias enfatizava sempre o que viu ele próprio, o que viram as testemunhas que, por sua vez, lhe contaram algo e, também, o que alguém lhe contou por haver ouvido de outros que, por seu turno, ouviram de terceiros que viram algum

acontecimento. Ou seja, queria narrar tudo o que sabia, mas tinha sempre em suas narrativas a presença das marcas de enunciação. Essa forma de representação do real será o que tornará a narrativa mais ou menos aceita como relato da realidade como um dado objetivo, não apenas na época dos gregos, mas parece-me, que até os tempos atuais. O que foi visto autoriza o autor a afirmar a verdade do que viu ao mesmo tempo em que investe de autoridade aquele que narra. Autópsia do olho e do ouvido é a maneira como Hartog (2014, p. 290 a 301) chama esta diferenciação valorativa entre o ver e o ouvir, assim como também é dele a advertência que não se tome por “[...] marca de vaidade esses signos que são, de fato, marcas de cientificidade [...]” (HARTOG, 2014, p. 293).

A melhor descrição de Guilherme Coelho, apesar de sua formação posterior em Direito, é a de um escrivão e, portanto, alguém com treinamento para escrever que, 18 anos após os acontecimentos nos quais estava inserido, de alguma maneira, realizou a escrita de uma obra memorialística, mas não apenas. Em outras palavras, o costume de transcrever conforme via e ouvia tanto de testemunhas quanto do magistrado, coloca sua narrativa numa composição de vozes diversas da sua própria em vários momentos. Por diversas vezes, ao longo de sua bem documentada narrativa, há o predomínio de confusão de vozes e isto é próprio de sua função que o levava a não poder, eticamente, se inserir nos acontecimentos que relatava. Sua função de escrivão de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Estado era a de ouvir e transcrever com neutralidade. Por mais bem intencionado e por mais fortes que sejam as convicções do autor quanto a sua neutralidade, é lhe impossível, todavia, abster-se de se colocar frente a eventos que, por vezes, ele próprio esteve presente e que motivaram a sua escrita mesmo após quase duas décadas completas, denotando que aquele passado lhe deixara profundas marcas na memória.

Piva e Unes, após compararem a narrativa de Guilherme Coelho à de Bernardo Élis, afirmando que o primeiro historiou os episódios e o segundo os transfigurou para a Literatura, partem em defesa de Élis em uma acusação feita por Jarmund Nasser³ de que o literato teria plagiado Coelho: “Nas palavras de Nasser: “as passagens mais importantes que descreve estão como que projetadas com mais enfeites, com mais cores, nas páginas de *O Tronco*.”” (COELHO, 2008, p. 16) O resumo da defesa é que

³O jornalista publicou no Jornal de notícias, em edição de 30 de novembro de 1956 a denúncia do plágio da obra de Guilherme F. Coelho por Bernardo Élis na obra *O Tronco*. (PIVA e UNES, apud COELHO, 2008, p. 16)

Bernardo Élis não sendo o tipo de escritor que precisasse se apropriar de texto alheio jamais negou ter-se valido do relato de Coelho, além disso, mesmo que tenha se apropriado da temática, soube fazê-lo à maneira de um mestre. “Está obrigado o plagiador a superar o plagiado: só um mestre superará o inventor. É essa superação que lhe garantirá a piedade salvadora.” (PIVA e UNES, apud COELHO, 2008, p. 17)

Imbuído, portanto, de ideias de neutralidade Guilherme Coelho escreveu *Expedição* influenciando o literato Bernardo Élis que em 1956 escreveu o romance *O Tronco* com as mesmas pretensões. Assim, o que a afirmativa de Nasser parece demonstrar é que as marcas da memória escrita por Coelho foram apropriadas pelo romancista que as trouxe para sua narrativa, numa demonstração de influência da Memória sobre a Literatura. As posteriores apropriações da narrativa bernardiana para as afirmações da História quanto à veracidade dos acontecimentos vêm constituídas, também, da autoridade da Memória.

A Memória não tem por objetivo central a clareza, a limpidez ou a transparência e no caso de Coelho esta afirmação é ainda mais evidente. Esta constatação é reforçada por uma advertência feita pelos apresentadores da 3ª edição de *Expedição* que: se Coelho é um quase ilustre desconhecido como autor, outro destino teve sua obra que foi inspiração a várias outras que lhe sucederam, citando expressamente, *O Tronco* de Bernardo Élis e *Quinta Feira Sangrenta* de Osvaldo Póvoa. Ora, as duas narrativas são bastante distintas e, embora, não divirjam em grande medida em relação aos fatos, chegam a interpretações heterogêneas. Assim, se conforme Wolney Unes e Carolina Brandão Piva, Coelho influenciou tanto a um quanto a outro, é pelo motivo que sua obra foi usada e disputada por diferentes memórias.

O zelo que Coelho demonstra em sua narrativa pode ser estendido à sua maneira de exercer suas funções de escrivão e, no futuro, de magistrado. Toda sua narrativa é uma grande evocação de sentimentos patrióticos por compreender que o trabalho bem realizado é uma espécie de missão a ser cumprida para o enaltecimento da Nação. Se isso não fosse suficientemente comprovado por sua própria narrativa bastaria a leitura de parte da cronologia feita em seu livro:

Participa ativamente da construção da sede própria da seccional goiana da Ordem dos Advogados, na esquina da Avenida Goiás com a Rua 1, que seria inaugurada em 1956. Há relatos da época que contam do juiz pedalando sua bicicleta pela cidade em busca de doações de material de construção para a obra. (PIVA e UNES, apud COELHO, 2008, p. 166)

Desta maneira, o que pretendo evidenciar é que a sua função, vínculos políticos, responsabilidades e senso moral influenciaram a Memória que legou aos leitores de hoje. Seu relato não é o de um viajante como pode dar a entender o título de sua obra, mas a de um funcionário a serviço do Estado, sendo que sua narrativa está eivada de subjetividades ainda que empreenda um enorme esforço de pura objetividade.

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado é um dos grandes nomes da literatura goiana assinando seus trabalhos como Bernardo Élis. Nasceu em 15 de novembro de 1915 na cidade de Corumbá, estado de Goiás e faleceu em 30 de novembro de 1997 na capital do estado goiano, Goiânia. Graduado em Direito (único curso superior existente em Goiânia àquela época) foi também professor e literato premiado. Em ordem cronológica seus livros de contos e romances publicados são: *Ermos e Gerais* (1944); *O Tronco* (1956 – Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro); *A Terra e as Carabinas* (escrita em 1957 e publicada em forma de capítulos e jornais; em 1987 foi publicada em *Obra Reunida de Bernardo Élis*); *Caminhos e Descaminhos* (1965 – Prêmio Afonso Arinos da Academia Brasileira de Letras); *Veranico de Janeiro* (1966 – Prêmio José Lins do Rego da Editora José Olympio e o Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro); *Caminhos dos Gerais* (1975); *André Louco* (1978); *Apenas um Violão* (1984); *Dez Contos Escolhidos* (1985); *Chegou o Governador* (1987). Fundou a União Brasileira de Escritores de Goiás, foi membro da Academia Goiana de Letras, da Academia Brasiliense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da União Nacional de Escritores de Brasília e membro da Academia Brasileira de Letras (1975). Na Revista *Oeste*⁴ foi membro do corpo diretor e nela escreveu durante todo o período de existência da mesma.

Numa ficha autobiográfica (assim intitulada pelo autor à Editora José Olympio) Élis contou que abominava, chamando-os de desgraça, *Os Lusíadas*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, *Iracema*, *A Cidade e as Serras*, dentre outros. Seu interesse

⁴ Conforme Nepomuceno (2008), “A revista “Oeste” foi definida em seu fascículo de lançamento, ocorrido em julho de 1942, como Revista Literária e redefinida como Revista de Divulgação Cultural em seu fascículo número 2, de março de 1943.” Em entrevista realizada por Nepomuceno com Bernardo Élis, o literato dividiu o tempo da revista em três fases: na primeira “pretendeu ser fundamentalmente um veículo literário incentivador e apresentador do intelectual jovem goiano;” na segunda, “tentou conciliar o papel de veiculadora da literatura, com o papel de instrumento divulgador dos princípios político-ideológicos do Estado Novo. Nesta fase, transformou-se, também, em veículo de propaganda de Goiânia e do Interventor Pedro Ludovico.” Na terceira e última fase, “a Revista se definiu como instrumento exclusivamente político-ideológico do Estado Novo e órgão de propaganda do Interventor Pedro Ludovico” (Cf. ÉLIS, 1983, p. 20 apud NEPOMUCENO, 2008, p. 02 e 03) O percurso da revista começou em 1942 e teve fim em 1944.

pela literatura começou quando percebeu uma ligação entre esta e a vida cotidiana, isto se dando a partir de 1930 quando começou “a ler suplementos literários, onde modernistas de então escreviam coisas.” (Élis, 1976, p. xx). Já “em 1935, caiu-me nas mãos *A Bagaceira* [de José Américo de Almeida], depois li Zé Lins do Rego: aí senti necessidade de contar coisas como esses contavam e percebi que muito havia que contar.” (Elis, 1976, p.xxii). O conto fantástico *Assombramento*, de Afonso Arinos, também, parece, de acordo com seu relato, ter-lhe deixado mais do que apenas uma leve impressão.

Bernardo Élis foi filiado ao Partido Comunista e por este disputou duas eleições, uma para deputado federal em 1945 e outra para deputado estadual em 1946. Diversos comentadores ao referirem-se à obra de Bernardo Élis, convergem em sua análise ao entenderem que sua literatura é de protesto, mas sem sectarismo. Herman Lima (apud Élis, 1976, p. xxvi a xxxii) tece longas considerações sobre a excelência da escrita de Bernardo que recebeu elogios de outros grandes nomes da literatura brasileira como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Tristão de Athayde. Também Bechara (apud Élis, 1991) explica que a narrativa bernardiana, em geral, é literatura de protesto, não panfletária ou iconoclasta, mas que contribui para chamar a atenção para os dramas sociais com o desejo de que a denúncia ajude a minorar a miséria e o sofrimento. A concepção de Bechara é que o grito que se ouve nas entrelinhas d’*O Tronco* é o apelo à necessidade de mudança de mentalidade que só o progresso em sentido amplo poderia conseguir. Para ele, os “causos” narrados têm a “sequência lógica das coisas naturais que naturalmente caminham para as soluções apresentadas pelo autor” (p. xi) envolvendo homem e natureza, violências, lutas e dificuldades, pois “o artista, cumprindo sua missão de historiador, não pode encobrir essa realidade sob o cedido manto diáfano da fantasia.” (p. xi)

Assim, as mudanças que Bernardo Élis entendia necessárias, se fossem feitas, seriam possibilitadas a partir da mudança cultural dos indivíduos. Para seus intérpretes, entendia o autor que a cultura é modificada com muita dificuldade, leva tempo, mas que é imprescindível o intento. Esta postura estaria explícita no final d’*O Tronco*, com a postura ingênua e otimista do personagem que perdeu tudo, mas que acreditava num futuro melhor que poderia existir. Suas expectativas não estavam no presente com uma mudança imediata da realidade, mas num futuro ainda incerto. A história contada por Bernardo Élis daria assim ao leitor a experiência do cotidiano, do íntimo dos personagens, das vivências e das esperanças.

Olival (1998) explica que os contos ou romances rurais vinculam as ações humanas ao espaço vivido, enquanto os contos ou romances regionais vinculam as ações do homem ao próprio homem. Esse homem regional que pode mostrar o universal, sendo o espaço uma contingência é aquele trabalhado por Élis, seu realismo é o social-telúrico. Se até a década de 30⁵ do século XX a preocupação era quanto às relações do homem com seu meio geográfico e condições sócio-econômicas, a partir de 1940, há a adoção de novo ângulo de visão. Bernardo Élis se insere no chamado modernismo com uma mescla de características das gerações que o precederam, sendo que n’*O Tronco* há o predomínio do decênio de 1930. Quanto a este tipo de classificação, Camilotti e Naxara (2009) advertem que:

Quando se pensa, no entanto, os marcos de modernidade para o Brasil, não há consenso. Pode-se retomar o programa modernista e a re-leitura de Brasil realizada a partir desse movimento e da demarcação do romantismo e do modernismo como marcos de tomada de consciência e consolidação da nação que ganha concretude no movimento de redescoberta proposto pelos intelectuais vinculados ao movimento de 1922, com sequência nos anos 1930. (CAMILOTTI e NAXARA, 2009, p. 46)

Segundo Cândido, o romance do decênio de 1930 é “fortemente marcado de neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país [...]” (1976, p. 123), mas como apontado por Olival (1998), Bernardo Élis se insere numa tentativa de inscrever esse homem no universal. Estes dois diferentes aspectos gestam a dubiedade aparente em *O Tronco*, onde ao mesmo tempo em que os problemas predominam sobre os personagens⁶, estes parecem ter alternativas para o escape, ainda que sejam apenas por meio das vontades e ideais. Sem perceber mudanças significativas no meio geográfico, econômico ou social, o literato vai buscar “a visão do mundo íntimo de suas personagens, na força de suas reações”. (p.151). Em sua literatura,

O homem será a figura emergencial apanhado na estrutura mental e sócio-cultural, permitindo-nos, sem dúvidas, delinear o homem regional. Através de aspectos de caráter e de sentimentos, nos será permitido vislumbrar, nesse

⁵ Antônio Cândido afirma haver dois momentos decisivos na literatura brasileira: o Romantismo (1836-1870) e o Modernismo (1922-1945), sendo que os modernistas se informaram “da arte européia de vanguarda, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência européia por um mergulho no detalhe brasileiro” (CÂNDIDO, 1976, p. 121). Neste movimento, a década de 30 é caracterizada pelos textos tenderem para o ensaio; “Desde a crônica polêmica [...] até o longo ensaio histórico e sociológico [...] Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações.” (CÂNDIDO, 1976, p. 123) e, “Ao lado da ficção, o ensaio histórico-sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período.” (CÂNDIDO, 1976, p. 124)

⁶ “Nesse tipo de romance, o mais característico do período e freqüentemente de tendência radical, é marcante a preponderância do problema sobre o personagem. É a sua força e a sua fraqueza.” (CÂNDIDO, 1976, p. 123-124)

ser ilhado e sofrido, dimensões, também, da alma universal. (OLIVAL, 1998, p.149).

Em *O Tronco* é ainda mais evidente o que Olival afirma sobre a posição do homem no mundo na obra bernardiana, ontologicamente, já visto mais afastado da natureza, mas ainda cativo das próprias estruturas mentais e sócio-culturais, sendo seu principal estigma a falta de condições culturais, mais do que sócio-econômicas. Na obra de Élis em geral e, de modo especial n’*O Tronco*, o espaço regional é o Centro-Oeste, onde faz referência explícita à localização geográfica. Desta forma, tendo em vista a dubiedade da escrita de Bernardo Élis acerca do homem em seu meio e como integrante do universo, sua obra não pode ser descrita como modernista em sentido amplo e irrestrito, mas um romance que contém características daquele movimento.

Bernardo Élis fez extensa pesquisa sobre os acontecimentos, mas apesar disso, não a juntou ao livro, isto fez apenas com uma planta da Vila do Duro e um mapa da região das fronteiras GO–MA–PI–BA (este último para mostrar o roteiro da comissão de inquérito (ambos os croquis foram feitos por Clóvis de Magalhães). O autor explicou que para a confecção de seu texto verificou vasta documentação, incluindo os processos que ocasionaram a ida da comissão e os que resultaram das violências perpetradas naquela localidade, ouviu quase uma centena de pessoas e manteve cadernos de anotações das pesquisas.

Inicialmente, vali-me do trabalho de Guilherme Ferreira Coelho (...), que informa sobre o acontecimento. A seguir, estimulado por influências populares, pretendia fazer um estudo sociológico e para tanto tratei de colher material informativo de cunho geográfico, histórico, sociológico, político, econômico e financeiro, daí chegando aos diversos processos judiciais e policiais instaurados na região e constantes dos diversos autos arquivados no Tribunal de Justiça do Estado. Havia aí depoimentos tão vivos que os transcrevi integralmente para o livro. Não satisfeito, comecei a me informar das pessoas que tinham participado do evento ou morado na região, ouvindo e anotando depoimento de perto de cem pessoas. Foi nesse processo de conversa com participantes que pude sentir em toda a intensidade a paixão com que falavam do caso. Muitos choravam abundantes lágrimas ao recordar fatos, cenas e pessoas. (ÉLIS, apud COELHO 2008, p. 17)

A maneira como lidava com suas fontes também é atestado por “Enid Yatsuda, da Universidade de Campinas, durante muito tempo encarregada dos arquivos de Bernardo Élis, [...]” (PIVA e UNES apud COELHO, 2008, p. 17).

O método de criação literária de Bernardo Élis incluía a realização de intensas pesquisas sobre o assunto que ele pretendia fosse o tema de sua produção. [...] De *O Tronco* temos cinco versões, além de cadernos com estudos subsidiários ao tema, sejam eles sobre árvore genealógica das personagens, a fala da região, a história do lugar, fauna e flora, etc. (YATSUDA apud COELHO, p. 17)

O literato esclarece numa entrevista dada ao *Jornal Opção*, quais eram suas pretensões enquanto realizava suas pesquisas:

Na época, os romances de José Lins do Rego e Graciliano Ramos me encantavam muito, mas eu queria escrever uma obra científica sobre aqueles episódios de Dianópolis. A história que originou o romance *O tronco* me foi contada por um tio do Haroldo de Britto, o Sebastião de Britto, fazendeiro, comerciante, promotor público. Eu tinha ouvido umas cem pessoas, porque queria escrever uma obra científica, examinando os aspectos atrasados da região. Mas o Sebastião de Britto era um grande contador de história. [...] Então percebi que era besteira querer fazer ciência quando eu tinha nas mãos um material excelente para um romance. [...] O José Godoy Garcia detestou o romance. *O tronco* tinha uma certa orientação ideológica (JORNAL OPÇÃO, maio de 2001 apud PAULA, 2014, p. 82).

As narrativas de Bernardo Élis eram realistas, por vezes adquirindo contornos tão crus que beiravam o animalesco, como nos contos *Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá* e *A mulher que comeu o amante*. Gilberto Mendonça Teles (apud ÉLIS, 1996) analisa que até mesmo o aspecto surrealista de vários dos contos de Élis não fugia a seu objetivo realista, era antes, a forma encontrada de passar pela censura do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Explica Teles: “As incursões surrealistas eram um meio de participar e “mostrar” que não participava, uma vez que as imagens pareciam disfarçar o que, na verdade, mais acentuavam.” (TELES, apud ÉLIS, 1996, p. 17) O romance, ora sob análise, sequer necessita que seja traçado sua pretensão de realismo, visto que na apresentação do livro o autor já esclarece ao leitor que à exceção de pequenos detalhes a estória que irá narrar realmente aconteceu e com tipos sociais⁷ representativos deste tipo de acontecimento. Esclarece, portanto, que sua obra tem a intenção de ser realista, retratando a verdade não apenas dos acontecimentos, mas também dos tipos sociais que a fazem. Ao afirmar que irá narrar sobre os tipos sociais denota que seu realismo pretende, também, ser do tipo psicológico. Kundera (1988, p. 35) explica que

[...] dois séculos de realismo psicológico criaram algumas normas quase invioláveis: 1. é preciso dar o máximo de informações sobre um personagem: sobre sua aparência física, sobre sua maneira de falar e de se comportar; 2. é preciso tornar conhecido o passado de um personagem, pois é nele que se encontram todas as motivações de seu comportamento presente; e 3. O personagem deve ter uma total independência, quer dizer que o autor e suas próprias considerações devem desaparecer para não atrapalhar o leitor que quer ceder à ilusão e tomar a ficção por uma realidade.

⁷ A preocupação de Bernardo Élis em apresentar os tipos sociais que representavam o meio social em que estavam inseridos seus personagens o inscreve num grupo maior onde também podiam ser vistos, Gilberto Freyre (*Casa-grande e senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Euclides da Cunha (*Os sertões*), dentre outros que entre as décadas de 1930 a 1950 podem ser inscritos como constituintes de uma literatura sociológica.

O realismo de Bernardo Élis está, ainda, incorporado às suas descrições naturalistas, mas a elas não se restringem. Em sua tentativa de compor uma obra ficcional em contraposição à sua vontade primeira de fazer um estudo sociológico, não se colocou uma tarefa tão diferente. Quis o literato com sua narrativa, realmente, reproduzir um estado social, dar a ver costumes, descrever as contradições da sociedade representada no romance. Neste empreendimento utilizou com bastante largueza de diferentes focos narrativos, mas com a intenção voltada para seu objetivo de dar a ver o real. Para que o real seja explicitado há uma necessidade inerente, nesse tipo de narrativa, que se apague, de certa forma, o intermediário, o narrador, pois a estória deve parecer contar-se a si mesma.

Todavia, o que engrandece sua obra, acredito, é o que excede ao realismo, pois este, na explicação de Fuentes (2007), aprisionaria a narrativa e só permitiria ao leitor ver o que já conhecido, encobrindo a realidade não-visível. Para este autor, a literatura é arte e conhecimento, não mero passatempo de alguns ou decoração para estudos sérios. A imaginação – que para Fuentes é o nome do conhecimento na literatura e na arte – criada pela narrativa d’*O Tronco* produziu conhecimentos e criou experiências de vida, ampliando a percepção do real. A abstração sobre o real feita pela narrativa d’*O Tronco* tende a torná-la mais real que o real.

Um escritor, reconheceu ao mesmo tempo Mário de Andrade, capaz de transmitir uma realidade mais “real” que a real, o que é, afinal de contas, o segredo do ofício, envolto no mistério da própria criação literária. (Transcrição literal de trecho da apresentação de Francisco de Assis Barbosa na 2ª edição refundida de *O Tronco*)

O capítulo 2 interessa-se pela forma como os acontecimentos do Duro foram tratados pela historiografia goiana. Um tanto tardiamente, se comparada à Memória e à Literatura, a História se interessou pelos eventos do Duro. Procuro examinar as afirmações dos historiadores goianos, de que narrativas e fontes partiram e que explicações deram para os acontecimentos. Busquei também apontar em cada um deles qual o valor de verdade que atribuem às narrativas e fontes com que trabalharam, conforme não apenas suas citações, mas especialmente, a maneira com que utilizaram suas fontes.

Neste capítulo estará contida a análise da narrativa da historiadora Dalísia Elizabeth Martins Doles e do historiador Luis Palacín. Doles debruçou-se especificamente sobre a família Wolney para analisar os aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás, enquanto Palacín citou os eventos em várias ocasiões como

reforço de seus argumentos em relação a outro coronel do norte goiano, o padre João. Nos dois historiadores, os aspectos analisados foram os mesmos: as concepções de história, de tempo e o foco narrativo de cada um. Em ambos, não existe qualquer divergência quanto ao romance de Bernardo Élis, ao contrário, a narrativa de Doles parte dos mesmos pressupostos do romancista, bem como chega às mesmas conclusões acerca do mundo, do humano e do tempo. Quanto à Coelho, Dalísia Doles, utiliza-o em diversas ocasiões como fonte, especialmente quanto a documentações oficiais e judiciais que aquele autor juntou em *Expedição*. Palacín compreende o romance *O Tronco* como expressão de verdade dos acontecimentos no Duro, citando-o sempre para mostrar a identidade dos eventos que ele mesmo narrava, ainda que explique os diferentes acontecimentos (do Duro e de Boa Vista) de maneira diversa àquela da Literatura. Não cita e nem se utiliza de *Expedição* para a construção de sua história, talvez porque esteja muito mais em busca de unidade do que de diversidade, não se tratando, portanto, de discordância, mas em razão do método com o qual trabalha. O tempo dos coronéis, para Coelho, já havia passado; enquanto, para Palacín, ainda estava em curso.

Dalísia Doles foi uma das acadêmicas empenhadas no trabalho com os arquivos, pautando seus escritos em estudos documentais sobre a História do estado goiano. Em 1976 publicou um artigo onde afirmava que “[...] como consequência do coronelismo e da luta de grupos locais, eclode no norte do Estado, em São José do Duro, atual Dianópolis, disputa sangrenta.” (DOLES, 1976, p. 150) Em 1977 realizou um trabalho mais específico sobre os acontecimentos do Duro, tendo sido a primeira historiadora a se dedicar a esses eventos apenas tratados anteriormente pela Literatura e pela Memória. *Aspectos Econômicos e Sociais do Coronelismo em Goiás* teve sua publicação realizada de 59 a 60 anos depois dos acontecimentos, 40 anos após o relato de Guilherme Coelho e 21 anos posterior a Bernardo Élis.

Tanto Paul Veyne (2014) quanto Michel de Certeau (2011) compreendem a necessidade da imaginação para a escrita da história. Sem imaginação não haveria historiador, mas apenas um coletor e colecionador de fatos. Seus posicionamentos são convergentes também no que se refere ao que a História visa narrar. Ambos entendem que à História cabe narrar as diferenças, não o igual, o contínuo ou geral, mas o que diferencia, o descontínuo e o singular.

O trabalho histórico, [...] corresponde a “fazer aparecer” [“sortir”] a alteridade [...] e a produzir (no duplo sentido: fabricar e mostrar) essa

diferença constitutiva da história e constituída pela historiografia: por conseguinte, corresponde a relativizar o presente em relação a um passado, por sua vez pensável na medida em que ele organiza uma ausência. (CERTEAU, 2011, p. 167)

Certeau (2011) testemunha que ao iniciar sua pesquisa sobre a história da religião no século XVII buscava uma identidade dos cristãos daquela época com aquilo que ele mesmo era, um cristão do século XX, mas não encontrou o que buscava e passou por um tempo apenas a colecionar fatos. Até aquele momento, ele era, de acordo com suas próprias palavras, apenas um erudito e não um historiador; apenas se tornou este último quando percebeu que o passado lhe escapava sempre e o que ele conseguiria retirar da documentação apenas derivaria de sua atitude frente aos restos do passado. Deveria aceitar que aquele passado lhe era estranho, um outro que jamais chegaria a ser evidenciado; uma falta, sendo que “essa ausência é que constitui o discurso histórico. A morte do outro coloca-o fora de alcance e, por isso mesmo, define o estatuto da historiografia, ou seja, do *texto* histórico.” (CERTEAU, 2011, p. 164) Este passado estranhado pelo historiador é, na verdade, uma falta que o incita ao desejo de desvendá-lo. Se o passado não retorna, a reescrita da História ocorre justamente pela busca do preenchimento desta falta que não é jamais alcançada e, “Quando o historiador supõe que um passado já *dado* se desvenda no seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe, passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores.” (CERTEAU, 2002, p. 80) O passado está, pois, dado; e aqueles “homens opacos” (CERTEAU, 2011, p. 166), não podem ser conhecidos pelo que, de fato, foram, mas, tão somente, pela imaginação do historiador, da maneira como o historiador os concebe. As alterações na escrita da história não ocorrem porque o mundo do passado se moveu, “ele é movido” (CERTEAU, 2011, p. 165) pelas modificações na maneira de olhar e pelas expectativas em relação a ele, sendo que “uma nova estruturação do presente determina a compreensão do passado”. O que equivale a afirmar que o historiador do presente para compreender o passado, o reescreve e, portanto, o recoloca em suas percepções, concepções e expectativas; aquele encarregado de reescrever a História reorganiza o passado de acordo com seus critérios éticos.

Já Luis Palacín, principal responsável pela renovação teórico-metodológica da historiografia goiana, a partir da década de 1970 é uma das principais referências da historiografia goiana. Sua produção tem forte base documental, bem como alentadas fundamentações teórico-metodológicas. O jesuíta buscava suas fontes com apreço especial pelas inéditas, ia aos arquivos e isso tudo aliado à rigorosa metodização para

construir trabalhos com cunho científico (SILVA, 2013, p. 228). De todos os seus escritos, interessou-me mais para a pesquisa *O Coronelismo no Extremo Norte* em busca da forma que empreendeu sua análise sobre o tempo dos acontecimentos que envolveram o *Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista*. As afirmações que fez em relação ao tempo dos eventos que tratou foram, em sua narrativa, confirmadas pela narrativa de Bernardo Élis.

Com base nesse material, procuro enfatizar a forma como os autores elaboraram seus enredos e explicaram os acontecimentos, ou seja, a maneira como concebiam a História e como intentavam explicar o mundo e o humano. Esse tipo de explicação os levou a um tipo de implicação ética ou ideológica em relação às mudanças e aos ritmos que deveriam ocorrer. Como já apontado ao longo desta introdução, o modelo de explicação que acabou por prevalecer foi aquele feito pelo romance já marcado pela Memória, mesmo porque este modelo literário trabalha com as possibilidades do humano. As limitações a que estão submetidos todos os homens e mulheres pelos mais variados motivos, seja pelo destino, pela consciência, pelas estruturas ou pelo tempo histórico não tornam as pessoas simples marionetes, mas apenas conscientes de que a única certeza que podem dispor é que a incerteza e a dúvida são companheiras de jornada.

Assim, ao longo do trabalho, busquei demonstrar que as diferentes formas narrativas de elaboração de enredo e implicação ideológica não se dão apenas como diferenças de estilo, mas de divergentes concepções de mundo e de tempo que se dão, dentre outros fatores, por meio da leitura das fontes selecionadas por aqueles que procuram reconstruir os eventos passados.

1 CAPÍTULO I – CHACINA DO DURO: DA MEMÓRIA À LITERATURA

1.1 Memória e Literatura

As narrativas de Guilherme Ferreira Coelho e de Bernardo Élis, a Memória e a Literatura, respectivamente, foram grafadas e aqui quero refletir sobre como as duas formas de conhecimento se efetivam. A análise deste capítulo se volta para os tipos de estruturas nas escritas que são montados nos dois estudos.

Antes de adentrar na análise das fontes há a necessidade de algumas reflexões acerca da Literatura e da Memória. A Literatura não pode ser entendida como uma estória que partiu do nada, que não teve bases firmes na realidade vivida, idealizada ou contestada pelo literato. A Literatura é também testemunho, embora não possa ser vista apenas como reflexo de seu tempo, ou seja, das relações que o autor mantém com a sociedade, como defendem Chalhoub e Pereira (1998), por exemplo. Existem duas posturas diferentes no que se refere ao entendimento da Literatura: um grupo a compreende como o reflexo social da época da escrita e outro grupo que propõe uma completa autonomia artística. Por minha parte, analiso-a como estética e histórica, sendo que, para mim, nem mesmo estes dois conceitos estão tão separados como, talvez, se possa parecer à primeira vista. Ao contrário, a forma estética está impregnada de historicidade. Desta maneira, a Literatura é ficção com todas as liberdades que lhe são dadas, mas não fica nisso, vai além. Compagnon (2010) analisa que

A definição de um termo como literatura não oferecerá mais que o conjunto das circunstâncias em que os usuários de uma língua aceitam empregar esse termo.

(...) [...] a literatura é uma inevitável petição de princípio. *Literatura é literatura*, aquilo que as autoridades (os professores, os editores) incluem na literatura. Seus limites, às vezes se alteram, lentamente, moderadamente, [...] mas é impossível passar de sua extensão à sua compreensão, do cânone à essência. (p.44 e 45, grifos do autor.)

Quanto à Memória, não se pode perder de vista sua incapacidade de narrar todo o vivido ou presenciado, mesmo porque para se refletir sobre Memória impõe-se, como necessidade, tratar do esquecimento. Como afirma Ricoeur (2007, p. 27) “[...] o problema do esquecimento é colocado desde o início, e mesmo duplamente colocado, como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada como que por um anel de cera.” Os acontecimentos que não deixam rastros – ou onde estes são apagados – são esquecidos e não compõem a Memória. Quanto às impressões deixadas, podem ser denominadas como o fez Sócrates (RICOEUR, 2007, p. 29), se estas se encaixam com exatidão são tidas como opiniões

verdadeiras, se ocorre defeitos de ajustamento são opiniões falsas. Já Platão (RICOEUR, 2007, p. 31 e 32) compreende estas impressões como cópias, imitações do verdadeiro, mas não *mimésis*.

A Memória, bem como a Literatura, parte do ponto de vista de quem a narra, sendo, portanto, resultado da visão daquele que conta e não da totalidade da realidade como algumas vezes se pode supor. A Memória também ficcionaliza, reconta, reescreve. Se a Literatura é testemunho – mesmo que não apenas – e, portanto, um tipo de memória; a Memória por sua vez é, também, ficção e, obviamente, não apenas. Reescrever uma estória/história passada é recontar outra estória/história diferente daquela vivida ou mesmo narrada anteriormente. O conteúdo narrativo é modificado, pois o autor está de posse de outros conhecimentos que à época dos acontecimentos vivenciados ou do momento que os relatou anteriormente, não tinha. O mesmo pode ser compreendido no caso da leitura e releitura, pois somos todos, autores e leitores diferentes a cada momento que passa. É justamente pela maleabilidade plástica das narrativas que se pode perpetuar a possibilidade de recontá-las, pois se não houvesse mudança vigoraria o esquecimento, como Marco Polo conta a Kublai a respeito de Zora, a cidade que foi “obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.” (CALVINO, 1990a, p. 20) Assim, poeticamente, Calvino explica que a Memória tem que mudar e se transformar ou definhará até ser completamente esquecida pelo mundo. Sua modificação narrativa não é, pois, prova de incorreção factual, mas de potência e vida.

A explicação na História, na Memória e na Literatura se dá como os seres humanos a contam, posto que esses a compreendem dessa forma: narrativamente. Segundo White (2014), as formas que as pessoas compreendem o mundo advêm da Literatura e não da ciência. As pessoas, e nesse grupo estão inseridos os historiadores, compreendem o mundo literariamente, ou seja, pelos tipos de narrativas que se conta aprendidos com a Literatura, “Pois, se o objetivo do historiador é familiarizar-nos com o não-familiar, ele deve lançar mão da linguagem figurativa, em vez da linguagem técnica.” (WHITE, 2014, p. 111) Assim, a forma adotada para se narrar a História é ficcional, pois inventiva e criadora de significados que orientam sentidos diversos de acordo com cada tipo de enredo organizado. Desta maneira, a linguagem é representativa e constitutiva daquilo que expõe. A diversidade de explicações encontradas referentes aos mesmos assuntos provém de pressupostos que não são

partilhados por todos de igual maneira. Há uma pluralidade de pontos de vista nas narrativas, pois diversos são os fatores que os levam a discordar: crenças, interesses, valores, preferências, aversões, preconceitos, convicções morais e sobre a natureza humana, além de conflitantes teorias de interpretação histórica. As explicações na História são, assim, relativas aos pontos de vista, às interpretações dos autores que utilizam da linguagem para representá-las.

Da mesma maneira, tanto a Memória quanto a Literatura narram e é acerca do tipo de narrativa que constroem que limitarei minha escrita, não tendo por objetivo buscar suas diferenças, mas o que têm em comum e, especialmente, como se influenciam. Ambas as escritas são estórias/histórias que os autores querem contar, passar adiante. White (1992b) identifica três tipos de estratégias utilizadas para a produção de impressões explicativas: explicação por argumentação formal, por elaboração de enredo e por implicação ideológica e identifica quatro possíveis modos de articulação internos a cada uma dessas estratégias. Para os argumentos: formismo, organicismo, mecanicismo, contextualismo⁸; para as elaborações de enredo: romance, comédia, tragédia, sátira⁹; para as implicações ideológicas ou éticas: conservadorismo,

⁸*Formismo*: tem em mira a identificação das características ímpares dos objetos que povoam o campo histórico. (p. 29) Embora [...] tenda a ser ampla quanto ao “alcance” – vasta nas espécies de particularidades que identifica como ocupantes do campo histórico -, suas generalizações acerca dos processos discernidos no campo propendem a carecer de “precisão” conceptual. (p. 30) *Organicismo*: tenta descrever os pormenores discernidos no campo histórico como componentes de processos sintéticos. [...] ver entidades individuais como componentes de processos que se agregam em totalidades que são maiores ou qualitativamente diferentes da soma de suas partes. (p. 30) [...] em caracterizar o processo integrativo do que em descrever seus elementos individuais. (p. 31) *Mecanicismo*: apóia-se na busca das leis causais que determinam os resultados de processos descobertos no campo histórico. [...] uma explicação só é considerada completa quando ele descobre as leis que, é de presumir, governam a história [...] (p. 32) *Contextualismo*: os eventos podem ser explicados ao serem postos dentro do “contexto” de sua ocorrência. (p. 32) [...] “o que aconteceu” no campo pode ser explicado pela especificação das inter-relações funcionais existentes entre os agentes e agências que ocupavam o campo num dado momento. (p. 33) WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

⁹*Romance*: drama da auto-identificação. [...] É um drama do triunfo do bem sobre o mal, da virtude sobre o vício, e da transcendência última do homem sobre o mundo em que foi aprisionado pela Queda. (p. 24) *Comédia*: Sugere a possibilidade parcial de libertação dos homens da condição da Queda, e de alívio provisório do estado dividido em que os homens se acham neste mundo. Há perspectiva de reconciliações ocasionais dos homens com o mundo e a natureza e são simbolizadas nas ocasiões festivas. (p. 24) *Tragédia*: Também se sugere a possibilidade parcial de libertação dos homens da condição da Queda, e de alívio provisório do estado dividido em que os homens se acham neste mundo, mas não há festividades, o que ocorre é uma acentuação, ao final, ainda maior da divisão entre os homens do que aquela que incitou o trágico *agon* no início do drama. (p. 24) *Sátira*: representa uma espécie diferente de restrição às esperanças, possibilidade e verdades da existência humana reveladas na estória romanesca, na comédia e na tragédia respectivamente; observando-as ironicamente. Pressupõe a inadequação última das visões do mundo dos gêneros do romance, da comédia e da tragédia; convicção de que o mundo envelheceu; compreensão de sua *própria* inadequação como imagem da realidade. (p. 25) WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

liberalismo, anarquismo e radicalismo¹⁰. As afinidades de combinações específicas dos modos acima é que constitui o que White chama de estilo historiográfico ou discurso do historiador. Não há de ser uma combinação aleatória dos enredos, ideologias e dos argumentos, pois um tende a anular o outro, representando não apenas concepções alternativas, mas mutuamente exclusivas. A tensão dialética gerada da tentativa de combinações incompatíveis se desenvolve dentro de um contexto coerente conferindo à concepção do historiador um aspecto de totalidade consistente que estará em seu discurso.

O romance¹¹ de Bernardo Élis *O Tronco*, baseado em eventos reais, tem uma construção literária com início, meio e fim que, em verdade, não existem na vida real que vivemos. Não contamos nossas histórias enquanto as vivemos. Razão cabe, portanto, a Mink (2001) quando afirma que “histórias não são vividas, mas contadas”. Neste sentido, também cabe citar Halbwachs:

Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos seguido, aquelas marcas sobressaem, nós as ligamos uma a outra, elas se aprofundam e se religam por elas mesmas. Elas já existiam, mas estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida nós reconstruímos, mas esta reconstrução se faz seguindo as linhas já marcadas e desenhadas por outras lembranças nossas ou de outros. (HALBWACHS, 1968, p. 65)

¹⁰ White (1992b, p.37) pontua a existência de quatro formas de consciência sócio-temporal que se manifesta no processo de escrita, onde o historiador (e o literato – vale para ambos) posiciona-se ideologicamente. Seu posicionamento pode ser: anárquico, conservador, radical ou liberal. Analisa que: “Com relação ao problema da mudança social, todas as quatro reconhecem sua inevitabilidade mas representam visões diferentes não só quanto à sua desejabilidade mas também quanto ao ritmo ótimo de mudança.” (White, 1992b, p.39). E mais: têm diferentes orientações temporais. Identifica, ainda, que: os anarquistas acreditam na possibilidade de mudanças que podem ocorrer a qualquer momento e para tanto se orientam temporalmente para um passado remoto e idealizado; os conservadores são os mais desconfiados quanto à mudança que há de ocorrer num ritmo “natural” compreendendo que a estrutura do presente é a melhor até o momento; já os liberais desencorajam que o presente faça a mudança de forma precipitada, projetando para o futuro as mudanças que devem ser lentas para preservação das estruturas; enquanto os radicais acreditam na necessidade de transformações estruturais e que são iminentes, o que os faz terem o interesse de conseguir meios revolucionários de realização. WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

¹¹ O romance nasce juntamente com os Tempos Modernos, sendo que este último tem sua origem com o deslocamento de Deus como Juiz Supremo do mundo; este é o entendimento de Milan Kundera. (1988, p. 12) Ou, por outras palavras do mesmo autor, retiradas de um provérbio judaico: “O homem pensa, Deus ri. [...] Agrada-me pensar que a arte do romance veio ao mundo como o eco do riso de Deus. Mas por que Deus ri ao olhar o homem que pensa? Porque o homem pensa e a verdade lhe escapa.” (KUNDERA, 1988, p. 140) Assim, explica o romancista, o nascimento do romance ocorre quando o homem se vê só frente ao universo e não tem mais um Ser que lhe forneça respostas prontas e que separe cada coisa em seu lugar, que ordene a vida. Se as religiões e ideologias provêm da incapacidade da aceitação da relatividade e ambiguidade do mundo, o romance provém da incerteza, do eterno questionamento de si e do mundo. “A Verdade totalitária exclui a relatividade, a dúvida, a interrogação e ela jamais pode portanto se conciliar com o que chamaria o *espírito do romance*.” (KUNDERA, 1988, p. 18)

A memória de Coelho em *Expedição* também produz uma narrativa onde pretende dar a impressão de começo, desenvolvimento e conclusão. Élis utilizou-se da memória de um dos sobreviventes da tragédia ocorrida no Nordeste Goiano, enquanto Coelho, ele mesmo um dos personagens que compuseram a comissão e que não esteve fisicamente envolvido fez, por sua vez, uso da própria memória. Sabe-se bem que, independentemente da situação em que se encontrava a testemunha frente aos acontecimentos, nenhuma memória consegue ser absolutamente clara. Assim, os relatos das testemunhas por mais que tentem ser fiéis aos fatos vividos, não conseguem acessar essa memória com a clareza pretendida, sendo que o resultado é que a testemunha acaba reinventando e ressignificando essa memória. Assim, as memórias narradas dão a compreender que o que aconteceu foi não exatamente aquilo, mas mais ou menos aquilo.

Alguns dos descendentes dos eventos relatados por Élis e Coelho também se dedicaram a reescrever os acontecimentos que deram ensejo a *O Tronco* e *Expedição*. De posse dos processos criminais, do diário do avô, além das memórias de família a que buscaram acessar, três netos, especialmente, tentam modificar as narrativas feitas sobre o Duro e que colocam seus ascendentes como os responsáveis pelas mortes ocorridas. Abílio Wolney Aires Neto em *No Tribunal da História* narra sua luta e de sua família para demonstrar a verdade dos fatos históricos ocorridos na Vila do Duro, hoje Dianópolis, que, de acordo com ele, foi deturpada pelo literato goiano Bernardo Élis. A deturpação dos acontecimentos que ficaram conhecidos por “barulhos do Duro” levou, de acordo com o autor, a um conhecimento errôneo por parte da sociedade goiana sobre sua família. O que ele tenta em todo o livro é desmentir o filme com vistas a invalidar o livro homônimo. A tragédia de ter nove pessoas assassinadas presas ao tronco, entre amigos e familiares, e ainda seu bisavô que foi morto em sua fazenda não é o motor que o leva aos tribunais; o que lhe motiva é a narrativa de Élis quando se transforma em filme, de acordo com Aires Neto, “um romance ficcioso e faccioso, parcial, alimentado por informações canhestras, fornecidas ao autor por inimigos de Abílio Wolney.” (AIRES NETO, 2009, p. 24).

Em 30 de novembro de 1999, Abílio Wolney Aires Neto e seu irmão Zilmar Wolney peticionaram ação criminal contra o cineasta João Batista de Andrade para que o filme *O Tronco* fosse retirado dos cinemas. O filme foi baseado na obra de mesmo nome do literato Bernardo Élis. Relata Aires Neto que, inicialmente, a ação seria contra o cineasta, mas posteriormente entraria com um processo também contra o espólio de

Élis. A alegação era de que o filme (e o livro) ia “contra a honra dos mortos, que reflete na honra dos vivos” e que o “filme *O Tronco*, que propalou, piorando, as inverdades do livro homônimo, caluniando e injuriando a memória dos seus de modo aviltante.” (AIRES NETO, 2009, p.11). Tão grande é o dissabor do autor do livro (que é também um dos autores da ação proposta contra o cineasta) em relação a Bernardo Élis que durante toda a narrativa sempre que vai escrever coronelismo, escreve *coronÉlismo*. Se a mudança na grafia foi algo de sutil, o mesmo não se pode afirmar quanto à diferença semântica. O autor de *No Tribunal da História* é neto de Abílio Wolney e bisneto de Joaquim Ayres Cavalcante Wolney (assassinado pelos policiais em sua propriedade rural, Fazenda Buracão). São também de sua autoria: *A chacina oficial*; *O barulho e os mártires*; *O diário de Abílio Wolney*, *O “Duro” e a intervenção federal*; *Um homem além de seu tempo*. Seu irmão Voltaire Wolney Aires, escreveu *Abílio Wolney, suas glórias, suas dores*, que foi adotado para vestibulares da Universidade Federal do Tocantins. Todos os livros citados acima narram sobre os acontecimentos no Duro e suas consequências.

Aires Neto em tom sempre emocionado e indignado relata que tão logo a família tomou conhecimento da intenção de João Batista, tratou de alertar-lhe para a mentira retratada em *O Tronco* de Bernardo Élis (2008) sobre os ancestrais, mas não foram ouvidos. Sabendo que a equipe de cinema gravaria na cidade de Pirenópolis a mesma história escrita pelo literato, preveniram-no por meio de jornal, ou por suas palavras, notificaram ao diretor João Batista de Andrade que seus atos dariam ensejo aos familiares de processá-lo e aos demais envolvidos, incluindo-se, o espólio de Bernardo Élis, posteriormente. A matéria foi veiculada em 29/04/1998 no *Jornal Opção*. Não sendo atendidos em sua notificação, pois o filme foi aos cinemas em outubro e novembro de 1999, entraram com a queixa-crime em 30 de novembro do mesmo ano (dois foram os querelantes representando todos os familiares).

Amparados em extensa documentação – processos jurídicos feitos à época dos acontecimentos, matérias de jornal com as razões quanto ao descalabro da história mostrada no filme, citações de um livro de um membro da família, bem como do amigo e escritor José Godoy Garcia e de Osvaldo Rodrigues Póvoa (descendente de uma das pessoas assassinadas no tronco) – fizeram o pedido de procedência fundamentado nos artigos que tratam sobre a Lei de Imprensa por crime de calúnia, difamação e injúria contra os mortos. Mesmo com a vasta fundamentação do pedido, este foi negado pelo promotor por dois motivos: o primeiro foi a não demonstração, de acordo com o

promotor, do elemento subjetivo que caracteriza o delito, ou seja, a vontade de ofender para caluniar, difamar e injuriar. O segundo motivo é que teria havido decadência do direito de queixa. Os queixosos souberam do filme *O Tronco* em abril, mas apenas em novembro do ano seguinte peticionaram a queixa, perdendo o prazo legal e improrrogável de três meses da data de publicação (considerando publicação a matéria veiculada em jornais). A narrativa do juiz, – pois Abílio Wolney Aires Neto à época já fazia parte do magistrado goiano – não teve sucesso em sua empreitada de defesa da honra dos ancestrais. Em 09 de junho de 2000 a queixa-crime foi rejeitada pelo juiz de Direito Alvarino Egídio da Silva Primo em Goiânia.

Evidente que relatei apenas o que se refere à queixa, ao parecer do Ministério Público e a decisão de primeiro grau. O processo foi, todavia, bem maior. *No Tribunal da História* não é uma leitura tão curta quanto o pouco que descrevi acima, ao contrário, contém todas as peças do processo e seus desdobramentos. Além do que já foi citado, contém: defesa de João Batista, Recurso de Apelação, parecer do Ministério Público do segundo grau, relatório e voto do desembargador relator, embargos de declaração, recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, contrarrazões de João Batista no recurso especial e novas vistas do Ministério Público; quando, por fim, nega a admissão ao recurso, ou em sendo admitido, lhe nega conhecimento/provimento. Enfim, se não foi uma batalha tão longa no tempo, foi árdua nos movimentos de ambas as partes. Não se pode deduzir se a razão legal favoreceria a João Batista de Andrade quanto à verdade dos eventos mostrados no filme, pois a Justiça não julgou o processo, que era o que a família Wolney, nas pessoas de Abílio e Zilmar, pleiteava efetivamente. De acordo com os advogados de defesa do diretor João Batista “não seria o Juízo criminal o foro adequado para debater fatos da História de Goiás” (apud AIRES NETO, 2009, p. 80) e que “a competência do Juiz de Direito – sabemos todos – cessa quando a questão toca ao Tribunal da História.” (apud AIRES NETO, 2009, p. 87).

Os familiares não acusaram ao diretor de falsear a verdade, mas a Bernardo Élis, a este se referindo em toda a acusação. Nesse sentido, conforme argumento utilizado pelo advogado do diretor da película, não haveria que se aduzira “crime contra a honra de um morto, mas sim em crime contra a memória que um vivo tem de um morto”, pois “a morte dá espaço para a História.” (apud AIRES NETO, 2009, p. 81).

Explica Aires Neto na introdução de seu livro que “como advogado, bem que Abílio Wolney desejava buscar o reparo na via judicial. Todavia achava, na época, que o livro ficaria restrito a poucos leitores – como ficou de início – e era melhor não

propalar o que reputava calunioso.” (AIRES NETO, 2009, p. 16) Assim, parece claro que o que seu avô pretendia à época era que os eventos ocorridos no Duro caíssem no esquecimento, talvez, por ainda serem especialmente traumáticos para si e para sua família ou, ainda, por outras motivações políticas, pois “Uma situação ambígua e passível de gerar mal-entendidos pode, ela também, levar ao silêncio antes de produzir o ressentimento que está na origem das reivindicações e contestações inesperadas.” (POLLAK, 1989, p. 07) Ricoeur (2007) explica que se esta memória impedida não for trabalhada pela rememoração, que leve a pessoa ao trabalho de luto para a libertação do ego pela lembrança a levará à melancolia que se dá pela compulsão de repetição. “É nesse nível [...] que se pode legitimamente falar em memória *ferida*, e até mesmo *enferma*. Isso é atestado por expressões correntes como traumatismo, ferimento, cicatrizes, etc.” (RICOEUR, 2007, p. 83, grifos do autor)

O fato de os netos, Abílio Neto e Zilmar Wolney, impetrarem uma ação tendo como foco a história contada n’*O Tronco* por Bernardo Élis, também pode ser interpretado com as palavras de Michel Pollak, afinal: “no momento do retorno do reprimido, não é o autor do “crime” [...] que ocupa o primeiro lugar entre os acusados, mas aqueles que, ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas.” (POLLAK, 1989, p. 07) Aires Neto não esconde a atribuição de responsabilidade dos eventos à Oligarquia Caiado, mas toda sua indignação é voltada contra o romancista que teria manipulado a verdade sobre os acontecimentos. Ricoeur (2007) explica que a memória manipulada é instrumentalizada segundo um fim, um objetivo e “É nesse plano que se pode mais legitimamente falar em abusos de memória, que são também abusos de esquecimento.” (RICOEUR, 2007, p.94), pois a manipulação da memória é ideológica e permanece dissimulada por ser inconfessável e, “mascara-se ao se transformar em denúncia contra os adversários no campo da competição entre ideologias: é sempre o outro que atola na ideologia.” (RICOEUR, 2007, p.95)

Assim, não tendo vigorado o esquecimento que pretendia o avô, intentam em fazer acontecer a reescrita da História que se deve fundamentar na memória dos familiares. Ao invés do esquecimento, os descendentes reivindicam o direito à Memória, à sua memória, que deve se tornar de todos por meio das necessárias modificações da História. A Memória deverá se tornar História. Isso fica bastante evidente quando pedem ao juiz da ação que junte “cópias de todos os processos judiciais entre 1900 a 1925, sobre os acontecimentos de São José do Duro” (AIRES

NETO, 2009, p. 70) arquivados em vários lugares sob a responsabilidade do Poder Judiciário. Acrescente-se a isto, a grande quantidade de livros que os descendentes escreveram acerca dos acontecimentos do Duro e não restarão muitas dúvidas sobre seus objetivos.

Das razões e contrarrazões apresentadas pelos advogados pode-se perceber que o que os difere são seus posicionamentos e concepções acerca do que é a História e qual a sua função e não apenas os processos judiciais em que estavam empenhados. Em linhas acima, Licínio Barbosa já marcou sua postura frente ao tema: a História não se submete a quaisquer julgamentos nem mesmo ao aparato legal de um país, ao contrário, é ela mesma, a História, aquela que deveria julgar. Todavia, a própria História não estaria instrumentada para tal empreendimento, pois não tem valor de testemunho, seu estatuto é de História contada por terceiros. Não aduz a testemunhas contemporâneas aos fatos ou acontecimentos, mas “de ouvir dizer”. Sendo a História um produto de “ouvir dizer” não pode testemunhar frente ao próprio passado, não lhe sendo, também, dado o direito de julgar ou de ser julgada. Este parece ser seu entendimento – de Licínio Barbosa – do que é História e qual sua função.

Bem diverso é o posicionamento do juiz e escritor Abílio Wolney Aires Neto. Durante toda a sua narrativa dá à História o estatuto de detentora da verdade absoluta. Quando faz a crítica ao livro e filme *O Tronco* não está contestando a História, pois, para ele, esta reservou a seus ancestrais o reconhecimento de seu heroísmo e empreendedorismo. Para ele, a Literatura e o Cinema é que não têm comprometimento com as fontes, com a Memória e com os fatos reais, ou seja, com a verdade. É, portanto, a arte que sombreia o nome de sua família, pois “quando se lê Abílio Wolney, nas páginas de quase uma dezena de outros escritores, também se lê um Abílio capitaneando homens para também combater um sistema político em 1919, que viria ao ocaso anos depois – em 1930.” (AIRES NETO, 2009, p.67).

Na mais condescendente das hipóteses o que o autor afirma é apenas resultado de uma conexão que, explica Rancière (2011), pode ser chamada de anacronia. À afirmação categórica de Aires Neto, insurge-se a necessidade de um apontamento quanto a possíveis posturas anacrônicas daqueles que discutem a História – sendo historiadores ou não –, pois nos textos e livros de História¹² que foram consultados e

¹² ALVES, Telma Antônia Rodrigues. *Tocantins: narrativas sobre o sertão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO: 2009. CHAUL, Nasr Fayad Chaul. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em

que versam sobre o assunto, em nenhum Abílio Wolney está descrito como um combatente do sistema político da época.

Não existe anacronismo. Mas existem modos de conexão que podemos chamar positivamente de anacronias: acontecimentos, noções, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, a toda identidade do tempo com “ele mesmo”. (RANCIÈRE, 2011, p. 49).

O que diversos autores apontam em seus textos é que havia entre Antônio Caiado – Totó Caiado – e Abílio Wolney uma rixa político-partidária. O sistema político de 1919 é o mesmo que Abílio Wolney já fora representante legislativo na condição de deputado, o mesmo sistema que lhe auferira poderes rigorosamente desfrutados. Sua luta era, naquele momento, uma luta de oposição contra a situação, ou seja, era uma luta contra as pessoas que ocupavam o governo naquele tempo e não contra o sistema político em que se inseriam, no qual estava incluído o próprio avô do autor. Numa extensa citação que Aires Neto faz do jurista Dr. Adahyl Lourenço Dias fica ainda mais clara sua visão de História:

Responsabilidade tremenda a do investigador da História! Repelir e expurgar os vícios que deturpam as realidades e que espelham o passado [...] Por que essa hostilidade à História? Não sei bem [...] Ninguém enfrenta a realidade [...] A História não. Não há ficção. É a vida real reproduzida. Enquanto o romance, o conto, a novela agradam pelo espírito criativo do estilo, mas, ao mesmo tempo, desnaturam a realidade, a História rompe a linha do centro e por essa razão sofre a eterna insegurança. Aquele ambiente de dúvida agradável com que a ficção educa as gentes, mas desvia-lhes o caráter real que a História contém, não deve ter o historiador. (DIAS, 1979 apud AIRES NETO, 2009, p. 73).

Na citação – aqui não está completa por ser muito longa – há ainda a referência do jurista – com quem Aires Neto concorda – de que, se começa a ler algo na crença de que é História e depois descobre “que só existiu na fantasia de quem transpôs” (DIAS, 1979 apud AIRES NETO, 2009, p. 73) sente desprezo ou não lhe aproveita. Afirmar ainda, que a verdade mais estrita é o fundamento da instrução histórica: deve ter procedimento escrupuloso para investigar sem perverter nem ocultar. “Deve imperar, sobretudo, a imparcialidade, porque a paixão do leitor pela História merece do

História/UFG, 1998. **DOLES**, Dalísia E. Martins. *Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás*. Goiânia, 1977. Mimeografado. **FERREIRA**, Gracy Tadeu da Silva. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998. **FREITAS**, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Câne Editorial, 2009, v. 2. **PALACÍN**, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

historiador, o mínimo de respeito. Olhando o passado que espelha, o historiador o transpõe à curiosidade do presente.” (DIAS, 1979 apud AIRES NETO, 2009, p. 74).

Quase ao final do livro, Aires Neto pontua que a ação terminará por fomentar discussões para pesquisas acadêmicas e decreta que “se abram as portas do Tribunal da História para o julgamento dos julgamentos. E tudo não será eternamente igual, sempre...” (p. 151). Nesta última frase está embutida uma vontade clara de reescrita da História, não no sentido explicado por Rüsen (2011) como um passado podendo ser melhorado, mas numa orientação de reescrita para mostrar a “verdade verdadeira dos acontecimentos de São José do Duro.” (GARCIA apud AIRES NETO, 2009, p. 32). Sua expectativa é a de que a História julgará e revelará a verdade, não apenas sobre seus antepassados, mas que, principalmente, trará à luz as inverdades realizadas pela narrativa de Bernardo Élis, tendo em vista de que é ao processo que o descendente que se sente insultado está se referindo.

Há que se observar, todavia, que se a narrativa d’*O Tronco* é ambígua por um lado, quanto às responsabilidades individuais, por outro torna evidente a discussão sobre a política e as estruturas de poder, aduzindo sobre situação e oposição sem afirmar, de forma explícita, que um deles é melhor que outro, ao contrário, tenciona mostrar que o que muda são os grupos que ocupam o poder e não os respectivos procedimentos. Os favorecimentos, as isenções de impostos, os cargos públicos são moedas para trocas de favores que só estarão erradas se forem feitas pelos outros. Quando o grupo que está no poder procede desta maneira atinge o outro que anteriormente ocupou o cargo e que assim também agia sem nenhum pudor. Afinal, errados são os outros.

Não restam dúvidas que a literatura, especificamente *O Tronco* de Bernardo Élis, redimensionou a História e a Memória de Goiás. Redimensionar é criar novos contornos, formatos e amplitudes; é também construir algo novo. As violências ocorridas em São José do Duro não são conhecidas tendo por base a História ou a Memória construída pela família Wolney, que teve diversos membros de sua família mortos no instrumento de suplício usado em épocas de exploração de mão de obra escrava no território goiano, mas o romance de Bernardo Élis. É certo que a vitória de Bernardo Élis à cadeira da Academia Brasileira de Letras auxiliou a tornar sua obra mais conhecida em âmbito federal contando, para tanto, com o apoio de lideranças que se opunham à candidatura na Academia do ex-presidente Juscelino Kubitschek, como o General Geisel, presidente do Brasil à época e o General Golbery do Couto e Silva, o chefe da Casa Civil (COUTO, 2013). Todavia, não houve à época uma adesão mais

vigorosa à leitura de seu livro por parte do grande público recebendo, mesmo da academia, pouca atenção, exceção que pode ser feita à historiadora Dalísia Doles que, em 1977, publicou um ensaio onde trata dos acontecimentos. Ainda assim, a vitória de Bernardo Élis junto à Academia Brasileira de Letras representou a forma como seriam compreendidos, doravante, os eventos do Duro; de modo especial, como bem perceberam os netos de Abílio Wolney, após a exibição do filme homônimo ao livro.

No entanto, os descendentes-autores entendem que contar uma história muda tudo: passado, presente e futuro. E não é outro o seu desiderato, pois o que querem com suas narrativas é modificar a maneira como as pessoas do presente compreendem os acontecimentos passados; a consequência direta da modificação do presente e do passado é a abertura de novas perspectivas de futuro. Compreendem, aqueles autores-parentes que desmentir o romance de Bernardo Élis é o empreendimento no qual devem se engajar para modificar o conhecimento histórico que se tem sobre os acontecimentos, “pela honra dos mortos, que reflete na honra dos vivos.”¹³ (AIRES NETO, 2009, p.11) Estes autores querem, e não escondem seus objetivos, fazer com que outra História seja conhecida, e que esta sim, passe a fazer parte da vida social, do estado do Tocantins e, de modo especial, da cidade de Dianópolis. Querem que se torne experiência partilhada pela leitura. Pensar em modificar a História por meio da Literatura é porque parte-se da premissa que a Literatura construiu ou tem possibilidades de construir a História.

As análises das duas obras mencionadas têm em vista também compreender o porquê do silêncio dos familiares em relação a Coelho, o escrivão-memorialista, tendo em vista que os conteúdos de ambas as narrativas não modificam, com grande grau de relevância, as responsabilidades que parecem atribuir à família Wolney. Ainda assim, é apenas o literato o alvo das acusações, demonstrando que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação.” (POLLACK, 1989, p.13)

A utilização da obra de Bernardo Élis pelos poderes instituídos à época da escrita e divulgação de seu romance pode ser também um dos fatores que faz com que apareça mais sua narrativa em detrimento de outras que apenas vieram muito depois e, mesmo a de Coelho que lhe foi anterior cronologicamente e que, diferentemente de Élis, não tinha poder sozinho para divulgar sua versão dos fatos. Esta é outra interpretação

¹³ Texto da propositura da queixa-crime dos netos de Abílio Wolney contra a divulgação do filme *O Tronco*.

que pode ser dada em relação à reduzida tiragem de *Expedição*: os grupos que estavam no poder à época não teriam se interessado em alardear a inocência dos representantes goianos que foram em Comissão à Vila. Numa política de conciliação teria havido, portanto, a “permissão” de publicação da obra de Coelho que inocentava os Caiado quanto à chacina, mas ao mesmo tempo, deu à mesma obra o devido descaso – pelo silêncio – na falta de incentivo à maior tiragem para ampliação do conhecimento do seu conteúdo narrativo. Além disso, havia também a necessidade de conciliar com o coronel Abílio Wolney que já havia sido reintegrado aos quadros políticos oficiais junto aos revolucionários de 30 na condição de prefeito em Barreiras – BA pelas mãos do interventor federal daquele Estado, Juraci Magalhães. A publicação de *Expedição*, portanto, servia ao interesse de conciliação do governo de 1937 com as duas partes que estiveram em conflito no passado.

O silêncio acerca de Coelho não se dá por desconhecimento de sua obra, pois no *Tribunal da História* Aires Neto ao relatar sobre quais teriam sido os informantes dos fatos ao literato cita-o como o “escrivão da Expedição criminosa de 1919, Guilherme Ferreira Coelho” (Aires Neto, 2009, p. 16), colocando-o juntamente a Sebastião de Brito Guimarães, “soldados” da polícia dos Caiado e alguns inimigos políticos. Assim, coloca-o juntamente com os elementos que ajudaram a erigir uma falsa narrativa sobre os familiares; no entanto, em todo o *Tribunal* esta é a única alusão ao escrivão, a de informante de Élis. Esta postura é compreensível se se levar em conta que a disputa na justiça é para o prevalecimento da Memória sobre a Literatura porque a primeira expressaria a verdade sobre os acontecimentos, pois estaria amparada em testemunhos daqueles que viveram, enquanto a segunda por não ter comprometimento com o verídico e não ter ouvido os habitantes do Duro se absteve de contar como tudo realmente ocorreu.

Aires Neto não discute a veracidade da Memória, mas a não veracidade da Literatura que foi utilizada para forjar uma falsa Memória que se transformou em História sobre os acontecimentos. Se *Expedição* tem caráter de memória pessoal em que o próprio autor foi também um ator dos acontecimentos que viu e viveu o que relatou, discutir a obra abriria espaço para a discussão do valor dos testemunhos e esta não era a pauta da ação. A não discussão de *Expedição*, portanto, não é feita por ser vista como inofensiva, mas por não poder ser possível invalidá-la sem invalidar os próprios argumentos.

Os falsos testemunhos, [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis.
 (...) [...], o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história. (RICOEUR, 2007, p. 40 e 41)

As análises do tipo de enredo construído e o que intentavam, ideologicamente, com suas estórias/histórias, devem conseguir clarificar a repercussão que teve a obra de Bernardo Élis, enquanto o livro de Guilherme Coelho é um quase desconhecido do grande público, apesar de bastante conhecido e citado nas narrativas sobre o tema. Com relação aos fatos, Élis e Coelho denotam fina sintonia, especialmente quando *O Tronco* mostra o cenário da Vila de São José com a chegada da Comissão. Ambos relatam a tensão existente, “a verdadeira praça de guerra” (COELHO, 2008, p. 87) em que “A Vila do Duro era um verdadeiro formigueiro” (ÉLIS, 2008, p. 72), embora destoem de outras narrativas. O relatório do juiz Calmon, por exemplo, dá conta ao governo do Estado que “A nossa entrada ali foi feita, graças a Deus, sem acidente algum. A vila estava quase deserta [...]” (CALMON apud COELHO, 2008, p. 129).

O exemplo acima é um dos vários que podem ser dados da invariabilidade das duas narrativas com respeito aos fatos, dando a ver que Bernardo Élis tomou muitas afirmações da memória como verdades e as transpôs para a Literatura. Obviamente que toda transposição leva a nova composição de orientação de sentido, mesmo porque ambas têm diferentes objetivos narrativos. De acordo com relato de Abílio Wolney Aires Neto, Bernardo Élis estava munido de tanta convicção da veracidade de sua própria narrativa que numa conversa entre ambos, na residência do literato, informou ao neto de Abílio Wolney que “Planejava absorvê-lo [*O Tronco*] num livro futuro como capítulos da História de Goiás, revendo alguns informes.” (AIRES NETO, 2009, p. 19)

1.2 A configuração do enredo e o foco narrativo de Bernardo Élis.

O enredo construído pelo autor e levado a cabo pelo narrador teve sua organização feita conforme demonstrado na tabela de eventos (em anexo): o inventário, a comissão, a prisão e o assalto. A narrativa apresenta uma organização linear, ou seja, respeitando a cronologia dos eventos. Alguns *flashbacks* ocorrem durante a trama, mas que, de modo algum desestruturam a lógica dos acontecimentos, antes o que o autor consegue com isto é dar um reforço às ações dos personagens. Em outros termos: há obediência à ordem de começo, meio e fim; nesta obra o fim não pode ser explicitado sem o conhecimento do início e que, no entanto, só se faz uma narrativa “significativa” se ancorada pelos eventos intermediários. Aqui focalizo o enredo enquanto categoria

estruturante da narrativa em prosa, ou seja, a narrativa sendo “o ato verbal de apresentar uma *situação inicial* que, passando por várias transformações, chega a uma *situação final*.” (Mesquita, 1987, p. 21, grifos da autora) Esse tipo de narrativa é conhecido como tradicional, respeita a cronologia e privilegia a facilidade de compreensão da história. O leitor não tem percalços e não se perde em muitas reflexões, os fatos estão aí e basta que sejam seguidos para serem compreendidos. Mesmo os *flashbacks* não são desnorteantes, antes ajudam na organização do tempo na narrativa, dá a ver o passado.

Os eventos presentes no romance em análise foram baseados em ocorrências que realmente tiveram tempo e lugar no nordeste do estado goiano, apesar de sabermos todos que a ficção por mais inventada que seja terá sempre vinculação ao real, bem como, “o enredo mais delirante” partirá da realidade; uma não prescinde da outra. (Mesquita, 1987, p.14 e 19) Nesta sucessão de fatos, pretendo isolar para discutir, menos o que Élis narrou, do que a forma como narrou. Os “acontecimentos em si” não foram criação do literato, mas o enredo sim, pois este é sua criação que, por sua vez, orienta a forma de condução da história e, portanto, o sentido dado à narrativa.

O romance é iniciado¹⁴ com Vicente Lemes¹⁵ (o futuro herói da trama), coletor estadual, olhando os autos de um inventário e indignado pela omissão de bens realizada pela viúva. Linhas depois, em diálogo com o juiz municipal, mostra sua exigência que será vista como afronta, para o arrolamento de todos os bens, a qual é prontamente assinada pelo juiz. Em tempos em que a norma era conciliar com as vontades dos coronéis para prosseguir vivendo, alguém, de classe e posição social inferiores, teve a coragem e ousadia de se insurgir contra suas ações imorais e ilegais. Coletor e juiz concordam que esta ação vai dar problema frente a Arthur Melo, o coronel local. De qualquer modo, – continuam dialogando – Vicente Lemes teria problemas: se não aceitasse o inventário como este estava seria acusado de perseguição; se o aceitasse, Vicente, homem honesto e pouco afeito a desavenças, seria acusado de roubo como, há pouco tempo, o coronel tinha feito no caso de uma boiada, que o coletor atendendo a seu pedido, havia diminuído a cobrança de um imposto de passagem. O coletor que há tempos apenas seguia as ordens dos coronéis locais, não aguentava mais aquela

¹⁴ Mesmo com a advertência de White (2014) de que sempre haverá uma falha de intenção em qualquer tentativa de representar “as coisas como são”, não posso me furtar de apresentar um breve resumo (na tentativa de narrá-lo como ele é na narrativa de Bernardo Élis) neste momento.

¹⁵ Os nomes dos personagens estão condizentes com a obra de Bernardo Élis. Quando houver a necessidade, colocarei os nomes reais. Os que não tiveram os nomes modificados são os que estão relacionados à narrativa, mas que não fazem parte das ações visíveis que animam a estória, como é o caso de todos os políticos citados: Caiado, Eugênio Jardim e outros.

situação: as leis eram para todos e não apenas para alguns. Não podia mais se calar, abaixar a cabeça e consentir, mesmo sabendo que receberia represália, precisava lutar. Na verdade, no passado, quando obedecera ao coronel, não conseguira como pretendia, fugir à desavença, apenas a adiar, pois seu caráter o impeliria a um inevitável confronto com os poderosos locais.

Em sequência, o narrador traça o panorama político da época e para isso remete ao passado dos acontecimentos de modo a demonstrar como o quadro político atual foi montado. A política goiana era primazia dos Bulhões até 1909-1910 quando houve mudança do poder para outra oligarquia, agora os que mandavam eram os Caiado. Os coronéis que, há muito, reinavam em São José do Duro eram os Melo, ex-aliados dos Caiado e, hoje, seus opositores. Após a “revolução estadual de 1909” o nome de Artur Melo foi indicado à Presidente do Estado de Goiás, mas seus correligionários, Totó Caiado e Eugênio Jardim, discordaram da indicação e houve rompimento das relações políticas. A perseguição política prosseguiu quando, no pleito que se seguiu à revolução, o coronel Artur Melo elegeu-se Deputado Federal por Goiás e pela Bahia, mas foi depurado do cargo pelos Caiado no Rio de Janeiro. Artur dispôs-se a encarar seus opositores instalando-se na Cidade de Goiás, lá fundando um jornal de oposição. Todavia, como os cargos municipais e de representações estaduais foram ocupados por opositores dos Melo e aliados do governo na Vila do Duro, obrigou-se o coronel a abandonar sua oposição na capital do Estado e retornar à Vila para que lá pudesse permanecer defendendo seus interesses.

Pequenas disputas foram sendo travadas até que ocorreu o embate entre coronéis e as autoridades constituídas no Duro, quando os coronéis Melo, juntamente com seus homens, adentraram o Cartório de Órfãos com a intenção de finalizar o inventário de Clemente Chapadense à sua maneira e não sob os moldes exigidos pelo coletor, colocando o juiz sob a mira de suas armas. Vicente ao avistar o movimento no cartório, para lá correu e exigiu que ele mesmo entrasse, pois o assunto lhe dizia respeito. O juiz foi feito refém pela violência de Artur, mas Vicente se fez refém por sua hombridade e responsabilidade frente às próprias ações.

Mesmo sob a ameaça de não mais comer, nem beber até que seu pedido para o arrolamento dos bens fosse modificado conforme queria Artur, Vicente resistia, não apenas em refazer a documentação, mas também à sua vontade de sacar da Browning que estava em seu bolso. Apenas não procedeu desta maneira, pois o que conseguiria era apenas matar Artur, morrer ele próprio, o juiz e outros companheiros, e a situação de

injustiça permaneceria, pois o velho Pedro Melo ficaria vivo e fazendo o que sempre fez: mandando em tudo e todos e mandando às favas, a lei. Não, não poderia reagir ou não haveria, no futuro, justiça. Na posteridade seria lembrado como alguém que se impôs frente aos poderosos, mas que não modificou o estado das coisas. Assim, após horas de tensão e ameaças, o coronel Artur sai do cartório com o inventário finalizado como pretendia, mas apenas depois que o juiz Valério convenceu Vicente que aquilo era o melhor a fazer naquele momento, pois podiam, saindo dali, “[...] fazer uma representação ao governo, exigindo punição para esses bandidos [...]” (ELIS, 2008, p. 54).

Quem então governava o estado de Goiás era o desembargador João Alves de Castro, aliado dos Caiado. Na Vila de São José do Duro as decisões eram tomadas, anteriormente, como queriam os Melo, mas com as autoridades locais empossadas por Eugênio Jardim, também caiadista, a situação dos coronéis locais não se adequava aos moldes a que estavam habituados. Desta maneira, não é de se estranhar o procedimento relatado pelo coletor e pelo juiz. As razões dos Melo são mais facilmente percebidas se se pensar que viam seu poder se esvaír sob suas vistas e pior ainda, sob vistas alheias. Necessitavam, em seu entendimento, tomar uma posição mais forte frente às autoridades que os afrontavam não fazendo o que mandavam. Assim, o narrador vai dando a entender que as ações dos poderosos locais no cartório não fugiam a certo padrão existente numa época em que a autoridade máxima nas localidades mais retiradas dos grandes centros era o coronel. Já as queixas feitas pelos funcionários estaduais ao governador não poderiam deixar de serem feitas, sob pena de que, doravante, tivessem que se submeter a todas as ordens dos Melo frente a qualquer processo.

O coletor e o juiz municipal Valério Ferreira pedem, então, a intervenção estadual sob a alegação de que o processo foi finalizado sob a mira de armas dos coronéis e seus jagunços. Artur, posteriormente, se defende afirmando que teria entrado desarmado no cartório e que se sentindo ameaçado por um gesto do magistrado tomou-lhe a arma, passando a resolver a situação a seu modo, de forma justa. A chegada e estadia da comissão de apuração estadual foram turbulentas, mas a confiança de Vicente no poder das leis e no alcance da justiça foi restaurada; estava feliz e confiante. Todavia, após uma negociação entre os Melo e o juiz Carvalho (enviado pelo governo) que foi não cumprida pelo último, ocorreu invasão à fazenda dos Melo e o velho coronel Pedro Melo foi assassinado juntamente com um empregado. As mãos assassinas são dos

policiais. O medo passa a imperar na pequena vila, Vicente também se aflige, pois sabe que os policiais agiram fora da lei, que o juiz descumpriu o acordo, e ele mesmo não pode ser conivente com a covardia e desonestidade. De posse destas convicções éticas, entende que o pior está por vir.

O filho do coronel Pedro, o coronel Artur Melo se alia a jagunços já seus conhecidos para atacar a cidade e vingar a morte do pai. Muitos moradores fogem para salvar suas vidas, incluindo o juiz Carvalho e sua comissão, à exceção dos policiais que deixou para cuidarem da ordem na Vila. Os policiais aprisionaram, então, nove pessoas (parentes e amigos dos Melo) a um tronco de madeira forte e ameaçaram matá-las caso a cidade fosse invadida. Promessa feita e cumprida quando os aliados do coronel Artur atacam a cidade. Mais uma vez, Vicente Lemes sofre. Seu sofrimento se dá por ver que, novamente, a justiça não foi feita e o que estava ruim foi, de fato, piorado. Sua consciência lhe cobrava pelas vidas ceifadas e por aquelas que estavam em risco. Sentia medo, queria fugir, resistia. Seus dilemas são éticos, não poderia fugir e deixar a população desprotegida e a mercê daqueles soldados. Precisava ficar, queria partir. Mesmo com toda essa conturbação mental, não se dá por vencido e permanece tentando minorar os sofrimentos daqueles que permaneceram, especialmente das mulheres que eram os alvos mais fáceis.

Não consegue proteger a todos; muitos morrem e as leis são, mais uma vez, letras mortas naqueles rincões. Instado pelas mulheres a empreender sua própria fuga, resiste heroicamente, pois não quer deixá-las sozinhas. Quando se apercebe que sua estadia é que poderia levá-las à morte, foge do mundo do qual fazia parte e é obrigado a se dirigir a outro que lhe é, senão desconhecido, mas vazio dos entes queridos e dos bens que possuía, pois escapa deixando não só seus haveres, mas ainda, esposa e filha. Surpreendentemente, após tudo isso, ao final ainda está otimista, pois sabe em seu íntimo que a luta era necessária, precisava acabar com o domínio do coronel Melo para que as leis pudessem vigorar para todos e não apenas para alguns. Sem luta não haveria expectativa de mudanças. As mudanças imediatas na Vila foram para pior, mas as ações do presente ensejavam novas possibilidades de futuro e de justiça para todos.

A narrativa, portanto, parte da situação inicial com a apresentação dos personagens em seu contexto social, cultural, familiar e as *consequentes* características morais e físicas de cada um. Neste mesmo sentido de orientação narrativa, o literato descreve episódios anteriores àquele momento em que iniciou a narrativa: tudo para contextualizar os acontecimentos que narraria. O que desequilibra esta situação inicial e

dá ensejo à narrativa propriamente dita é a atitude de Artur Melo de não aceitação das exigências feitas e invasão do cartório para a resolução do processo sob os seus moldes. As transformações subsequentes levam ao desfecho que apresentará um novo equilíbrio diferente da situação inicial, mas mesmo assim um equilíbrio.

As acusações que pesavam à Elis eram relativas às ênfases dadas a um ou outro aspecto, à forma que organizara seu enredo e, até mesmo, ao fato de haver feito uma narrativa; posteriormente, quando *O Tronco* passa a ser História, a verdade do que conta também se torna ponto de discussão, passando a ser importante e sendo exigida a sua exibição clara. Fuentes (2007) explica que a literatura já recebeu as mais diversas cobranças no que tange a não ser entendida como suficientemente realista. No entanto, segundo Fuentes, não é o dado e o existente que, efetivamente, mostrariam a realidade na literatura, pois o que gera a produção do clássico literário é o que vai além e “acrescenta algo à realidade, mas uma realidade que, muitas vezes, não é imediatamente perceptível ou material.” (FUENTES, 2007, p. 18)

O romance não mostra nem demonstra o mundo, senão que acrescenta algo ao mundo. Cria complementos verbais do mundo. E, conquanto sempre reflita o espírito do tempo, não é idêntico a ele. Se a história esgotasse o sentido de um romance, este se tornaria ilegível com o passar do tempo e com a crescente palidez dos conflitos que animaram o momento em que o romance foi escrito. (FUENTES, 2007, p. 19)

Abaixo as palavras de contundente crítica de José Godoy Garcia (1997), crítico literário, contista, romancista e amigo da família Wolney, que acusa Élis de não deixar que os acontecimentos ficassem registrados apenas como crônicas:

Se Bernardo Élis não vem ficcionar sobre esses acontecimentos do norte de Goiás, seriam apenas fatos históricos já gravados pelos cronistas. Como fato romanceado, pertence *O Tronco* à historiografia literária [...]. A imagem criada pela literatura é uma imagem viva e pertencerá ao acervo histórico legendário de um povo. (GARCIA, 1997, p.58).

A crítica de Garcia compreende a História como uma compilação de acontecimentos, ou seja, uma listagem de eventos. Em outras palavras fica entendido que para ele a história não faz – ou não deve fazer – narrativa de eventos, ela simplesmente, compila os dados/fatos e os ordena cronologicamente. Feita desta maneira, ela, a História, é inofensiva, neutra, objetiva e verdadeira. Sua objeção não é, portanto, quanto ao conteúdo, mas quanto ao enredo de romance produzido por Élis e isso, talvez, por entender que o romance mostrou mais da realidade do que poderia ser mostrado em outra escrita, pois conseguiu dar a ver uma realidade não-visível. Garcia

faz, ainda, outras oposições à narrativa d'*O Tronco* que têm que ver com o posicionamento ético-político de Élis e, novamente, não o conteúdo.

Por outras palavras, trocar a forma narrativa é, também, trocar o significado produzido por ela. Se se compreende que as diferentes estratégias explicativas levam também a conclusões diversas sobre o porquê de se haver acontecido o que aconteceu, depreende-se em consequência que a forma como a linguagem é empregada é, portanto, o que diferirá ou não as narrativas analisadas. Explica White (2014, p. 15 e 16) que em todo discurso realista ou imaginativo existe um elemento trópico, elemento este que todo discurso realista tenta fugir, pois o tropo é sempre o desvio de um sentido possível em direção a outro sentido do que seria correto e verdadeiro. O objetivo do discurso é não apenas decidir o que contará como um fato, mas também determinar o modo de compreensão mais adequado ao entendimento do mesmo. Uma das conclusões a que o autor chega é que “os melhores fundamentos para escolher uma perspectiva da história em lugar de outra são em última análise antes estéticos ou morais que epistemológicos.” (1992b, p.14) Wayne Booth¹⁶ também insiste que há diversas maneiras de se contar uma história e que a escolha desses modos dependerá mais “dos valores a transmitir e dos efeitos que se busca desencadear.” (LEITE, 2001, p. 17)

Acontecimentos simplesmente dispostos e encadeados numa lista não podem ser ditos como História. A “história em si” não é imediatamente acessível ao historiador ou ao literato, a acessibilidade ao passado é mediada pelas evidências/fontes. No entanto, as fontes históricas também não falam por si, esta é uma ação a ser executada pelo historiador e ele ao narrar, o faz em nome destes dados que junta e molda numa integridade que é na sua representação puramente discursiva. O processo de juntar as partes dos eventos num todo compreensível que servirá de “objeto de uma representação é um processo poético.” (WHITE, 2014, p.141). Ou seja, a representação histórica não é uma verdade absoluta que não necessita de intermediários para lhe dar voz, sendo que o historiador ou qualquer outro que o faça, o realiza apenas de forma discursiva. Os atributos estilísticos próprios de cada historiador são dados à sua obra. Seguindo as explicações de White (1992b) compreende-se que no processo da construção do objeto histórico, este antes é prefigurado como objeto de percepção mental e que esse ato poético (precognitivo e pré-crítico) é inseparável do ato linguístico, o que por sua vez é a preparação do campo para um tipo particular de interpretação.

¹⁶ BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Arcádia. Lisboa: 1980

O enredo é, portanto, ordenado e organizado de modo que controle a narração, ordene os fatos, decida a perspectiva, “o ponto de vista, o foco narrativo a partir do qual se focaliza a matéria narrada.” (MESQUITA, 1987, p.34) O ponto de vista é dado pelo narrador que detém o foco narrativo, mas pode, também, em alguns momentos ser transferido para algum personagem. Estes aspectos do enredo são encontrados nas narrativas literárias e históricas. No caso específico d’*O Tronco* de Bernardo Élis sua escolha recaiu, como fica claro na estrutura dos eventos elencados, numa bem urdida mistura de enredos durante o processo narrativo, mas que dá ao final uma visão de conjunto de elaboração de enredo do romance vazado pelo modo trágico¹⁷, mas sempre realista. Da mesma maneira que a intriga vai sendo construída com o recurso de misturas que tendem a dar a forma final, ou seja, o todo narrativo/ a unidade, também o foco narrativo vai variando ao longo da história, mas há o predomínio da sabedoria do narrador.

No capítulo I intitulado *O inventário* o literato explicou o que estava acontecendo como um *romance*. Construiu um herói romântico (Vicente Lemes) que, embora vivendo numa época de coronelismo como caracterizado por Élis, transcendia à própria experiência lutando contra o que parecia inevitável, mas o caminho que construía visava à vitória do Bem contra o Mal e, naquele momento, para os que não conheciam o final da história, a vitória parecia possível. Vicente não aceitar o inventário como estava – havendo distorções quanto às propriedades relacionadas – já foi uma atitude heróica, pois nos tempos em que vivia calar-se perante as injustiças era um ato de sobrevivência e isso é demonstrado pelo narrador logo nas primeiras páginas, mas vai reforçando o valor moral desta ação ao longo das páginas que se seguem. Até mesmo a morte de Vigilato, assassinado pelo tio, o velho coronel Pedro Melo, é contada (por meio de rememoração) reforçando o heroísmo de Vicente que sabe que sua atitude será vista como uma afronta passível de morte. De qualquer forma, o narrador usando de mais um *flashback*, torna Vicente alguém de não tão difícil entendimento e negociação, mas que, todavia, quando vê suas tentativas de manter a paz serem denunciadas como atos de desonestidade, veste-se de brios e muda seu procedimento. O pedido de intervenção feito pelo juiz, pelo coletor e alguns aliados é reforçado com a saída dos personagens da pequena vila enquanto aguardam a resposta de Eugênio

¹⁷ As categorias adotadas por Hayden White e utilizadas neste trabalho advém, por sua vez, de Northrop Frye em *The Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton, Princeton University Press, 1957. Versão brasileira: *Anatomia da Crítica. Quatro ensaios*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo, Cultrix, 1973.

Jardim. É pelas suas ações que Vicente Lemes se difere dos demais, é por suas diferenças em relação aos demais que se individualiza no decorrer de toda a narrativa, pois “[...] é pela ação que o homem sai do universo repetitivo do cotidiano em que todo mundo se parece com todo mundo, é pela ação que ele se diferencia dos outros e que se torna indivíduo.” (KUNDERA, 1988, p. 27)

No capítulo II intitulado *A comissão*, o enredo romântico permanece, pois apesar de todos os percalços e lutas em busca da justiça, o encaminhamento permanece sendo o da iminente vitória do Bem. Há inclusive, vários momentos, em que o otimismo de Vicente quanto ao acerto do pedido de intervenção é demonstrado com bastante clareza.

Vicente era um dos que não dormia. Voltava de maneira bem diferente de como saía. Tinha saído corrido como um cachorro sem dono, com Artur os ameaçando como se fossem criminosos ou vagabundos. Agora entravam de topete levantado. Os Melos viam o que era governo; o povo ficaria sabendo que na terra havia justiça e leis capazes de submeter o vice-rei do Norte, o poderoso Coronel Pedro Melo. (ÉLIS, 2008, p. 69 e 70)

A rigidez de disciplina imposta pelo juiz Carvalho durante todo o trajeto permaneceu após a chegada ao Duro, não se admitindo bravatas dos soldados ou quaisquer moradores que demonstrassem menos juízo, menor prudência. O narrador mostra o respeito da comissão, sob a pessoa do juiz, para com todos. O juiz fazendo questão de manter certa distância dos moradores, fossem aliados ou opositores aos coronéis locais, demonstra que sua atitude era de neutralidade, pois estava ali para fazer com que se cumprissem as leis, estas mesmas, ilibadamente neutras e, portanto, absolutamente, justas. A dispensa verbal feita ao promotor Imbaúba, ainda no trajeto, foi oficializada após a chegada à Vila como algo que não poderia deixar de ser feito, pois o mesmo adentrara a vila, após lhe ser concedida a permissão pelo juiz, “montado num burrão de oito palmos de altura, cria de Lagoa Dourada, sem chapéu, envolto na bandeira nacional, tendo na mão um papel que depois se soube ser a Constituição Estadual.” (ÉLIS, 2008, p. 74) Enfim, nas palavras do juiz: um louco. As longas distâncias a serem percorridas no lombo dos cavalos e a dificuldade de comunicação só engrandecem os atos de todos os que estavam determinados a agir com retidão. A ida do juiz Carvalho à Fazenda Grota para, pessoalmente, buscar o processo, mesmo sendo de seu conhecimento que estava rodeada de jagunços, faz deste magistrado, inicialmente, uma figura tão heróica quanto Vicente. No entanto se, na chegada, esta é a impressão, logo é dissipada com atitudes menos íntegras e altruístas:

O que Carvalho não podia admitir era um fracasso de sua missão. Estava ficando velho, precisava tirar o pé da miséria. Não podia perder a confiança de João Alves de Castro. Se vencesse, talvez até conseguisse eleger-se deputado federal, ir para o Rio de Janeiro, rever os parentes, os amigos do Espírito Santo. (ÉLIS, 2008, p. 93)

De qualquer forma, se estas são as intenções do juiz (devidamente explicadas pelo narrador), não são compartilhados por Vicente. Este último quer a justiça, apesar de não titubear em mostrar que certa desforra também faz parte do que acredita ser um processo justo. No final do capítulo – na última página – o juiz volta a ponderar (agora ele mesmo pensa e não mais o narrador) sob os mesmos moldes de só haver uma decisão a ser tomada: prender os réus e levá-los à Capital. “Assim cumpriria a missão, conquistaria a confiança de Totó Caiado, talvez fosse eleito [...]” (ÉLIS, 2008, p. 109). De posse destes pensamentos, o juiz avisa ao promotor que o pessoal estava fugindo e que, talvez, fosse hora de se pedir a prisão preventiva, mas, isto era função do promotor e não do juiz, deixa claro Carvalho.

No capítulo III *A prisão* há uma guinada drástica dos acontecimentos e o que parecia ser a já esperada vitória, – onde o herói que transcendeu à própria experiência conseguia por meio de seus atos a construção de um mundo melhor – torna limitadas suas percepções de mundo e tempo e, portanto, suas ações e expectativas para e quanto às modificações que entende serem necessárias. Neste capítulo é relatado um conjunto de eventos que vai modificando todo o andamento da situação e o que, até então, era um romance em que o herói já divisava a vitória do Bem que ele próprio representava, é narrado como um romance que ruma para uma *tragédia*, onde a vitória do Bem não é desacreditada, mas adiada, pois determinada por forças exteriores. Vicente Lemes corre todo o tempo desesperado com o desenrolar dos acontecimentos, a justiça não apenas não foi alcançada, mas agora a injustiça não tem mãos certas, ambas as partes procedem com deslealdade, covardia, egoísmo e crueldade. Quando a Fazenda Grota é invadida e há o assassinato do tio do herói (o coronel pai), não apenas Vicente, mas todo o vilarejo intui que a situação irá piorar e muito. “Agora Artur atacaria o povoado para vingar a morte do pai.” (ÉLIS, 2008, p.128) O clima da narrativa se modifica e impera a desesperança e o medo. “[...] Carvalho velho, tão valente, tão destemido, Carvalho já lá ia de arribada!” (ÉLIS, 2008, p. 138), “Saía como fugitivo. Isso mesmo: como fugitivo!” (ÉLIS, 2008, p. 140). A tristeza de Vicente em expor o fim de seus sonhos é patente neste parágrafo:

Inda ontem entrava ao lado de Carvalho, todo garboso, mostrando o valor da autoridade, provando que não era somente a violência que imperava no mundo, afirmando que Artur e seu pai não eram os vice-reis que se diziam. Afinal, naquela tarde, Vicente Lemes se encontrava novamente no desamparo, cara a cara com a truculência. E em condições mais difíceis: tendo que responder por crimes que não cometeu. (ELIS, 2008, p. 139)

Neste ponto dos acontecimentos o romântico herói se torna trágico, ou seja, da convicção da vitória e crença no alcance da felicidade, transmuta, em razão dos acontecimentos que não pode controlar, para a agonia das incertezas. Os soldados tomam conta da situação e não dão ouvidos a Vicente em suas ordens, pedidos e, por fim, súplicas para que não matassem os reféns presos ao tronco. A velha Aninha (esposa do falecido Pedro Melo, mãe de Artur, além de avó de um dos reféns – o menor de idade – e parenta e amiga de todos os outros presos ao tronco) não dá descanso ao sobrinho Vicente, fazendo-o ficar em idas e vindas ao casarão da família Melo para ouvir suas queixas, choros e pedidos para que o parente interceda no conflito. Todavia, o narrador vai esclarecendo, paulatinamente ao leitor, que a posição do herói não é de senhor absoluto da situação, é limitado, aliás, como todos os homens o são de uma forma ou de outra, numa ou noutra situação. De qualquer maneira, o narrador não coloca Vicente, seu herói, como *absolutamente* ineficiente para sobrepujar a força do mundo, pois se o homem não é *ainda* o senhor do mundo, também não é cativo do mesmo, restam-lhe escolhas. Se Vicente se tornara um prisioneiro físico, no sentido literal do termo, da pequena Vila do Duro, sua consciência permanecia livre e era por ela que seus atos eram guiados.

O trágico na narrativa d'*O Tronco* é apresentado pela condição humana, quando no processo de auto-identificação – identificado no romance –, toma consciência da própria limitação, tornando o homem num ser angustiado, pois compreende que o universo não conspira para uma Ordem final onde as contradições serão resolvidas, na verdade o que experiencia é o Caos. O que torna o herói trágico é a maneira como encara esta nova verdade e ao invés de se sujeitar às tessituras do destino e se aquietar, enfrenta com coragem e determinação ao próprio Caos, ao mesmo tempo em que supera o pessimismo que seria perfeitamente compreensível. Neste capítulo, o trágico inspira ao leitor *temor e compaixão* pelo herói que é mostrado como o bode expiatório dado em sacrifício para expiar os erros humanos, mas no quarto e último capítulo o herói deixa de ser aquele que inspira compaixão para causar admiração ao leitor, pois frente à inevitabilidade do desenrolar da tragédia se dá em sacrifício porque não pode viver de outra maneira. O trágico exprime a

[...] fórmula de afirmação suprema nascida da abundância, da superabundância, um dizer Sim sem reservas, ao sofrimento mesmo, à culpa mesmo, a tudo o que é estranho e questionável na existência mesmo... [...] Eu o expressei ainda no *Crepúsculo dos ídolos*. “O dizer Sim à vida, mesmo em seus problemas mais duros e estranhos; a vontade de vida, alegrando-se da própria inesgotabilidade no sacrifício de seus mais elevados tipos [...]” (NIETZSCHE, 1995, p. 63).

O herói construído por Bernardo Élis é bastante semelhante, neste ponto da narrativa, ao *Édipo Rei* de Sófocles¹⁸. De igual maneira, o herói bernardiano, sob a figura de Vicente, não é perfeito e tem sentimentos de medo, raiva e rancor, mas não se furta de buscar bravamente a justiça. Enquanto vivia na ignorância ou, pelo menos, na obediência cega aos desmandos dos coronéis viveu bem. Conseguiu seu primeiro emprego público através do primo e concunhado Artur Melo, estando ligado aos poderosos locais não apenas por laços de sangue, mas, também, pelo matrimônio e por assuntos profissionais. Tinha uma boa esposa, talvez não a que um dia sonhara, pois no passado enamorou-se pela filha de Pedro Melo que, no entanto, o preteriu por outro. Tinha uma filha e bens imóveis, nada de grande monta, mas o suficiente para lhe garantir uma vida sossegada. Enfim, até que inicia essa intensa luta por justiça, pode-se afirmar que tinha uma vida que poderia ser objeto de inveja por parte de alguns. Sua indignação com o que reputava injusto levou-o a determinadas escolhas que são

¹⁸ O herói trágico de Sófocles – Édipo – também não é um ser humano perfeito, contém suas contradições, suas cóleras, como no momento em que ouve a verdade da boca de Tirésias – que matou o pai, se deitou com a mãe e com ela teve filhos – e o acusa de conluio com Creonte para lhe tomar o reino, pois não entende bem e, também, não crê no que ouve. Édipo sentia, ainda, medo: medo de matar o pai e dormir com a mãe, atraindo para si a condenação dos deuses; por isso foge de Corinto e, inadvertidamente, caminha para o cumprimento de seu destino. Tão logo o povo clama por sua intervenção visando à salvação de Tebas, Édipo responde prontamente que não apenas já tomou providências, mas que seu sofrimento é por todos, ao contrário de cada um que sofre apenas por si mesmo. Deste momento em diante, sua busca pela verdade é irrefreável, pois é sabedor que “[...] a ação mais nobre de um homem é ser útil a seus semelhantes até o limite máximo de suas forças” (SÓFOCLES, 496-406 a.C., p.30). Primeiro, buscava pela verdade do que estava levando a peste para Tebas; depois, busca a verdade acerca da morte do antigo rei que, consequentemente, o leva a indagação sobre si mesmo. O que faz de Édipo um herói tão grandioso é justamente sua infatigável busca da verdade, do valor que lhe dá à medida que vai lhe descobrindo, nada se furtando para alcançá-la. Não ouve nem mesmo sua amada esposa (e mãe) Jocasta quando esta, em meio à grande agitação lhe roga que se livre de suas dúvidas e pare de perseguir aquilo que será a fonte de seus sofrimentos: a verdade sobre sua origem. Livrementemente e, até mesmo, contra os clamores dos que lhe são próximos, Édipo busca e encontra a verdade e, da mesma forma, ou seja, seguindo seus princípios sem nenhum tipo de coação, fura os próprios olhos e roga ao tio-cunhado que o exile da cidade. Quer partir por vergonha, orgulho, mas principalmente por altruísmo, pois é um amaldiçoado que enquanto impuser sua presença ao reino de seu pai, lhe levará – à cidade e seus habitantes – à morte e desgraça, como a peste que então assolava o povo pelos erros cometidos por seu rei atual, ainda que estes erros tivessem sido apenas frutos da ignorância. Assim, enquanto vivia na ignorância, Édipo era feliz e ditoso e será o conhecimento do que antes ignorava que lhe retira a vontade não apenas de ver, mas, mesmo, de viver. SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana*. 15ª reimpressão: 2011. Tradução, introdução e notas: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Disponível em: www.colegiopodium.com.br/blog/wp-content/uploads/.../sofocles-trilogia-tebana.pdf Acesso em 24/10/2016 às 18:41 hs.

caracteristicamente heróicas. Não é a violência que o impele a agir da forma como agiu; suas escolhas são fruto de seu caráter, de suas convicções, sua moral. Assim como Édipo, Vicente também tem que sair de sua terra, do local que foi seu lar até então; não porque lhe é imposto, – apesar de também ser este o caso – mas assim age porque é o melhor que pode fazer pela cidade e pelos moradores. Suas ações são, senão o tempo todo, mas durante a maior parte da narrativa, altruístas.

O procedimento de Élis para explicar os acontecimentos é similar àquele dos historiadores. O historiador explica no futuro mais distante o passado dos agentes sociais, visando, não o momento dos acontecimentos mesmo, mas o futuro destes. Só procedendo desta maneira, a narrativa d’*O Tronco* adquiriu as dimensões que teve na historiografia goiana. Por saber o futuro daqueles acontecimentos, – afinal publicou a 1ª edição apenas em 1956, ou seja, entre 38 e 39 anos depois dos eventos –, é que pode tratar dos fatos a que se ateve como tratou. Contou uma história de uma tentativa de mudar o mundo – ainda que, geograficamente, bastante restrito – como um ato ingênuo e, portanto, um ato tolo que desembocaria numa tragédia e nenhuma mudança para melhor. Reafirmo: este tipo de postura perante quaisquer eventos é próprio do historiador, mas não é apenas ele que procede desta maneira, o literato *se quiser, pois não tem a obrigação de ofício*¹⁹, realiza procedimento idêntico. Bernardo Élis realizou: tratou o passado à luz do futuro dos acontecimentos.

As representações do passado feitas pelo literato foram executadas por meio de orações narrativas, ou seja, de forma que trata de dois acontecimentos separados no tempo, mas com referência apenas ao primeiro deles. Desta maneira, ao escrever a narrativa não expôs a experiência daqueles que a viveram da forma como a viveram, pois sua narrativa vai sempre além dos acontecimentos descritos. Com o uso das orações narrativas Bernardo Élis deu a conhecer o futuro que as pessoas que viveram no evento descrito não tinham a possibilidade de acessarem. A maneira como se utilizou do conhecimento que tinha do futuro dos acontecimentos, também, se mostra idêntico ao dos historiadores. Mudou o tom, a orientação de sentido do que contava, mas não deu a ver o futuro sob descrição e esse tipo de procedimento, de acordo com Danto²⁰ (2014, p.

¹⁹Todos os trechos que coloquei em itálico foram com a intenção de enfatizar as ideias que fui apresentando e discutindo ao longo do texto.

²⁰ O livro *Narración y conocimiento* publicado em 2014 é uma tradução da reedição de 1985 que foi publicada em homenagem ao 30º aniversário do texto original de *Narration and Knowledge* e inclui integralmente o texto de *Filosofia Analítica da História* publicado em 1965.

209), é típico do historiador. Prever o futuro daqueles acontecimentos sob descrição seria impossível e, ainda, retiraria da narrativa d'*O Tronco* o realismo que o autor queria dar a entender aos leitores. O realismo tenta se firmar no que é, na realidade da qual parte, e não no que poderia vir a ser. Apesar de o literato saber o futuro dos acontecimentos à luz do passado que lhe servia de objeto e do presente no qual estava vivendo, intentava em descrever os eventos como se estivessem sendo vistos pelos agentes da época passada.

O quarto capítulo, *O assalto* é o desfecho de toda a narrativa. Neste momento, o autor fecha seu romance vazado pelo modo trágico num processo que iniciou no terceiro capítulo, pois ao longo de sua narrativa, construiu um herói romântico que, se não conseguiu harmonizar o mundo foi porque as condições históricas não lhe foram favoráveis para tanto, o contexto histórico em que vivia Vicente lhe condicionou as ações. Portanto, nesta luta do Bem contra o Mal (no romance) onde o Bem não foi alcançado, a tragédia é uma possibilidade parcial de libertação, não aquela libertação plena almejada pelo coletor, mas a única possível nas condições em que estava inserido. Quando ocorre a invasão do vilarejo pelos homens cooptados pelo coronel Artur e os soldados matam os reféns que estavam presos ao tronco, a antiga divisão existente entre os que mandavam e os que obedeciam e, entre os que tinham poder e os que necessitavam a ele se submeter, torna-se ainda mais evidente e ainda maior do que aquela apresentada no início do romance. A fuga daqueles que lutaram contra os Melo seria, numa sátira, apenas a sentença da imbecilidade romântica. No entanto, ao usar o subterfúgio de alguns diálogos e situações que vão ocorrendo ao longo do caminho com os fugitivos se deslocando de um ermo ao outro, *reafirma* o romance trágico, pois apesar de tudo – e é essa a impressão transmitida ao final do livro –, a luta deixou um aprendizado para aqueles que dela participaram, mas que sob ela não pereceram. Estas pessoas compreenderam que há limites quanto ao que se pode aspirar na busca de equilíbrio no mundo, sabem que há a necessidade de resignação quanto aos limites em que devem lutar. Vicente Lemes entende ao final que não melhorou o mundo, na verdade o piorou – se se imaginar a Vila do Duro como o mundo –, mas algo precisava e foi feito. Ainda não mudou para melhor, mas o futuro está aberto a outras possibilidades e não apenas àquelas tidas até então. Esta abertura para o futuro só estava dada porque houve a luta.

Se para analisar os tipos de enredo utilizei-me das categorias propostas por Hayden White que tomou por base Northrop Frye, para a análise dos tipos narrativos,

ou melhor, do foco narrativo, farei o trabalho utilizando-me da tipologia proposta por Norman Friedman²¹.

Para chegar ao modelo tipológico que sistematizou, Friedman levanta questões que é preciso responder para tratar do “NARRADOR: 1) quem conta a HISTÓRIA? Trata-se de um NARRADOR em primeira ou em terceira pessoa? de uma personagem em primeira pessoa? não há ninguém narrando?; 2) de que POSIÇÃO ou ÂNGULO em relação à HISTÓRIA o NARRADOR conta? (por cima? na periferia? no centro? de frente? mudando?); 3) que canais de informação o NARRADOR usa para comunicar a HISTÓRIA ao leitor (palavras? pensamentos? percepções? sentimentos? do autor? da personagem? ações? falas do autor? da personagem? ou uma combinação disso tudo?); 4) a que DISTÂNCIA ele coloca o leitor da história (próximo? distante? mudando?)” (LEITE, 2001, p. 25)

Friedman, por sua vez, se fundamentou a partir da categoria de autor implícito (criada por Wayne Booth) e sintetizada da forma transcrita abaixo:

Manejador de disfarces, o autor, camuflado e encoberto pela ficção, não consegue fazer submergir somente uma sua característica – sem dúvida a mais expressiva – a apreciação. Para além da obra, na própria escolha do título, ele se trai, e mesmo no interior dela, a complexa eleição dos signos, a preferência por determinado narrador, a opção favorável por esta personagem, a distribuição da matéria e dos capítulos, a própria pontuação, denunciam a sua marca e a sua avaliação. (DAL FARRA, 1978, p. 20)

As categorias propostas dos focos narrativos por Friedman são: autor onisciente intruso, narrador onisciente neutro, “eu” como testemunha, narrador-protagonista, onisciência seletiva múltipla, onisciência seletiva. Claramente se tratará de uma questão de predominância e não de exclusividade. Como já apontado, ainda que brevemente, quando abordei a estrutura narrativa para a construção da orientação do enredo, também quanto ao foco narrativo, as mudanças de perspectiva dadas no romance têm funções bastante específicas para a produção da compreensão do que se lê.

O autor onisciente intruso foi um tipo que Bernardo Élis não evitou usar, tentando apenas não deixá-lo aparecer para chamar a atenção do leitor para si (para o autor), todavia, seu uso foi extenso. Preferiu em sua construção narrativa, dar a parecer ao leitor que a própria história se contava a si. Incluiu num mesmo parágrafo o pensamento de um personagem e a voz do narrador de modo tão imbricado que por vezes é difícil localizar quem conta ou pensa, se o narrador ou personagem.

Mentalmente, Vicente examinava mais uma vez as conseqüências que poderiam advir de sua exigência no inventário. Não estaria fazendo besteira? Não estava com implicância com Artur Melo? Bem, mas o fato é que todo mundo estava falando que a viúva possuía as tais [...] Como muito bem dissera o juiz, era preciso denunciar [...] O prestígio deles era incontestado

²¹ FRIEDMAN, Norman. Point of View in Fiction, the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip, ed. The Theory of Novel. New York, The Free Press, 1967.

desde Pirenópolis até Boa Vista. Tinham tanto prestígio que logo depois da revolução estadual de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para Presidente do Estado de Goiás; seus correligionários Eugênio Jardim e Totó Caiado, entretanto, discordaram da indicação e acabaram rompendo com ele. (ÉLIS, 2008, p. 7 e 8, grifos meus)

Os trechos grifados correspondem ao narrador, enquanto o que não está corresponde ao personagem. No mesmo parágrafo, o literato muda o foco narrativo. Este é apenas um dos inúmeros exemplos contidos no romance. Acima o autor se utilizou do personagem Vicente, mas fez isto, na verdade, ao longo de todo o livro com todos os personagens, desde aqueles que têm maior destaque na trama, os protagonistas, quanto com os coadjuvantes, como é o caso da esposa de Vicente, uma figura coadjuvante no enredo, apesar de diretamente afetada pelos acontecimentos. No trecho abaixo existe não apenas a mudança do foco narrativo, mas a tentativa clara de driblar a percepção do leitor na intenção de tornar o dito verossimilhante. Parece que é Lina quem pensa, mas o narrador é que está expondo o pensamento de Lina. Ao mesmo tempo em que tenta tornar o narrador invisível, entra na mente da esposa submissa e pensa por ela sob o ponto de vista dela. O autor onisciente intruso narra à vontade, tudo vê, tudo sabe, tudo ouve, tudo conta, é um deus, mas no caso de Bernardo Élis, um deus com um quê de modéstia que camufla, muitas vezes, a voz do narrador sob a impressão de que quem relata é o personagem, assim o intruso deixa de sê-lo para adquirir a aparência de neutro.

*Lina quis fazer outras perguntas, mas pela maneira seca como o marido respondeu àquela, percebeu que ele não queria conversa. Estava orgulhado nos seus problemas e só queria saber deles. Por isso, a mulher afastou-se para a cozinha, deixando-o só. Iria fazer seu prato e comer sossegadamente com a filha, *que quando Vicente estava com a vó atrás do toco ninguém não agüentava ele.* (ÉLIS, 2008, p. 7, grifos meus)*

O narrador onisciente neutro se difere do intruso apenas na medida em que evita dar instruções, fazer comentários gerais ou mesmo sobre o comportamento dos personagens. *O Tronco* é riquíssimo no tecer de comentários sobre os comportamentos, mas evita fazê-los pela figura do narrador que narra na 3ª pessoa do singular. Esse se imiscui nos pensamentos dos personagens para passar despercebido, para manter-se neutro mesmo sendo um intruso e para conseguir este efeito usa o estilo indireto. Quando o narrador se coloca como ausente, o autor implícito está presente. O “conhecimento superior” do narrador é que vai enredando a trama de tal forma que consegue mostrar os vícios do atraso e do coronelismo presentes no Goiás daquela época, bem como as consequências desses. Como Bernardo Élis atém-se, de certa

maneira, aos fatos conhecidos e documentados, seu conhecimento diferenciado daqueles dos personagens que trata, tem que ver com o futuro daqueles acontecimentos e não com eles mesmos. A superioridade do conhecimento acerca do que narra não estava disponível aos homens e mulheres presentes n’*O Tronco*.

Apesar de Élis manter seu foco narrativo a maior parte do tempo em Vicente Lemes (o herói romântico-trágico que constrói) não se fideliza apenas a esse, ao contrário, “traduz os pensamentos, percepções e sentimentos, filtrados pela mente das personagens, detalhadamente [...]” (LEITE, 2001, p. 47) e ao fazer isso adquire as características do narrador de onisciência seletiva múltipla, como no trecho acima descrito e que tem Lina como personagem ou numa conversa entre duas antigas moradoras do Duro. Maria Pequena – que era irmã de leite de Dona Benedita (sogra de Vicente e Artur) – e Januária, – ambas caracterizadas como aderentes da velha Benedita – conversavam no “maior segredo” sobre o problema do inventário. Para ambas, tanto Artur quanto Vicente queriam tomar parte do que era da viúva. Em amparo ao que afirmam, lembram uma história passada, quando teria surgido na vila alguém chamado de Félix Bundão para se vingar – e se vingou – de apenas uma pessoa. De acordo com elas, Félix fez o serviço e foi embora, sendo depois acusado do roubo. Mas, importa ver como isso foi mostrado ao leitor.

Ambas riram e a outra completou que não punha a mão no fogo por Artur: – Esses Melos têm parte com o Cão, comadre. Até Félix Bundão eles meteram no chinelo!

O caso era muito conhecido. Félix Bundão era um chefe de bando dos Gerais; um dia entrou na vila para vingar a honra de duas filhas de um amigo que foram defloradas por gente graúda [...] Não tocou numa casa, não buliu numa gaveta, não fez mal nem a uma galinha, não quebrou nem um raminho de planta. Só entrou na casa da vítima e dali meteu os pés na estrada, de volta. Pois não lhe conto nada. Foi Félix virar as costas, olhe o boato correndo: Félix Bundão limpou a gaveta da Coletoria Estadual. O coletor Pedro Melo dizia para quem quisesse ouvir que Félix levava a renda de seis meses da Coletoria.

Aí, Januária arrematou: – Tá vendo a astúcia do coronel? Tudo mentira. Foi ele quem limpou a gaveta e botou a culpa em riba da cacunda do Bundão. (ÉLIS, 2008, p. 37 e 38)

O narrador dá conta de tudo o que acontece e da forma que acontece e, ainda do que aconteceu, conhece todos os pensamentos, sentimentos, fofocas, atos e intenções. Juntou o sentido da conversa das comadres à narração. O trecho grifado é do narrador que está explicando toda a história, no entanto, a conversa das comadres se apropria da voz do narrador como se o caso tivesse sido contado por elas e, todavia, se se retirar o que foi contado pelo narrador o diálogo entre ambas perde o sentido. Este entrelaçamento de vozes demonstra, de forma clara, a onisciência seletiva múltipla do

autor. Ele não sabe apenas sob o ponto de vista de Vicente, mas de todos os personagens, dos mais importantes para a trama até os mais insignificantes, como é o caso da conversa entre as senhoras que em nada influi, de fato, para a narrativa em foco, servindo tão somente para demonstrar a abrangência do conhecimento acerca de tudo o que acontece.

Afirmar anteriormente que quando o narrador se ausenta – ou tenta parecer ausente – o autor implícito já está em cena. Este é um destes momentos e para tanto, neste caso usa o discurso indireto livre. O que o autor intenta quando realiza tal procedimento é ser, de fato,

[...] um Cronista Ideal [...] Ele sabe tudo o que acontece no momento em que acontece, mesmo na mente dos outros. Ele também tem o dom da transcrição instantânea: tudo o que acontece na borda frontal do passado é registrado por ele enquanto acontece e da forma em que acontece. (DANTO, 2014, p. 207, tradução nossa.)

Segundo Arthur Danto (2014), mesmo um Cronista Ideal não conseguiria ser mais completo em suas descrições e, portanto, explicações do que, por exemplo, uma testemunha. O Relato Ideal feito pelo Cronista Ideal é completo, “[...] mas completo no sentido em que uma testemunha poderia descrevê-lo, inclusive uma Testemunha Ideal, capaz de ver de uma só vez tudo o que acontece, assim que acontece, como acontece.” (DANTO, 2014, p. 209) O que Danto torna claro, na verdade, é que além de não existir um Cronista Ideal, mesmo que ele existisse seu relato não seria mais real e verdadeiro do que o relato de uma Testemunha Ideal. Esta é uma estratégia explicativa utilizada quando aquele que descreve, explica os acontecimentos a partir do conhecimento do futuro dos eventos narrados. Este foi o procedimento de Bernardo Élis e é, também, um modo de fazer da História ao descrever explicando os acontecimentos.

O tipo de realismo que Bernardo Élis impôs nesta obra se assemelha ao estilo narrativo de Homero. N’A *Cicatriz de Ulisses* é demonstrado que neste tipo de narrativa o autor pretende

[...] representar os fenômenos acabadamente, palpáveis e visíveis em todas as suas partes, claramente definidos em suas relações espaciais e temporais. [...] há um desfile ininterrupto, ritmicamente movimentado, dos fenômenos, sem que se mostre, em parte alguma, uma forma fragmentária ou só parcialmente iluminada, uma lacuna, uma fenda, um vislumbre de profundezas inexploradas. (AUERBACH, 1976, p. 4)

Bernardo Élis não deixa nada para que o leitor conjecture, pois tudo lhe é mostrado, ao exterior e ao interior é dada a mesma visibilidade; da mesma maneira, “as personagens de Homero dão a conhecer o seu interior no seu discurso; o que não dizem

aos outros, falam para si, de modo a que o leitor o saiba.” (AUERBACH, 1976, p. 4) As inúmeras digressões, – aqueles *flashbacks* produzidos pelo autor – de seus personagens ou acerca deles, têm o objetivo de nada deixar sem explicar. Bernardo Élis faz, ao longo de sua narrativa, inúmeras digressões de maneira que balizem os procedimentos presentes dos personagens e, isto faz com os coronéis, com o coletor, com as comadres, com os vaqueiros, etc.

As mudanças de foco narrativo, ou seja, os diferentes modos de ver os eventos que foram distribuídos a tantos personagens têm a vantagem de dar a ver ao leitor que a visão do narrador é múltipla e, portanto, de certa forma, mais isenta de posicionamentos únicos no que concerne aos acontecimentos numa tentativa de tornar a narrativa objetiva. Todos parecem poder contar uma parte da história com vistas a dar a ver, pela junção das partes, um todo mais coerente, objetivo, real; todavia, é um efeito ilusório. A narrativa realista não consegue dar a ver o real, pois “a língua não copia e nem pode copiar o real” (VICENTINI, 2010, p. 129) e, desta maneira, uma das formas que o autor possui para dar um aspecto que se assemelhe à verdade do que retrata é a correta utilização do foco narrativo.

Kundera (1988) lembra que para a construção de um romance há a necessidade de resolução de um paradoxo da ação. A pessoa mesmo e, neste caso o personagem, não se reconhece em seu ato e também o leitor não o reconhece apenas por meio de seus atos. Há a necessidade de algo mais que resolva a situação. Alguns romancistas resolvem esse paradoxo mostrando o mundo interior dos personagens para dar a perceber a ambiguidade do interior e exterior.

Entre o ato e ele, abre-se uma fissura. O homem quer revelar pela ação sua própria imagem, mas essa imagem não se parece com ele. [...] Mas se o eu não é atingível na ação, onde e como podemos atingi-lo? [...] o romance em sua busca do eu, teve que desviar-se do mundo visível da ação e inclinar-se sobre o invisível da vida interior. (KUNDERA, 1988, p. 28)

Bernardo Élis assim procede com o personagem Vicente. Ao narrar não apenas seus atos, mas também seus pensamentos, ambiguidades e incertezas, o autor erige alguém digno de admiração, pois Vicente não realiza suas ações de acordo com seus desejos, mas com sua moral, seus princípios. Com toda a humanidade que lhe é inerente, Vicente transcende, vai além dos demais. O foco narrativo é, portanto, um dos instrumentos utilizados pelo autor implícito não para mostrar o que se passa na cabeça dos personagens, mas, sobretudo, o que se passa na sua própria.

Mesmo com toda a mudança do foco narrativo, de dar a ver os eventos sob diferentes olhares, afirmo que durante a maior parte da trama o autor privilegiou o olhar de Vicente Lemes sobre os acontecimentos. Isso realmente foi feito por meio da estrutura narrativa escolhida pelo autor e, especialmente, pelas escolhas morais que Bernardo Élis privilegiou. Para que se esclareça este ponto é importante apresentar algumas escolhas de conduta do personagem em relação aos acontecimentos que vivenciava e a forma com que Élis as retratou. As primeiras linhas do romance já mostram uma pessoa com valores morais destoantes daqueles que o rodeavam: a indignação de Vicente frente às ações desonestas da viúva de Clemente Chapadense e de seu primo Artur Melo. Mesmo sabendo que estava colocando a própria vida em risco entra num embate contra os poderosos locais, mas visando atitudes devidamente limitadas pela lei. Quando o juiz Carvalho não cumpriu um acordo que fez e fugiu, Vicente sentiu repugnância frente à covardia do magistrado e permaneceu lutando na defesa do povoado. Em diversas ocasiões sentiu faltarem-lhe forças para suportar o que sabia que estava por vir, mas heroicamente permaneceu na “defesa de seu povo”. Quando os assassinatos das vítimas presas ao tronco são cometidos “foi como se houvessem metido uma porretada na cabeça de Vicente: a cabeça rodou, a boca amargou a guiné” e “agora cumpria salvar as mulheres. Era uma dívida de honra para com os mortos. Nada de contemporização.” (ÉLIS, 2008, p. 220 e 221) A tontura que atinge momentaneamente o coletor mostra que “[...] a vertigem é a embriaguez causada pela nossa própria fraqueza.” (KUNDERA, 1988, p. 33)

Neste ponto da narrativa, Vicente já tinha entendido que não conseguiria mudar o mundo (a Vila) à maneira que pretendia, nem derrotar os poderosos opressores locais e que não poderia contar com a instituição policial, mas ainda tinha forças para defender as mulheres, as mais desvalidas num combate como o que se travava.

– Os macho já foram tudo, agora é a vez das fema...
 – Para trás, Seu Sargento. Nenhum passo mais, que eu não estou para brincadeira, – disse Vicente pondo-se entre a porta e os soldados, segurando novamente a pistola automática. (ÉLIS, 2008, p.228)

Até mesmo para fugir e salvar a própria vida deixando para trás esposa, filha e sogra, Vicente teve que ser devidamente convencido pela tia Aninha (esposa de Pedro Melo e mãe de Artur). Sua atitude foi mostrada como um ato de altruísmo.

– Mas para que levar Lina, Alice e Benedita? Para quê, Vicente? Deixa esse pessoal aqui, que eu garanto. Você sabe que eu tenho força e energia. Pode deixar.

[...]– Você saindo, você salvará a vida de seus companheiros. Você ficando, eles vão ser mortos. Isto não tem meu-pé-me-dói... Sei lá! Tu ficando, menino, até as mulheres e capaz que elas entrem na dança...

Esse argumento abalou Vicente. Isso era verdade. Artur vingar-se-ia dos homens e não das mulheres. Se ao entrar na Vila só encontrasse mulheres, ele se encheria de glória, se envaideceria e não faria mal a ninguém; mas se pegasse algum homem aí a coisa seria outra. Sua vingança sobriaria para as mulheres, porque elas iriam interceder pelos maridos. (ÉLIS, 2008, p. 243)

Nos momentos iniciais da fuga, o herói começa a sentir as acusações da consciência, “parecia que praticava um ato mau e indigno” (ÉLIS, 2008, p.246), mas prossegue e vai modificando sua forma de enxergar a situação.

Lá na casa de Aninha aceitara a ideia da fuga para que os companheiros saíssem, para que os companheiros se salvassem. Entretanto, agora, Vicente queria fugir de verdade. Estava cansado, estava exausto, faminto, desacoroçado, tinha medo de enfrentar os bandidos. (ÉLIS, 2008, p. 247)

Vicente não conseguindo convencer-se sobre a pureza de suas ações retorna ao Duro, pois “não pode suportar o peso de sua culpabilidade e, para encontrar a paz, ele consente voluntariamente na punição. É a situação bem conhecida em que a *falta procura o castigo*.” (KUNDERA, 1988, p. 92), tal qual um dos aspectos do romance kafkiano como explicado por Kundera. Todavia, Vicente Lemes não é o herói cômico kafkiano: Bernardo Élis escreve sobre as possibilidades do homem e constrói um homem mais leve, mais trágico.

Ao retornar para receber a punição por absoluta imposição da consciência, é Vicente, praticamente expulso pelas mulheres que o recepcionam mal e o enxotam do casarão, onde, de acordo com elas, incluindo a esposa, a sogra e a tia, seu retorno colocaria todas em perigo. Desta feita, parte e não retorna até o fim do romance. É justamente no drama da fuga, da perda de todos os pertences, no medo que espreita atrás de cada grotão ou curva do rio que Vicente vai se tornando cada vez mais consciente da necessidade de lutas contra os opressores, mas reflete também acerca de tudo o que perdeu e sua necessidade de ir para o Sul do estado para se proteger. O amigo Júlio que fugiu com Vicente reclama da inutilidade daquela luta que apenas lhes deu sofrimento, morte e miséria; Ângelo, outro fugitivo, reitera que a situação ainda iria piorar, pois o governo não deixaria a situação daquela maneira ou perderia, de vez, a credibilidade de sua força no Norte. Ao final, todavia, o narrador onisciente pelo ponto de vista de Vicente surpreende nos olhos de ambos – Júlio de Aquino e Ângelo – “um traço de profunda fraternidade, de inabalável confiança.” (ÉLIS, 2008, p. 276) De qualquer forma, não há mais retorno, o herói em sua fuga vai se recompondo, se vendo e dando a

ver, pelo foco narrativo escolhido, como o que apenas e tão somente é e pode ser: um humano com todas as limitações que lhe são inerentes.

De tudo dito, cumpre assinalar, como adverte White, que a elaboração de um tipo de enredo não precisa ser considerada como uma função da posição ideológica²² conscientemente assumida pelo autor, mas que a forma que lhe foi dada tem implicações ideológicas concordantes com uma das quatro posições (WHITE, 1992b, p. 38) político-ideológicas e que podem ser: conservadora, liberal, radical ou anárquica. A classificação do tipo de postura ética do autor será feita no próximo tópico e, para tanto, será necessário analisar a forma de tratamento do tempo e concepção da história presentes na obra.

O tipo de enredo construído pelo literato denota que *pretende elaborar uma visão de mundo que seja romântica*, como que acreditando que as mudanças podem ocorrer abruptamente pela vontade humana quebrando as instituições. *Todavia*, ao vazar seu romance pelo modo trágico, demonstra que nas estruturas mais profundas de sua consciência *compreende que a condição humana é insuficiente para tal*, pois está limitado à própria história que está dividida entre o Bem e o Mal. Essa concepção maniqueísta caracterizada pelo dualismo entre homem e mundo, bem como, entre os homens e outros homens separados entre os detentores e irradiadores do bem e do mal servem, por um lado, para tratar das relações entre os diferentes grupos – entre os que mandam e aqueles que devem obedecer, coronel e clientela/parentela, soldados e jagunços – e, por outro lado, servem para omitir os poderes que estão para além deste Bem e Mal representados pelos personagens.

1.2.1 O tempo na narrativa de Bernardo Élis.

“Assim como toda ideologia é acompanhada por uma ideia específica da história e seus processos, toda ideia da história é, também, afirmo, acompanhada por implicações ideológicas especificamente determináveis.” (WHITE, 1992b, p.38) A partir desta afirmação de que toda concepção de história tem uma implicação ideológica é que farei a análise da narrativa de Bernardo Élis em busca de suas concepções de tempo, posto que a maneira como se compreende o tempo é que modela a concepção de história ou, ainda, a forma dada à narrativa denota a concepção de tempo do autor. Assim, cabe

²² “Por “ideologia” entendo um conjunto de prescrições para a tomada de posição no mundo presente da prática social e a atuação sobre ele (seja para mudar o mundo, seja para mantê-lo no estado em que se encontra); tais prescrições vêm acompanhadas de argumentos que se arrogam a autoridade da “ciência” ou do “realismo””. (White, 1992b, p. 36 e 37)

identificar a forma como o autor concebe o tempo e, conseqüentemente, as implicações ideológicas contidas em suas narrativas.

No romance o tempo cronológico está mais ligado à natureza do que ao calendário formal, está incrustado na experiência humana, conduz a narração como orienta a vida. A experiência, escreve Cunha (1998, p. 155), “transmite-nos a consciência imediata de que uns elementos sucedem a outro (sucessão), mudam (mudanças) ou perduram (fluxo).” Ainda assim, o autor não se esquivava de datar a época em que trabalha a narrativa. Em toda a obra não há outra data que não seja a de 1909. Explica que após a chamada Revolução de 1909, Artur Melo, filho do coronel Pedro Melo fora indicado à Presidente do Estado de Goiás, mas que seus correligionários Eugênio Jardim e Totó Caiado discordaram da indicação e romperam com ele. Desta maneira, o autor mostra ao leitor que os acontecimentos que ele narra foram vivenciados por contemporâneos à data citada, mas não data os eventos mesmo. Neste caso, o leitor sabe que o período é posterior, mas não tão distante do ano de 1909. Ou seja, a data, neste caso é um ponto de referência que serve para auxiliar na significação da história, contextualizando-a. Por ser um tempo pouco preciso cronologicamente discorre mais de um tempo moral dessa mesma época e relega aos personagens a função de permitir ao leitor “acompanhar o desenrolar de um tempo interior, subjetivo, “levando consigo seu próprio sistema temporal”. (OLIVAL, 1998, p.154)

Nas palavras do autor: “Eu tinha ouvido umas cem pessoas, porque queria escrever uma obra científica, examinando os aspectos atrasados da região.” (*Jornal Opção*, maio de 2001, apud PAULA, 2014, p.82) Neste trecho, já apresentado anteriormente, volto para verificar os objetivos de Élis: queria fazer um trabalho científico em busca das causas, das leis causais, que regem as operações históricas como processo. Ou seja, Bernardo Élis estava comprometido com uma concepção da manipulação do processo social, o que, por sua vez, o tornava comprometido com uma atitude radical. Todavia, a forma como moldou seu enredo, – pois o fez com suas próprias concepções temporais e de história – transmutou do pretendido ao efetivado. Pretendeu o radical, mas suas concepções eram liberais e esse foi o alcance narrativo de sua obra. Ao vazar seu romance pelo modo trágico, tornou a luta do herói do Bem contra o Mal um empreendimento impossível de alcançar vitória no tempo em que viviam os agentes da época.

Ao contextualizar sua narrativa, da forma como fez, como uma história dos tempos dos coronéis, onde se trocavam os agentes do poder, mas não a forma como este

era exercido, Élis explicou os acontecimentos como derivados de tendências daquele período histórico. A causa, o que, de fato, motivou os eventos foi o contexto histórico no qual ocorreram. Em decorrência do tipo de procedimento que ele adotou, não tratou a História como causada por leis universais, mas historicizou contextualizando para determinar as características da época e colocou todas as expectativas de melhoria e mudança no futuro dos acontecimentos.

Assim, ao tornar o enredo um romance trágico, demonstrou que em sua concepção de história a tentativa de organização do Caos vivido era inócua, podendo produzir mais mal do que bem. Todavia, como tinha por objetivo fazer uma literatura de protesto que intentasse em provocar mudanças sociais não pôde se permitir recair num pessimismo imobilizador. Seus compromissos políticos o levaram a enredar um romance que tinha a probabilidade da mudança total e imediata, todavia, sua construção narrativa vazada pelo modo trágico e condicionada ao contexto histórico deu a ver que sua postura era liberal e não, anárquica ou radical. A narrativa romântico-trágica feita no final d'*O Tronco* não deu a ver algum tipo de reconciliação dos homens entre si e nem com a sociedade, mas limitaram as ações humanas no tempo dos acontecimentos, colocando-os como que resignados com as condições em que deveriam lutar. A luta era necessária, o objetivo deveria ser alcançado, mas apenas num futuro incerto, pois não eram os homens que mudariam os seus destinos de forma livre, mas os contextos históricos nos quais estivessem inseridos.

Seus compromissos políticos, bem como sua concepção de história são, também, demonstrados pelo modo como compõe as entradas e saídas de alguns personagens na estória. Sua narrativa tem em vista grupos específicos: os coronéis, os representantes estaduais e os membros da comissão. Os “HUMILDES VAQUEIROS, JAGUNÇOS, SOLDADOS, HOMENS, MULHERES e MENINOS SERTANEJOS mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura.” (ÉLIS, 2008, p. v), ou seja, aqueles para os quais o autor dedicou seu livro estão fora da estória que narra. Os soldados e jagunços tiveram papéis importantes, mas apenas no terceiro capítulo quando trocam tiros entre si, colocando a todos em risco iminente: são eles que desordenam a Vila por meio de sua insana batalha. Já os vaqueiros tiveram um único diálogo na ausência de terceiros que vai da página 44 até a página 49; ainda assim, nestas 04 páginas e meia o autor as usa para que ambos tenham tempo de recordar mais um trecho do passado do coronel. Por outros termos: os “humildes” vaqueiros, jagunços e soldados

tiveram apenas papel figurativo na grande cena, os protagonistas são de outra origem bem menos “humilde”.

O tom de otimismo ao final é que demonstra sua concepção político-ideológica como liberal. Se incorresse no pessimismo de que tudo foi em vão, de que os acontecimentos foram apenas selvageria e barbárie, poderia ser chamado de conservador. A afirmação de Evanildo Bechara (apud ÉLIS, 1991) de que os “causos” narrados têm a “sequência lógica das coisas naturais que naturalmente caminham para as soluções apresentadas pelo autor” (p. xi), pode dar a entender que esse apresentador o classificava como um conservador, mas tal compreensão não seria verdadeira. Bechara escreve esta frase quando está analisando a literatura de protesto de Élis, que contribui com a denúncia social na tentativa de minoração da miséria de populações marginalizadas. Assim, para ele, Bernardo queria a mudança e achava-a possível e necessária, mas de maneira muito mais similar a uma concepção conservadora do que uma radical.

João Guimarães Rosa, em algum momento, parece também ter tido esta impressão a respeito de Bernardo Élis. Leu o conto *Ontem, como hoje, como amanhã, como depois* e enviou uma carta ao autor²³ afirmando o quanto gostara do “formidável conto” e que não existia no mundo, em lugar nenhum, coisa melhor. No entanto, coloca o título do conto como sendo “Aqui, ali, acolá” e acrescenta um sinal de interrogação “Aqui, ali, acolá?”, chamando a atenção daquele que elogia com tanta veemência, de que ocorrências como aquelas possam ocorrer aqui, ali ou acolá e não ontem, como hoje, como amanhã, como depois; o tempo passa e muda, bem como as coisas e as pessoas. Acredito que por questão de gentileza Guimarães Rosa insere a interrogação, de maneira elegante e educada, de modo que possa parecer dúvida sobre o título, mas a dúvida é sobre a postura de Élis. É ele um conservador que acredita que as mudanças são tão naturais que nem sequer são percebidas? Vê o ontem, como hoje, amanhã e depois da mesma maneira?

Partindo do entendimento que o tempo histórico pode ser caracterizado pela tensão existente entre experiência e expectativa (KOSELLECK, 2006), posso identificar

²³ O fac-símile desta missiva encontra-se: na página xi de *Veranico de Janeiro: contos*. Nota Herman Lima. 2ª ed. aumentada. Rio de Janeiro. Brasília: José Olympio, 1976 e, também, na página vii de: *Seleção*. Organização de Gilberto Mendonça Teles; estudo e notas do prof. Evanildo Bechara. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. Ambos de Bernardo Élis e constantes na bibliografia.

as ações dos personagens como resultado de suas próprias experiências, mas também, das experiências de outros que incorporaram às suas, e ainda, em alguns casos, sobretudo, pelas suas expectativas nem sempre amparadas em experiências anteriores. Exemplo: a lembrança que ocorre no romance sobre a Revolução de 1909, ou seja, de uma continuidade no tempo, pois o funcionamento do sistema político não mudou. Até anos muito recentes os supremos mandatários locais eram os Melo, mas com a Revolução perderam parte de seu poder. O poder político estava nas mãos de um grupo opositor – os Caiado – que alardeava que sua postura era de justiça e comprometimento; no discurso dos vencedores, seus procedimentos eram e continuariam sendo totalmente diferentes de seus antecessores que teriam sido injustos e descomprometidos e comandaram apenas em interesse próprio.

O coletor Vicente é o principal exemplo de um personagem que quer se distanciar cada dia mais do passado. Mesmo o juiz Valério que, também, é uma pessoa da confiança de Eugênio Jardim, mostra-se mais reticente no enfrentamento, apesar de o narrador contar que a família Melo passou a “benzer bicheira” com o nome do honesto juiz, este não é um modelo de mudança de pensamento em relação ao passado. Vicente, com otimismo, queria se afastar cada dia mais de toda a experiência que lhe foi legada pelo passado, tanto o mais distante, das instituições; quanto o mais recente. Não é ainda um pensamento que se poderia chamar de moderno, mas pode ser visto como algo num processo de transição.

Apesar da chamada Revolução de 1909, há para o autor implícito n’*O Tronco*, uma continuidade no processo vivido pelos personagens, pois, eles permaneciam sob o jugo dos mesmos coronéis (leia-se, dos Melo), mas ainda assim, as pessoas queriam e acreditavam numa mudança, apesar de ainda terem muitos receios. É um tempo histórico em que ocorrem mudanças de grupos de políticos, mas não da situação social de fato; trocavam os grupos, mas permaneciam os desmandos. Há expectativa, portanto, mas que não parte da experiência, havendo horizontes de expectativa, onde a proximidade coloca os participantes a uma nova distância temporal. Ter o autor d’*O Tronco* como objeto de reflexão levará a novas considerações sobre um tempo histórico que já será outro, diferente do tempo dos personagens, mas com algumas similaridades. Quando o livro é publicado já houve a chamada Revolução de 30 e os anos imediatamente posteriores foram de mudanças políticas bastante significativas para os membros dos partidos que venceram; os Caiado foram, desta vez, o grupo derrotado.

Este é o momento para a pergunta: quais foram os valores inseridos na narrativa?

Anárquicos, radicais, conservadores, liberais? Para proceder a esta classificação da forma de consciência sócio-temporal contida na obra de Élis procurei identificar o desejo de mudanças ou permanências que aparecem na trama, e os ritmos em que estas deveriam ocorrer. Sua narrativa mostra menos a possibilidade de mudança do que a necessidade desta que se faz necessária para a humanização das formas de vida da sociedade. Assim, a sociedade do nordeste goiano necessitava da mudança, pois de outra maneira as pessoas viveriam sob intensa violência dos coronéis políticos; esta mudança levaria à modernização não apenas das instituições, mas também dos valores morais e políticos. A mudança, no entanto, deverá se realizar mantendo-se as estruturas, não as demolindo. É imperiosa para a própria humanidade, no entanto, não há de ser feita no presente, é um projeto institucional de futuro.

José Godoy Garcia (1997), bem como Élis, tinha formação em Direito, foi poeta e romancista e, também, militou junto ao Partido Comunista. É dele uma das críticas mais ferozes ao escritor de *O Tronco*. Em *Aprendiz de Feiticeiro* faz um resumo sobre os acontecimentos de São José do Duro. A história que conta em nada difere, em conteúdo, da narrativa ora analisada, o que se modifica é seu posicionamento político e também sócio-temporal. Dito de outra forma: o que os difere são suas orientações temporais e, conseqüentemente, seus posicionamentos políticos. Para ele – J. G. Garcia – os Wolney foram injustiçados, sendo os únicos e valentes opositores ao coronelismo caiadista foram traídos pela História e o principal responsável teria sido Bernardo Élis. Em seus termos:

O romance *O Tronco* fez por desmerecer e desfigurar uma obra de forma realista; é um romance desleal com a visão dos fatos, desleal com a figuração de um verdadeiro humanismo, que ficou simplesmente violentado no tronco onde foram imoladas nove vidas. (GARCIA, 1997, p. 64).

Faz parte das críticas de Garcia à Élis a ambiguidade com a qual o literato tratou as costumeiras atitudes coronelistas dos Caiado; para ele, Élis silenciou-se quanto a esse assunto não negando, pela voz, as práticas coronelísticas deste grupo que privilegiou em sua narrativa, mas pelo silêncio. Também chama a atenção para a mudança de grupos no poder a partir de 1909; tal mudança não seria revolução, mas golpe, compreendendo que o *conceito* de revolução tem que ver com ações que modificam as estruturas, e não apenas as oligarquias que permanecerão com mandos e desmandos: trocaram os grupos, mas não ocorreram modificações estruturais.

Os “fatos verdadeiros” que afirma terem sido distorcidos são, todavia, desmentidos em seu próprio resumo. Os acontecimentos são os mesmos. Sua crítica faz por merecer outra de mesmo viés; a diferença é que contra a ambiguidade dos desmandos dos Caiado construída por Bernardo Élis – que existe – será encontrada a literalidade do posicionamento de José Godoy junto aos Wolney – nome real da família dos coronéis da Vila do Duro – os quais chama de heróis e, também, seu silêncio em relação aos atos coronelistas desses, bem como desconsidera o fato de Abílio ter participado do movimento de 1909 que depôs o presidente do Estado em conjunto com os Bulhões e os Caiado. Élis e Godoy constroem narrativas maniqueístas, mas por terem focos narrativos distintos e não partilharem da mesma orientação temporal no que toca a possibilidade e necessidade da mudança, assim como da velocidade em que deveria ocorrer, ambos incorporam aos seus escritos diferentes sentidos.

O silêncio não é o implícito na ausência de palavras, nem é o que não foi dito, posto que “o silêncio não fala: ele significa.” (ORLANDI, 2002, p. 44). Os silêncios d’*O Tronco* são, também, imensamente significativos da forma como o autor concebe os processos históricos e as limitações humanas. Os personagens apenas se expõem oralmente no que lhes é possibilitado pelas condições em que vivem. Bernardo Élis coloca em seus personagens os silêncios que, acredita ele, os seres humanos que vivem em condições subalternas, são obrigados muitas vezes a se colocar. Há diversos silêncios: de Lina, a esposa, em relação ao marido Vicente; de Vicente, o herói, em relação aos soldados, ao juiz; em muitas ocasiões, também, em relação ao primo Artur e, durante sua vida toda, em relação ao tio Pedro Melo. Na narrativa d’*O Tronco* o silêncio é sobrevivência, autodefesa, mas é, também, resistência; é a forma de luta mais cotidiana. Assim, se se estuda o romance bernardiano com enfoque *apenas no tipo de silêncio acima* assinalado, pode-se entendê-lo como a narrativa de um sistema que como um todo é considerado como um processo, portanto, concebido a maneira mecanicista. Todavia, a forma tem que ser apreendida como um todo a ser estudado e não como apenas uma parte apontada, sendo assim, a obra em sua totalidade utiliza da contextualização que tende a limitar as ações humanas ao próprio tempo e condições que lhe são próprias.

Marquez num artigo em que analisa três historiadores que polemizaram com Hayden White explica que para este último,

[...] o *consenso* a respeito do que se pode dizer a respeito de “o que” e “quais” são os fatos de uma questão referente a um mesmo conjunto de

eventos (documentos) é bastante limitado. Isso porque a relação entre fatos e eventos é sempre aberta à negociação e conceptualização, não porque os eventos mudam com o tempo, mas porque os modos de conceptualizá-los na linguagem (relacioná-los e significá-los) se modificam no tempo e no espaço. (MARQUEZ, 2011, p.9).

Desta maneira, o termo chave para a compreensão aqui é tempo. O que difere é a postura ética e as concepções temporais de ambos. Por outras palavras: modificam-se os espaços de experiências e horizontes de expectativas de ambos e, conseqüentemente, suas formas de consciência sócio-temporal. Assim, compreendo que ambos, Bernardo Élis e José Godoy Garcia, se utilizam de características e conceitos diferentes para explicar os mesmos acontecimentos de formas divergentes, pois como explica White (1992, p.20) um pode trabalhar de modo diacrônico (mudanças) e o outro de forma sincrônica (continuidade); ambos possuem diferentes concepções temporais e, portanto, ideologias divergentes.

Compreender que o futuro pode mudar as representações do passado é entender que o ser humano está em constante mudança e que estas mudanças podem ser observadas nas relações entre experiências e expectativas dos agentes históricos e, é claro, daqueles que escrevem sobre a História. Os homens e mulheres não estão apenas vivendo no tempo, mas também vivem em concordância com a forma como percebem e concebem este; Bernardo Élis não foi uma exceção. A narrativa d’*O Tronco* é bastante citada na historiografia como afirmação de acontecimento. Tem valor de história. Cito entre os historiadores: Lena Castello Branco Freitas (2009), Luis Palacín (1990), Dalísia Doles (1977), Ferreira (1998).

A narrativa não é um processo claro e limpo em relação ao próprio autor. Como ensina Hayden White (2014), as diferentes conduções dadas aos discursos desviam não apenas o sentido de um discurso anterior, mas desviam para outro sentido contido na outra forma. É ela, – a narrativa – que, todavia, dá significado à vida humana e, portanto, à História. Na narrativa estão contidas as orientações temporais dos autores, entendendo-se neste momento, orientações dadas pelas experiências e expectativas que, por sua vez, tomam a forma de posicionamentos éticos e políticos. White explica que existem afinidades inerentes a estruturas de tipos de estilos, pois para que o autor narre um determinado enredo faz-se necessário explicá-lo com certos argumentos, fazendo com que a estória/história montada tenha um tipo específico de implicação ideológica.

Desta forma os dois primeiros modos, o de elaboração de enredo e de argumentação levam a um modo específico de implicação ideológica. Todavia, estes

não são padrões rígidos que não comportem modificações. Ao contrário, para White (1992b, p. 44) a não fixação nestes modelos é que faz com que um autor possa ser lembrado com mais ou menos admiração e credibilidade no futuro, nos termos de White, é isto que faz um autor ser magistral.

Bernardo Élis combinou o modo de elaboração de enredo romanesco vazado por um modo trágico. Esta combinação foi conduzida com tom otimista, de acordo com suas orientações político-ideológicas liberais ou, em outras palavras, de acordo com seu posicionamento ético liberal. Seus argumentos feitos de modo a dar um efeito de explicação para a maneira de como e porque os eventos ocorreram como descreveu no romance foi efetuado por meio da contextualização dos acontecimentos. Para que se compreenda melhor esse procedimento que, tratando de mazelas humanas teria diversos elementos que encaminhassem Bernardo Élis a uma postura radical, conservadora ou mesmo irônico-pessimista, mas que o levou a uma postura liberal expõe abaixo uma observação que Gomes fez do autor:

Artista compromissado com sua época, sensível ao meio em que vive, Bernardo Élis se volta sempre para o homem. E sua preocupação, antes de se constituir em protesto lançado contra os processos espoliativos que resultam de irregulares relações de trabalho, é, fundamentalmente, valorizar o homem, visando ao real aproveitamento de suas qualidades positivas. [...] Apanhando o homem confiando em sua degradação social, a que está historicamente manietado, focaliza-o em suas múltiplas atividades. E a conclusão a que chega, sem qualquer sentido de engajamento, é a de que o isolamento, a miséria e as difíceis condições geográficas não subjugam totalmente o viril habitante da gleba. (GOMES, 2009, p. 108)

Hayden White (1992b, p. 208) explica o posicionamento ideológico liberal de Tocqueville e conclui que o mesmo apenas foi impedido por um ato de vontade de apresentar uma visão de derrota e desespero em sua narrativa, pois estes posicionamentos o colocariam como um radical ou como um conservador. Esta é uma conclusão idêntica a que se chega ao final de *O Tronco* acerca da narrativa de Bernardo Élis. Após toda a saga do herói em busca da justiça e probidade, vê-se enredado entre as ações de representantes do coronelismo e as instituições governamentais. Tais atos que escapam ao seu controle levam, a ele e a seu mundo, a uma grande tragédia, incitando-o, por fim, à fuga. Diante dessas circunstâncias, apenas um ato de vontade do autor coloca o otimismo nos olhos do herói. Reencontra-se ao final: não vence o mundo, ao contrário ficam-lhe claras suas limitações humanas na luta para a transformação social, mas compreende que as experiências vividas o tornaram um ser humano melhor, pois tem em vista um mundo melhor. O fato desta expectativa de futuro ser de um porvir

incerto, aliado a preservação de todo o aparato institucional que não chega a questionar, ao contrário, pensa que as mudanças que precisam ser feitas são institucionais, bem como, culturais, inclui-o no rol dos liberais.

O próprio tempo tem um papel importante na trama: é um tempo lento, típico da morosidade sertaneja e do sertão. Os recursos usados pelo autor são, especialmente, vistos na grande quantidade de rememorações dos personagens, nos *flashbacks*. A natureza parada, o ar quente contrastando com algumas ações mais rápidas, servem também para mostrar que há elementos exteriores à própria vontade humana, sendo que dentre esses elementos está o tempo: inexorável, forte, determinante. Há cenas rápidas como os combates entre soldados e jagunços, mas estas ações rápidas não são a norma. A regra narrativa é a da morosidade do tempo e dos homens que vivem naquele ermo goiano onde os meios de transporte ainda eram as mulas e os burros: seres fortes, resistentes, mas lentos. Nos planos originais de Bernardo Élis, este “queria fazer uma obra científica, examinando os aspectos atrasados da região” e por mais que tenha se esforçado na tentativa de apenas fazer uma ficção, não conseguiu fugir a seu posicionamento ético-político-ideológico. Sua escrita contém implicações ideológicas liberais, pois esta é a maneira como concebe o próprio tempo e a História.

Toda afirmação de semelhança ou diferença é feita de forma relacional. Se o literato via aquele tempo de 1918-1919 como um período com elementos de atraso é porque o relacionava a outro tempo posterior aos eventos. Seu romance é de 1956, ano posterior a transferência da capital goiana para Goiânia. Mesmo em seus contos posteriores a esta data continuou a dar relevo significativo ao que entendia serem as mudanças necessárias para a sociedade. No conto de 1962, *Caminhão de Arroz*²⁴, por exemplo, narra a história de uma mulher que não recebe um nome do narrador para ser identificada. A mulher sertaneja pega uma carona num caminhão de arroz que vai para Anápolis à procura da irmã Nenzinha, uma meretriz, muito rica e bonita, conforme ouviu contar. Ao chegar à cidade, a sertaneja apeia do caminhão e ao entrar no saguão do hotel dirige-se a uma mulher feia, descalça e mal vestida a fim de pedir-lhe um copo d'água; para sua total surpresa, acredita estar vendo a irmã, tal a semelhança entre aquela que vê e ela própria, muito judiada pelo tempo. Ela não se apercebe que está

²⁴ Moema de Castro e Silva Olival esclarece no prólogo de *Caminhos dos Gerais* que este conto *Caminhão de Arroz*, embora faça sua estréia nesta coletânea, na verdade foi escrito bem antes, pois fez parte de um “conjunto de contos reunidos sob o nome *Caminhão de Arroz* com que Bernardo Élis participou do concurso patrocinado pela Universidade Federal de Goiás em 1962.” (OLIVAL apud ÉLIS, 1981)

defronte a um espelho, não se reconhece. O motorista do caminhão que lhe dera carona, morador da cidade de Anápolis, ao ver a cena julga a burrice da mulher. Ele próprio já passara em frente ao espelho onde “via-se inteirinho, da cabeça aos pés, e aquela visão era agradável” (ÉLIS, 1981, p. 138), mas ela era “um ser humano que desconhece espelhos, que pela primeira vez enxerga sua própria imagem! Essa, essa...” (ÉLIS, 1981, p. 141) O caminhão, símbolo da modernidade, leva a mulher, portanto, a outro mundo, ao espaço urbano que logo na chegada, impõe-lhe a própria imagem. Magra, feia e suja, é um contraste marcante com “os rostos gordos e limpos” (ÉLIS, 1981, p. 142) da cidade. Ao final do conto, torna-se, novamente, apenas parte da paisagem na qual está inserida ao retornar para a carroceria do caminhão e, isso, claramente se mostra pela observação de um homem que, pouco antes, a vira, desajeitadamente, entrar na carroceria:

– Homem, quem não sabe, até pensa que lá dentro só há sacos de arroz, não é mesmo! As pessoas aí têm tudo de um saco de arroz: a cor, o aspecto, a postura...

– De vera! É tudo saco, – concordaram.

E voltou novamente à leitura momentaneamente interrompida. (ÉLIS, 1981, p. 142)

Assim, na relação entre passado e presente, o passado decorrido entre os eventos que relatou e o presente em que vivia havia, para o autor, se transformado em alguma medida, mas não abrupta nem estruturalmente. As condições da existência humana no estado goiano estavam bastante modificadas com a inserção de máquinas e símbolos da modernização, mas apesar disso, as formas culturais de pensamento expressas pelas ações ainda não tinham se transformado, mesmo porque alguns lugares do Estado permaneciam ainda isolados geográfica e culturalmente. Levando em consideração os contos posteriores ao romance para confirmar sua postura ideológica, entende-se que: do passado narrado ao presente da escrita ocorreram transformações significativas na sociedade, mas as mudanças mais necessárias ainda demandariam certo tempo, pois se introduções tecnológicas tinham ocorrido, o ser humano ainda permanecia com características muito mais aproximadas da natureza do que da cultura. Todavia, mais uma vez o otimismo está presente: as mudanças já estavam em curso, senão em todos os lugares, mas já em alguns.

1.3 A configuração do enredo e o foco narrativo em *Expedição Histórica nos Sertões de Goyaz*.

Coelho estruturou seu texto do capítulo I ao XXX, mas antes de iniciar os relatos, colocou numa única página a dedicatória de seu livro aos seus pais e, – o que abaixo transcrevo integralmente –, uma recordação daquele que era Presidente do Estado de Goiás à época dos episódios que descreverá:

Recordação

Ao valoroso oficial da Força Pública Estadual Benedito Avelino de Jesus, morto, tragicamente, no quartel da corporação a que pertencia, deixa, nestas linhas, o autor, a expressão da sincera amizade que lhe devotava, a qual, felizmente perdura nas pessoas ilustres de seus descendentes.

Pelo meu temperamento, pela minha índole, pelo meu caráter e por educação, sempre fui contrário às violências e aos desrespeitos dos direitos de quem quer que seja.

Desembargador Alves de Castro. (COELHO, 2008, p. 29)

Cumprе ressaltar, ainda, que todos os capítulos são subintitulados, sendo os títulos dispostos da seguinte maneira: do capítulo I ao XXII, o título é *A viagem*; do capítulo XXIII ao XXVI, o título é *A fala do Governo*; do capítulo XXVII ao XXX é o epílogo. À medida que se fizer necessário citarei os subtítulos, estes mesmos, bastante importantes para a análise desse trabalho.

O autor inicia contando do posicionamento geográfico e da hidrografia do estado de Goiás: *O Estado de Goiás: sua posição astronômica*. No próximo capítulo há uma verdadeira ode ao presidente do Estado, Desembargador Alves de Castro, afirmando que os confins do Estado do Amazonas experimentavam uma tranquilidade negada ao estado goiano até a vinda do venerável político para esse local. Sob o título: *O governo Alves de Castro: Sua administração honesta e fecunda, reajustamento político, equilíbrio financeiro*; elogia eloquentemente o “quadro administrativo honesto e competente” do “proecto administrador” (COELHO, 2008, p. 41 e 44) e enfatiza as inimizades criadas pelo presidente do Estado em razão de sua honestidade. *Primeiros fatos: o juiz comissionado* foi contando da integridade do juiz Celso Calmon, bem como de seu desprendimento e patriotismo. Coelho enfatizou ainda, o fato de vários juízes haverem negado o pedido do Presidente do Estado para integrarem a comissão, diferentemente do dr. Celso Calmon Nogueira da Gama – juiz de Pouso Alto e natural de Colatina no Espírito Santo – agiu no pronto atendimento à justiça. “De posse do aviso, no dia imediato, transportou-se para a sede da comarca, não se fazendo esperar por sua resposta, afirmando aceitar a comissão que lhe era indicada, porquanto à Justiça jamais seriam negados os seus serviços, quando solicitados.” (COELHO, 2008, p. 49)

O capítulo V tem o mesmo subtítulo da divisão da qual faz parte: *A viagem*. Este capítulo é extremamente curto e Coelho versou apenas sobre os preparativos da viagem e do equipamento que levaram para a travessia da capital à Vila de São José do Duro. Tratou-se, tão somente, de um modo de se defender do que foi dito posteriormente por outros, de que a bagagem levada pelos membros da comitiva se nivelava, nas palavras do autor, “à bagagem do rei dos Medas.” (COELHO, 2008, p. 51). Na *Partida da capital*, acentuou a consternação dos espectadores e algumas destas pessoas chegando a interrogar se havia pensado sobre o que estava a fazer. Perante tais indagações, apenas afirma convictamente que “não me esquivaria às diligências que me fossem distribuídas, por mais arriscadas que parecessem.” (COELHO, p. 52)

Oito capítulos foram utilizados para contar do percurso que fizeram, sendo este de aproximadamente, 906 km da capital Vila Boa até a Vila de São José do Duro, no norte do estado. Sua narrativa é bastante elogiosa quanto à maioria dos mandatários locais. Por onde passava ia distribuindo elogios ora a juízes, ora a prefeitos, ora aos padres. As localidades por onde passou foram citadas e descritas, muitas sendo situadas geograficamente, inclusive com referência às latitudes e longitudes. Elogiou por todo o caminho: o “excelente clima – quente e seco, mas sempre saudável” (COELHO, 2008, p. 68); a riqueza natural (animal, vegetal e mineral) da região, idílios naturais; os bandeirantes e os remanescentes da raça.

Finalmente chegaram ao Duro em 04 de outubro de 1918, 67 dias após iniciada a viagem em 30 de julho de 1918. Esta vila sofreu um julgamento mais vigoroso por parte de Coelho que percorreu muito bem das riquezas naturais, mas fez questão de enfatizar que “é a vila do Duro dotada de elementos de prosperidade que estão em manifesto contraste com seu atraso.” (COELHO, 2008, p. 84). Absteve-se, ainda, de emitir julgamentos de valores – como fez alhures durante todo o percurso – acerca da população local. Tendo em vista sua generosidade em elogiar tão largamente todos os lugares em que passou, juntamente com seus povos, sua omissão na Vila do Duro, parece-me, não obstante, um claro julgamento de valor. A lembrar de Orlandi (2002) e sua afirmação sobre o silêncio, resta compreender a significação do silêncio de Coelho: ele não se cala sobre a natureza, ao contrário, enfatiza-a, seu silêncio é sobre a gente local. Na chegada à Vila de São José do Duro contou sobre o desentendimento ocorrido entre o promotor Mandacaru e o juiz Celso Calmon. Ainda em Arraias, o promotor havia sido dispensado e comunicado por ofício pelo juiz com confirmação posterior do presidente do Estado que o exonerou da comissão no Duro. De acordo com um relatório

feito pelo Desembargador Alves de Castro em ocasião posterior aos acontecimentos, a indicação do promotor havia sido feita pelo próprio juiz Calmon e, como atestam as narrativas do juiz, do presidente do Estado e do escrivão Guilherme Coelho, foi dispensado de seus serviços também a pedido daquele.

Em *O Tocantins* afirmou que a Força quando chegou à Vila permaneceu com as precauções que estavam no caminho, pois tiveram notícias que havia concentração de homens armados na fazenda Buracão, de propriedade dos Wolney. “Vivíamos numa verdadeira praça de guerra” (COELHO, 2008, p. 87), razão pela qual o magistrado foi obrigado, “como medida acauteladora de suas vidas” (COELHO, 2008, p. 87) a retirar as mulheres das praças e inferiores para uma fazenda há “24 quilômetros à retaguarda”. (COELHO, 2008, p. 88) Essa informação foi diferente daquela que o juiz Calmon deu sobre os procedimentos que tomou. Calmon afirmou em relatório que, quando da chegada à Vila, o ambiente era tranquilo e sem ares de ameaça. Este mesmo relatório foi juntado por Coelho em seu livro. Não se esqueceu, também, de mencionar sobre a entrada ridícula do promotor já dispensado dos serviços e que entrou envolto na bandeira nacional, além de informar que após meses de espera para que os trâmites da substituição fossem realizados foi nomeado e comissionado o novo promotor. Assim, iniciou-se o processo. N’*O processo*, Coelho esclarece sobre sua confiança na justiça, da superioridade dos testemunhos perante a um juiz do que frente à polícia, visto compreenderem (as testemunhas) que os magistrados dão garantia a todos que “comparecem em juízo, onde, livremente, relatam o que sabem e o que lhes é perguntado a respeito de um fato que se tem em vista provar.” (COELHO, 2008, p. 89). Evidentemente, que os testemunhos não seriam, pois, a expressão do que realmente sabiam, mas do que podiam relatar e, depois, permanecer morando no local. Esta afirmação ficará mais evidente quando ao final de todo o processo, julgado pelo Tribunal do Estado, este será considerado prescrito pela impossibilidade de audição das testemunhas no prazo legal para validade da ação.

Narrou, ainda, a ida da autoridade comissionada à fazenda Buracão (propriedade dos Wolney) para a entrega da intimação visando à devolução dos autos (mandado de busca e apreensão) subtraídos do cartório. Há também outro ponto em que ocorre uma divergência entre o relato de Coelho e o relatório do juiz Calmon: quanto às pessoas que acompanharam o magistrado à fazenda. Coelho afirmou que foi ele próprio como escrivão, o tenente Catulino, cabo Mathias e o civil Alexandre, empregado particular de Calmon. O juiz se *esqueceu* de citar seu empregado particular, Alexandre, como um dos

acompanhantes, no relato que faz a Alves de Castro. Inicialmente, Abílio Wolney teria ficado nervoso, mas perante o enérgico e emocionado discurso do juiz afirmando que naquele local havia ido a cumprimento do dever e que para realizar sua missão sacrificaria a própria vida, ficou mais calmo e prometeu enviar o processo ao magistrado ainda naquele dia no cartório do Duro. Após tomarem uma cerveja, voltaram à Vila e o processo foi devolvido como prometido. Neste ponto da narrativa, Guilherme Coelho parou de contar como os acontecimentos que se deram. Apenas juntou como parte do livro, os documentos oficiais, que de acordo com ele exprimem as diligências e a suas consequências “de maneira bem evidente e completa.” (COELHO, 2008, p. 91). Assim, se “falam os documentos oficiais na segunda parte” (COELHO, 2008, p. 91) é porque o escrivão de polícia, “na qualidade de funcionário da Segurança Pública”, (COELHO, 2008, p. 52) parece acreditar que nada há de menos vago, nem mais preciso e mais cheio de certeza do que um documento oficial.

Denota-se que para o autor os documentos falam e, se forem oficiais, afirmam a verdade. Não há necessidade de interpretação, entrecruzamento de dados ou quaisquer críticas às fontes. Estas são claras, límpidas, imparciais e relatam, por si, os acontecimentos reais que tiveram lugar na Vila de São José do Duro. Coelho não parece considerar que os documentos, sobras dos eventos, foram transformados por ele e, também por Calmon, em fontes e que são fragmentos dos eventos e não estes em si. Este ponto faz lembrar Fustel de Coulanges comentado por Le Goff (1996), de que a “única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.” (COULANGES 1888, p. 29, 30, 33 apud LE GOFF, 1996, p. 536) A concepção de história que dirige este tipo de trabalho de exaustiva busca da verdade nas fontes acredita existir uma verdade a ser encontrada e esse objeto de desejo do historiador está na documentação. Sendo assim, o historiador é aquele que busca a verdade e que, no receio de modificá-la pela imperfeição de sua própria consciência, intenta em apenas retirá-la de uma fonte portadora da certeza sem modificá-la ou, se a modificação tiver que ocorrer que seja o mínimo possível para que se conserve a essência que lhe é inerente.

Afirmar esta similaridade, todavia, não importa em vilipendiar o profícuo trabalho dos estudiosos que ficaram conhecidos como historicistas²⁵, mas apenas

²⁵ Historicismo: adoto o termo apenas entendendo-o como uma corrente historiográfica, sem adentrar em quaisquer discussões sobre as divergências pelos que preferem usar historicismo.

apontar características comuns daqueles à Coelho, mesmo porque o historicismo, cujo principal representante foi o alemão Leopold Van Ranke se teve, por um lado, como foco mais específico de seu trabalho as fontes históricas documentais, por outro, não se absteve de pensar acerca da escrita histórica, apenas entendendo-a, todavia, como uma ocorrência direta da própria pesquisa (SILVA, 2012, p. 04). Seu enfoque nos documentos foram escolhas feitas por privilegiar um método de interpretação das fontes que deveria ser, quanto ao estudo do passado, objetivo e neutro.

A volta é uma espécie de introdução do retorno rumo à capital (depois de findo o processo). A viagem é iniciada na madrugada de 01 de janeiro de 1919, o que deu ensejo aos inimigos, de acordo com Coelho, de afirmarem que haviam fugido. Fato este, refutado pelo escrivão da comissão, que esclarece apenas “a título do cultivo de suas acanhadas e mesquinhas inteligências” (COELHO, 2008, p. 92) que tão logo um processo é concluso não tem, a autoridade competente, que permanecer no local. Apesar de sua defesa quanto às ações e partida do magistrado, o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, respondeu pela responsabilidade dos acontecimentos ocorridos na Vila após sua partida, mesmo estando finalizado o processo. Não me deterei, todavia, na viagem de volta, posto ser a narrativa uma continuação da ida, recheada de elogios a terra, aos padres, ao povo, às administrações. Resta, entretanto, informar que o retorno foi feito pelo caminho mais penoso, mas menos perigoso. Optaram por viajar pelo sertão, passando por Natividade. Ir pela cidade de Barreiras e descer o Rio Grande eram empreendimentos inviáveis, tendo em vista a quantidade de elementos que os poderiam abater pelo caminho, de acordo com o autor.

No capítulo *A fala do Governo* que tem por subtítulo *Ação política e administrativa de um brasileiro digno de ser seguido*, Coelho juntou uma mensagem que o Desembargador apresentou no Congresso após o retorno de suas férias ocorridas entre 21 de dezembro de 1918 e 24 de abril de 1919. O texto se referia à normalização mundial com o fim da Primeira Guerra, bem como da continuidade que daria ao trabalho que vinha sendo feito

[...] em benefício da causa pública para que sejam satisfeitos os mais palpitantes interesses do Estado.

E nesse particular tenho agido com a indispensável energia, desenvolvendo forte campanha contra os que depilavam os cofres públicos, fazendo para eles cessar o regime de impunidade até então observado e tão prejudicial à moralidade administrativa.

O resultado, como era natural, não se fez esperar.

Normalizou-se a arrecadação das rendas do Estado e melhoradas ficaram as nossas condições financeiras... (COELHO, 2008, p. 111)

À exceção do caminho de volta, que narrou pormenorizadamente como fez na ida, – já descrito anteriormente – nada acrescentou sobre os fatos ocorridos no Duro mesmo. Coelho sequer parafraseou os documentos para narrar à sua maneira, apenas, os juntou todos no capítulo XXIV *Os acontecimentos de São José do Duro*: são relatórios do governo, incluindo uma justificativa detalhada do Desembargador Alves de Castro, iniciando com os telegramas recebidos do juiz Manoel de Almeida e do coletor Sebastião de Brito, onde pediam proteção e garantia ao Estado para o exercício de suas funções, até a publicação de sua declaração acerca dos acontecimentos no Duro feita em 10 de fevereiro de 1919 ao *Jornal do Commercio* da cidade do Rio de Janeiro. Além dos telegramas, citações de leis e declaração do presidente do Estado, há também o relato dos fatos pelo juiz Celso Calmon que, para Coelho, efetivamente, comprova sua probidade, coragem e legalidade durante todo o processo. O relato sobre os eventos posteriores à saída da comissão da Vila de São José do Duro foi feito pelo juiz Celso Calmon – em relatório que entregou a Alves de Castro – e não por Guilherme Coelho, que se absteve de contar com suas próprias palavras. O ponto de vista acerca dos acontecimentos é o do juiz Celso Calmon, ou conforme as palavras de Coelho, da autoridade.

Guilherme Coelho foi uma testemunha dos acontecimentos que relatou. Aquilo que o autor não presenciou – como a morte do coronel Joaquim Aires e roubo dos contos de réis que estavam em sua algibeira –, não foi informado pelo escrivão, mas pelo juiz, que, também, alegou não haver presenciado os acontecimentos e, assim, não poder se exprimir sobre a exatidão das informações. Felizmente, Coelho, pôde fazer extenso uso da documentação oficial para preencher as lacunas de seu relato, pois, de outra maneira, vários dos eventos ocorridos não chegariam ao conhecimento do leitor por seu intermédio. A página 165 de *Expedição* é uma *legenda do trajeto de Villa Boa a São José do Duro*, onde Coelho ordenou do número um ao número nove, os eventos que considerou relevantes desde a partida da capital até a vila e após um breve espaço sequenciou três eventos relativos à volta. Esta página é, portanto, uma lista dos eventos, onde é mostrada a intenção do autor de fazer, tão somente, um registro neutro dos acontecimentos.

N'O processo em grau de recurso na 2ª instância, Coelho juntou parte da sentença e procurou mostrar algumas das consequências legais dos acontecimentos tidos lugar na Vila de São José do Duro com o processo sendo anulado desde a denúncia: o promotor foi considerado como parte ilegítima, pois sua nomeação não seguiu os

trâmites legais exigidos para sua investidura; o juiz teria errado ao requerer a prisão dos envolvidos, pois eram delitos afiançáveis; desta forma, na sentença dada, a resistência dos Wolney era justificada, devendo haver, portanto, a responsabilização “pelos excessos de ordens ilegalmente decretadas e cumpridas.” (COELHO, 2008, p. 140).

Por fim, no fechamento de sua narrativa, *Flama apagada*, o autor refletiu sobre o sofrimento que teve início há dezoito anos e que se prolongou em mais quatro, obrigando que a Força permanecesse naquele local. “Um êxodo de famílias [...] Ossadas humanas [...] Com Zola, concluindo: Ter tenaz esperança de ver chegar-nos, mais hoje mais amanhã, muita verdade e justiça daqueles rincões distantes onde brota o porvir... FIM” (COELHO, 2008, p. 158).

Guilherme Coelho, desde o início, pela estrutura do texto montada no sumário e, também, pelo título da obra, elucida que contará *tudo* sobre a expedição histórica nos sertões de Goiás: o percurso de ida, o processo e o retorno, bem como, evidencia que haverá um momento em que será dada a voz ao governo e que finalizará com algumas reflexões, mas todas, evidentemente, comprovadas documentalmente. O autor acreditava que a objetividade da verdade quanto ao que relatou se firmava no que viu e no que presenciou, mas não somente, pois para ele o que não foi visto, nem vivido ou presenciado por ele, mas que constava nos documentos oficiais também era expressão de verdade. Sua convicção na veracidade das fontes que utilizava não o auxiliou a ter em vista que os documentos investigados não eram claros e transparentes, não falavam sozinhos, nem reproduziam ou espelhavam os acontecimentos, pois por si só não possuíam uma verdade e sentido histórico. Esta atribuição de sentido teria que ser dada pelo memorialista, literato ou historiador no manuseio e interpretação das fontes.

Não menos importante é o critério de seleção da documentação a ser pesquisada. Da impossibilidade de análise de todos os documentos, estes são selecionados de acordo com o que o pesquisador espera encontrar para responder à pergunta que deu ensejo à sua escrita; desta impossibilidade de conhecimento total aumenta a parcialidade que cada narrativa encerra. Bentivoglio afirma que “o acesso ao passado jamais será integral, visto nenhuma pesquisa conseguir recuperar na totalidade o vivido.” (BENTIVOGLIO, 2014, p. 380). Não sendo o estudo acerca do passado, o passado em si, torna-se impossível reconstituí-lo em sua totalidade. Há a necessidade de seleção do que se quer estudar, do que privilegiar, do que se deve enfatizar e, por vezes, até do que se deve ocultar, posto entender-se a irrelevância de um dado ou outro para a construção de sentido da narrativa e, até mesmo, pela impossibilidade de analisar um número, por

vezes, quase infinito de documentação acerca do objeto. Estes critérios de seleção e ênfase modificam a história a ser contada tanto quanto a forma que se escolhe para narrá-la. Desta maneira, não é apenas o privilégio que Coelho deu às fontes oficiais o que deve ser observado, mas, antes a ênfase dada à verdade contida nestes documentos. Sequer entrou na discussão do mérito das fontes: estas eram incontestáveis, por isso, deixá-las falar era o que poderia fazer. A verdade, para ele, não precisava ser interpretada, criticada ou intermediada; ela estava na documentação oficial que não era fonte, mas, prova.

A narrativa em *Expedição histórica* é bastante pontual, se pretendendo objetiva e imparcial, pois, de acordo com o autor, deve imperar a lei, a justiça e, conseqüentemente, a verdade. O patriotismo, coragem, competência, integridade, compromisso e responsabilidade quanto aos sagrados deveres legais e ao país são valores aos quais, deixa expresso com clareza e, por repetidas vezes, não abre mão em momento algum. Sua imensa admiração pelos soldados, pelos padres, pelo juiz e pelo presidente do Estado após extensas elucubrações baseadas na observação de seus procedimentos, levou o autor, por vezes, a emocionar-se. Compreendia Coelho que a Ordem poderia e seria dada a partir do Estado e das leis que o regiam; ordem esta, que havia sido instaurada custosamente pelo Desembargador Alves de Castro. A chegada do automóvel à Goiás dava indícios da vinda do progresso juntamente com os melhoramentos das estradas rodoviárias: as estradas de ferro, para ele, já representavam um atraso a ser transposto. O autor compreendia que a história deveria ser feita para enaltecer a Nação e o Estado e foi neste sentido que construiu sua narrativa ficando, às vezes, difícil saber se quem estava relatando era Coelho ou o Desembargador Alves de Castro, conforme se infere da análise do foco narrativo. Para ele, os responsáveis pelos acontecimentos tidos lugar na Vila do Duro foram os Wolney. O governo do Estado, bem como o juiz e todos os membros da comissão apenas cumpriam com suas obrigações visando o bem do Norte, de Goiás e de toda a Nação para alcançarem o Progresso por meio da Ordem. Assim, os atos dos soldados, foram para ele, necessários e heróicos.

O enredo que montou parece bastante simples, mas é na alteração constante do foco narrativo que incidirá a força de seu posicionamento favorável ao governo da época, apesar de, em que pese à necessidade de coerência, o narrador em momento algum quis passar qualquer outra impressão: seu livro é uma clara defesa das ações do Estado e de seus funcionários; posiciona-se, valora os agentes sociais e as situações,

adjetiva indivíduos e instituições. Os generosos e abundantes elogios que fez aos soldados, juízes, presidente de Estado, enfim, às autoridades, de um lado, e a ausência de qualquer apreciação em relação aos Wolney, de outro, também não obscureceram o sentido do que pretendeu realizar. Ao contrário, há em cada página, uma reverência explícita às estruturas governamentais do período das quais é ele próprio, funcionário, na condição de escrivão de polícia.

Coelho elaborou o enredo no modo cômico e argumentou pelo modo organicista, o que o levou a uma escrita com modo de implicação ideológica conservadora, embora se visse como um liberal.

Ao iniciar sua narrativa teve por objetivo relatar sobre a expedição feita pela comissão à Vila do Duro. Realizou o que pretendia, mas não amparado pelas ocorrências da viagem, pelo processo jurídico ou por qualquer um dos eventos, todos os seus arazoamentos foram realizados pelo enaltecimento do Estado. A conciliação foi mostrada desde o início sob a figura de um governo que apaziguou os conflitos. O processo histórico que narrou tinha o nítido e natural direcionamento para o objetivo de mostrar uma mudança que não se dava fora das próprias estruturas estatais, ao contrário, as modificações estavam circunscritas dentro de um sistema, que não era ele mesmo, passível a mudanças. A natureza humana que levava os seres a atos de desonestidade, violência, analfabetismo, preguiça, atraso material ou espiritual poderia ser corretamente aproveitada ou pelo Estado ou pela Igreja ensejando seus aprimoramentos como seres humanos. As diversas passagens em que Coelho elogiou os padres e administradores públicos locais pelo desenvolvimento intelectual e moral dos habitantes fazem com que se denote de sua escrita que estes tipos de autoridade ordenam os tempos estabelecendo a normalidade para que a sociedade evolua *naturalmente*.

Coelho escreveu em 1936 e publicou em 1937, ou seja, após a Revolução de 30 e ainda, em meio ao rebuliço de discursos pretensamente progressistas que tinham em vista a legitimação do poder tomado e em estabelecimento. Para o autor, o governo de Alves de Castro com sua administração honesta, fecunda, equilibrada e promotora de reajustamento ajudou a criar as condições, – por meio das modificações que instituiu – para a época em que ele próprio e todo povo goiano viviam naquele momento. Os acontecimentos vivenciados no Duro foram doloridos, difíceis e causaram sofrimentos, mas ao final a chama se apagou. A Nação, à qual enaltecia e colocava como o que deveria ser o objetivo de todos, seria aquela que conseguiria por meio do Estado introduzir nos homens de bem os verdadeiros valores patrióticos.

De igual maneira a Bernardo Élis, Coelho também foi um realista, ou seja, um fiel reproduzidor da realidade, mas a diferença mais patente e notória que se observa entre os dois autores é o aspecto naturalista de ambas as obras, o que, conseqüentemente, torna suas narrativas bastante heterogêneas. N’ *O Tronco* os elementos que a natureza apresentou em relação ao humano foram mais suavizados do que na *Expedição*, pois no primeiro a natureza foi um pano de fundo que, por vezes, coincidia com os humanos que a habitavam enquanto no segundo, os humanos são apresentados como determinados pela própria biologia como, por exemplo, na observação que faz Coelho de uma criança com a qual conviveu na qualidade de hóspede da família, durante o trajeto de volta. “Uma criancinha, sua filha, que contava somente seis anos de vida, era a alegria daquele lar feliz e bem representava o tipo inteligente de uma raça não mesclada.” (COELHO, 2008, p.106) O entusiasmo de Coelho em relação a “uma raça não mesclada”, bem como seus elogios aos povos do interior goiano que seriam “remanescentes da raça” dos bandeirantes, leva ao entendimento da análise de Naxara (1994) quanto às interpretações científicas do *Brasil e brasileiros* se darem numa mescla de teorias de variados matizes.

O pensamento que se desenvolveu na virada do século XIX para o XX a respeito da população nacional brasileira teve uma importância grande na constituição e disseminação de um imaginário que foi se tornando cada vez mais impositivo: veio de uma contraposição do nacional face ao imigrante, formou-se simultaneamente às preocupações com a formação do mercado de trabalho livre e à constituição da nacionalidade e da nação; recebeu influências, talvez a mais significativa, das teorias deterministas então difundidas com peso e autoridade conferidos pela ciência, num amálgama, de certa forma original, com idéias oriundas do liberalismo. (NAXARA, 1994, p. 49)

O autor se muniu do que acreditava ser o método científico ideal – ainda que forjado com diversas junções díspares – e se colocou, durante a maior parte do tempo, na condição de observador, – tentando e acreditando conseguir – não se utilizar de sua capacidade inventiva e criativa, pois seu objetivo era fazer apenas um retrato fiel dos acontecimentos, uma cópia. De forma diversa a Élis, que não fez questão de fazer uma análise puramente objetiva da realidade, mas uma narrativa onde mostrasse a possibilidade, ainda que distante, de mudanças, Coelho se coloca à distância e narra como se os eventos se dessem naturalmente. A frase de Zola com a qual concluiu *Expedição* elucida que a esperança de Coelho não tem prazo ou projeto, a verdade e a justiça há de brotar na mesma natureza onde nasce o futuro. Outro aspecto importante a ser observado em Coelho e que difere das características realistas foi a ênfase dada ao

patriotismo, suas observações nacionalistas, positivistas e republicanas. Até mesmo a escravidão, para ele, foi obra da Monarquia para seu gozo particular.

[...] milhares daqueles infelizes, que lutavam sem descanso, por alimento e por teto tendo a vastidão do infinito constelado, sob os olhares e chibatadas de desalmados feitores, tudo para o financiamento das intermináveis orgias dos soberanos da Corte portuguesa [...]. (COELHO, 2008, p. 63)

Marson (1987) chama a atenção para diversas narrativas que foram feitas sobre a Revolução Praieira com diferentes objetivos políticos (monárquicos e republicanos) e que ensejaram diferentes interpretações. Joaquim Nabuco²⁶ ao escrever *Um Estadista do Império* procurou reabilitar “a obra progressista do Império [...] ao mesmo passo em que lavra uma sentença contra eventuais revoltas no presente e no futuro” (MARSON, 1987, p. 461). Nos novos debates feitos a partir de 1930 é que se inscreve Guilherme Coelho que utilizava a memória do Império para afirmar a República. Se Joaquim Nabuco procurou reabilitar o Império e as ações de seu pai Nabuco de Araújo, Coelho em 1936 pretendia fortalecer a República implantada há apenas 47 anos e dava sua contribuição no debate identificando na Monarquia a origem de todos os males nacionais, ao mesmo tempo em que, como o filho do estadista, se posicionava contrário a quaisquer revoltas que apenas enfraqueceriam a Nação. Os conservadores do Império tinham idênticas precauções em relação à desordem que os conservadores da República.

Elogiava não apenas a própria família, mas todas elas, como sendo o esteio da sociedade. Estava imbricado de aspectos da literatura romântica que enaltecia estes valores, mas os juntou a suas novas leituras de mundo que aspirava ao conhecimento da realidade por meio da ciência. Assim, na confecção de sua escrita há uma miscelânea de formas, até mesmo opostas, como pretendia o realismo que negava os valores declarados do romantismo. Sua admiração irrestrita estava, no entanto, com Émile Zola a quem citou por mais de uma vez, sempre atribuindo a postura humana ao mesmo tipo de compreensão que tinha o literato, todavia, sua defesa do Estado tem que ver menos com o realismo do que com um sentimento de idealização que fazia. O território brasileiro já fora criado, mas a Nação estava ainda em construção e cabia aos letrados republicanos auxiliar à salutar e necessária construção deste sentimento. Semelhante procedimento poderia ser observado em diversos autores desde a independência e

²⁶NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época. 02 volumes. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897(1º vol), 1898 (2º vol).

continuou após a proclamação da república, pois “o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional” (CÂNDIDO, 1976, p. 116).

A comicidade de sua narrativa é, portanto, o que sustenta sua prefiguração do “campo histórico como conjunto de conflitos que devem necessariamente terminar em resoluções harmoniosas, resoluções em que a “natureza” é finalmente suplantada por uma “sociedade” que é tão justa quanto estável” (WHITE, 1992b, p. 179) a partir do momento em que o Estado é o ente que governa esta mesma sociedade nacional. Assim, é a Nação que permite a existência do Estado e não o contrário. A paz que Coelho mostra no início de sua narrativa quando esclarece como o estado goiano se encontrava é restaurada ao final quando a ordem social é novamente recolocada. Ou seja, não é porque houve um conflito que a comédia não pode ser a forma de prefiguração de sua narrativa, mas é exatamente por isso, pois é aí que se mostra a apreensão das unidades na própria luta; as diferenças e divergências quando plenamente mostradas são, elas mesmas, as comprovações da unidade do todo por meio das partes. A ênfase de Coelho recai na necessidade de conciliação das partes, na promoção da harmonia social necessária para o fortalecimento da República.

O foco narrativo desenvolvido em Coelho é importante para a compreensão do tipo de narrativa que teve em vista desenvolver. Quando escreveu sobre a comissão e seus desdobramentos, a narrativa foi feita em primeira pessoa. Era personagem, mas era, sobretudo, testemunha. O fato de ser a testemunha dos eventos aos quais narrou o fazia crer que dava a seu relato o valor de verdade incontestável, pois ninguém melhor do que aquele que vivenciou para contar os eventos exatamente como se deram. Isso foi ainda mais facilitado, pois apesar de ser personagem, o foi apenas secundariamente, não era o principal. Fez o registro dos acontecimentos sob uma ótica individual e externa. Em momento algum tentou entrar nas mentes dos personagens.

“O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso).” (HARTOG, 2014, p. 293) O procedimento adotado por Guilherme Coelho dá a dimensão necessária para a compreensão desta afirmativa de Hartog. O antigo escrivão quer dar a ver e saber ao leitor aquilo que ele próprio afirma ter visto e presenciado e que, portanto, sabe. O olho atesta não apenas que viu aquilo que narra, mas atesta a verdade do que foi visto. (HARTOG, 2014, p. 291) A vinculação do olho com o saber é apontado com o que parece ser uma constante: “Xenófanes diz que, para saber, é preciso ter visto”, Aristóteles afirma que é a vista que nos dá mais conhecimento e Heráclito que “os olhos são testemunhas mais seguras que os ouvidos.” (HARTOG, 2014, 291 e

292) Suas descrições dos acontecimentos foram, de acordo com ele e, também com seus apresentadores, puramente objetivas, baseadas no que viu ou ouviu.

Deve-se respeitar a memória dos mortos; mas há casos em que o conhecimento da verdade faz quebrar esse princípio de educação, no qual a minha se fez e, assim, sem ferir sua memória, eu afirmo ter visto, de longe, um velho trajando uma roupa azul, de cabelos e barba grisalhos, procurar abrigar-se por detrás de um arbusto, que se erguia na cripta da serra, de onde se conclui que naquele terreno propício ocultavam suas saliências muitas outras pessoas amadas e, dentre elas, o velho que vi e reconheci, mais tarde, tratar-se do coronel Wolney, pai de Abílio. (COELHO, 2008, p. 90)

Quando escrevia sobre si mesmo como autor, Coelho narrava em terceira pessoa na tentativa de confecção de uma narrativa isenta de subjetividade e de distanciamento do objeto de estudo à moda científica. Ao desviar o foco narrativo de si, que até então era um personagem e testemunha dos acontecimentos, procurou impor objetividade e imparcialidade ao relato, pois se tornava ele mesmo “o “ausente” da história”. (HARTOG, 2014, p. 26) Abaixo duas passagens da narrativa de Coelho. A primeira passagem foi iniciada com objetividade do relato em 3ª pessoa do singular e concluída com o testemunho de participante dos eventos.

Para se tornar real a apreensão dos autos do inventário, *dirigiu a autoridade comissionada à fazenda em apreço, acompanhada do autor – na ocasião escrivão ad hoc –*, tenente Catulino, cabo Mathias e do civil Alexandre, seu empregado particular, deixando na vila toda a Força de prontidão, *pois sabíamos* de que no local da diligência muita gente armada existia e em *número superior da que dispúnhamos*. (COELHO, 2008, p. 90, grifo meu)

Neste segundo trecho, abaixo localizado, o autor foi primeiro testemunha/personagem e linhas adiante se tornou apenas o expositor objetivo do que foi visto pela testemunha, ou seja, por si mesmo.

Pela sua coragem, sobressaiu nessa luta o tenente Catulino, *o mesmo que nos acompanhou* à fazenda do Buracão e que, ferido por um projétil, que quase o traspassou o tórax, no primeiro dia da refrega, foi o último a deixar a luta e, ainda, prestando relevantes auxílios aos dirigentes dos demais destacamentos. Esse oficial foi acusado de ter, também, mandado fuzilar um preso que ali havia ficado para, depois, ser removido para a cadeia da capital, *fato este que o autor, que conhece dito oficial e com ele ter efetuado outras diligências e prisões, custa crer aquilo que se lhe atribui*, mesmo ante seu melindroso estado de saúde, em consequência do grave ferimento. (COELHO, 2008, p. 99, grifo meu)

Quando a narrativa era sobre a história, a geografia e as atividades econômicas do estado goiano, o autor era sempre testemunha do que via, mas, também e não menos, do que aprendeu nos livros. Ao longo de sua narrativa citou vários autores aos quais admirava pela exatidão das informações tanto humanas quanto naturais que davam em

seus estudos. A preocupação do autor era em relatar o que presenciava, sabia ou vivenciava e quando tratava das preocupações dos outros não mudava o foco narrativo, retirando-o de si e levando-o aos personagens como fez Élis n’*O Tronco*. Coelho escrevia sobre as preocupações e visões de terceiros sob a sua ótica de testemunha ou de narrador em terceira pessoa, em seu entender, objetivamente, pois seu foco era a verdade absoluta. O narrador Coelho faz extenso uso das marcas de enunciação para dar a ideia de autoridade à sua narrativa. Hartog afirma que “o narrador faz muitas vezes o uso da autópsia para qualificar sua própria narrativa” (HARTOG, 2014, p. 292) Em outros termos: o narrador qualifica como diferente – qualitativamente – um do outro, o que foi visto e o que foi ouvido. O que foi visto pelo narrador tem supremacia de verdade, o que foi ouvido, tem também status de algo que merece ser narrado, pois é possível, mas numa hierarquia inferior. Todavia, alerta Hartog que

Essa preeminência atribuída à autópsia em toda forma de investigação (histórie) tem consequências para a história propriamente dita. Se esse princípio metodológico for aplicado com todo rigor, não há de fato história possível senão a história contemporânea. Essa é bem a posição de Tucídides, para quem a única história factível é uma história no presente. (HARTOG, 2014, p. 294)

Sua narrativa não deu lugar ao autor implícito como apontado em Bernardo Élis, a autoria em *Expedição* é bastante explícita, à exceção apenas dos únicos momentos em que vai mencionar a si mesmo como autor e vê, nestes instantes, a necessidade de se colocar fora do texto, como se outro o atestasse e não ele próprio. Mais uma vez trata-se de predominância e não de exclusividade, pois também entre as páginas 112 e 138 o autor implícito está presente causando certa desorientação ao leitor; há momentos em que parece ser Coelho que narra, mas é o presidente do Estado; em outros é o Desembargador Alves de Castro, mas parece ser Coelho. Todas estas páginas que compreendem todo o capítulo intitulado como *Os acontecimentos de São José do Duro*, é um ajuntado de relatórios mais os comentários do narrador que aos primeiros se misturam sobremaneira.

À proporção que a maioria da imprensa carioca noticiava os tristes acontecimentos que novamente se iam desenrolando naquela região, desenvolviam os inimigos de Goiás grande campanha de descrédito contra o Estado, principalmente contra o seu presidente, procurando fazer crer que era ele o responsável por aqueles fatos. (COELHO, 2008, p. 123)

E no parágrafo imediatamente seguinte, continua

Tal era a monstruosidade da acusação e tão pérfidas as insinuações feitas, que julguei de meu dever publicar a seguinte declaração no Jornal do Commercio

de 10 de fevereiro: [...] Para o meu governo é esta uma questão de honra. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1919. *J. Alves de Castro*. (COELHO, 2008, p. 123 a 125, grifo do autor)

A primeira das duas transcrições é discurso do narrador e a segunda de Alves de Castro, mas de tal forma que confunde aquele que lê, pois se imbrica de maneira que o relato de um parece ser do outro. O ponto de vista que o autor tem acerca da questão é o do governo do estado. Já n’*A Justiça Federal*, em nenhum momento há a assinatura, menção ou identificação de qualquer outro que não seja o narrador Coelho, mas no quinto parágrafo – que é também o último – o narrador alude ao fato de haver morado em Pouso Alto. Todavia, Coelho não morou em tal local²⁷, mas o juiz Celso Calmon, sim. O foco narrativo do texto deste capítulo é do juiz e não o do escrivão.

Estou acorde em dizer que essa providência se nivela às circulares expedidas pelos chefes militares, quando em perseguição à Coluna Prestes, neste Estado, pois elas – circulares – declaravam que toda a coluna se havia asilado na Bolívia, e quatro dias após a divulgação vi a cidade de Pouso Alto, minha passada residência, presa de assalto por 80 homens sob as ordens de Siqueira Campos. (COELHO, 2008, p. 150)

Esta estratégia narrativa utilizada por Coelho é interessante e, até mesmo, instigante, mas é preciso lembrar, como advertido por Certeau (2011), que os mortos, os documentos, não falam, assim, este mundo passado “deixou de se mover; ele é movido. Ele altera-se, como é evidente, porque modifico minha maneira de olhar.” (CERTEAU, 2011, p. 164 a 165) É o narrador que afirma em nome desse morto que tem em mãos e que intenta em compreender, mas

Fico refém de palavras e documentos que um procedimento “histórico” constituía como “passados” e que – ao referir-se, aos poucos, a umas e aos outros – conduzem-me a enfrentar o que não é mais. “Faço história” no sentido em que não só produzo textos historiográficos, mas tenho acesso, por meu trabalho, à consciência de que algo se passou, atualmente morto, inacessível como vivo. (CERTEAU, 2011, p. 166)

Além desse tipo de análise do foco narrativo como algo tão coadunado com o outro, restaria, ainda, a possibilidade de todos os textos intitulados como a “fala do governo” terem sido, realmente, escritos pelo presidente do Estado e pelo juiz comissionado; mas que por eles não foram assinados e nem tal procedimento ter sido relatado pelo antigo escrivão. Assim, tal estratégia narrativa pretende tornar invisíveis os limites das afirmações do narrador e do documento.

²⁷ Esta afirmação pode ser atestada no próprio livro em que há um quadro com a cronologia de vida do autor na página 166, se iniciando com o nascimento, passando pelos locais onde morou e trabalhou e que finaliza com o recebimento póstumo das homenagens feitas pela Prefeitura de Goiânia e pelo Estado de Goiás.

Essa continuidade entre texto e documento, derivada do estilo de argumentação específico [...], revela também um outro aspecto. Revela uma visão de mundo que está subordinada, [...] às pressões dos problemas que afluem do futuro. Sua atenção [...] está voltada para o futuro e não para o presente, entendido como transitório. Sob a pressão dos problemas que são projetados e, ao mesmo tempo afluem do futuro, o presente é então convocado para uma atividade historicamente responsável em relação ao porvir e predomina sobre um passado [...] de que se apropria em parte. [...] Este futuro torna-se então, mais do que fonte de inquietude, tão característica da modernidade, torna-se também objetivo conquistado pelo ideal de progresso que regulava e orientava as expectativas (ARRAIS, 2008, p. 109 a 110).

Por fim, quero tratar da maneira como ele próprio apresentou seu livro. Colocou-se, como fez em toda a extensão narrativa, na terceira pessoa do singular para citara si e esclarecer os motivos de sua escrita. O objetivo do autor estava atrelado, portanto, a uma defesa dos atos que presenciou sendo praticados pelos membros do Estado; ele mesmo, um funcionário público que, a seu ver, nada fez além do que o que deveria ser realizado para o bem de todos na manutenção da normalidade social e respeito às leis. Segundo Coelho, aqueles que não compreenderam os eventos do Duro, não compreenderam porque não quiseram compreender e, se coisas diferentes propalaram daquelas que ele mesmo afirmou, o fizeram por invenção e maldade.

Ideou-lhe este livro a dedicação ao estudo.

E, mais, ainda, procurar fazer conhecida uma página da história do seu Estado, que é, também, sua, não compreendida por indivíduos que não quiseram compreender, pois, a ouriçaram das mais torpes invencionices. [...] O autor. (COELHO, 2008, p. 31)

1.3.1 O tempo na narrativa de *Expedição Histórica nos Sertões de Goyaz*

Em *Expedição* o tempo é lento, não apenas o tempo humano, mas o próprio tempo da natureza. A narrativa é desenvolvida de maneira que a lonjura dos sertões goianos e a difícil empreitada de se locomover de um lugar a outro seja percebido como moroso. A estrutura narrativa que o autor desenvolveu é que impõe esta vagareza à percepção de quem lê. Não iniciou o relato contando dos eventos mesmo. Após a dedicatória e recordação que já tratei no item anterior, fez uma pequena introdução acerca dos motivos pelos quais escreveu o livro. Na mesma página iniciou uma mensagem nostálgica direcionada a sua irmã já falecida demonstrando imensa saudade; um texto emocionado que finalizou com a sentença “ESPERA-ME...” (COELHO, 2008, p. 32) Na página de número 33 há um texto com o título *Terra Distante* do Capitão Cordolino de Azevedo, este uma verdadeira declaração de amor à Goiás. E apesar de intitular daí em diante como a viagem, só tratou do assunto sete capítulos adiante. Quando realmente iniciou a viagem, o realizou de vila a vila, de cidade a cidade. Em

cada lugar em que paravam dissertava sobre todos os aspectos que considerava pertinentes: latitude, longitude e limites geográficos; as datas mais importantes; principais acontecimentos políticos, incluindo os padres, juízes e administradores que mais contribuíram; economia local; além de sempre especificar os quilômetros percorridos ou a percorrer. Até mesmo um relatório do Ministério da Agricultura de estudos sobre o níquel do Brasil foi anexado à sua narrativa sobre São José do Tocantins, hoje Niquelândia. Não há no livro um único diálogo, tudo é contado pelo narrador, exceção que fez em alguns momentos apenas ao juiz Celso Calmon e ao presidente do Estado Alves de Castro, quando lhes cede a palavra.

O autor não poupou esforços em relação às datas. Há abundância delas, especialmente no tocante aos povoamentos, incluindo-se a citação das leis provinciais que tratavam acerca de suas elevações a categorias de vilas e cidades, quando era o caso. Enfim, seu trabalho não foi de pouca monta. Acredito que houve a necessidade de muito estudo e compilação de documentos, além do também, enorme ajuntamento de documentação. Não se acautelou, entretanto, como ensina Le Goff de que

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 547)

O período político do qual tratava a narrativa de Coelho, ou seja, de 1918-1919 era, em sua concepção, superior a épocas passadas. O autor tinha convicção e consciência que vivia num tempo, não apenas diferente, mas melhor e, portanto via a necessidade de conservá-lo para o futuro. A ordem social em que ele mesmo estava inserido era fundamentada num sistema político-jurídico justo e a desordem ocasionada na Vila do Duro seria – como de fato foi – resolvida pelas leis, sob o comando e a salvaguarda do Estado. A atual ordem sob a qual os habitantes do estado goiano estavam dia a dia progredindo era importante e sua construção foi difícil. A preservação do estado das coisas, embora fosse custoso, era, em seu parecer, necessário.

O tempo já está dado, bem como as coisas, resta vivê-lo. As modificações se dão de maneira natural. Até mesmo a modernização que se iniciava era concebida dessa maneira.

Jornalista de escol, de inteligência formada nos ambientes elevados, lutador incansável, conseguiu, o cel. Edmundo, enfrentar os obstáculos que se lhe antepunham, quer pela propaganda bem dirigida, quer pela tenacidade de trabalho, que vencidos, *surgiu, apareceu a grande rodovia automobilística de*

hoje que, na época, demandava a Roncador, última estação da Estrada de Ferro de Goiás, em penetração neste Estado, que vem vindo com a marcha lateral do caranguejo, deslocando-se para os lados e jamais em frente. (COELHO, 2008, p. 43, grifo meu)

Assim, a própria modernização do território surgia por meio das máquinas. Apesar disso, Coelho tinha expectativas por novas melhorias, queria, por exemplo, que as estradas rodoviárias substituíssem integralmente as estradas de ferro; essas já representavam o atraso de um tempo que já não era. Na concepção de Coelho, portanto, o passado não era melhor do que o presente que presentificava pela escrita. O tempo atual era o melhor que havia até o momento e o futuro poderia ser melhor, mas os melhoramentos necessários estavam sendo germinados, brotariam do passado do qual narrava.

Suas admoestações quanto a formas ultrapassadas como a Monarquia, a deselegância de trato das pessoas e o analfabetismo, bem como, as evoluções necessárias para o alcance do desenvolvimento do Estado, tudo isso, pode dar a parecer que se trata de um liberal com convicções de progresso futuro. Essa assertiva, todavia, não se sustenta após a leitura cuidadosa de sua obra, pois o autor não cria na possibilidade de mudanças drásticas nem mesmo num futuro indefinido. Sabia que o mundo estava sujeito a mudanças, mas as queria no devido tempo. Os acontecimentos de São José do Duro serviram como amostragem de que a simples tentativa de modificações fora do ritmo em que deveriam realmente ocorrer não levariam a bem algum, ao contrário. Este tipo de postura ética em relação ao tempo e ao mundo denota similaridade com a análise feita por Marson (1987) em relação aos conservadores.

[...] o desenvolvimento da política teria que ser dado por *leis imutáveis*, responsáveis por um *movimento universal e coordenado da sociedade*, onde as ações dos homens se reduzem a meros instrumentos e a política, na sua versão exterior, a mera comédia. [...] A sociedade caminha por leis próprias, racionais, à maneira de todo o universo natural; as lutas e conflitos são mera decorrência da ação dessas leis incontornáveis que se dirigem para o crescimento, o progresso da humanidade. (MARSON, 1987, p. 443)

Sua composição narrativa está eivada de uma concepção de mundo que o percebe como um caos que precisa ser ordenado. As instituições organizadoras são, para ele, o Estado e a Igreja, ficando isto devidamente evidenciado nas longas descrições e reflexões que vai fazendo ao longo da narrativa que procede acerca da viagem feita há tantos anos. Suas expectativas, esperanças, ambições e crenças estão dirigidas às duas instituições citadas. Em cada vilarejo que apeava ou em cada estrada que vislumbrava via os benefícios que haviam sido feitos por administradores, juízes e padres. Em cada

lugar, foi lembrando as figuras públicas que por aquelas bandas colocaram seus serviços para o bem do povo, não se eximindo, todavia, de criticar àqueles que, honestamente, julgou ser necessário. Diversas reprimendas foram impetradas como “aos defraudadores do patrimônio estadual” (COELHO, 2008, p. 42) que antecederam o governo de Alves de Castro ou ao “energúmeno governo de Júlio Barbosa de Vasconcellos, quando presidente da antiga Província de Goiás, no gabinete presidido pelo conselheiro Cotegipe” (COELHO, 2008, p. 64), além de outros exemplos que não se faz necessário expor um a um. Importa perceber que, para o autor que narrou acerca da expedição, o processo histórico só é estável e vivível harmoniosamente sob os auspícios institucionais, visto que os seres humanos precisam ser domados em suas paixões naturais. Essas instituições é que podem canalizar e dirigir as energias físicas e espirituais das pessoas para sua constituição como nação. O papel do Estado é, portanto, de engrandecer o sentimento de Nação de um povo, pois de posse deste é que os indivíduos podem se despir dos egoísmos que até então lhes comandou as ações. Desta maneira, a nação é não apenas desejável para a organização social, mas imprescindível, a única unidade possível.

Assim descreve Coelho o ambiente político goiano com a inserção em seus quadros de Alves de Castro: “Em março de 1917, num ambiente de completa calma e contentamento, procedeu-se, no Estado, à eleição para a investidura de tão prestimoso conterrâneo no mais alto cargo da pública administração estadual.” (COELHO, 2008, p. 40) O novo presidente eleito daria orientação à vida pública estadual, mas o ambiente já estava harmônico, sendo que um dos diferenciais era que,

Filho do sertão, bem conhecia a psicologia dos sertanejos e concluiu que, das lutas partidárias acirradas, os males oriundos poderiam ser remediados. [...] Procurou fazer o reajustamento político, em todo o Estado, o que se verificou da melhor maneira, e a paz e garantias disseminadas a todas as pessoas e localidades. Um sopro de progresso em quase todo território. (COELHO, 2008, p. 40)

A posição astronômica de Goiás com a qual iniciou toda a narrativa, também não se fez ao acaso, pois serviu para estabelecer o tipo de compreensão de mundo ou, se se preferir, do cosmo, tinha Coelho. Este vai, ao longo do relato, apresentando, descrevendo e comentando parte a parte do território e encaminhando sua narrativa de maneira que se compreenda o todo. As partes que o autor apresenta vão compondo a essência que pretende ser toda a realidade goiana. Goiás, Espírito Santo, Maranhão e Rio de Janeiro estão todos engendrados, de maneira que o acontecimento individual que

teve lugar na Vila de São José do Duro seja relacionável com o sistema no qual estava inserido. Os destinos das partes são os mesmos de toda a nação. O discurso do Desembargador Alves de Castro ao final da Primeira Guerra de que a partir de então, “podem os Estados, grandes e pequenos, encarar com firmeza e tranquilidade os seus destinos e viver sob o regime da lei e da justiça” (COELHO, 2008, p. 110) coaduna com o posicionamento de Coelho que também retirou dos eventos tidos lugar no Duro a convicção de um tipo de destino pacífico fundamentado no hoje e não no amanhã; o amanhã seria, obviamente, melhor, pois suas bases estariam fixadas na organização do hoje.

Deste modo, ambos, Presidente do Estado e Guilherme Coelho dão a ver que suas concepções de história são bastante aproximadas: para o Desembargador Alves de Castro o mundo e, portanto, a história tem uma ordenação própria e independente do ser humano. Há um destino humano a ser cumprido. O hoje está ordenado, o que ocorreu ontem foi apenas um desvio que, todavia, não retirará sua tranquilidade acerca da convicção quanto ao amanhã. O desvio que, momentaneamente retirou a humanidade de seu caminho reto, ocorreu por mãos humanas inábeis para concretizar quaisquer movimentações drásticas. A direção da história já está dada, é natural e seu rumo, seu futuro, é o Progresso. Guilherme Coelho, por meio de sua escrita, denota que também crê num destino humano, o caos na Vila do Duro foi apenas temporário e, assim, como a Primeira Guerra Mundial teve fim, as desordens na Vila também chegaram à sua solução. A história tem sua própria verdade e cabe aos humanos cumpri-la. O destino é comandado fora da vontade humana por leis que estão além de seu alcance. Desta maneira, fica claro que sua visão de História é o que a disciplina da História denomina de positivista. O positivismo tinha convicções que a história tinha uma ordenação própria: a ordem levaria, inexoravelmente, ao progresso. Recorrem a verdades gerais para explicar o particular, pois para esta teoria o todo explica as partes, assim como as leis naturais podem explicar a sociedade. Outrossim, a nova ordenação mundial iniciada com o fim da primeira grande guerra organizaria todos os países grandes e pequenos, pois a vontade humana não pode modificar os rumos a serem seguidos. O caminho está dado e a natureza comanda não apenas os destinos humanos, mas suas próprias ações.

A finalização do relato de Coelho é feito num tom nostálgico, mas otimista: o caos foi ordenado, a luta pacificada. A esperança mencionada pelo autor sob o empréstimo de Zola não tem que ver com expectativas que incitem nenhum tipo de ação que promova mudanças. A esperança neste caso tem que ver com espera de fato, esperar

como verbo e não como sentimento que impulse. A esperança, da qual tratou no tipo de enredo que construiu, significa a espera que não dá ensejo à ação, é uma esperança em algo maior e não nos próprios homens. A mistura de sentimentos românticos em Coelho já foi apontada anteriormente e sua postura era um misto de romantismo e realismo que não se excluíam; todavia, o que tomei como aspecto de ênfase para a compreensão da implicação ideológica implícita em sua narrativa foi a forma como o autor concebia o tempo que levaria à maneira de sua concepção ou ideia de história.

White (1992b) se utiliza da identificação de quatro tropos básicos para a análise da linguagem poética, prefigurativa do historiador: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. A metáfora é representacional em relação ao mundo da experiência e utiliza a linguagem da identidade à maneira das relações objeto-objeto numa argumentação formista; a metonímia é reducionista em relação ao mundo da experiência se utilizando da linguagem da extrinsecalidade para afirmar uma diferença entre fenômenos à maneira das relações parte-parte com argumentação mecanicista. A sinédoque é integrativa e utiliza as linguagens da intrinsecalidade nas relações objeto-todo do mundo da experiência com argumentação organicista. A ironia é, para o autor, intrinsecamente refinada e realista; por meio de metáforas absurdas e com o uso da sátira leva a aporia; é autoconsciente e autocrítica e ao reconhecer a capacidade que a linguagem tem de mais obscurecer qualquer ato de figuração verbal do que de apreender a realidade é, também, dialético.

Desta maneira, os protocolos linguísticos utilizados para narrar são prefigurados, ou seja, antecedem a própria figuração em que serão inseridas as estratégias explicativas que se empregará para contar a história a partir da crônica dos eventos. Coelho utilizou do tropo sinédóquico para prefigurar sua narrativa, integrando e utilizando das essências ou, dito de outra forma, fazendo uso das linguagens das características intrínsecas das descrições das partes em relação com o todo de maneira que os eventos se sucedam e sejam solucionados de modo orgânico. Assim, a comédia que escreveu é resultado da maneira como concebia o tempo. Haveria, para ele, um tempo maior fora da própria historicidade humana, e haveria, também, o tempo histórico. Esse último está condicionado à movimentação que causaria as transformações do primeiro, logo, um é decorrência direta do outro, o que, conseqüentemente, leva a orientação temporal a permanecer no presente – e desta maneira, a implicação ideológica de sua escrita é conservadora – e entender que o tempo humano, bem como o cosmológico, se dá

naturalmente. Sua ideia de história é harmônica porque o tempo que concebe detém em si a harmonia que permite a própria vida.

Ao escrever acerca dos eventos que vivenciou quis mostrar que a ordem inicial havia sido burlada por elementos humanos, esses mesmos, ainda, detentores de instintos grosseiros e não portadores de sentimentos patrióticos altruístas, mas que, ao final, foram vencidos e a ordem social restaurada. Mesmo sabendo do risco da superinterpretação, entendo que até mesmo os processos que foram anulados pelo Estado em relação aos Wolney ou prescritos pelo decurso do tempo transposto além do prazo em que as pessoas tinham para dar os devidos andamentos jurídicos ajudam, a seu modo, a analisar a forma como Coelho concebeu um final harmonioso para a história: as partes foram aquietadas, o tempo como um todo seguiu e foi seguido pelo tempo histórico automaticamente. O viés político, no entanto, não pode ser relegado: a nulidade dos processos, seja por prescrição ou por perdão, teve o objetivo político de apaziguar os conflitos e silenciar tanto uns quanto outros acerca das ignominiosas mortes ocorridas na Vila de São José do Duro. O governo do estado goiano tinha o objetivo claro de que os acontecimentos fossem relegados ao esquecimento, pois o momento era de fortalecimento do poder central que não poderia ser acusado de extermínio direto dos opositores, mesmo porque havia sempre a possibilidade de revide, ressurgência e recrudescimento dos conflitos.

Mesmo que Coelho tenha tentado em confeccionar um estudo neutro dos acontecimentos como modelo científico de narrativa, não logrou o êxito almejado, pois, diferentemente da ciência, os eventos humanos não podem ser subsumidos a uma lei. Até mesmo, porque, como analisa Danto (2014, p. 23), a história narrativa não pode ser científica sem perder sua importância humana porque são os interesses humanos que determinam quais eventos são importantes e de que forma o são. Nisto, Memória, História e Literatura têm uma de suas características em comum. Os três tipos de conhecimento têm por interesse o ser humano em suas vivências de mudanças vertiginosas ou supostas permanências; sendo que, de qualquer modo, as escolhas que se faz sobre o que contar e como contar tem que ver com valores morais e com os efeitos que se busca desencadear. Isto ocorre porque nas três áreas do conhecimento apontadas, a representação de mundo é feita sobre o ser humano para os próprios humanos.

O presente dos acontecimentos não é o momento epistemologicamente adequado para a observação do vivido, nem por si mesmo como protagonista/agente e nem por

outros como coadjuvantes/testemunhas porque não se tem uma base teórica para a reflexão acerca do que está acontecendo. A fundamentação teórica, a base interpretativa só é dada no futuro dos acontecimentos. É em razão desse futuro dos eventos que se descreve um acontecimento passado como condição de outros que se deram adiante. A sentença de Louis Mink²⁸ (2001) de que “estórias não são vividas, mas contadas”, dá a entender que ninguém vive numa narrativa ininterrupta da própria existência, mas que tal procedimento só pode ser executado após o vivido, por si ou por outros, em retrospecto. O presente pode, tão somente, ser percebido, enquanto que o futuro pode dar a dimensão do conhecimento²⁹.

Guilherme Coelho que escrevia em 1936 utilizou de sua narrativa sobre o passado para abalizar e elogiar o passado em que viveu, pois o Estado de Goiás sob a direção de Alves de Castro em 1918-1919 dera passos éticos e ordenadores para que o progresso alcançasse o Goiás do futuro. No passado, à época dos eventos do Duro, o estado goiano estava sob o mando de Eugênio Jardim e da família Caiado, em 1936 estava sob a direção de Pedro Ludovico Teixeira; o presente fora construído pelo passado, mais um passo foi dado. Agora, em 1936, o progresso fora, finalmente, alcançado: o futuro chegou. O presente na narrativa de Coelho não foi apenas percebido: as estratégias narrativas que adotou tinham o objetivo de explicar o momento no qual ele escrevia que, era por sua vez, o futuro dos acontecimentos que relatou.

²⁸ Todas as citações de Mink contidas neste trabalho são devedoras da dissertação de mestrado de Marcus Vinícius de Moura Telles da UFRJ com o título *Simultaneidade e Retrospecção: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica* (1942-1973).

²⁹ Danto explica a diferença entre percepção e conhecimento amparado nos procedimentos realizados por Platão. Percepção é o que obtemos pelos sentidos e que não expressam a verdade; é temporário. O conhecimento, por sua vez, é adquirido pela sabedoria de nossas vidas; é universal.

2 CAPÍTULO II – A HISTORIOGRAFIA GOIANA SOBRE OS ACONTECIMENTOS

2.1 As narrativas da História

A historiografia goiana começou o trabalho sobre os eventos ocorridos na Vila de São José do Duro um tanto tardiamente, se comparada à Literatura e à Memória. A historiadora Dalísia Elizabeth Martins Doles e o historiador Luis Palacín também estudaram e escreveram sobre os eventos. Além destes e, especialmente, apenas após Doles, outros autores se concentraram no tema. Dentre eles: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Gracy Tadeu da Silva Ferreira e Feliciano Rodrigues Alves. Neste tópico, farei uma síntese das narrativas destes trabalhos em busca de analisar que pesos deram às “historiografias originais”, tendo em vista os modelos da Memória, da Literatura e da História, respectivamente.

Freitas (2009) realiza vasto estudo em dois volumes intitulado *Poder e Paixão: a saga dos Caiado* e é neste trabalho – em que o centro de sua preocupação é a família Caiado – que a autora apresenta e discute o episódio do Duro no capítulo *Violência no Sertão*. Seu relato está amparado em diversas fontes: cartas e telegramas dos envolvidos das diferentes partes, relatório do juiz da comissão e do presidente do estado, livro de Guilherme Coelho, ensaio de Dalísia Doles e a obra de Bernardo Élis. A este último não cita como fonte em momento algum, apesar de no último parágrafo do capítulo dedicado aos acontecimentos serem este autor e sua narrativa objetos de reflexão por parte da historiadora. Sua percepção de documentação é bastante vasta, ainda que em alguns momentos não fique claro o documento que utilizou, como por exemplo, quando acentua que:

Documentos indicam que Abílio Wolney chegou a pensar em algum tipo de negociação com o juiz Celso Calmon; teria mesmo admitido a possibilidade de render-se às forças da lei, talvez pensando em libertar os familiares e amigos presos como reféns, mas não teve como fazê-lo.
(...) Ao que indicam os documentos, a atitude do governo e de seus adeptos era estritamente legalista. Em seu relatório, o juiz Calmon [...] (FREITAS, 2009, p. 32 e 38)

Na primeira citação não esclarece de que documento se trata, assim, sua fonte pode ser tanto a narrativa de Bernardo Élis que vivifica esta angústia do coronel, quanto uma inferência que teria realizado a partir de um bilhete de um dos homens de Wolney à sua amante ou, na verdade, qualquer outro. Na segunda citação, nota-se a valorização do relatório de uma das partes como tendo valor de verdade: o relato oficial do juiz Calmon

para explicar os procedimentos que adotou em sua comissão ao Duro. Houve, neste capítulo, valorização dos relatórios oficiais como mais confiáveis, mesmo porque o foco narrativo da autora se encontra muito mais próximo ao governo da época dos acontecimentos que relatou – a família Caiado – sendo, portanto, sob aquele ponto de vista que observa os acontecimentos e produz seus procedimentos explicativos.

Em sua narrativa inicia explicitando o meio (geografia, clima, povoamento, fronteiras, comunicações, isolamento) em que se circunscreve a Vila de São José do Duro e inserindo os coronéis daquele local na tipologia de Pang (1970), ou seja, coronéis de uma sociedade pré-política. Conta da trajetória política de Abílio Wolney e de suas duas depurações, ressaltando, conforme Jacques³⁰, que “A prática era bastante comum: calcula-se que, do total de parlamentares eleitos durante a primeira República, quase dez por cento foram degolados ou depurados.” (FREITAS, 2009, p. 15) Também cita quatro crimes que teriam sido cometidos pelos coronéis, denunciados numa carta da senhora Maria José Cavalcanti, cunhada do coronel Joaquim, a um político do Piauí; esta senhora, na verdade, escrevia a carta para denunciar o assassinato de seu filho Agenor pelo cunhado. A mesma enlutada senhora narra na missiva que teria se avistado com um cachorro carregando o braço de um homem, vaqueiro de uma das fazendas de Abílio e que fora assassinado a mando do proprietário das terras. Após a confecção deste panorama, indaga Freitas:

Como justificar e entender tanta crueldade e prepotência? Como aceitar a longa permanência dos Wolney no poder? A combinação de acontecimentos imprevisíveis e escolhas estratégicas explica, em parte, essa preeminência que se estendeu por décadas. (Freitas, 2009, p. 17)

A narradora explica que após a Revolução de 1909 e até 1912, Abílio é obediente à oligarquia Caiado, “disciplinado democrata” (p. 19), todavia quando o governo é assumido por Herculano de Souza Lobo ocorre cisão entre os grupos políticos e Abílio se alia à “Gonzaga Jayme (bulhonista) e rompe com a situação.” (p. 19) Quando ocorre a reestruturação do Partido Democrata os coronéis do nordeste goiano vêm-se excluídos. Freitas (2009) explica que os métodos violentos e a “atuação deletéria à frente da Mesa de Rendas por parte dos Wolney, “certamente chegaram ao conhecimento da Comissão Executiva do Partido” (p. 20). E explica a autora: “É possível que os democratas no poder tenham resolvido minar o arbítrio dos coronéis

³⁰ JACQUES, Alfred. Os provisórios. Apud Porto, Walter Costa. O voto no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1989, p. 202.

nortenses, surgindo ocasião propícia para fazê-lo, quando Abílio rompe com o governo.” (p. 20)

Lena Castello Branco Freitas também coloca como estopim dos futuros acontecimentos a desavença ocorrida no cartório referente ao inventário, bem como, a denúncia feita às autoridades, tanto pelo coletor quanto pelo juiz municipal. João Alves de Castro, presidente do estado, “resolve tomar medidas enérgicas” (p. 22) e invoca o artigo 115 da Constituição Estadual. Após dificuldades para encontrar um juiz para a comissão, aceita a “espinhosa incumbência” o Dr. Celso Calmon Nogueira da Gama. A partir daí, a narradora conta sobre as determinações que o juiz recebeu do presidente do estado: suas ações deveriam demonstrar que “sua missão era exclusivamente de justiça” (p. 23). Relata sobre a tranquila chegada ao Duro, sua ida à fazenda Buracão, registrada no futuro pelo juiz quando, conforme a autora, “Celso Calmon – homem de seu tempo – não resiste à tentação de alardear valentia.” (p.25) Segundo Freitas (2009, p. 25) “os Wolney teriam entendido que o juiz lhes prometia a liberdade”. Após a visita à fazenda pelo juiz, “Os fatos adquirem dinâmica própria e rapidamente convergem para a tragédia. No Duro, o promotor público oferece denúncia e pede a prisão preventiva dos envolvidos no inquérito, dentre os quais três membros da família Wolney.” (FREITAS, 2009, p. 25)

Conta como “O patriarca dos Wolney é morto” (p. 26), da fuga de Abílio, da tentativa do juiz de enviar mensagem à Capital pedindo socorro ao município e anunciando sua partida que seria em breve, “Consciente, talvez, de que não lhe era possível conter a violência que se anunciava crescente [...]” (p. 27). O magistrado também teria aconselhado aos oficiais da Força Pública a manterem os reféns como garantia. Freitas narra, ainda, o combate de três dias entre policiais e aliados de Abílio Wolney, a fuga dos oficiais da Força que se vestiram de mulher, mas que “Antes, porém, num paroxismo de violência e crueldade, militares sangraram e fuzilaram os presos do tronco, sendo igualmente assassinado o menor Oscar Wolney.” (p. 28) A força policial era muito despreparada e “mesmo com as precauções tomadas, os policiais excederam-se [...] resultou na morte do patriarca dos Wolney.” (p. 33)

Quanto à fuga de Wolney, Freitas (2009) entende que “Com peculiar audácia, Abílio Wolney busca a proteção de influentes políticos baianos” e que meses depois, “A despeito de ser um dos principais responsáveis pela tragédia de São José do Duro, Abílio Wolney fora escolhido para ser o orador do almoço em que autoridades e militares homenageavam o glorioso exército e o dia de Tiradentes!” (p. 31)

O juiz Calmon, na narrativa desta historiadora, era, por sua trajetória de vida e, até mesmo, por declarações de opositores políticos, homem público de coragem, responsabilidade, honesto e competente. Não lhe parece, também, que o magistrado tenha fugido, mas que apenas “Dando por cumprida a sua missão, Calmon seguiu viagem.” (p. 34) Foi-se embora em plena ebulição dos conflitos, não por estar com medo, mas por saber da “inevitabilidade do processo que se desencadeara” (p. 34). O presidente do estado, o Sr. Alves de Castro não poderia, por seu lado, ser responsabilizado, sequer estava na capital do estado, estando em gozo de licença no Rio de Janeiro, mas mesmo “Se estivesse na Cidade de Goiás, teria o presidente Alves de Castro condições de impedir tais fatos e seus desdobramentos, que culminariam na carnificina do tronco? Tudo indica que não.” (p. 36), mesmo porque as enormes distâncias e a impossibilidade das comunicações não eram facilitadoras das ações necessárias. Para a autora:

Foram decisivos para o trágico desfecho das ocorrências do Duro o primarismo dos homens que integravam a força policial, bem como os (des) valores que permeavam a mentalidade da sociedade nortense, em geral, e dos Wolney e seus apaniguados, em particular. (FREITAS, 2009, p. 35)

Abílio Wolney e seus apaniguados, a sociedade nortense e a polícia eram responsáveis pela tragédia, sendo inocentes o juiz e o presidente do estado. Mas, tendo em vista que o objetivo de Freitas (2009) é narrar a *Saga dos Caiado*, parece-me que a pergunta para a qual, realmente, busca respostas é: “Até que ponto os dirigentes e políticos de Goiás foram responsáveis por tais fatos? Qual o papel de Ramos Caiado e do Partido Democrata nos dramáticos episódios?” (FREITAS, 2009, p. 35)

Ramos Caiado teria afirmado que “interesses políticos contrariados” estariam na raiz da tragédia. Leopoldo de Bulhões não conseguira ser indicado para a vaga no Senado da República pela Comissão Executiva do Partido Democrata e, pontua Freitas, “Insistindo em candidatar-se, fora derrotado. Inconformado, teria insuflado anseios de vingança em seus correligionários – dentre os quais os Wolney –, levando à carnificina do Duro.” (FREITAS, 2009, p. 30) Quanto a uma possível influência de Caiado junto ao governo do Estado no sentido de levar àquela situação, Freitas advoga que as ações de Caiado eram limitadas pelo caráter independente de Alves de Castro. (p. 38) Quanto à nomeação dos cargos públicos na Vila e à substituição do promotor suspeito de ser aliado dos Wolney por um ativo membro do Partido Democrata, afirma Freitas que: “O procedimento seguia os padrões vigentes e não significava, necessariamente, estímulo à violência, muito embora tenha contribuído para o acirramento dos ânimos e a

inexorabilidade das posições conflitantes.” (FREITAS, 2009, p. 38) Desta maneira, para a historiadora, os padrões dos procedimentos da época não tinham sido feridos, já havia o costume por parte dos políticos de favorecerem os amigos e imporem as devidas correções legais aos inimigos. Além disso,

Visto à distância, o episódio apresenta-se como emblemático do ocaso de um tipo de coronelismo que estava a extinguir-se, com a institucionalização partidária e a gradual ascendência de uma liderança colegiada – a Comissão Executiva do Partido Democrata –, ainda que esta fosse fortemente marcada pelo voluntarismo de seus principais dirigentes. (FREITAS, 2009, p. 31)

Toda a tragédia, portanto, sugeria o declínio e extinção de *um tipo de coronelismo*, de um lado, *ainda que* a parte moralizadora permanecesse adotando os mesmos princípios personalistas que colocava em queda em outro lugar do território goiano. Os trágicos acontecimentos, de acordo com a autora, emblemáticos de um tipo específico de declínio reforçaram

[...] no imaginário popular, o perfil de truculência atribuído aos políticos de Goiás. O escritor goiano Bernardo Elis inspirou-se nessa tragédia sertaneja para escrever o romance *O tronco*, no qual se baseou o filme de igual nome. A veiculação dos trágicos acontecimentos – mesmo romanceados –, através de modernos meios de comunicação, acentuou o viés de violência e primitivismo com que são vistos o sertão e os homens que o habitam. (FREITAS, 2009, p. 43)

Após tudo narrar sobre os acontecimentos, não se esquece a autora de refletir sobre a divulgação ampla do episódio, sendo que para ela, a tragédia mesmo romanceada exerceu um papel negativo na divulgação da figura dos políticos de Goiás. Godoy criticou Élis por ter romanceado os acontecimentos, Freitas aduz que foi negativa a ampla divulgação na literatura e no cinema, ou seja, parece concordar com Godoy, que o melhor que deveria ter sido feito, seria não “ficcional” os eventos. Freitas, na verdade, está imbuída da convicção de que tanto a visão que se tem sobre a truculência dos políticos goianos quanto sobre a violência atribuída ao sertão e seus moradores foram, ambas, reforçadas pela narrativa de Élis; quanto à veracidade da narrativa bernardiana, não faz, todavia, nenhuma crítica, tem-na como fato histórico. Sua narrativa teve um enfoque mais político-partidário enquanto o de Élis levou ao convívio e experiências do cotidiano entre os coronéis e sua gente. Ainda assim, em diversas ocasiões, suas narrativas têm bastante aproximação, o que talvez decorra do vasto uso feito por Freitas do estudo realizado por Doles com a documentação reunida por “Bernardo Élis que com carinho e desprendimento me forneceu todo o material de que dispõe.” (Doles, 1977, int.)

Quanto a Coelho, a quem citou em apenas um momento para informar do livro que este escreveu sobre a expedição que realizou ao Duro, sua narrativa é idêntica quanto às responsabilizações sobre os acontecimentos que atribui aos Wolney, bem como, sobre a inocência de João Alves de Castro e conduta impoluta do juiz Calmon. Tendo em vista que a principal questão de Freitas envolvia a família Caiado, objeto de sua pesquisa, a historiadora buscava responder a problemas que não envolviam Guilherme Coelho e que, obviamente, este se absteve de tratar. Todavia, em todos os aspectos tratados em comum, os dois convergem em suas narrativas com viés conservador e juízos favoráveis aos representantes estaduais à época, *pois convergem em suas visões de mundo e de tempo, embora tenham diferentes focos narrativos*.

Ferreira (1998) em um livro organizado por Nasr Fayad Chaul não discute especificamente os eventos ocorridos na Vila de São José, mas quais as construções que foram feitas do coronelismo em Goiás pela história e pela literatura. Por isso mesmo, ainda que a autora não tenha se debruçado, especificamente, sobre os acontecimentos do Duro, interessa ver suas análises, pois para tratar do tema no território goiano, invariavelmente, suas investigações a levaram a alguns dos autores que neste texto são estudados por meio das representações que construíram sobre os eventos, como Bernardo Élis, Dalísia Doles e Luís Palacín, ficando fora apenas Guilherme Coelho. Cumpre assinalar que o mesmo foi feito na narrativa de Freitas (2009) que apenas se referiu à Coelho como tendo sido o escrivão da comissão e assinalou numa nota de rodapé que o mesmo havia escrito um livro sobre os acontecimentos; bem como, não fez nenhuma alusão, no capítulo tratado, à narrativa de Palacín, talvez por pretender e, de fato, analisar apenas o caso do Duro sem qualquer menção a outros ocorridos no período, ao menos no capítulo estudado. Quanto à história dos eventos ocorridos no Duro, Chaul (1998) realiza apenas uma rápida análise da escrita de Dalísia Doles sobre os mesmos e após breve descrição da maneira como a autora trabalha o fenômeno do coronelismo, afirma que:

Com os principais cargos políticos entregues a desafetos políticos seus [de Abílio Wolney], seu poder local foi abalado e o conduziu à violência que acabou culminando no que ficou conhecido como a tragédia do Duro – fato ligado à herança, a bens deixados por pessoas a ele ligadas, a intrigas e muita tensão política, recheada de violências, [...] (CHAUL, 1998, p. 13)

Os acontecimentos teriam sido, desta maneira, resultado da impossibilidade do coronel em aceitar o declínio de seu poder sendo, portanto, as características inerentes à sua condição de coronel as responsáveis pela tragédia. Este entendimento da tragédia

ocorrida, evidentemente, se fundamenta em estudos que ele próprio realizou sobre o coronelismo e, que Ferreira (1998) também discute ao esmiuçar o tema em Goiás. Ferreira aponta que para Chaul (1994, p. 144)³¹

Na maioria das vezes, o político precedia o econômico. [...] O fato de um coronel ter jagunços, ter fama de violento era fundamental para o exercício do poder. A brabeza física intimidava seus adversários. Entre todos os requisitos locais para o exercício do poder, a fama de violento era um dos principais. O elemento imperativo para o exercício do mando era, portanto, a prática da violência que dava ao coronel fama, reconhecimento. (FERREIRA, 1998, p. 53)

Ferreira (1998) explica que Palacín (1990, p. 37) utiliza o termo coronelismo em sentidos variados, mas que denota uma estrutura política caracterizada pela força dos coronéis. Palacín também aponta que sociólogos e historiadores geralmente destacam os fundamentos econômicos e sociais do poder político do coronel, mas que no estudo do padre João realizado por ele, não encontrou estes “pré-requisitos [...]”: sem terras, sem dinheiro, sem família; um único ponto positivo, sua função religiosa.” (PALACÍN, 1990, p. 116) Os dotes carismáticos do padre João explicam o controle da região de Boa Vista. Quanto à Doles (1977) Ferreira apenas a cita para dispor do que a autora pretendia fazer, ou seja, de quais referenciais partiria:

Os mesmos referenciais usados por Campos, responsáveis pela condição de periferia conferida a Goiás, poderiam ser evocados em favor do estabelecimento de relações políticas desiguais entre as diversas regiões goianas. [...] um Estado economicamente sustentado pela agropecuária. (DOLES, 1977, p. 8-9 apud FERREIRA, 1998, p. 69)

Desta maneira, será pelos referenciais de Campos que Doles realizará sua análise: o centro possui autonomia positiva e a periferia possui autonomia negativa, sendo a economia goiana apoiada na agropecuária que reflete sua condição de atraso. O norte mais pobre que o centro-sul do Estado teria, portanto, autonomia negativa acrescida do caráter de manutenção do atraso, pensando nos termos de autonomia por indiferença, ou seja, no interesse das oligarquias em manter o atraso do Estado de modo a se perpetuarem no poder.

Tanto Doles quanto Palacín, para Ferreira, teriam analisado Goiás seguindo a trilha dos viajantes que imputavam à região o epíteto de atrasada ou decadente. Cada um ao seu modo, mas seguindo o mesmo modelo de análise como se existisse um modelo ideal a ser comparado. Já a relação coronel-parentela teria sido descrita por

³¹PALACIN, Luis; CHAUL, Nars Fayad; COSTA, Juarez. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos)

Palacín de não-caracterização de exploração do sertanejo, pois esta não era a maneira que ele próprio, o sertanejo, identificava como ocorrendo a si. Dalísia Doles, “reforça a ideia do jugo opressor do coronel sobre a clientela.”, mesmo porque os valores que sobressaíam na sociedade da época eram: “a valentia, a malvadeza e o machismo.” (FERREIRA, 1998, p. 80) Segundo Ferreira, algumas constatações podem ser feitas, ao final, sobre Doles e Palacín, entendendo que ambos buscaram considerar o poder e sua base de sustentação para entender as relações entre coronel e clientela:

1) [...] o fato de a violência ser um elemento cotidiano nas relações sociais envolvendo o coronel e sua clientela; 2) diferenças socioeconômicas garantidas por rígidos, e nem sempre explícitos, mecanismos sociais, entre coronéis e clientela; 3) [...] em última instância, o coronel mandar e a clientela obedecer, já que ele poderia usar o ajuste (contrato de trabalho verbal) para dominar a clientela. (FERREIRA, 1998, p. 85)

Quanto à literatura goiana sobre o coronelismo, Ferreira (1998, p. 91) constata que “A imagem do coronel nas obras literárias é forte, rústica e a clientela encontra-se sob o seu jugo opressor.” A autora afirma que a principal característica das obras literárias é a de abordar fatos trágicos e sangrentos “ocorridos no Estado de Goiás, nas cidades de Dianópolis e Boa Vista” (p. 92). Após iniciar a análise da narrativa d’*O Tronco*, Ferreira assevera que:

Élis mostra em seu romance como fatos que poderiam ser corriqueiros resultam em embates violentos, sangrentos, entre coronéis e autoridades estaduais que lhes faziam oposição. Quando coronéis e autoridades estavam unidos por aliança partidária o desfecho era diferente.
(...) Élis aponta a fragilidade da justiça e da lei na República Velha [...], o pacto, a reciprocidade, a capacidade de atender as demandas públicas ou particulares, os arranjos coronelísticos, o jogo político e suas artimanhas; a quebra dessas regras significava cisão, ruptura, perseguição política e a consequente perda do poder. (FERREIRA, 1998, p. 93 e 94)

Outro fator apontado por Ferreira (1998, p. 101) como largamente utilizado pela Literatura para compor os estudos sobre os coronéis é o sertão em suas mais variadas noções: um tempo, um espaço, uma forma de organização social, um conjunto de características culturais, um lugar. Para a autora, Élis aborda a relação entre coronel e clientela priorizando a análise do contrato verbal de trabalho, ao ajuste e à dívida.

Baianinho era cativo do coronel Batista, a quem ficara devendo um despropósito. Dívida fantástica, dívida inventada pelo coronel. Baianinho comprava uma rapadura, o coronel assentava duas em sua conta; no mercado a rapadura custava quinhentos réis, nos assentamentos do coronel cada rapadura custava o dobro. Com cinco anos Baianinho devia tanto que não

pagaria ainda que trabalhasse o resto da vida. (ÉLIS, 1979, p. 57-58, apud FERREIRA, 1998, p. 105)³²

Desta maneira, conclui que muitas são as aproximações entre história e literatura, embora para ela o discurso literário, contrariamente ao histórico “pode ser porta-voz de uma classe que foi preterida do centro das decisões, que esteve à margem da história.” (FERREIRA, 1988, p. 112)

Em 1999, Feliciano Rodrigues Alves realizou o trabalho de conclusão de curso de graduação com o título *Acontecimentos de São José do Duro – 1919 – Versões de um Crime*, com o objetivo de recontar os acontecimentos pelo “método histórico, a leitura das fontes, a crítica aos relatos e a intensa relação entre memória e história.” (ALVES, 1999, p. 06). Em seu texto, Alves analisa os eventos do ponto de vista de alguém que nasceu na região e que conviveu, de acordo com o autor,

[...] boa parte da minha vida, ouvindo as histórias dos mais velhos com relação ao velho casarão dos Wolney, com suas grandes janelas furadas a balas, que permaneceram como testemunhas de algo terrível, que é denominado na localidade de “Barulho do Duro”. (ALVES, 1999, p. 06)

Fundamentado em análises feitas a partir da leitura de historiadores que versam sobre o coronelismo em geral, bem como, daqueles que se dedicaram especificamente ao caso do Duro como Dalísia Doles, de Osvaldo Póvoa com *Quinta Feira Sangrenta*, de Bernardo Élis com *O Tronco*, bem como, do jornal *A Imprensa* e do *Correio Oficial*, realiza algumas importantes considerações ao longo do texto: 1– que o coronelismo, como sistema, apenas teve fim em 1937. 2– que João Alves de Castro, principal articulador da política estadual, no processo de reestruturação e fortalecimento do Partido Democrata foi quem, de fato, empreendeu perseguição aos adversários. 3– que a região do antigo nordeste goiano não era tão pobre quanto afirmam Doles e Campos. 4– que, embora Joaquim Ayres Cavalcante Wolney possa ser descrito como o detentor dos valores da época como “valentia, brabeza e machismo”, temido por todos, Abílio Wolney não pode ser descrito da mesma forma; sua vida política, tão cedo iniciada e que chegou a líder do governo na Câmara dos Deputados, denota isso. 5– que o retorno de Abílio Wolney à Vila de São José do Duro após sua última depuração foi motivado por pressões e ameaças de empastelamento do jornal que, juntamente com Moisés Santana, dirigia. 6– que a ida da Comissão ao Duro se deu porque as autoridades locais denunciaram os Wolney sob acusações de arbitrariedade e violência na região. E, finalmente, que: 7– Dalísia Doles realizou uma leitura clara e realista dos fatos e que: 8–

³² Élis, Bernardo. *O Tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

Bernardo Élis errou ao romancear os fatos, pois os valores da oposição, de Vicente Lemes/Sebastião de Brito, não destoavam daqueles que conduziam os coronéis do Duro.

Desta maneira, segundo o autor, o que ocorreu na Vila não foi resultado de luta contra o coronelismo e nem mesmo contra suas práticas, foi antes, fruto de perseguição política que visava o fortalecimento do Partido Democrata. Ainda que, não sendo a região tão pobre que destoe do restante do Estado, a perseguição não se deu por consequência econômica, mas como um meio de barrar o crescimento político de Abílio Wolney que, por seu lado, não se viu tão atingido pela nomeação de seus desafetos a ponto de retornar à terra natal; sua volta foi ocasionada pelas perseguições que estava sofrendo na capital do Estado. É relevante também observar que, à exceção de quando trata especificamente da Literatura, não atribui a ida da comissão ao Duro ao episódio do cartório, pois para ele esse não é o real motivo que leva os representantes do Estado ao nordeste goiano. O autor não analisou acontecimentos importantes para compreender o coronelismo no estado goiano, nem mesmo buscava por quaisquer tipologias sociais ou categorias históricas, seu objetivo muito bem demonstrado no título de seu trabalho e explicado no interior de sua análise era mostrar as diferentes visões de um crime. Nascido e criado na região, conforme apontado por ele, explica que:

Para os habitantes de **Dianópolis** (antiga S. José do Duro) o que ocorreu em 1919, foi um imperdoável crime praticado contra pessoas pacíficas, por jagunços fardados a serviço das autoridades e de seus interesses pessoais. A versão local foi transformada em livro pelo prof^o **Oswaldo Rodrigues Póvoa**, denominado **Quinta-Feira Sangrenta**. (ALVES, 1999, p. 24, grifos do autor.)

A discordância que demonstra com a visão de Bernardo Élis sobre os crimes ocorridos é que o literato teria romanceado a figura de Sebastião de Brito/Vicente Lemes, atribuindo-lhe valores que este não tinha de fato. As motivações do coletor eram interesses pessoais e partidários de modo que:

[...] estar vinculado a Oligarquia Dominante era o que realmente importava. Os opositores dos coronéis da vila do Duro exploravam os sertanejos da mesma forma e o senso de liberdade e igualdade estava muito longe do sertão, onde imperava a lei do mais forte, quem podia mais chorava menos. (ALVES, 1999, p. 34)

Dalísia Doles, para ele, embora tenha resvalado em alguns pontos como, por exemplo, a pobreza da região, realizou leitura clara e realista do crime. A historiadora narrou o crime como tragédia, mas não romanceou com Sebastião de Brito, até mesmo porque seu foco narrativo era Abílio Wolney. Ao estabelecer com contundência que as possibilidades do coronel eram apenas aquelas dadas por seu meio e tempo e não o munuiu de características heróicas, não romanceou a tragédia em qualquer dos dois lados.

O peso de verdade que todos esses autores analisados deram a cada uma das narrativas (Doles, Élis e Coelho) tem a ver com a forma que concebem o mundo em que vivem e como o explicam, bem como, de que maneira concebem a mudança e o ritmo que deve ocorrer. No caso de haver convergência de visão de mundo e de concepção de tempo, ainda assim, as narrativas são diferentes, pois não tem foco narrativo comum, como o exemplo de Freitas (2009) e Coelho (1937). Quanto à Palacín que não foi citado por nenhum à exceção de Ferreira, parece-me, que ocorre simplesmente porque o jesuíta não tratou, especificamente, dos eventos do Duro. O privilégio das análises históricas de Freitas (2009), Ferreira (1998) e Alves (1999) foram em eventos específicos e não em processos conjunturais ou sistemas estruturais, como o que foi realizado por Luis Palacín.

2.2 Narrativas históricas de Dalísia Doles e Luis Palacín

2.2.1 A configuração do enredo e o foco narrativo em *Aspectos Econômicos e Sociais do Coronelismo em Goiás e Três Revoluções de Boa Vista*

A estrutura do ensaio de Doles é a seguinte: Introdução (02 páginas), Hipótese central do trabalho (01 página), Objeto de estudo (01 página), Conceitos e análises dos conceitos (08 páginas), Notas sobre São José do Duro (01 página), A família Wolney (17 páginas), Conclusão (02 páginas).

A estrutura já inicia na escrita histórica com uma espécie de resumo do todo. A introdução apenas é realizada após a finalização de todo o trabalho, ou seja, nela está contida a percepção de que a totalidade a ser apreendida já está dada na própria história; é como se ela tivesse um sentido intrínseco e não dado pelo historiador pelas conexões que constrói ao longo de sua narrativa. A história que se lerá não será, portanto, sobre a violência policial, sobre o modo de vida das populações do interior goiano, sobre intrigas familiares ou quaisquer outras maneiras que se possa imaginar narrar os acontecimentos: a história a ser contada é sobre um coronel, ou colocando de forma conceitual, sobre o coronelismo. A autora delimita o aspecto dos acontecimentos que enfatizará “Centrando-se o estudo num caso de “coronelismo” durante a Primeira República, em um Estado, economicamente sustentado pela agro-pecuária, objetivamos questionar a relação com o caráter do mandonismo e a tipologia do coronel ali presente.” (DOLES, 1977, introd.) Segundo Paul Veyne “A história [...] tem uma tópica [...]” (VEYNE, 2014, p. 180) Esta tópica é também o lugar da luta pela verdade da história.

[...] os repertórios de tópicos enriquecem-se e aperfeiçoam-se com a sucessão das gerações de historiadores, e é por isso que não é possível improvisar-se historiador, assim como era impossível improvisar-se orador: é preciso saber que perguntas fazer-se, saber, também, que problemáticas estão ultrapassadas. (VEYNE, 2014, p. 180)

Assim, o que difere a escrita de ontem daquela realizada hoje acerca dos mesmos acontecimentos, ou dito de outra forma, o que enseja a reescrita da História tem mais que ver “com a arte da narração, concepção narrativa, com as convenções, com a escolha dos torneios das frases, com a riqueza do vocabulário; em uma palavra, ela é devida à evolução das formas.” (VEYNE, 2014, p.182) Ou seja, não apenas as construções de novos conceitos são responsáveis pela reescrita historiográfica, mas também a maneira como as histórias reescritas são narradas.

Resta lembrar que, para Paul Veyne “Teorias, tipos e conceitos são uma única e mesma coisa: resumos prontos de trama”. A teoria é um resumo de intriga: uma classificação que leva a uma tipologia que, por sua vez, enseja a um tipo de interpretação. O problema é que ao se utilizar de tipos, o historiador cai “na armadilha da abstração. Quando uma trama é elevada a tipo e recebe um nome, a tendência é esquecer o definido e conservar a definição [...]” (VEYNE, 2014, p. 98), levando-se a crer que ela, de fato, explique, enquanto “ela é apenas um resumo de trama pré-fabricada”. De acordo com o autor, os tipos criados pelos historiadores se tornaram armadilhas e, em busca de sair dessa emboscada, a elaboração de novos conceitos é a saída, pois são eles que dão coerência e ordem ao texto: eles produzem sentido.

A maneira como os acontecimentos serão explicados e, portanto, deverão ser compreendidos, será pelo caráter do mandonismo e pela tipologia do coronel; ou seja, a escrita já orienta desde o início a maneira como se deve ler para se entender a conclusão de tudo. O trabalho do leitor é facilitado pelo autor, tendo em vista que antes de iniciar a leitura do texto propriamente dito é informado da conclusão a qual chegou o autor. No caso deste ensaio sou informada antes de ler o trabalho, que:

A análise dos antecedentes da tragédia do Duro acabou por levar à conclusão de que ela representa uma radical ruptura entre um poder local arbitrário descentralizador, [e] um poder público autoritário centralizador buscando afirmar-se, e que [a] destruição daquele [poder local] determinada pelos novos rumos da política oligárquica após 1913, foi vital à afirmação da oligarquia estadual e à institucionalização da política. (DOLES, 1977, introd.)

A adjetivação dos acontecimentos como sendo “radical ruptura” também prepara o leitor para que fique atento ao tipo de narrativa que será feita. Não pretende a autora escrever uma comédia em que apenas surgem alguns desequilíbrios, mas que são

devidamente ordenados até o final da narrativa; nem mesmo uma sátira, tendo em vista que para este tipo de estruturação de enredo haveria a necessidade de uma postura menos convicta quanto ao “radical”, talvez, até mesmo se utilizando deste adjetivo para afirmar seu oposto; um romance que mostre as possibilidades do humano também não faz parte de seus objetivos, pois há “um poder local arbitrário descentralizador” e “um poder público autoritário centralizador”. A destruição de um poder pelo outro, como explica a autora será “*determinado* pelos novos rumos da política”, ou seja, forças exteriores ao ser humano se movimentarão incitando uma tragédia. Assim, há uma denotação de sentido do tipo de enredo em que será envolvido o leitor.

O conceito de coronelismo é o molde utilizado para a construção da narrativa. Molde como delimitação de análise e não como forma narrativa, posto que tais formas devam ser buscadas na maneira como a autora concebe o mundo. A percepção do mundo não se realiza conceitualmente, mas literariamente. Relembrando as palavras de Paul Veyne (2014, p. 98) e delas utilizando: o conceito de coronelismo é um resumo pronto de trama. Assim como o todo narrativo recebe a conceituação de coronelismo, a tipologia do coronel também será denominada pela historiadora na construção de sua intriga que, na tentativa de dar a ver o real, representa-o por meio de conceitos e tipos que, ao mesmo tempo em que dão inteligibilidade à história não a deixam se desembaraçar da falta de transparência pretendida e, por tratar-se de linguagem, jamais alcançada.

Na *Hipótese central de trabalho* a autora explicita que seu trabalho se dará numa “[...] análise do mandonismo local através de uma perspectiva global [...]”, mas não apenas, pois parte da questão de tentar encontrar correspondência no plano regional da tese já defendida por Campos³³. Em outros termos, a historiadora parte da concepção de que: se havia uma partilha de poder desigual em nível nacional, poderia haver sua correspondência no interior dos próprios estados e, em seu caso específico, dentro do estado de Goiás. (DOLES, 1977, p. 01) As partes se desdobrariam, no entanto, salienta a autora na mesma página, “Obviamente, o caráter geral do “coronelismo” não será subestimado em favor dos particularismos, mas há que se questionar as generalizações perigosas, de certa maneira falseadoras da realidade histórica.” (DOLES, 1977, p. 01) Assim, seus estudos pretendiam, –partindo da concepção de que o coronelismo era um

³³ Para este autor a partilha do poder político se dava de maneira desigual entre os diversos estados, ou seja, uns tinham mais poder do que outros. CAMPOS, F. I. – Coronelismo em Estado Periférico: Goiás na Primeira República. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da UFMG, 1975, mimeo.

fenômeno geral— evidenciar o particularismo no caso da Vila do Duro pela análise da tipologia do coronelismo pelas “diferenças existentes entre o autoritarismo estatal estadual e o local.” (DOLES, 1977, p. 01) Ambas as esferas de poder estavam sob operação de coronéis que, em razão de seus diferentes lugares, eram exercidos sob diferentes formas de autoritarismo.

Doles afirma que os acontecimentos do Duro se deram como “resultado de lutas de famílias que entre si disputavam o poder político, e, das novas diretrizes políticas da oligarquia estadual.” (1977, p. 02) A tragédia ocorrida não levou à total queda política de Abílio Wolney, este, antes, transferiu sua ação política para outro estado. Explica a historiadora que a importância deste coronel (seu objeto de estudo) não se centrava apenas em Goiás, “mas também nas regiões limítrofes do Piauí, Maranhão e Bahia, possivelmente pelas proximidades geográfica e pela identificação cultural da região [do] nordeste goiano com aquelas” (DOLES, 1977, p. 02).

O conceito de coronelismo é destrinchado pela historiadora em *Conceitos e análises dos conceitos*, explicando-o tanto em seus aspectos gerais quanto em suas particularidades locais. Partindo das análises de vários estudiosos que lhe antecederam no tema, a autora cita Leal³⁴ e Queiroz³⁵, dentre outros quanto aos aspectos gerais e, Blondel³⁶, Pang³⁷ e Vilaça³⁸ dentre outros no que se refere às características particulares e encaminha o leitor a uma compreensão mais ampla de como era realizada a política nacional no contexto estudado, tratando dos compromissos assumidos pelos representantes dos poderes federal, estadual e municipal nos anos que sucedem a proclamação da república brasileira. O avanço da história se dará, conforme o entendimento de Paul Veyne (2014), do tipo de trabalho realizado pelo historiador que, será mais bem feito e de melhor qualidade, se se desprender dos fatos e se aprofundar nos conceitos. A importância dos fatos, para Veyne, é dada pelos historiadores e não

³⁴ LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª. Ed. S. Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

³⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo local na vida política Brasileira, in: *Estudos de Sociologia e História*, São Paulo, Ed. Anhembi Ltda, 1957, p. 194-301.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

³⁶ BLONDEL, J. As condições da vida política no Estado da Paraíba, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957, apud QUEIROZ, M. T. P.: o CORONELISMO NUMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA in *História da Civilização brasileira*, sob a direção de Bóris Fausto, tomo III, 1º vol. O Brasil Republicano. S. Paulo, DIFEL 1975, pgs. 155-158.

³⁷ PANG, E. *The politics of coronelism in Brazil: The case of Bahia, 1889-1930*. University of California, Berkeley, PhD, 1970.

³⁸ VILAÇA, m. v. e ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.

porque tenham importância em si, pois são as “concepções ou as convenções de cada época” (VEYNE, 2014, p. 29) que recortam o que será contado, tendo em vista que “a história não possui articulação natural” (VEYNE, 2014, p. 28). Assim, modificam-se os modos como se conta a História de acordo com as concepções e convenções de cada época, pois são, elas mesmas, históricas, ou seja, estão em permanente movimento. Inexistindo uma maneira própria de ser ver as coisas, “cada época tem a sua”. (VEYNE, 2014, p. 32) Histórica é, também, a historiografia; e, o abismo que existe entre a historiografia de hoje com a de ontem apenas não é maior do que será aquela de amanhã. O que ocasiona a reescrita da história são os novos conhecimentos conceituais, pois a própria inexistência das palavras levava a não concepção das coisas de forma mais elaborada, pois “A formação de novos conceitos é a operação mediante a qual se produz o enriquecimento da visão”. (VEYNE, 2014, p. 170), tendo em vista que “os instrumentos conceituais são os pontos de progresso na historiografia (possuir conceitos é conceber coisas) [...]” (VEYNE, 2014, p. 104). Para ele, até mesmo a ampliação de novas perguntas a serem feitas aos documentos se dão pelo aumento do número de conceitos.

A conceituação de coronelismo para explicar determinadas ações ocorridas após 15 de novembro de 1889 tiveram vários estudos com diversos historiadores empenhados em compreender as dinâmicas daquela época. Desta diversidade de estudos foi possível a compreensão das diferentes realidades existentes no território brasileiro, ampliando, pois, o próprio conceito de coronelismo e, conseqüentemente, aprimorando o conhecimento acerca do vivido. Houvesse os historiadores apenas se debatido em busca de novos dados para transformarem em fatos e a compreensão dos aspectos particulares do coronelismo não seriam conhecidos; seria sempre um fenômeno geral que responderia a toda e qualquer pergunta com as mesmas respostas, sem buscar a diversidade na unidade, pois o coronelismo foi um fenômeno muito diverso em todo o território brasileiro e não entender sua diversidade seria transformar um fenômeno humano, portanto, sujeito a mudanças e diferenças, em fenômeno natural e, assim, encontrar nele leis gerais que fizessem com que se apresentasse o mesmo, independente de quaisquer fatores, fossem estes econômicos, culturais, políticos ou sociais. A invariabilidade do conceito denotaria uma falsa eficácia para a compreensão de toda e qualquer ocorrência, desde que limitada num determinado período histórico. Desta maneira, o conceito seria a causa, ou melhor, explicaria todas as causas de todos os acontecimentos devidamente encaixados num determinado período.

De posse de amplo aparato conceitual devidamente explicitado nos trabalhos que a precedem, Doles fundamenta seu estudo de caso, primeiramente, mostrando os aspectos gerais do coronelismo. Este fenômeno teria se dado como “consequência do fortalecimento do poder público” sem a devida independência econômica situada no setor privado, sendo o coronelismo “uma troca de proveitos entre o poder público [...] fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (LEAL, 1975, p. 20 apud DOLES, 1977, p. 03) Tendo em vista que as modificações políticas não foram acompanhadas de transformações sociais e persistia “a mesma organização rural, o poder continuava nas mesmas mãos, em províncias que eram verdadeiros feudos.” (QUEIROZ, 1957, p. 264 apud, DOLES, 1977, p. 04) Desta maneira, Doles, acompanhando as premissas expostas por Queiroz explica que há no coronelismo um “escalonamento piramidal dos poderes econômico e político”, sendo que o coronel, em aspecto “puramente político” se situa entre o “presidente ou o chefe estadual e a massa votante.” (DOLES, 1977, p.04) Em âmbito nacional, Doles reafirma haver o mesmo tipo de escalonamento piramidal, sendo o topo constituído pelo poder central nacional, o médio pelo poder central estadual e na base os coronéis regionais locais, sendo que estes últimos eram os intermediários entre a “massa de votantes e os escalões superiores da política regional ou nacional.” (QUEIROZ, 1957, p. 268 e 270 apud DOLES, 1977, p. 04) A política nacional brasileira após a proclamação da república, assentava-se, pois, num “tripé [...] conhecido também como “arranjo coronelista” [...]” (DOLES, 1977, p. 07); a falta de um dos suportes faria desmoronar todo o conjunto que para gerar a harmonização necessária tinha que ser bastante funcional.

Fica claro, portanto, que Doles primeiro tratou dos aspectos gerais que, em seu entender, eram as bases do coronelismo em todo o território nacional, principiando a explicação conceitual em termos da política nacional e demonstrando com sua análise que o coronelismo foi um fenômeno geral com características estruturantes. A estruturação do fenômeno se dava “em níveis de coronelismo, superpostos e rigidamente interligados por “compromissos” em escalões diversos.” (DOLES, 1977, p. 05) Tal assertiva se fortalece quando Doles faz uma conexão destas análises com os estudos de Blondel (1957) que ressalta “que a medida do poder político é assinalada pela quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional” (DOLES, 1977, p. 05) e de Pang (1970) que afirma “[...] que politicamente o coronel é um homem médio e

economicamente um patrão e patriarca.” (DOLES, 1977, p. 05) Das relações coronelísticas estabelecidas é

[...] a reciprocidade de interesses [...] a base das relações entre os diversos níveis do coronelismo, assentando-se ela, primordialmente, na clientela, visto que da ruptura resulta a venda da clientela a outro coronel, e, conseqüentemente, a fragilidade do ápice piramidal a nível estadual ou federal. (DOLES, 1977, p.05, grifo da autora.)

A reciprocidade de interesses equilibra, de certa forma, os níveis de poder colocando “[...] de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”...; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores [...]” Todavia, se o acordo é conveniente às duas partes, é mais frágil para os coronéis locais, e “Estar com a “situação”, [...] significaria a afirmação da liderança local do coronel, pois dela resulta ter esta “carta-branca””. (DOLES, 1977, p. 05). O poder do coronel local é, pois, condicionado ao tipo de relações que mantém com o poder estadual e federal, sendo transitória a “carta-branca” que tinha em mãos. O quadro assim descrito esclarece também porque à própria clientela interessava que o coronel à que estava ligado fizesse parte da situação e, jamais, da oposição, pois esta era apenas de interesses pessoais, não abrigando interesses coletivos ou de categorias, “[...] não a oposição larga de interesses que separam duas classes [...]” (QUEIROZ, 1957, p. 277 apud DOLES, 1977, p. 06). Não era uma luta de classes diferentes, mas de grupos com base econômica bastante homogênea que exerciam seus mandos em regiões economicamente muito diferentes que se digladiavam pelo poder político, onde o que os enaltecia ou rebaixava, afetava diretamente “sua gente” (estes sim, de classes sociais diferentes), pois poderia modificar os favores prestados e deveres a serem cobrados.

Se o coronel era da “situação” seus apaniguados tinham liberdade para fazer o que quizessem, com a certeza de ficarem impunes; quando o coronel se encontrava na “oposição” porém, era como se a maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente: eram perseguidos, maltratados, aprisionados e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo a quanto se arriscavam. (QUEIROZ, 1957, p. 163 e 164 apud DOLES, 1977, p. 06)

Após analisar e categorizar estes aspectos em termos de fundamentações gerais, Dalísia Doles afirma que “apesar de os condicionantes do “coronelismo” nas diferentes regiões do país se apresentarem os mesmos, os particularismos são evidentes.” (DOLES, 1977, p. 07) Daí em diante, a historiadora se empenhará em demonstrar as particularidades do fenômeno. Da república dos coronéis de Pang (1970) diferencia dois estilos de coronelismo: o coronelismo urbano e industrializado do centro-sul em contraposição ao existente no Norte e Nordeste, sendo que a análise se faz com relação

ao grau de dependência ao partido político no primeiro caso e numa ausência de dependência quase total no segundo. Doles interpreta ainda que “[...] a existência de estilos diferentes de “coronelismo” subentende ambientes diferentes [...]”. No caso do estilo Norte e Nordeste “[...] seria resultante de uma sociedade mais fechada e isolada [...]” (DOLES, 1977, p. 07). Destarte, num ambiente de isolamento em que o Estado pouco se fazia presente, os coronéis “organizaram um poder à parte, por força da necessidade de utilizar recursos próprios para expandir e proteger seus interesses, caracterizados pelo personalismo” (PANG, 1970, p. 3-4 apud DOLES, p. 07). Dos estudos de Levine³⁹ sobre o coronelismo em Pernambuco e Facó⁴⁰ acerca do fenômeno no Ceará reitera a historiadora que o estilo de coronelismo presente em regiões isoladas e fechadas é caracterizado pela violência. Doles afirmou que em todos os estudos, independentemente dos ambientes em que se desenvolveram, havia “a relação economia, sociedade e política.” (1977, p. 03), sendo “clara a relação, haver, ser, poder, evidenciada, por exemplo, no caso estudado por Silva⁴¹” (1977, p. 07).

O que fundamenta dando base efetiva a ocorrências dos mais variados tipos é o fenômeno geral, ou seja, o coronelismo, tendo-se em vista que suas estruturas são econômicas, sociais e políticas, conforme compreende a historiadora. Daí, independentemente das especificidades que possibilitam uma criação de tipologia dos coronéis, existir a relação economia, sociedade e política.

Tendo por hipótese de seu trabalho um desdobramento dos estudos feitos por Campos (1975), Doles se detém, também, em outros aspectos apresentados por ele, bem como se utiliza de dados contidos nas tabelas que o autor montou. Campos (1975) trabalhou com tipificações e partiu delas para analisar o coronelismo em Goiás: Goiás como “Estado periférico”, gozou de “autonomia-por-indiferença”, ou seja, por ser deixado à margem teve maiores possibilidades de manobras políticas, pois sua organização irá decorrer “dos fatores internos.” Para este autor quando há “equilíbrio econômico entre as diferentes regiões, o controle político será buscado através de recursos não econômicos.” (CAMPOS, 1975, p. 10 apud DOLES, 1977, p. 08) Em outros termos: o controle político se dava por bases econômicas e, apenas se houvesse

³⁹ LEVINE, R. Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937, in *História da Civilização Brasileira*, sob a direção de Bóris Fausto, tomo III, 1º vol. “O Brasil Republicano”, S. Paulo, DIFEL, 1975, p. 135.

⁴⁰ FACÓ, R. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

⁴¹ SILVA, C. J. *Marchas e contramarchas do Mandonismo local: Um estudo de caso*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Política da UFMG, 1970.

equilíbrio financeiro é que as diferenças poderiam ser buscadas em outra parte. Doles encontra uma contradição no caso goiano apresentado por Campos, pois este, primeiro afirma inexistir no estado uma desigualdade econômica que justifique “a reconhecida supremacia de uma região sobre a outra” (CAMPOS, 1975 p. 41 apud DOLES, 1977, p. 08) para, logo em seguida, afirmar que:

[...] o nordeste é a região mais pobre de Goiás, [...] ressalta a sua inexpressividade política, seu abandono pelos poderes públicos. Ao mesmo tempo é dado realce ao domínio político da capital. Ora, os dados referentes à urbanização, à distribuição populacional e à participação das diversas regiões nos quadros da economia comprovam a supremacia do centro-sul e a nítida desvantagem levada pelo norte-nordeste. (DOLES, 1977, p. 08 e 09)

Doles concorda, portanto, com Campos quanto às tipologias de oposição centro e periferia, onde Goiás seria um estado periférico em oposição à região centro-sul do Brasil devido à sua menor eficácia econômica, bem como, baseando-se nas tabelas quanto às representações federais feitas por ele, concorda que os políticos da capital – centro – sejam maioria disparada em relação aos representantes do nordeste goiano – periferia. A discordância da historiadora não se dá em relação a nenhum dado objetivo apresentado por Campos, sua divergência é em relação à interpretação do historiador. Para Campos, a explicação para tamanha discrepância representativa dos membros estaduais no âmbito federal é feita pela oposição centro x periferia: a capital de Goiás deteria as representações federais enquanto às regiões do interior, devido à sua condição periférica, caberiam as representações estaduais. Já para Doles, a resposta não haveria de ser buscada em explicações do tipo urbano x rural, campo x cidade ou centro x periferia no estado goiano como apartadas da economia, pois conforme já exposto, existe a clara diferenciação econômica entre os grupos. Para ela, a grande discrepância de poder entre os grupos no estado goiano podem constituir relações do tipo centro x periferia, mas, justamente por estarem assentados em base econômica desigual no interior do próprio estado, concluindo que:

Desde o início do período republicano o quadro político assim se definiu e a ascensão do Partido Democrata ao poder, em 1913, e o acentuamento da centralização do poder político apenas agravou a unilateralidade política, na medida em que o nordeste goiano “periférico” não é chamado a participar do triângulo político, que, coincidentemente é também econômico. (DOLES, 1977, p. 10)

Doles também se preocupa em dar informações similares aquelas dadas por Guilherme Coelho quanto à geografia, economia e comércio; todavia, contrariamente ao escrivão que narrou informações de teor bastante técnico, a historiadora se atenta mais

aos aspectos fronteiriços desses dados, que, por sua vez, podem ser construtores identitários para a análise da tipologia do coronel. As *Notas sobre São José do Duro* ocupam apenas uma página, mas servem, sobretudo, para posicionar a vila em relação de proximidade com outros estados da região Nordeste do Brasil e de distância em relação à Cidade de Goiás. A *Família Wolney* é o título do desenvolvimento do estudo realizado por Dalísia Doles. A autora narra ao longo do texto a história do coronel Abílio Wolney iniciando por contar das suas origens familiares por meio da figura do pai, o coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney: seus antepassados, seu casamento, sua atuação política, sua situação econômica, até chegar ao filho Abílio Wolney e sobre ele narrar, sobretudo, em termos de sua atuação política no estado goiano, na sociedade e em meio à parentela.

A carreira de Abílio Wolney em cargos públicos: Agente de Correio, Secretário Municipal, Deputado Estadual, Administrador da Mesa de Rendas do Norte, comando do Terceiro Regimento do Duro; tudo é narrado, bem como, as depurações que sofrera. Conta sobre o rompimento de Abílio com os Bulhões, por ter apoiado Xavier de Almeida em 1904 e de seu papel de cabo-eleitoral de Eugênio Rodrigues Jardim e Antônio Ramos Caiado, após a Revolução de 1909 até 1912. Os vínculos políticos apenas são quebrados após a afirmação do domínio político do grupo caiadista, quando Abílio Wolney é depurado pelo grupo situacionista ao qual fazia parte. Em 1913 é excluído do recém-criado Diretório do Partido Democrata no norte e demitido do cargo de Diretor da Mesa de Rendas. Abílio, mesmo depurado, permanece na capital do Estado fazendo oposição ao grupo caiadista como jornalista e advogado. Os cargos municipais dados aos seus desafetos o fazem retornar ao Duro: Sebastião de Brito iniciado em cargos públicos por Abílio, mas que com o mesmo brigara e, Manoel de Almeida que “era velho inimigo dos Wolney” como juiz municipal.

O confronto no cartório entre Abílio Wolney e os prepostos da oligarquia dominante se deu, de acordo com Doles, pois a “mentalidade de coronel sempre ligado à “situação”” não lhe permitiu aceitar “pacificamente a atitude “moralizadora” de seus desafetos”. O resultado é que atos de violência e mandonismo que Abílio “sempre exercera passaram a ser combatidos até culminar em tragédia.” (DOLES, 1977, p. 14) A invasão da fazenda pelos policiais é explicada pelo não cumprimento do acordo por parte do juiz e a fuga da comissão pelo temor da “vindita” (DOLES, 1977, p. 17). O insucesso da negociação entre Wolney e os policiais se deu, segundo Doles, porque o mesmo já não tinha controle sobre os homens que chamara para lhe ajudar.

Para Dalísia Doles, as penas dadas ao juiz e aos policiais e tornadas nulas posteriormente, foram uma simulação de justicamento de indisfarçado cinismo (DOLES, 1977, p. 28). Com a desarticulação do grupo de Abílio Wolney e sua fuga, primeiro para o Piauí e, depois, para Barreiras, analisa a historiadora que:

Assim, um frágil município do nordeste goiano tornou-se conhecido nacionalmente devido a uma tragédia decorrente do jogo de forças nos quadros do mandonismo oligárquico de Goiás através da qual um coronel foi destruído e a oligarquia afirmou sua força. (DOLES, 1977, p. 19)

Cabem, neste momento, algumas observações sobre as escolhas factuais da autora que são importantes para se observar o foco narrativo adotado por ela. Apenas se referiu às pífias condenações feitas aos soldados e juiz que foram enviados ao Duro, não fazendo quaisquer apontamentos a não responsabilização das ações dos coronéis quanto à retirada dos autos do cartório da Vila, bem como, da não criminalização da violência que impingiram aos representantes do poder municipal e estadual que lá estavam presentes. Da mesma forma, a afirmação de força da oligarquia Caiado aparece na citação como o motor à investida ao “frágil município” e destruição do coronel local, o que por sua vez não deixaria espaço a condenações aos Wolney, tendo em vista que a culpabilização apenas caberia aos agentes do Estado e não aos coronéis, tão vítimas quanto o próprio município.

Comparando os Wolney aos típicos coronéis do nordeste brasileiro na atualidade, estudados por Vilaça e Albuquerque (1965), Doles conclui que podem ser descritos da mesma forma. Os dois autores datam em sua obra que a decadência do coronelismo se deu na década de 60 e que era o coronel “grande senhor de terras, geralmente tomadas aos pequenos proprietários pelos “cabras” [...] que protege economicamente a amigos e persegue a inimigos e desafetos.” (DOLES, 1977, p. 20) Primordialmente têm a “hegemonia econômica que promove não raro a social, a política e define o seu caráter de chefe.” (VILAÇA e ALBUQUERQUE, 1965, p. 27 apud DOLES, 1977, p. 20) A autora, por esta afirmação, denota que compreende o coronelismo como um fenômeno primordialmente econômico, embora não apenas e que constitui as bases do funcionamento social. Entende os coronéis, – em suas palavras e concordando com os dois autores citados – “como produtos “de seu meio e de seu tempo” [...]” sendo que o que os faz poderosos política e juridicamente é sua condição econômica e seu mando pessoal. Sua ascensão política teria decorrido de sua “fortuna e qualidades pessoais, [...] inteligentes, trabalhadores e [...] liderança” (DOLES, 1977, p.

20) que se fortaleceram em meio à parentela por meio de casamentos entre os seus, mas também, fora do grupo sanguíneo, com famílias mais poderosas. Apesar de todas essas qualidades, afirma a historiadora que muitas de suas fazendas foram conseguidas, “segundo seus inimigos, graças à manipulação dos dinheiros públicos pelo velho coronel Wolney quando exator. O filhotismo, o mandonismo e falseamento, inerentes à sua condição, acham-se presentes.” (DOLES, 1977, p. 21) Assim, o personalismo que poderia ser analisado tendo em vista as características de um líder carismático, por exemplo, fica em segundo plano em relação à base econômica que, de fato, “os faz poderosos” e, poder em determinadas regiões mais afastadas significa poder fazer uso de força e violência contra os inimigos.

De acordo com a compreensão do fenômeno coronelista apresentado pela historiadora que o dividiu em duas partes, sendo uma de caráter geral e outra de particularidades, a afirmação de que os coronéis são produtos de seu meio e tempo, leva a se considerar que para ela, os fundamentos gerais são dados pelo tempo enquanto as características particulares o são pelo meio. Enquanto o tempo histórico circunscreve os procedimentos dos atores de maneira a que tenham que agir em conformidade com ele, o meio geográfico condiciona suas ações dentro do próprio tempo. Os coronéis estão, assim, duplamente limitados pelo tempo e pelo meio. Tais condicionamentos temporais e espaciais criariam uma espécie de destino aos distintos tipos de coronéis existentes no território brasileiro. Enquanto as virtudes são qualidades pessoais, os vícios são “*inerentes à sua condição*” fornecendo-lhes certo tipo de mentalidade, ou seja, o seu lugar social estrutura sua forma de pensar, havendo assim, uma espécie de fatalidade de ação e mental à espera dos coronéis.

Apesar da escrita de Doles reputar as diferenças do poder político no Estado entre os coronéis locais e a oligarquia estadual às diferenças existentes na base econômica das regiões que dominavam, atribui, por outro lado, os vícios das ações humanas à supostas essências constituídas a partir do lugar ocupado pelo sujeito na sociedade, ficando, portanto, a própria matéria submetida à essência, posto ser uma característica necessária construída a partir de um lugar social. O objetivo de Dalísia Doles foi mais concentrado em interpretar e explicar os tipos sociais daqueles que detinham o poder e, assim, apesar de ao procurar pelos tipos sociais dos coronéis e encontrar suas diferenças na base econômica, não subsumiu suas singularidades dentro da dinâmica geral do fenômeno do coronelismo.

Os favores, empregos, dinheiro, proteção jurídica, de um lado, e, de outro, fidelidade, serviços, participação nas violências, constituíam a relação de compromisso das partes, constituindo a clientela. Nesta relação de compromisso os Wolney conseguiram, portanto, dominar sua região à sua maneira, até que com a ascensão da oligarquia Caiado, há “reforçamento do poder central”. Até este momento, a fragilidade do poder executivo estadual e o caráter mais fechado do nordeste goiano, propiciavam o mandonismo absoluto dos últimos. Enquanto foi cabo eleitoral tanto da oligarquia dos Bulhões quanto da oligarquia Caiado, o coronel Abílio Wolney e seu pai puderam atuar da maneira que bem entendiam, inclusive e, talvez, sobretudo, por meio da violência. Todavia, quando há a quebra do princípio da reciprocidade, primeiro, do Estado com Wolney e, depois, o revide do coronel nos jornais contra o governo do Estado, Wolney perde também seus privilégios e, por sua vez, não pode prestar favores aos “amigos”, sendo quebrada a sua reciprocidade com a clientela.

Como toda parentela do coronelismo, explica a historiadora, esteve a da família Wolney marcada por “congraçamento e dissensões [...] motivada por ambições pessoais [...] valores como lealdade familiar e de amizade.” Estes valores que são os elos da parentela também são seu ponto fraco, marcando a fragilidade de compromisso. Tendo em vista que o domínio da família poderia ser considerado total nos limites de sua região, os define como revestidos do caráter de chefe político, sucessores dos chefes de clãs, sendo suas vontades

[...] sentenças, á maneira do coronel do nordeste brasileiro com os quais se identificam, tanto mais que os valores que cultuam são os mesmos valentia, brabeza, machismo. Os Wolney matam, mandam matar e surrar seus inimigos, são garanhões, e, também por isso, impõem-se a uma coletividade caracteristicamente sertaneja, submissa e passiva diante do chefe, “para ela quase sempre por Deus mandada.” (DOLES, 1977, p. 21)

A dissidência na parentela “com a ruptura de Sebastião de Britto e o rompimento com a oligarquia retiram aos Wolney o domínio total da política regional, [...] o poder está dividido, há outros pretendentes ao poder.” (DOLES, 1977, p. 23) Doles dá a Sebastião de Brito um importante papel na queda do domínio político de Abílio Wolney. Não se trata apenas de outro grupo assumindo o mando no estado, pois não se tratava apenas de oposição, mas de desorganização dentro da parentela do coronel que acaba por cooptar outros membros, anteriormente favoráveis aos Wolney. Sebastião não é apenas uma das consequências do declínio de seu poder, é uma das causas. Sua

divergência se inicia quando ainda era um funcionário público graças à proteção de Wolney, pois tinha ele, conforme Doles “certo espírito de independência” (1977, p. 23).

Segundo Dalísia Doles, o que acarretou a quebra total das relações entre os Wolney e as autoridades municipais foi a interferência feita pelo primeiro “em questões de inventário de um seu apaniguado [...]” perante um “ideal moralizador” dos segundos quando os Wolney não eram mais situação, posto que quando estavam nesta condição, “mataram e ficaram impunes.”(1977, p. 24) Doles também traz à luz duas mortes que teriam ocorrido pelas mãos dos coronéis: do sobrinho que teria sido assassinado pelo tio Joaquim Ayres e do antigo vaqueiro assassinado à mando de Abílio Wolney. Apesar de a narrativa dar a entender a culpabilidade dos coronéis, estes foram impronunciados e absolvidos, respectivamente, perante a justiça. Todavia, quando Abílio é mudado de lugar de poder, tornando-se oposição, Doles afirma que novo perfil dele é traçado. Doravante, seriam conhecidos pelos “epítetos “truculentos e violentos.”” (DOLES, 1977, p. 24) O ex-deputado depurado e retirado de quaisquer funções públicas é também tido por impertinente (DOLES, 1977, p. 23 e 24), tendo em vista, que não acata mansamente as ordens dos privilegiados do momento e, contra eles, se insurge. Doles (1977) explica que a oligarquia Caiado aproveitou-se da dissidência em meio a parentela em seu objetivo de “limpeza da área” (p. 25) para o fortalecimento do poder central e, neste ponto, a historiadora afirma que “Sebastião é homem de confiança dos Caiados, da mesma maneira que Wolney o fora dos Bulhões”, mas que a parentela é também “hierarquizada de acordo com o poder econômico e político [...]” (DOLES, 1977, p. 25).

A historiadora adverte que: “Morfológicamente as lutas sangrentas em que são envolvidos os Wolney enquadram-se nas clássicas lutas de famílias, mas fisiologicamente correspondem elas a uma dinâmica mais complexa, inerente ao próprio coronelismo.” (DOLES, 1977, p. 25, grifos da autora) Ou seja, que a estrutura externa das lutas nas quais se envolveram os Wolney não difere das disputas clássicas de família existentes na literatura histórica, mas que seu funcionamento interno é que lhes confere especificidade, pois suas características são constitutivas e constituintes do coronelismo. Adverte, todavia, que tal aparência de lutas particulares, talvez decorra do impedimento realizado pela oligarquia dominante de quaisquer manifestações. Em outros termos, tais lutas particulares podem não ser tão singulares, apesar de suas especificidades, podendo se tratar de um fenômeno mais geral, mas em vista da vigilância do grupo que detém o poder, aparecem elas menos frequentes do que

realmente são; mesmo porque, para esta autora, “a tragédia do Duro não foi uma simples luta de famílias” (Doles, 1977, p. 30), mas o resultado do tipo de arranjo político que existia e que a caracterizaria mais como república dos oligarcas do que como república dos coronéis.

Em qualquer que seja o caso, todavia, o preço a pagar no caso de dissidência frente à oligarquia é alto: ostracismo, morte e destruição de propriedades. E, de acordo com Doles (1977, p. 25), “Este é o destino reservado aos Wolney.” Apesar de ser um grande coronel que chegou a ter, conforme a autora, domínio absoluto em sua região, não se tratava de um “político profissional”, teve “uma ascensão lenta e controlada” e “atingiu apenas o escalão que o sistema regional dominante permitiu”. (DOLES, 1977, p. 25) Ou seja, Wolney foi até onde lhe foi permitido por ser do interesse dos grupos dominantes, tão logo se mostrou impertinente, teve que ser podado em suas ações, da mesma forma que, outrora fora degolado para dar lugar ao cunhado de Antônio Ramos Caiado, Ovídio Abrantes. Este último argumento é ainda mais forte se se levar em conta que à época da primeira depuração, o coronel Abílio era da situação e aliado aos Bulhões que era a Oligarquia da vez.

Deste ponto da narrativa em diante, incumbe-se Doles de demonstrar que os tipos de violências sofridos pela família Wolney e, especialmente, por Abílio, não tiveram por motor uma contrapartida em relação à violência com a qual estavam acostumados a proceder. Até 1912 exerceram livremente seu mandonismo com atos de favorecimento aos amigos e de violência contra os inimigos, pois faziam parte da situação e conseguiam votos para o mesmo grupo que em 1918/1919 lhe impingiram o luto por diversos familiares. Após 1913, com a ascensão do Partido Democrata e o fortalecimento da institucionalização, “os grupos locais são forçados a se submeter à situação estadual” (DOLES, 1977, p. 27). Explica Doles que o tipo de coronelismo existente em sociedades agrárias como na Vila de São José do Duro que se assemelha ao da “sociedade pré-política” não pode ser definido e identificado como o de todo o estado de Goiás, mas que sua convivência com os outros tipos foi pacífica até que as novas diretrizes foram implantadas e estavam em processo de consolidação. O fato de Abílio Wolney continuar a atuar como um coronel típico de sociedades pré-políticas, e ter vínculo com os Bulhões, levam à sua exclusão e perda de cargos ocupados, até mesmo como representante estadual. Em âmbito nacional também não pode contar com o apoio do poder central, pois este estava compromissado com os grupos dominantes estaduais. Até mesmo uma simulação de justiça pôde ser realizada pela oligarquia

dominante, pois, julgou, condenou, mas ao final, libertou tanto o “juiz relapso” da comissão quanto os “policiais arbitrários” (DOLES, 1977, p. 28). Assim: “Wolney vencido, cumprirá a sina dos vencidos.” Após os últimos embates que travou com a Força Policial criada para cuidar daquela região, Abílio entrou para o sertão e se fixou em Barreiras onde foi prefeito depois de 1930. Nos anos de sua chegada se ligou “a poderosos coronéis da Bahia, com os quais se identificava [...]. Adere à causas retrógradas [...] e persegue a Coluna Prestes.” (DOLES, 1977, p. 28)

A aderência do coronel Abílio Wolney foi de perseguição à Coluna Prestes, mas não era para ele, – como na descrição de Doles – a adesão a uma causa retrógrada, era ao contrário, uma causa com a qual, em razão de seus interesses, comungava. Esta é uma valoração da autora feita, provavelmente, por ter ela própria, simpatia com os princípios da dita Coluna ou, por entender que ações feitas com o objetivo de deter mudanças eram não apenas conservadoras, mas retrógradas. Além do mais, se a principal razão do movimento tenentista foi sua insatisfação quanto à política realizada à época, ou seja, se era o funcionamento vigente da política que provocava o acirramento dos ânimos, não há indicação de reacionarismo, mas de conservadorismo; não era um retorno ao passado, mas a conservação do presente, ao menos para os atores que ainda viviam em plena Primeira República. Só pode ser descrito como retrógrado no tempo da escrita da historiadora, este sim um tempo com características dessemelhantes à época narrada e, se ela adjetiva desta forma os elementos contrários às mudanças do passado rumo a um futuro diferente, este é um fator importante para a análise de sua concepção temporal.

Assim, a narrativa de Doles é sobre uma família poderosa e influente de coronéis do nordeste goiano que esta posição alcança tendo por base sua riqueza conquistada com inteligência por meios ilícitos, mas também por intermédio de casamentos e, ainda por serem trabalhadores. A violência é um ingrediente amplamente utilizado pelo pai, Joaquim Ayres e, não menos pelo filho, Abílio Wolney. Não fogem, todavia, a outros tipos já estudados em sociedades mais fechadas que por não terem a presença forte do Estado necessitam se munir de forças para se defender e também atacar seus desafetos. Esses tipos de coronéis denominados como pertencentes às sociedades pré-políticas se localizam predominantemente no Nordeste Brasileiro, mas devido à proximidade geográfica e consequentes relações comerciais e sociais, identificam seu tipo de mandonismo, também, com os coronéis do nordeste do estado goiano. Esta identificação advém das poucas relações com o sul do país pela dificuldade de

comunicação e transporte com e para os outros centros. A base que constituiu o poderio político dos Wolney é econômica de onde advêm os outros poderes: político, jurídico, social. O fato de serem eles mesmos, os Wolney, constituintes de uma rica família e com poder local bastante acentuado, não os impede de serem cerceados de suas ambições políticas, pois apesar de possuidores de muitas cabeças de gado e propriedades rurais, o eram numa região pobre, periférica, pois as diferenças econômicas hierarquizavam as relações não apenas dentro da parentela, mas também dentro da região goiana: regiões mais ricas tinham maior influência política enquanto as mais pobres iam, se muito, a reboque. Assim, a oligarquia que se opunha a Abílio Wolney aproveitou-se de uma dissidência em meio à parentela e mexendo com brios de coronéis acostumados a estarem sempre junto à situação, os atacaram em seu antigo reduto de mando, resultando em muitas mortes. A historiadora conclui finalmente que o retorno de Wolney à política na condição de prefeito de Barreiras “é mais uma prova de que a “era do coronel no Brasil ainda não se tinha fechado” (QUEIROZ, 1976, p. 230 apud DOLES, p. 30). Era, portanto, um tempo de transição que, claro, a autora só sabia por relatar do futuro dos eventos que estudava.

A utilização deste tipo de narrativa dá a conhecer não apenas os fatos que apresenta, mas ainda, o contexto histórico da época em que os acontecimentos tiveram lugar, posto este ser o modo escolhido pela historiadora para explicar os eventos. A tragédia ocorrida e vivenciada diretamente pela família Wolney pode, portanto, ser devidamente explicada pelo contexto histórico no qual vivem os personagens em concordância com a interpretação da historiadora. Suas análises implicam o reconhecimento da base econômica como o fundamento da prevalência do poder em mãos de certos grupos melhor favorecidos, mas suas explicações sobre as ações humanas que movimentam a história por meio de rupturas ou supostas continuidades são feitas por meio de contextualização. Apesar de contar uma tragédia que provocou rupturas no seio familiar e no panorama político da época, a narrativa de Doles é uma narrativa de continuidade, pois a sociedade permaneceu sob o mando dos coronéis naquele tempo e depois de terminados os eventos que relatou. O modo de argumentação para explicitar as mudanças ocorridas foi contextualista, apesar de todo o aparato explicativo inicial de causa (econômica) e consequência (política); de fato, o que ocasionou toda a tragédia foi, para a autora, o momento político que era de fortalecimento do estado e alinhamento ao Partido Democrata. A impertinência do coronel local que não só não se alinhou ao Partido Democrata, mas que ousou afrontar o

Estado num momento crucial para os objetivos da oligarquia estadual é o que pode explicar os eventos trágicos. As rupturas foram individuais e não coletivas, da mesma maneira que o foi a aprendizagem promovida pela tragédia e, portanto, ineficazes para modificar o movimento histórico.

A representação dos eventos realizada por Doles é bastante linear, iniciando sua história bem antes dos trágicos acontecimentos. As bases para a atual situação são construídas antes mesmo da existência de Abílio Wolney: pelo tipo de controle político realizado no estado de Goiás e pelas ações de seu pai Joaquim Ayres que monta as estruturas de poder onde seu filho atuará na condição de “herdeiro político natural”. Há, portanto, um equilíbrio na situação inicial, as coisas seguem o curso normal dos acontecimentos, pois mesmo a depuração do deputado Abílio Wolney não era algo apenas episódico, ao contrário, era um procedimento bastante utilizado para controlar os quadros políticos conforme os projetos pessoais dos grupos que estavam numa hierarquia mais alta do poder. A normalidade e equilíbrio vigoram, conforme Doles, até que ocorre o episódio do inventário no cartório da Vila que por sua vez, rompe com o padrão de comportamento aceitável para membros da oposição, mesmo que se saiba que “Os eventos registrados em São José do Duro e em Boa Vista não podem ser compreendidos como uma exceção na história política de Goiás” (ARRAIS, 2016, p. 95). Após os trágicos desdobramentos que ocorrem após a chegada da Comissão à Vila, – assassinato dos reféns, mortes de moradores e, também de cangaceiros, bem como, a devassa empreendida por esses que perdura até 1923 – há a fuga de Abílio Wolney para o Nordeste brasileiro e este volta a exercer cargos públicos, “mas jamais consegue chegar aos altos escalões do coronelismo e morre sem deixar um sucessor político de porte.” (DOLES, 1977, p. 28) Evidente que este tipo de afirmação acerca de um momento – o episódio do cartório – que inicia um desenrolar de eventos apenas pode ser desta forma concebido posteriormente aos acontecimentos mesmo, reafirmando que “histórias não são vividas, mas contadas”, quando o são, posteriormente. A história de Dalísia marca como ponto de ruptura exatamente o mesmo evento do cartório que foi, na narrativa bernardiana, enfocado pelo literato.

Arthur Danto (2014) realizou uma análise das orações narrativas que estão presentes, de acordo com ele, em todos os livros de História. Tais orações narrativas consistem em descrever um evento passado em razão de outros eventos que se deram adiante, ou seja, em função do futuro dos acontecimentos descritos e que seriam, portanto, inacessíveis aos contemporâneos de sua ocorrência. Disto advém que a

possibilidade do conhecimento se dá no futuro, às vezes, bem distante do evento ocorrido. Novos fatores podem vir a ser conhecidos do que apenas aqueles da época, possibilitando aos historiadores novas conexões e descrições, além de renovar as questões das investigações, bem como, novas conceituações, tornando indesejável um ideal de narrativa definitiva do passado, deixando desta maneira o próprio passado em aberto a novas narrativas. Este autor declara-se tributário das reflexões de Hempel⁴² no sentido de que inicia suas investigações questionando se há ou não uma unidade estrutural de explicação das ciências naturais e humanas. Não encontra justificativa para se afirmar que a história humana possa ser contada em função de leis, pois as descrições da ciência serão diferentes das descrições que são importantes para a história. Quanto à maneira que expõe sua análise das estruturas narrativas o faz segundo Hanson⁴³. Nas palavras de Danto: “as estruturas narrativas penetram em nossa consciência dos acontecimentos de modos paralelos aqueles em que, segundo Hanson, as teorias penetram nas observações que se realizam na ciência.” (2014, p. 22, tradução nossa). Compreendo assim, que as teorias na ciência direcionam o olhar de cada pesquisador em relação ao objeto estudado de acordo com o já conhecido no âmbito científico, enquanto as narrativas estão estruturadas nas consciências, ou por outros termos, pressupostas antes mesmo do ato de contar, pois assim necessitam estar para que sejam, de fato, contadas e compreendidas, tanto pelo autor quanto pelo leitor.

⁴²Carl Hempel publicou em 1942 o artigo: *A Função das Leis Gerais em História*, onde firma a tese da unidade das ciências e explana sobre a função das leis gerais da história. Todas as ciências, para ele, desejam explicar o mundo e todas seguem **um** modelo, inclusive a história. Diante de teorias que o contradizem, conclui que: “A necessidade de, nos estudos históricos, fazer uso extensivo de hipóteses universais que, na sua grande maioria, vêm de campos de instigação tradicionalmente distintos da história, é apenas um dos aspectos daquilo a que se pode dar o nome de unidade metodológica da ciência empírica.” (HEMPEL, 1942, p.435) HEMPEL, Carl G. *A Função de Leis Gerais em História*. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 421-435.

⁴³Norwood Russell Hanson no artigo *Observação e Interpretação* explica sobre a impossibilidade de separação entre a observação e a interpretação, ou nas palavras de Danto, entre a observação e a teoria. Hanson afirma que “quem nada aprendeu, nada pode observar.” (HANSON, 1972, p. 134) Não é o ato de ver a matéria, pois isto qualquer um que não for incapacitado fisicamente para tal o fará. A questão apontada pelo autor é que o ato de observar só é possível quando quem o faz está amparado por uma teoria que lhe oriente o olhar, a observação. “O exame de como os observadores vêem coisas diferentes em dado fenômeno físico permite anotação importante acerca de ocasiões em que eles sustentam estar observando a mesma coisa. Se ver coisas diferentes implica em ter conhecimento diferente, elaborar teorias diferentes e fazer conjecturas diferentes acerca de X, então, ver a mesma coisa implica *partilhar* conhecimento, teorias e conjecturas, acerca de X.” (HANSON, 1972, p. 136). HANSON, Norwood Russell. *Observação e Interpretação*. In: *Filosofia da ciência*. Morgenbesser, S. (org.). Trad. L. Hegenberg & O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

A estrutura narrativa que está na consciência de Doles é aquela contada por Bernardo Élis. Ao marcar como ponto central para a divergência entre estado e município o episódio do cartório, Dalísia demonstra que olhou para a Vila de São José do Duro com uma estrutura narrativa prévia à documentação que estudou e que foi criada em 1956, por Bernardo Élis. O evento que levaria aos acontecimentos poderia ser colocado como, por exemplo, a imposição do coronel para que o juiz fosse à sua fazenda alistar “seu povo” e não faltariam argumentações que explicassem os procedimentos tomados pelo poder estadual, podendo alardear a necessidade de proteção ao sistema eleitoral. De acordo com as análises de Dray (1969, p. 33 a 35) sobre os tipos de explicação dados pelos historiadores, a explicação só é, efetivamente, alcançada quando se “afasta a presunção de que o que ocorreu poderia não ter ocorrido.” (DRAY, 1969, p. 34) A explicação na História sobre os acontecimentos no nordeste goiano foi a mesma dada no romance e não necessitou responder pela inevitabilidade dos acontecimentos, pois não estava interessada no “por que aconteceu?”, mas sim no “como pôde isso acontecer?”

Certeau (2011) entende que a forma como o historiador organiza sua narrativa é o que a torna, também, ficcional. Ao instituir a ficção como errônea, a historiografia obtém um território próprio, o da ciência: “para tomar emprestado a Popper um termo mais apropriado – um trabalho da “falsificação.””, ou seja, um trabalho maior de “rechaçar o que é falso e não tanto a construir o que é verdadeiro [...] Ela pressupõe, portanto, que o não falso deve ser real.” Assim, a história narra em nome do real, não porque detém a verdade imutável da realidade passada, mas por opor-se “aos erros característicos da ficção” (CERTEAU, 2011, p.46). Todavia, para Certeau, o historiador produz ficção, como já dito, pela forma que organiza o material, mas também pela concepção que o leva a organizá-lo de uma ou outra maneira. A construção de tipologias feitas no presente do historiador para dar um sentido de unidades definidas no passado, também são maneiras que ficcionalizam a escrita historiográfica, pois o historiador não mostra o que aconteceu no passado, apenas conta, narra. E “essa narrativa é eficaz. Ao pretender relatar o real, ela o fabrica. Ela é performática. Ela torna crível o que diz e faz agir por essa razão.” (CERTEAU, 2011, p.53)

Evidente que, por construção de tipologias, Certeau está se referindo ao trabalho conceitual ao qual necessita se dedicar o historiador, pois para a compreensão do passado há a exigência deste procedimento. O que possibilita que a operação historiográfica seja sempre renovada, ou seja, que a história seja contada de novo e

novamente é a construção de novos conceitos e novos modos de ordenação da narrativa que, por sua vez, possibilitam todo um recorte da realidade de modo a mostrar a unidade e similaridade na diferença e na diversidade.

Dalísia Doles, historiadora com bastante experiência em arquivos, tendo em vista o trabalho com documentos referentes à Goiás que empreendeu durante sua vida acadêmica, deles não se descurou e foi, ao longo da narrativa, tecendo suas conexões interpretativas acerca dos eventos baseada em vasta documentação, além da bibliografia na qual se amparou em relação aos conceitos. Todavia, não é isso que faz com que seu trabalho de escrita seja, efetivamente, história. Como visto com Danto (2014), o modo de tratamento dado ao passado pelos historiadores não é feito apenas sobre os eventos mesmo, ao contrário, o procedimento utilizado por estes estudiosos é o de tratá-los sob o conhecimento que se tem sobre o futuro dos próprios eventos, pois a explicação é feita sob descrição que, por sua vez, só pode ser realizada à luz do conhecimento sobre o futuro da matéria narrada, não havendo espaço, pois, para predições. A história humana não pode ser prevista e, portanto, predita, pois sua ocorrência não se dá como sequências naturais de causa e efeito. Assim, só é possível narrar sobre o acontecido, ainda que sob o entendimento de expectativas ainda não realizadas ou irrealizáveis, mas que direcionaram ou influenciaram as ações humanas. Tratar eventos passados sem demonstrar conhecimento futuro deles seria realizar mera listagem de eventos sem sentido ou coesão e não história, mesmo porque as coligações realizadas por Doles foram o que, efetivamente, deram coerência aos diversos eventos que compuseram o acontecimento. Ela, a História, não está dada, necessita ser construída por meio da narrativa.

Walsh (1978) evidencia que o objetivo do historiador é fazer dos acontecimentos um todo coerente e que para o alcance de seu intento precisa explicá-los como parte de um processo, mencionando alguns acontecimentos com outros com os quais aqueles se relacionam: a isso chama de processo de coligação. Compreendo que não apenas este tipo de estudioso, mas também o literato e o memorialista, bem como qualquer outra pessoa que conte uma estória/história, executam o mesmo procedimento, sendo que o que o diferirá serão as diferentes interpretações que serão feitas e que têm por base o tipo de concepção de história e de tempo de cada um, que por sua vez, ensejará a construção de diferentes formas narrativas e, conseqüentemente, diferentes posicionamentos éticos. Todos esses narradores querem dar um sentido a narrativa, sendo que por sentido não postulo, da mesma forma como não o faz Walsh, que sugeram

“forças movimentadoras finais para fazer reviver um racionalismo já desacreditado” (WALSH, 1978, p. 61), mas dar inteligibilidade à narrativa. A inteligibilidade só poderá ser dada numa visão em retrospecto, ou seja, do futuro dos acontecimentos ao olhar para trás, como quer Danto (2014) e, também, numa visão de todo, sinóptica, como quer Mink (TELLES, 2013).

Tudo isso reforça o argumento de que o episódio inicial para todo o desenrolar narrativo não, necessariamente, teria que ser colocado como o do inventário. A causa apontada, bem como as conexões necessárias, foi uma escolha narrativa de Élis que foi apropriada pela historiografia vindoura. Os fatos conhecidos sobre a Vila de São José do Duro não sofrem modificações significativas em nenhuma das narrativas pesquisadas, não significando, todavia, que as histórias sejam as mesmas. Ao contrário, elas diferem, e muito, umas das outras, pois a cada história sobre esses eventos há uma substancial mudança na forma como se narra, ora romances, ora comédias, ora tragédias com diferentes maneiras de explicar porque e como aconteceu o que aconteceu. A forma narrativa muda a significação do conteúdo narrado, da mesma maneira que a concepção de tempo adotada, sendo uma narrativa rumo ao futuro, ao passado ou as necessidades e interesses do presente. De igual forma, o foco narrativo adotado pelos autores pode fazer pender o peso dos erros ou dos acertos históricos para um ou outro participante da história ou, em outras palavras, a complacência ou mordacidade do historiador pode estar diretamente ligada ao seu lugar narrativo.

Segundo White (2014, p. 65), para a representação narrativa de algum segmento histórico, os historiadores se deparam com dois tipos de procedimentos: de um lado, por existirem fatos demais numa determinada sequência de eventos, eles interpretam seus dados excluindo alguns fatos que consideram irrelevantes; por outro, incluirão em sua narrativa relatos de acontecimentos que carecem de bases factuais que permitiriam uma explicação plausível de que realmente ocorreram.

E isto significa que o historiador precisa “interpretar” o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações. A narrativa histórica é [...] uma congérie de fatos estabelecidos e inferidos, e ao mesmo tempo uma representação que é uma interpretação e uma interpretação que é tomada por uma explicação de todo o processo refletido na narrativa. (WHITE, 2014, p. 65)

Refletir sobre o preenchimento de lacunas, as inferências e especulações existentes no texto do historiador que partem de sua interpretação para a construção da representação narrativa, bem como, da omissão de alguns fatos por motivos de seleção e

inclusão de relatos carecedores de bases factuais, favorece a análise da narrativa de Doles em relação às obras de Coelho e Élis. Ao construir seu texto sobre os eventos do Duro, procedeu à reunião de variados tipos de fontes, como esclarece:

As fontes utilizadas por nós foi de variada origem, desde a oficial aos depoimentos de elementos ligados diretamente ao caso do Duro, à imprensa nacional que se ocupou da questão, à literatura de Bernardo Élis, que no romance “O Tronco” reconstituiu toda a tragédia, desde seus antecedentes, revelando-se mais realidade que ficção. [...] Agradecemos ao Bernardo Élis que com carinho e desprendimento me forneceu todo o material de que dispõe. (DOLES, 1977, introd.) ⁴⁴

Apesar de citar Coelho por 05 vezes ao longo da narrativa e a Bernardo Élis em nenhuma ocasião (à exceção do agradecimento e de uma nota de rodapé sobre documentação) foi em relação ao segundo e não ao primeiro que sua narrativa teve mais aproximação, denotando certa semelhança na visão de mundo de ambos.

O modelo narrativo adotado pela historiadora foi o modo de elaboração de enredo trágico, enquanto o do literato foi o romance vazado pelo modo trágico; ambos, portanto, seriam levados a um tipo de explicação mecanicista que, todavia, não prevaleceu em nenhum deles, pois quanto aos seres humanos que movimentam a história, ambos, compreendem-nos condicionados não apenas pelo espaço em que vivem, mas primordial e peremptoriamente, pelo contexto histórico em que estão circunscritos. A historiadora construiu sua trama como uma tragédia advinda a um pequeno município do nordeste goiano por uma disputa de poder entre o governo estadual e os antigos mandantes da Vila de São José do Duro, naquele momento destituídos do poder oficializado pelo Estado. Bernardo Élis construiu um herói clássico utilizando, especialmente, do olhar deste personagem durante grande parte da narrativa para explicar os acontecimentos. Dalísia Doles, apesar de dar a este ator político – Vicente Lemes/Sebastião de Brito – o papel de uma das principais causas dos episódios, poucas vezes se refere a ele e quando o faz não o tem na conta de herói, mas de alguém que ao afastar-se da proteção de Wolney aproveitou-se de uma oportunidade para ter poder pessoal por ambição política.

O foco narrativo de Doles é *em* Abílio Wolney, tornando-o o principal protagonista de sua história, posto ser um coronel de um município distante do centro do poder que, apesar de sua riqueza pessoal, tinha seu mandonismo circunscrito à região

⁴⁴ No ensaio há a capa, a contra capa, a folha de rosto, a apresentação e a introdução: todas sem numeração. O número 1 é colocado apenas após a introdução. Assim, o trecho citado não contém numeração de página e nem qualquer outro tipo de marcação.

mais pobre do estado, tornando-o num ser perseguido pelo grupo dominante que aproveitou uma dissensão no seio da parentela para destruí-lo. Não há, como no caso de Bernardo Élis, uma luta do Bem contra o Mal num mundo de incertezas; nem mesmo, como na narrativa de Guilherme Coelho, um movimento natural de reordenação da Nação. Existe, todavia, uma desigualdade de condições estruturais condicionadas e ocasionadas não apenas pelo meio vivido pelos personagens, mas, especialmente, pelo tempo.

A visão trágica de mundo da autora está explícita em toda a forma narrativa que construiu: se as vidas dos atores sociais são orientadas por algo que lhes é externo, seus mais reais condicionamentos são internos. Mesmo sabendo os destinos que eram dados às oposições, Abílio Wolney agiu de acordo com sua mentalidade de coronel, existente antes mesmo de seu nascimento, conforme Doles. O condicionamento ou liberdade das ações do ser humano não são orientados por livre arbítrio dos indivíduos do que fazer ou deixar de fazer, posto que, sendo esta aduzida mentalidade, própria da estrutura coronelística, incitava-o à violência, também, estrutural. É como se o Destino estivesse delimitado pelas próprias condições mentais da existência humana num determinado tempo histórico e não se pudesse esperar da Fortuna nenhum sopro de novidade que não se fizesse, senão num futuro distante dos acontecimentos e que abarcassem toda a sociedade. Num todo, portanto, a narrativa de Doles é sobre um coronel do nordeste goiano que após confrontar o Estado por meio de um ato de violência num cartório tem desencadeado, sobre si e os seus, uma série de mórbidos eventos. Em meio ao aprisionamento e morte de entes queridos não pode retroceder em suas ações, pois o controle da situação já lhe escapou das mãos. Após novos confrontos e a aceitação de que o Estado lhe é superior em armas, ao menos em longo prazo, foge e somente após mais de uma década, o coronel retorna ao cenário político, mas não chega aos altos escalões. Ao final da tragédia de Abílio Wolney, contada pela historiadora, há uma lição a se aprender, assim como também ensinou o literato: há limites quanto ao que pode ser feito pelo homem.

Quanto ao foco narrativo utilizado por Doles, outros fatores também, devem ser observados. A narrativa foi feita predominantemente na terceira pessoa, havendo, todavia, a ocorrência de mudança do narrador para a primeira pessoa do plural em algumas poucas ocasiões. Ressalva há que ser feita apenas à *Conclusão* que foi toda escrita na primeira pessoa do plural, dando a ver que houve o entendimento da historiadora de que não estava sozinha no que afirmava: a produção de sua história foi

realizada a partir de um lugar que não apenas autorizava sua narrativa, mas que, também concordava com ela. O apoio institucional e dos pares que avaliarão o texto produzido não é um fator a ser desprezado pelo autor, ao contrário, são de suma importância para as valorações sob a forma de convicções impressas na escrita. Para Michel de Certeau (2002) a história é uma fabricação do historiador. Ele a fabrica como um produto a partir de um determinado lugar. Este lugar de produção no qual se situa o historiador coloca-o numa posição singular não apenas ao que escreve, mas a maneira que deve conduzir a investigação. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam.” (CERTEAU, 2002, p. 67) O lugar ocupado na instituição delimita o que deve ou não ser dito, bem como os métodos, posto que estes “esboçam um comportamento institucional e as leis de um meio”. (CERTEAU, 2002, p. 73) No processo de produção da história o que é visto é formado e, portanto também, deformado, pelo lugar, pelo ponto em que o historiador está situado e do qual olha: a produção é carregada da subjetividade de quem escreve. Por não aludir ao lugar ocupado e à subjetividade inerente a todo o trabalho por parte daquele que escreve a história “A representação disfarça a práxis que a organiza.” (CERTEAU, 2011, p. 49), pois “as representações são autorizadas a falar em nome do real apenas na medida em que elas fazem esquecer as condições de sua fabricação.” (CERTEAU, 2011, p. 54) Por não ter, também, uma metodologia própria, a operação historiográfica é feita pela deglutição das disciplinas que estão próximas.

Ao narrar os acontecimentos do passado usou, senão sempre, mas na maioria absoluta das ocasiões, os verbos no presente como se estivessem ocorrendo, concomitantemente, à sua narrativa, realisticamente. Os verbos no pretérito foram utilizados para tratar do passado dos próprios acontecimentos que eram seu objeto de estudo. A utilização de verbos no presente para narrar o passado dá a impressão de realismo, como se as representações do passado feitas pelo historiador fossem a imediata visão deste *sobre* os acontecimentos. Pairando sobre os eventos: é assim que a narrativa historiográfica de Dalísia Doles é feita, vê de cima, amparada em sua documentação tanto nos aspectos factuais quanto teóricos. Não há que se aduzir a autor onisciente intruso, pois Doles não parece tudo ver, tudo ouvir ou saber: em momento algum há a tradução literal dos pensamentos de quaisquer pessoas, de suas expressões faciais ou corporais ou de quaisquer descrições impossíveis a um narrador que tenha vivido ou não os acontecimentos que descreve. Afinal, sua narrativa é feita tendo por

princípio os parâmetros científicos necessários para a validação do que escreve. A narradora quase não se mostra e quando o faz está sempre acompanhada pelo “nós”, o que reforça, pois coletiviza, suas afirmações. Doles é muito discreta, utiliza com largueza de outro narrador: o onisciente neutro. Esse tipo de narrador quer ficar invisível e passar despercebido, dando ao leitor a certeza de que lê fatos reais do passado ao invés de representações produzidas pelo historiador. No entanto, a ausência do narrador coloca a presença do autor implícito que faz afirmações não advindas apenas da documentação na qual se ampara, mas de suas próprias dúvidas, conjecturas, ironias, coligações e interpretações; tudo isso circunscrito às estruturas narrativas conhecidas pelo autor utilizadas em conformidade à sua maneira de conceber de mundo. O texto histórico não se narra, como quer fazer parecer o estilo indireto usado, ele é narrado. A morte do autor⁴⁵ não acontece, ao contrário, a suposta ausência do narrador dá a ver a rica produção do autor, ainda que implicitamente. A adoção, por Doles, do narrador na terceira pessoa denota, portanto, não uma representação mais realista do texto histórico, mas sua própria autoria, sendo que os conceitos que explicam sua narrativa sobre os eventos do Duro são construções suas – e de outros aos quais tomou por empréstimo –, pois não estão dados na história, foram criados, remodelados, reelaborados e adequados para o enriquecimento do conhecimento histórico. Sendo assim, os conceitos que ocupam boa parte deste trabalho histórico são incursões feitas pelos autores dos textos na tentativa da melhor representação do real que pretendem explicar por meio da descrição.

Palacín assim estrutura sua narrativa: Introdução (03 páginas), O norte de Goiás (26 páginas), A primeira revolução de Boa Vista (1892-1895) (53 páginas), A segunda revolução de Boa Vista (87 páginas), A terceira revolução de Boa Vista (34 páginas), Conclusão (02 páginas).

Neste ponto, cabe o esclarecimento da história que Palacín narra: ele não toma para si a empresa de estudar os acontecimentos na Vila do Duro, mas outros que tiveram lugar em Boa Vista, no norte goiano. Seu objetivo é analisar e expor o *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás* e para tanto narra a história d’*O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista*. O estudo de caso escolhido por Palacín seria, portanto, um

⁴⁵ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984. Apesar de usar o título de um dos textos de Barthes – “a morte do autor” – não estou, neste momento, discordando de sua tese da necessidade da morte do autor para o nascimento pleno do leitor, ou seja, da necessária inversão do protagonismo literário do autor para o leitor. Ao contrário, em minha concepção, o texto é resultado das leituras que podem ser mais simples ou mais complexas, estando, pois, na dependência maior da recepção sobre a produção do que o contrário.

dentre outros casos que poderia utilizar-se para explicar o coronelismo existente naquele local e, é neste ponto que mais, embora não apenas, me interessa sua narrativa. Ao longo de seu texto teceu diversas considerações sobre os eventos do Duro em analogia com os de Boa Vista. No total citou nominalmente Abílio Wolney em oito páginas⁴⁶, especialmente com relação ao apoio que deu ao Padre João em sua revolução e, sobretudo, pelas desavenças de Abílio com o governo do estado; em três páginas⁴⁷ fez analogia entre os conflitos ocorridos nos dois locais e; em duas páginas⁴⁸, especialmente na primeira delas citou Bernardo Élis e *O Tronco* não mais como caso análogo ao de Boa Vista, mas unívoco, que teve por diferença apenas os personagens. Não citou em nenhum momento o encontro do padre João com o juiz Calmon e os que o acompanhavam, quando o grupo em fuga esteve em Boa Vista. Contou o escrivão Guilherme Coelho que o padre prestativamente os ajudou com pouso e “gentilezas incontáveis” (COELHO, 2008, p. 106), além de aconselhamento para que seguissem para a capital do Estado, passando, todavia, pelo Maranhão. Para tanto, ofereceu-lhes os seus serviços que, conforme Coelho, “foram de relevantes utilidades.” (COELHO, 2008, p. 106). Tão grande foi a empatia entre juiz e padre que ao se despedir, “o padre Lima, comovido e trêmulo, implorou, à autoridade que partia, uma lembrança ao Governo daquele Norte esquecido, que existia, e especialmente Boa Vista.” (COELHO, 2008, p. 108). Justiça seja feita, o juiz não se esqueceu do pedido. No mesmo relatório que enviou ao governo relatando os acontecimentos no Duro fez, também, aguerrida defesa do Norte goiano, em especial a Boa Vista e ao padre daquele local.

O autor fez uma análise da parte (Boa Vista/São José do Duro) contrapondo-a com a outra parte (o governo estadual) por meio de um conceito: revolução; com o claro objetivo de representar os fatos passados por meio das descrições das duas partes de modo que se desvele o todo (coronelismo). O alcance que pretendeu com sua narrativa, portanto, foi estudar e desvelar o sistema em sua universalidade, não sendo as partes o que, de fato, importaria, mas compreender a organização e funcionamento do todo.

Se Bernardo Élis mudou o tom do que narrava para alcançar um sentido ético no qual acreditava, Palacín iniciou sua narrativa esclarecendo ao leitor o tipo de sua história em concordância com sua visão de mundo. Neste aspecto, não só sua

⁴⁶ Páginas 17, 48, 110, 162 e 163, 164, 169, 214.

⁴⁷ Páginas 63, 66, 181, 188.

⁴⁸ Páginas 43, 73.

tecnicidade, conhecimentos teóricos e de manuseio documental, mas especialmente, sua outra função – de padre jesuíta – parece influir definitivamente em sua escrita.

O espaço de tensão entre essas duas atividades, situadas na vida desse espanhol, pode ser visualizado principalmente quando trabalhou com questões relativas à Igreja Católica, em especial, à Companhia de Jesus. A afinidade de Palacín com a ordem religiosa a qual fazia parte influenciava-o não só na escolha de objetos, como também das fontes a serem pesquisadas e, sobretudo, na forma como representou narrativamente esse passado.

(...) E, em se tratando de Luis Palacín Gómez, a análise do espaço de tensão entre seu ofício sacerdotal e o de historiador torna-se essencial para a compreensão do conhecimento histórico produzido por ele. (SILVA, 2006, p. 187 e 190)

A visão de mundo do autor está claramente definida ainda na introdução, mas ao longo de sua narrativa sua afirmativa se fortalecerá com o tipo de estrutura narrativa que constrói seu enredo. Palacín afirma, em concordância com outro historiador ao qual não cita o nome, que a temporalidade não se inscreve sobre épocas felizes. “[...] poderíamos dizer que a *felicidade é anônima e intemporal*, enquanto o conflito recebe nomes e põe em marcha seu próprio calendário. Não é sem razão que a primeira história de todos os povos é a história de suas lutas.” (PALACÍN, 1990, p. 05, grifos do autor)

A roda da história humana só se movimenta, de fato, se impulsionada pela dor que, ao final, ensina, senão para os atores dos acontecimentos que, em grande parte, estarão mortos, mas aos conhecedores do passado no futuro dos acontecimentos. Assim, no intuito de contar a história das revoluções no norte goiano e o papel de protagonista do padre João na segunda delas, o historiador constrói uma narrativa da condição humana e não do indivíduo, justamente porque o problema de Palacín não é contar a história de padre João, mas utilizar seu caso para discutir a “natureza e o funcionamento do coronelismo.” (PALACÍN, 1990, p. 06) mesmo porque, conforme o inaciano há limitação de “nossa compreensão da ação do indivíduo na história: como distinguir no acontecer histórico o que pertence à ação do indivíduo e às grandes forças anônimas, à inércia das estruturas e ao peso determinante da conjuntura?” (PALACÍN, 1990, p. 214)

Analisa que, quando o objetivo a ser alcançado é o poder, mesmo pessoas com boas intenções, altruístas de fato e modestas em seu modo de vida, como era o caso de padre João incorrem na queda própria dos vícios. Quando o padre é enviado à Boa Vista, durante sua viagem é assaltado por presságios sombrios acerca de seu futuro e, de acordo com diversos relatos, faz uma parada para tomar banho e rezar pedindo proteção a Nossa Senhora. Aqui, o autor faz diversas indagações sobre o que poderia ter originado tais presságios: o medo de um possível envolvimento nos ódios locais?, os

perigos da solidão do norte?, o temor “do despertar dos demônios interiores”?, o “fervor e in experiência da primeira paróquia”? (PALACÍN, 1990, p. 106) Para o autor:

Todos estes fatores atuando conjuntamente haveriam de, muito em breve, operar no padre uma transformação radical, uma nova orientação de vida, com um dinamismo tal que se foi aprofundando cada vez mais até seus últimos anos; por isso a relutância inicial confere ao desenvolvimento posterior o peso de um destino. (PALACÍN, 1990, p. 106)

Se a jornada humana depende das opções que vai fazendo ao longo do caminho, não cabem alegações premonitórias, pois se o futuro dependerá apenas das escolhas, estas por sua vez não podem ser previstas. A previsão ou, como no caso do padre João, os pressentimentos só poderiam ocorrer se seu futuro já tivesse sido tecido previamente por mãos outras que não as suas. O jesuíta expõe que as agruras vividas pelo padre-coronel que retornava à sua cidade natal após longo tempo de ausência se deram por sua incursão numa “das três tentações bíblicas, enraizadas na condição humana”: o poder. As outras duas, ou seja, as tentações da carne e da riqueza não parecem, ao ver do autor, ter sido ameaças permanentes. Os boatos existentes quanto a um possível relacionamento do clérigo com uma mulher de nome Januária, são para Palacín, infundados, tendo em vista que ambos viviam à época das maledicências sob o mesmo teto e permaneceram desta maneira, harmoniosamente, durante muitos anos, ou seja, a harmonia em que viveram por tantos anos desmente o convívio homem e mulher. Quanto à tentação do dinheiro, defende o autor que “a atitude do padre João com respeito ao dinheiro sempre foi de senhor e não de servo; considerou sempre a riqueza como um meio e nunca como um fim. [...] imagem de um homem generoso e caritativo.” (PALACÍN, 1990, p. 108) Afirma isso, apesar de mostrar diversos momentos em que as ações do padre não demonstram tão grande desapego ao vil metal.

A compreensão do autor de que os resultados finais advêm da jornada, o levou a contar sua história sem filtrar todos os documentos antes da escrita, mas durante, ou seja, preferiu “mostrar o processo de elaboração a mostrar o produto acabado.” (PALACÍN, 1990, p. 07) Este entendimento pode ser pensado, também, em relação aos parâmetros científicos, tendo em vista a necessidade de métodos claros na condução de uma investigação que possa levar à verdade. A tortuosidade dos caminhos em busca da verdade é adiantada por Palacín que preferiu dar “destaque às operações da crítica em face das diversas hipóteses possíveis, da suplência de lacunas, das ilações plausíveis, das incongruências das fontes, e do problema delicado de enquadramento dos fatos em conceitos mais amplos.” (PALACÍN, 1990, p. 07) Ou seja, o percurso feito, o método

seguido tem um papel mais importante do que quaisquer faltas ou divergências que se encontre, cabendo ao autor dirimir ou aprofundar as dúvidas e buscar a plausibilidade, tendo o historiador, portanto, a autoridade sobre o escrito adquirida pela mediação das fontes. A opção pelo destaque à crítica das fontes como método que visava a objetividade da pesquisa levou à primazia do trabalho do historiador, ou seja, ao invés da primazia das fontes foi conseguida a visibilidade do estudo crítico do estudioso. Assim, se entende que a verdade é interior e não exterior ao investigador. Mesmo quando o autor afirma “Não procurarei mediar nesta discussão; prefiro deixar que os fatos falem por si mesmos da pessoa [do Coronel Leitão], para que o leitor possa formar sua própria imagem.” (PALACÍN, 1990, p. 46), ele não o faz, media sempre as discussões ao fazer as conexões entre um e outro acontecimento. Ainda que todos os fatos que tenha encontrado estejam expostos em seu texto, desconsiderando-se, portanto, uma possível e provável seleção, ainda assim, as coligações que constrói são de sua autoria, fazem parte da maneira como concebe maior plausibilidade quanto ao que ocorreu de acordo com suas interpretações acerca do humano e do mundo.

Este método de trabalhar mostrando as dúvidas, diferentes e diversificados relatos da memória tanto escrita quanto oral, bem como, as lacunas existentes, além de dar credibilidade à técnica do autor, cria no leitor a expectativa pelo desfecho das situações que vão se mostrando, ao longo da narrativa, sempre meio truncadas ou misteriosas. Alie-se isto a advertência do historiador quanto à necessária precaução quanto à “história oral e das lembranças de fatos remotos, quando não são controlados por uma documentação paralela.” (PALACÍN, 1990, p. 120) e a aceitação das conclusões do autor será bastante facilitada. Diferentemente da narrativa grega que mostra cada detalhe de cada personagem envolvido, como pode ser visto na análise feita por Auerbach⁴⁹, no tipo de narrativa construída por Palacín há sempre uma aura de mistério que, por sua vez, dá ao leitor não apenas a curiosidade de ler a próxima página, mas a aceitação mais rápida das mediações que vão sendo construídas pelo autor, pois perante tanta variedade de versões é um alívio quando o autor analisa, faz as conexões e apresenta os resultados.

Tendo em vista que Palacín não realizou uma narrativa sobre os acontecimentos do Duro resta empreender um resumo – sempre problemático – de sua própria narrativa. Boa Vista, situada no norte goiano, tinha diversos problemas como a distância em

⁴⁹ AUERBACH, Erich. A cicatriz de Ulisses. In: *Mimeses: A representação da realidade na literatura ocidental*. 2ª ed. revisada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

relação à capital do estado, reduzida população, as péssimas condições de estradas, a economia em condições tão ruins que não pagava os gastos de seu funcionalismo, a inexpressividade da agricultura, as sonegações fiscais e o ínfimo comércio. O problema da comunicação que quase sempre acompanha o dos transportes, foi resolvida anteriormente com a colocação do telégrafo em Grajaú a pouca distância de Boa Vista. População com forte preponderância do elemento maranhense na formação étnica sofre substancial aumento com o censo de 1920 que lhe dá a colocação de segunda maior do estado, ficando atrás apenas de Catalão. A criação de gado era o ramo com mais vitalidade na região e o meio de vida da maioria daquelas pessoas, denotando tratar-se de um mundo rural; todavia, era o núcleo urbano o lugar propício para “um novo tipo de diferenciação social [...] entre “a sociedade” e a pobreza.” (PALACÍN, 1990, p.29) que:

Se não revelasse uma das vertentes mais sombrias do proceder humano, esta divisão dicotômica da sociedade entre ricos e pobres, num meio tão primitivo, poderia aparecer ao historiador como uma simplificação grotesca. Na realidade, por comparação com outras situações contemporâneas, o que existia naquele norte remoto não era riqueza e pobreza, mas diversos graus de pobreza. (PALACÍN, 1990, p. 30)

Conforme o autor, apesar da pobreza generalizada, não se tratava da pobreza como fronteira da fome (PALACÍN, 1990, p. 32 e 33) Esclarece ainda que, em virtude do isolamento do norte do estado, esta região se diferenciava do sul, mesmo partilhando de características de uma sociedade rural: “o norte tinha evoluído nos costumes muito mais lentamente.” (PALACÍN, 1990, p. 34), bem como, economicamente, o valor de suas terras era bastante inferior ao do sul. Se no sul a terra era

[...] um bem cada vez mais valorizado, e o trabalho – nas diversas formas de contrato agrícola – um objeto de exploração; no norte, onde a economia de mercado era quase inexistente, [...], nem a terra nem o trabalho carregavam ainda, de modo manifesto, o vírus da discórdia e o estigma da opressão. (PALACÍN, 1990, p. 35)

Conforme Palacín, na literatura de Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis ambos apresentam o camponês

[...] sob o jugo do coronel como um quadro sombrio de sordidez e opressão [...]. Mas frente a esta interpretação, [...] com respeito ao norte, poderia apresentar-se a interpretação antitética: o sertão e a vida do sertanejo quase como um paraíso. Esta é a visão do Frei Audrin, [...] paraíso [...] da frugalidade, [...] da vida natural. Em paz consigo mesmo e com a natureza [...]. (PALACÍN, 1990, p. 33)

Esta oposição que Palacín faz em relação ao realismo dos dois literatos impõe ao autor a necessidade de, ao longo de sua narrativa, demonstrar a maneira que ele próprio

concebe o mundo e que, por consequência, o representa. Sua narrativa se ampara numa visão de mundo pouco afeita a representações da matéria como causa da matéria, se dando com características muito próximas ao simbolismo, onde a alma deve ser perquirida em busca do conhecimento da essência humana. Sua função de historiador, no entanto, leva-o a representar os eventos passados realisticamente, com base em fatos presentes em documentos e não em elucubrações que possam esvanecer a verdade do vivido. Se o texto de Palacín tem a objetividade da escrita por princípio, pois é um dos requisitos à cientificidade de seus estudos históricos, a maneira como estrutura sua narrativa dá a ver que o que havia de humano em padre João e em outros coronéis foi o que, efetivamente, os levava a agir da maneira como agiram. As características que denominei de simbólicas na escrita de Palacín, tem mais que ver com as ideias que trabalha para conduzir seu tema, além da valorização que dá às manifestações metafísicas e espirituais, de suas preocupações com os sonhos e premonições, os escrutínios da alma. Além disso, se o simbolismo na Europa teve que ver com a suspeição de que o progresso industrial não melhorava o homem, mas o subjugava; no Brasil, com a valorização da terra, de acordo com Palacín, houvera a desvalorização do trabalho e se instalara o vírus da discórdia.

Esta afirmativa não quer dar a entender que o historiador não objetiva demonstrar realismo em sua escrita, ao contrário, sua pretensão é intensamente demonstrada, sobretudo no primeiro capítulo, onde narra uma série de estudos sobre a região norte de Goiás, não tendo a intenção de deixar nenhum dado importante sem lugar: clima, população, logística, economia, censo, produção, consumo; todos esses dados e outros estão em seu estudo. O que estou afirmando é que a representação do real em Palacín é feita por preocupações, adjetivações e fundamentações simbólicas. Segundo Palacín, as diferentes maneiras de explicar advêm de razões subjetivas de consciência e razões objetivas da situação social tornando passível de anacronismo se se julgar com “nossos juízos de valor a homens de situações divergentes.” (1990, p. 34). E, conforme informações do narrador, Frei Audrin conviveu, diariamente, com a gente camponesa por cinquenta anos. Assim, padre Palacín, que concorda com Frei Audrin quanto às características dos sertanejos, apenas aponta outro aspecto apresentado por seu colega de ofícios religiosos, a violência dos sertanejos desde os tempos da colonização, sendo Goiás violento desde suas origens devido ao descobrimento do ouro. A violência em Palacín é estrutural e inerente a todos os seres humanos e não apenas aos coronéis, conforme conta a literatura de Élis e Ramos.

A partir deste ponto o autor narra as três revoluções de Boa Vista, iniciando por explicar a estrutura política, ou seja, o coronelismo que foi possibilitado pela conjuntura da proclamação da República, pois enquanto o Brasil era monárquico o país se manteve coeso, apesar da dispersão. “Com o relaxamento do controle central, trazido pela República, deu origem no Brasil todo a uma reviviscência dos poderes locais, característica comum do coronelismo.” (PALACÍN, 1990, p. 38) Diferentemente das análises de Pang e Carone que fazem correlação entre a evolução econômica e a política, o caso de Goiás foi descrito pelo jesuíta como um dos estados pobres e sem modernização do território brasileiro que conseguiu, muito cedo, a constituição de partidos e uma institucionalização sólida, além do surgimento, bastante adiantado, de imprensa política com jornais de situação e de oposição. (PALACÍN, 1990, p. 39)

Desta maneira, para Palacín, o que pode explicar Goiás, não é a economia em correlação com a política, mas a política em correlação com o social. Explica o autor que se se considerar a figura do coronel de frente, ou seja, pela mediação dos fatos, o lado político e conjuntural despontará, todavia, se o posicionamento for pela retaguarda o que será ressaltado é o aspecto social do coronelismo que é, por sua vez, a estrutura. Nas palavras do autor:

Mas se a figura do coronel, considerada de frente, aponta para o lado político do coronelismo, sua retaguarda nos mostra a vertente social. As raízes últimas desta estrutura política devem ser buscadas de fato, no campo social: no predomínio da vida rural sobre a vida urbana, em todos os aspectos. (PALACÍN, 1990, p. 37)

Assim, conforme o narrador, a conjuntura política decorre da estrutura política e social do coronelismo. Até aqui, parece haver duas afirmações contraditórias: a estrutura decorre da conjuntura e a conjuntura decorre da estrutura. Ora, duas afirmações que se excluíam uma a outra, não fosse o historiador trabalhar, na verdade, com uma dialética entre ambas, mas essa análise referente aos diferentes tempos e ritmos será objeto do próximo tópico. Impõe-se que para compreender sua estrutura narrativa, faz-se necessário observar as valorações que vai encadeando ao longo do texto. Suas valorações sobre a República denotam que, provavelmente, as indisposições do regime republicano com a Igreja Católica, na época dos acontecimentos, afetaram negativamente os juízos do autor sobre essa forma de governo. Sem desmerecer as ambições pessoais e as dissensões familiares que deram origem a muitos conflitos no interior dos municípios, enfatiza:

Mas também é certo que a proclamação da República foi como um vírus novo, num organismo ainda não imunizado. Ao dignificar e institucionalizar nos partidos estas dissensões inevitáveis, elevadas ao status de disputas políticas, lhes conferiu uma mutação qualitativa e uma virulência antes insuspeitada. Por toda parte se acende em Goiás a paixão da luta política no âmbito reduzido do município, chegando em vários lugares até às armas. Era a experiência juvenil de uma nova liberdade. (PALACÍN, 1990, p. 44)

Em relação à primeira revolução, Palacín (1990) a apresenta como um dos frequentes casos ocorridos “na época do coronelismo, em que a mudança do partido no poder determina, por meio da mudança do juiz, uma nova orientação da justiça.” (p.51) Sendo que, “O padre João escreveu, com efeito, mais tarde que todas as revoluções de Boa Vista começaram pelo juiz.” O autor expõe que um desses casos em que o “poder do juiz detona uma situação explosiva é o caso do Duro, imortalizado por Bernardo Élis em O Tronco.” Entretanto, se na Vila de São José do Duro, “a tensão entre o governo estadual e coronel levou à intervenção do Estado com a destruição da oposição local”, resultado facilmente esperado devido à desproporção das forças em jogo, em Boa Vista, como “toda regra tem suas exceções”, os poderes locais e, portanto, os mais fracos, saíram vencedores. (PALACÍN, 1990, p. 43) *Na leitura de Élis feita por Palacín, o estopim para os acontecimentos teria sido o juiz e é partindo dessa compreensão que constrói suas afirmações quanto às similaridades existentes entre ambos os eventos.* O episódio do cartório, mais uma vez é colocado como o ponto inicial para os acontecimentos posteriores, apesar de Palacín não aduzir a ele, mas incluí-lo pela visibilidade que dá ao juiz no desenrolar da trama.

Há que se observar que o foco narrativo de Palacín está de acordo com a visão do Padre João. Em seu entendimento é o papel desempenhado pelo juiz o estopim da tragédia do Duro, não o coletor, nem o coronel, mas a maneira como as instituições eram geridas em mãos públicas visando interesses particulares. Até mesmo a derrota de Padre João nas eleições de 1935, apesar da conjugação de diversos outros fatores, foi atribuída ao juiz municipal, conforme o entendimento de Palacín ao refletir que: “parece que o verdadeiro catalizador, a última determinação, encontra-se na atuação do juiz.” (PALACÍN, 1990, p. 167) *Assim, a repetição de eventos que o jesuíta compõe não tornará sua narrativa idêntica ao enredo de Bernardo Élis, apesar de seguir sua estrutura narrativa como modelo, pois seu foco narrativo estará, predominantemente, com o coronel.*

Conforme se pode inferir quanto às condutas públicas, não houve de fato e em conformidade à Palacín, grandes mudanças quanto às formas de gestão pública, seja

executiva ou jurídica, nem mesmo após a Revolução de 1930. De outra parte não se tratava, conforme o autor, de indisposição ou ideologia partidária do padre João em relação a quaisquer figuras que estivessem ocupando os assentos no governo estadual, pois esteve aliado aos Bulhões, depois aos Caiado e por último conciliou com os “revolucionários” de 30. Suas lutas tinham em vista a sua própria perpetuação no mando do município sendo que suas ambições não iam muito ao sul do estado, tanto que mesmo quando conseguiu se eleger como deputado estadual parece ter havido, de sua parte, certo fastio e na primeira ocasião retornou à Boa Vista. O mesmo se pode perceber do período em que foi prefeito da cidade, cargo que praticamente não fez questão de exercer de fato. O cargo que fez questão de manter desde sua ingerência na política até ser exonerado pela revolução de 30 foi o de administrador das rendas do Estado. Esta função lhe dava meios de participar da troca mútua de benefícios com os outros coronéis em assuntos fiscais; “como chefe regional, apoio político e representação diante do governo.” (PALACÍN, 1990, p. 172)

As obediências aos partidos eram, pois, condicionadas ao interesse pessoal de cada participante, não sendo uma atitude inédita e nem mesmo que constituísse exceção nas práticas comuns na época. Em outros termos, apesar das características singulares do coronelismo exercido pelo padre, ele não agia de modo diverso ao dos outros membros da sociedade. Ao contrário do que se possa imaginar, esta atitude por parte dos coronéis da região mais isolada do Estado denota que tinham a percepção que sua participação era manipulada de acordo com os interesses partidários do momento e disto se utilizavam para negociar seu apoio e atuação mais profícua em favor da Oligarquia que estivesse no poder. As filiações eram tão circunstanciais quanto o tempo de duração de determinados grupos no poder, as lealdades eram conseguidas por negociação e, sabiam todos, absolutamente provisórias.

Outro fator do “desequilíbrio permanente na região: a própria polícia.” (p. 66) Parte dos próprios representantes do poder coercitivo e repressivo do Estado – leia-se em Palacín, dos policiais – praticou atos de barbárie como o assassinato de presos, atados ou não a troncos. Os acontecimentos de Boa Vista antecederam aqueles do Duro, mas têm uma similaridade nas práticas de violência bastante evidentes. Palacín (1990) cita, ao longo de sua narrativa, diversas ocasiões em que o tronco foi utilizado como instrumento de punição com a devida humilhação contra os opositores do governo. Durante a primeira revolução foram os opositores dos Bulhões “metidos no tronco e acorrentados com colares de ferro.” (p. 68) A iminente invasão da cidade por José Dias

para libertar os reféns levou ao pânico os policiais e “O Cap. Machado deu ordem para que os presos fossem mortos ao entrar Dias. Mas o sargento Tomé, comandante da guarda, não consentiu.” (p. 70) Assim, os reféns tiveram suas vidas poupadas neste primeiro momento, mas o mesmo não ocorreria na segunda investida de Dias, onde após dois dias de combate entre os grupos particulares armados e os policiais, o capitão Machado mandou fuzilar todos os presos, “em número de 8 a 9, inclusive uma senhora [...]. Essa matança antecipa à de Duro, que Bernardo Élis imortalizaria em *O Tronco*.” (PALACÍN, 1990, p. 73) Em prosseguimento, Leitão e seu grupo mata, de uma só vez, três gerações de uma família, escapando à chacina apenas um filho, Januário Wanderlei, que após a prisão dos homens de Leitão preenche o cargo de comandante de uma escolta especial para conduzir vinte e cinco dos presos à Capital, mas no caminho “Ao chegar a “Olho d’Água, os onze presos que restavam – 14 tinham fugido (fugido?) – foram amarrados às árvores, junto à corrente, depois fuzilados.” (p. 79) Na segunda revolução de Boa Vista há, ainda, outro relato de prisioneiros que foram “carregados de correntes e metidos em tronco. (p.127)

O hábito de se fantasiar com roupas femininas para a facilitação das fugas é explicado por Palacín como episódios “com sabor de farsa para enriquecer o folclore tão abundante, dessas rivalidades do Tocantins.” (PALACÍN, 1990, p. 78) Ainda assim, narra duas ocasiões em que tal método de fuga teria sido empreendido: na fuga de Antônio Fragoso, amigo e correligionário de Leitão, narrada em 1978 em *Setentrião Goiano* de Othon Maranhão; na fuga do padre João na revolução de 36.

Fragoso envolveu-se num vestido de chita, meteu-se no meio das mulheres e também saiu, conduzindo o rifle escondido na saia. Os jagunços viram sair uma mulher desengonçada, mas nunca pensaram que fosse homem. Antônio Fragoso saiu apressado, com outros companheiros [...]
(...) Na realidade a retirada do padre João tinha tido todas as características de uma fuga [...] o certo é que abandonou a cidade de uma forma precipitada e oculta. A tradição conta que se esgueirou pelos fundos do quintal, disfarçado de mulher, ganhando o porto, donde repetindo o gesto memorial dos perseguidos, buscou o amparo maranhense em Porto Franco. (PALACÍN, 1990, p. 78 e 203)

Esse tipo de procedimento de fuga nos sertões do norte/nordeste goiano já havia sido relatado por Bernardo Élis em 1956 sobre os eventos de 1918-1919, assim, quando Palacín os relata em 1990 sobre acontecimentos que antecederam 1918, demonstra que há na história certa permanência tanto nas práticas de política oficial quanto nos moldes de violência e de resistência nos dois locais. Mesmo o papel exercido pelo líder carismático não é, nem mesmo apenas em Boa Vista, a posse de um único homem; José Dias precedeu padre João na primeira revolução e também no carisma. O título da obra

de Palacín é claro em relação a isso: irá analisar e narrar sobre o padre João e as três revoluções de Boa Vista e não do padre João nas três revoluções de Boa Vista. Assim, tem em vista que o padre João é um dos representantes de um tipo de coronel, o carismático. Diferentemente de Doles, que Palacín inclusive cita em uma nota como um dos estudos sobre o coronelismo em Goiás juntamente com Francisco Itami Campos, o coronel que estuda, ou seja, o padre João, não consegue seu poder de mando por sua situação financeira privilegiada frente aos demais. Ao contrário, a posse de terras e riquezas e o domínio que destes adviriam sobre outros homens não existem no caso do padre, “sua ascensão ao poder e seu controle da região [...] devem-se indiscutivelmente, a seus dotes carismáticos e no aspecto técnico ao seu controle rigoroso da direção do partido.” (PALACÍN, 1990, p. 116) E afirma isso, mesmo sem desconsiderar que o padre não consegue toda essa adesão apenas por meio da persuasão, mas também pela coação e até violência.

O padre João, com efeito, constitui um dos exemplos mais puros do que Max Weber intitulou de líder carismático. O líder carismático é o que recebe a autoridade não da lei, ou do cargo que desempenha, de seu respaldo social e econômico, senão de sua ascendência pessoal que se impõe por si mesma e leva os outros a pedirem seus conselhos, aceitarem suas ordens. (PALACÍN, 1990, p. 115)

Em seu estudo Palacín não deixou de mostrar outros tipos de coronéis, mesmo porque sua preocupação não é com o indivíduo, mas com o estudo do coronelismo em tipos que abarquem uma compreensão mais totalizante do panorama histórico. De acordo com o historiador, um dos coronéis, João José, que primeiro foi aliado e depois opositor do padre boavistense era de outro tipo e, se a estrutura coronelística permanecia, a conjuntura estava se movimentando, ainda que muito vagarosamente, e não mais admitia os coronéis tradicionais como era o caso de João José.

[...] o típico coronel do sertão. Homem sem instrução, nem sutilezas políticas, mas que se cria com direitos a participar do comando, e mesmo a ocupar o primeiro posto, porque em virtude de suas terras e posses era capaz de reunir homens e comandá-los para a luta. [...] O correr da revolução poria em evidência como líderes do tipo de João José estavam já em dívida com o tempo, mesmo em Boa Vista; e portanto condenados a desaparecer. (PALACÍN, 1990, p. 129)

Pelas diversas referências que faz ao longo do texto sobre o coronel Abílio Wolney em sua acirrada luta contra o poder estadual em jornais, especialmente n’*“O Estado de Goiaz*, jornal que tinha passado para a oposição e do qual era diretor.” (PALACÍN, 1990, p. 229, nota 235), aquele também não se enquadrava, assim como o padre, como um “coronel típico do sertão”. *As alusões de Palacín aos eventos ocorridos*

no Duro e ficcionalizados por Bernardo Élis são sempre com a intenção de mostrar a tipicidade comum a ambos os casos, denotando que a estrutura narrativa que guia sua escrita é aquela composta em O Tronco. Apesar disso, o historiador constrói um texto bastante distinto daquele do literato.

Sobre essa repetição que ocorre na história, observada e estruturada narrativamente pelo inaciano, ele a utiliza até mesmo para demonstrar que as práticas de mando do padre João não eram inéditas e nem mesmo únicas no tipo de estrutura e conjuntura que viabilizaram tal proceder. “[...] devemos concordar com as críticas ao domínio pessoal do padre João, mas fazendo a ressalva de que isto não constituía uma exceção, senão a regra, de Goiás então [...]” (PALACÍN, 1990, p. 196). Da mesma maneira, numa evidente tentativa de mostrar a unidade na diversidade, Palacín (1990) em sua *Conclusão* iguala o padre João aos demais coronéis existentes no que se refere às mudanças partidárias que os mandatários locais faziam sempre que fosse necessário para se manterem na situação afirmando que “Sob este aspecto, o padre João pode ser considerado um coronel típico da época [...]” (p. 216) As mudanças partidárias não se davam, portanto, por posicionamentos éticos e morais, mostrando nos coronéis uma postura oposta à da coragem.

A visão de mundo inscrita na narrativa deste historiador dá conta que a vida humana não está fadada às virtudes e, portanto, nem à felicidade. A humanidade está circunscrita a um mundo onde o que a faz caminhar para o bem ou para o mal são suas lutas. Não é que a felicidade não possa existir, mas se existe só poderá ser conhecida em outro mundo, mesmo porque as ações humanas se confundem com forças anônimas, não havendo, portanto, a possibilidade de se compreender o movimento da própria história apenas por meio da análise das ações individuais. Por isso mesmo, padre Palacín ao apontar os vícios que levaram o padre João à situação de coronel em Boa Vista, parte das *três tentações enraizadas na condição humana*, ou seja, que são inerentes à própria condição humana. Na visão religiosa deste historiador, o homem só se constituiu como alguém que tem uma história a partir do momento de sua Queda perante o Criador e se a Queda o lançou ao mundo e o fez histórico, apenas as lutas constituirão a própria história humana. As lutas humanas estarão, pois, envoltas nos tipos de tentações que levam ou que podem levar os homens à permanência de sua condição de decaído ou à sua elevação. Não há que se esquecer, também, que só pode ser tentado aquele que tem direito de escolha, – ou não haveria tentação – não sendo a vida humana resultado de destino, mas de livre arbítrio.

Para melhor compreender a visão de mundo do autor é importante analisar as maneiras que coloca seu olhar para narrar, ou seja, de onde olha, para o que olha e como olha. Definido, portanto, o foco narrativo do autor, compreende-se suas afirmações, negações e contradições, tendo em vista que para, de fato, ver, há a necessidade de conhecimentos outros que não apenas o visto ou o vivido, mas das teorias que o orientam. O narrador do *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás* é Luís Palacín, padre jesuíta e historiador, professor universitário, muito conhecido por suas longas narrativas (no sentido de grandes períodos demarcatórios), incansável trabalhador de arquivos, metódico, apreciador de documentação escrita que não desvaloriza os relatos orais, embora lhes coloque num patamar inferior na hierarquia de confiabilidade perante a escrita; além disso, é ainda hoje considerado como tendo sido um dos pioneiros na caracterização da História de Goiás como disciplina científica e que realizou, ao longo de seus muitos anos de estudos, diversos trabalhos para o conhecimento da realidade passada do território. A narrativa em terceira pessoa é durante todo o seu texto a mais utilizada, mas ganha por pouco daquela feita em primeira pessoa do plural. Explicando melhor: quando narra sobre os acontecimentos utilizando a documentação coloca-se na terceira pessoa do singular com a ajuda do estilo indireto, mas quando dialoga com o leitor sua narrativa é feita na primeira pessoa do plural. Assim, parte de seu trabalho de análise e apresenta-o como se contando a si mesmo, mostrando que seu objeto está fora de si, embora só possa ser compreendido pela intermediação de quem o critica, ou seja, por si. Ainda que evidencie que seu trabalho é objetivo, pois parte de evidências do passado, esclarece que apenas o estudioso preparado em relação ao correto método de análise pode chegar a conhecer a verdade ou a maior possibilidade de verdade do que se deu, denotando que o trabalho objetivo só pode ser de fato empreendido a partir da subjetividade do historiador. O uso de primeira pessoa do plural é feito sempre em diálogo com o leitor com o intuito de que este se veja junto ao narrador. Ao mesmo tempo em que, implicitamente, se dirige ao leitor, alinha o pensamento deste ao seu, insere-o nas próprias dúvidas e divide com este suas conclusões e afirmações; durante todo o tempo o narrador não parece discutir ou divergir de seus pares, ao contrário, a narrativa denota alinhamento entre o que escreve e o que lê. Com estes dois narradores (primeira pessoa do plural e terceira pessoa do singular) parece, novamente, haver certa tensão entre objetividade e subjetividade, realizando um trabalho em que há ligeira predominância de objetividade evidenciada pela terceira pessoa do singular e com o

estilo indireto, mas amparado na subjetividade inerente ao próprio método, aceito e utilizado por si e por seus pares e evidenciado na primeira pessoa do plural.

A posição de Palacín em sua narrativa é a de quem realiza seu relato a partir de instituições que vão variando ao longo do texto; tanto enuncia a partir de arquivos como de sua posição de pesquisador nas conversas para colher depoimentos, tanto enuncia da academia com parâmetros científicos quanto da religiosidade que carrega em si, tanto enuncia do outro padre quanto enuncia de si. Ainda assim, há uma instituição predominante em sua narrativa: a Igreja. É a partir deste lugar que Palacín olha o coronelismo e ao ver as mazelas humanas advindas com o fenômeno coronelista e analisar suas ocorrências nos tempos e lugares observados compreende ser obra da república que ensejou nos homens, já tão presos em seus próprios vícios, a possibilidade de incorrerem em tentações por meio da nova liberdade. Dentre esses homens que incorreram em tentações e nelas caíram estão padre João, Abílio Wolney, José Dias e outros, demonstrando que a condição humana é inerente a todos os que estão nos palcos da História, independente de suas posições sociais. A república teria, pois, possibilitado a inserção daqueles coronéis no vício da soberba, característica tão própria das disputas pelo poder.

Assim, apesar de analisar metodicamente os acontecimentos de Boa Vista e nivelá-los aos que vieram posteriormente, privilegiando o estudo da natureza humana como definido na cultura cristã para compreender o que incita a ação dos homens; ao final, não realiza julgamentos de responsabilidade, pois acredita não poder distinguir as responsabilidades que teriam que ser atribuídas ou às ações do ser humano ou às condições que as provocaram. Há uma organicidade tão grande e contundente na própria estrutura coronelista que ela é transmutada para as pessoas da época ou das épocas em que a estrutura perdurar, não havendo sequer como separar o que resulta de um ou de outro.

Palacín usa os testemunhos das pessoas para a análise do tipo de coronelismo existente no norte goiano, tanto os escritos no passado quanto os que foram conseguidos por ele mesmo, como, dentre outros, “O Sr. Chico de Sousa, hoje crente, [...]” (1990, p. 107), mas não lhes dá voz ativa. A voz que se ouve em seu texto não é de nenhuma testemunha e nem mesmo do padre João; é sempre o autor quem narra, abrindo exceção em apenas uma ocasião. Acima afirmei do diálogo do autor com o leitor, mas é sempre um diálogo muito sutil, apenas podendo ser desta maneira descrito pelos verbos colocados na primeira pessoa do plural, como se ambos chegassem às mesmas

conclusões, mas não se tratam de diálogos diretos, conversas. São antes afirmações do autor que abarcam o leitor, mesmo porque a autoria do pesquisador é bastante evidenciada, sendo o leitor colocado distante para que possa ler e compreender e, quando for trazido à baila, concordar. O autor implícito, no caso desta obra de Palacín, é o autor onisciente intruso e narrador onisciente neutro, com a prevalência do primeiro. O autor onisciente neutro detém o método para validar a extensa e heterogênea informação fazendo uma narrativa clara, quantitativa, objetiva dos acontecimentos com a preocupação voltada a apontar a documentação pertinente, não se descurando da linguagem de forma a evidenciar a primazia da fonte. Mas, é o autor onisciente intruso que usa o método de maneira a evidenciar o interior daqueles que estuda, sendo que para se trabalhar com a condição humana como ele fez, há necessidade de indicar como ponto de partida pressuposições sobre a própria natureza humana. O autor onisciente intruso de Palacín não quer entrar apenas na mente, mas na alma e, apesar de afirmar que “nos escapa quase por completo o jogo dos possíveis” (PALACÍN, 1990, p. 214) finaliza sua narrativa da condição humana como uma comédia, pois estando limitado pela incompreensão das ações individuais e das forças anônimas e, não podendo atribuir responsabilidades questiona ao leitor sobre quais

[...] teriam sido as duas contribuições fundamentais da ação política do padre João para a história da região, e ainda de Goiás: – teria razão Abílio Wolney [...] impediu que toda essa fronteira norte de Goiás passasse para o Maranhão? – teria razão D. Alano, [...] padre João ter poupado para Boa Vista as longas décadas de ordens, banditismo e desagregação social [...]? Ninguém poderá dar uma resposta categórica a estas indagações. Mas o que é inquestionável é que, para além do balanço de acertos e erros de uma vida, se destaca a grande paixão do padre João, o amor apaixonado por Boa Vista, “menina que tinha visto nascer em seus braços.”⁵⁰ (PALACÍN, 1990, p. 214).

As últimas palavras da narrativa foram de padre João, mas abalizados pelo autor que naquele momento as colocou. De fato, a condução narrativa levava exatamente a esse desfecho cômico, de apaziguamento, conciliação, normalização. Além desses aspectos o que é necessário observar é que com esta finalização da narrativa, o autor demonstra que se seu foco narrativo era o da instituição religiosa da Igreja Católica, não deixou de simpatizar com seu colega de fé e após narrar sua vida, utilizando para tanto toda a concepção metódica exigida pela ciência da História, quis ele próprio render-lhe uma homenagem ao fechar a narrativa das três revoluções de Boa Vista como resultados de atos de amor inquestionáveis de um clérigo por seu torrão natal. Obviamente que a

⁵⁰ Conforme nota 282 de Palacín: “Palavras do próprio Padre, segundo Bernardino Ribeiro, O jaguncismo irrompe novamente no Norte, *A Tarde*, 4/06/1934” (1990, p. 232)

simpatia de Palacín por Padre João é pela representação de sua universalidade, o “eu” do coronel João não se aplica apenas a si mesmo enquanto indivíduo. Este final cômico de Palacín foi efetivado em todo o quarto e último capítulo *A Terceira Revolução de Boa Vista*, com a afirmação de que

A revolução de 30 foi uma revolução importada em Goiás. Nada a reclamava, como nada a preparara. O sistema coronelístico de articulação entre os poderes locais e o poder estadual funcionava à perfeição. A última oposição de certa entidade, a do Wolney no norte, tinha sido esmagada no caso de Duro em 1919. (PALACÍN, 1990, p. 181)

Assim, Palacín esclarece que o que ocorreu no Duro foi, *ao final*, uma comédia. O funcionamento perfeito do sistema coronelístico em Goiás existia antes dos eventos do Duro e continuou a existir depois. Da mesma maneira, em Boa Vista, *o desfecho* foi cômico. *Se o decorrer das lutas de ambos os lugares pode ser visto como trágico, suas finalizações não sustentam este enredo, esta foi a leitura que Palacín fez de Bernardo Élis. Para o inaciano, o enredo d'O Tronco é uma comédia, assim como a narrativa que ele próprio construiu. Uma impossibilidade de mudanças e não a possibilidade de transformações futuras.* Nesse capítulo, o narrador vai conduzindo a história de maneira que se perceba a acomodação das inquietudes no estado goiano com a condução das eleições pelo governo “revolucionário” da maneira que melhor convinha à situação, não dando ensejo à existência de oposição até mesmo pelas contundentes ações da polícia militar. Explica que tendo em vista a exaltação do ambiente ocasionada pelas esperanças advindas à Goiás em razão da Revolução de 30, nem mesmo as cassações precisariam ser justificadas, bastava que se invocasse a necessidade da revolução. “A Revolução se exige e se justifica a si mesma. Como todas as revoluções.” (PALACÍN, 1990, p. 182) Mas, as esperanças não se realizaram. Socialmente não ocorreram mudanças, politicamente invocaram a moralização, mas “os procedimentos eleitorais não haveriam de diferenciar-se muito do passado.” (PALACÍN, 1990, p. 183) Desta maneira, explica o autor que a Revolução apenas causou um susto inicial. A conjuntura sofreu mudanças e assustou, mas pela inamovibilidade da estrutura, o susto passou rápido e a situação se normalizou.

Segundo Palacín, o interventor federal, Pedro Ludovico Teixeira, e o padre João, “coincidiam em ser duas personalidades fortes e ciumentas de sua autoridade. Sem romperem abertamente, observavam-se como dois pugilistas, sem se atreverem a desferir o primeiro golpe.” (PALACÍN, 1990, p. 185) Padre João não aderiu à causa, mas também não se opôs, apenas observou e aguardou. A nomeação de um delegado

militar e, principalmente, do juiz municipal tinha por intenção, e conseguiu, minar as bases políticas do padre que perdeu as eleições; em 35 e em 36 o padre João parte em desobriga pelo interior de maneira que não esteja presente no município nesta Terceira Revolução. Afirmo Palacín que “Com respeito às duas revoluções anteriores, há uma queda do plano marcial para o lúdico, da grandeza da tragédia para a farsa.” (PALACÍN, 1990, p. 199) Conta o narrador que havia uma ordem de prisão contra o padre e este ao ficar sabendo fugiu para Porto Franco disfarçado de mulher, sendo que após a normalização da situação “o retorno do padre derrotado adquiriu a conotação de um verdadeiro triunfo pessoal.” (PALACÍN, 1990, p. 203)

Assim, os últimos anos de padre João são contados numa narrativa quase lúdica em sua comicidade. É mostrada a dulcificação do caráter do religioso, apesar das marcas de dignidade e grandeza que permaneceram em suas ações sacerdotais (PALACÍN, 1990, p.204), permanecendo na vida religiosa com o mesmo instinto “à valorização da situação concreta frente ao universalismo da lei” (p.208), fator este, demonstrado nos casamentos no religioso de pessoas que já eram casadas, onde além da aludida valorização do concreto estavam, também, os ganhos econômicos para o padre. Feito prefeito e se desinteressado da função, morre o padre João no mesmo dia em que festejaria seu retorno, ocorrido há 50 anos. A finitude da vida humana é apontada, bem como a finitude das coisas do mundo e assim, o caso de coronelismo do padre João que, segundo o autor pode ser visto como uma história-limite onde alguns aspectos não podem ser transcritos como típicos do coronelismo, em outros “suas fases evolutivas possivelmente correspondem às da evolução da instituição do coronelismo em Goiás [...]” (PALACÍN, 1990, p. 215). Por outras palavras, apesar de alguma diversidade há, de fato, unidade.

Com a morte do padre João, relata Palacín, houve grande comoção com muitas pessoas afluindo ao lugar, mas com o passar dos anos seu nome foi esquecido pelas novas populações. Apenas o lugar onde a igreja está construída é que foi conservado no mesmo ponto àquela feita pelo padre João, suas paredes foram ao chão e novas foram erguidas em seu lugar. Ao contrário dos nomes dos heróis, o do padre João não ficou para a posteridade. Saído do pó, a ele retornou.

2.2.2 O tempo na narrativa de Doles e Palacín.

O tempo cronológico é o elemento ordenador da narrativa de Doles. Com uma narrativa extremamente linear, a historiadora vai tecendo os fios de sua trama de pouco

a pouco e dando a ver os pequenos detalhes da composição; desde o nome da família Wolney – nome adotado – até o final da trajetória de Abílio, na qual “morre sem deixar sucessor político de porte.” (DOLES, 1977, p. 28) A autora acompanhou-o pelo tempo de sua vida por meio da documentação a que teve acesso, inicialmente em uníssono a seu pai, posteriormente, o individuou na narrativa como o chefe da parentela. Da mesma maneira, que iniciou o conhecimento do coronel pela história da família, particularizou-o por suas qualidades pessoais, imprescindíveis para o alcance da chefia política, individuando-o em sua narrativa. A análise foi feita tendo em vista a pessoa de Abílio Wolney na condição de um rico coronel que, todavia, tinha seu poder condicionado à região mais pobre de Goiás e que se dispôs ou foi indisposto com outros coronéis mais influentes, posto serem estes últimos os mandatários de regiões mais ricas. A referida indisposição do coronel Abílio com a oligarquia estadual foi crucial para a irrupção dos conflitos em razão do contexto político goiano à época, mas tendo em vista a fugacidade do presente para sua devida compreensão não há que se aludir a um comprometimento moral dos coronéis em relação aos assassinatos de seus familiares.

Toda a narrativa de Doles se apóia no tempo, ou melhor, segue o tempo. Ano a ano e, até mesmo, encadeando os meses para melhor mostrar ao leitor a construção dos eventos de maneira ordenada e compreensível. Obviamente que a possibilidade desta narração se dá num futuro bastante afastado dos acontecimentos. Seu ensaio é de 1977 e teve acesso a diversas outras narrativas sobre os eventos ocorridos no Duro, todavia, sua intenção não era de, explicitamente, compreender os eventos descritos n’ *O Tronco* que fizeram com que a localidade da Vila de São José do Duro fosse conhecida nacionalmente, era antes, questionar o “caráter do mandonismo e a tipologia do coronel ali presente.” (DOLES, 1977, introd.), donde o título do ensaio dá a indicação do que foi encontrado ou do que esperava encontrar como resposta à pesquisa ou, mais provável, do que foi de fato analisado: os aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás. Ou seja, a pesquisadora partiria dos aspectos econômicos e sociais gerais – do coronelismo no Estado de Goiás – para caracterizar os mesmos aspectos particulares – no coronelismo existente na Vila. O ponto de partida da pesquisa leva, também, ao ponto de chegada, pois conclui que em *todos os estudos* há uma clara relação “haver, ser, poder” (DOLES, 1977, p. 07).

A contextualização realizada explicou os eventos “dentro do contexto de sua ocorrência” (WHITE, 1992, p. 32), isolando, do campo histórico para análise, a forma da organização e tentativa de estruturação da política vigente no Estado, tecendo os fios,

como explica Hayden White (1992, p. 33), para trás e para frente, de modo a se determinar as origens e impactos, respectivamente. “[...] o contextualista insiste em que “o que aconteceu” no campo pode ser explicado pela especificação das inter-relações funcionais existentes entre os agentes e agências que ocupavam o campo num dado momento.” (WHITE, 1992, p. 33) A funcionalidade está evidenciada também no tripé que compõe o fenômeno coronelista que abarca o âmbito federal, estadual e municipal: apenas a reciprocidade e correto funcionamento das partes não faria desmoronar o conjunto. A adoção da estrutura trágica de enredo para mostrar as rupturas apresenta um desenvolvimento processual e em desenvolvimento da realidade histórica, portanto, passível de mudanças que ainda não ocorreram, mas que estão em movimento. Fosse o conservadorismo a postura ética da autora, poderia ter narrado um final cômico para Abílio Wolney, tornando-o alguém que se conciliou com o passado e voltou ao poder, conservando as estruturas; fosse seu posicionamento ideológico radical, a trajetória do antigo poderoso da Vila do Duro permaneceria como uma “radical ruptura” com o passado rumo a um futuro modificado por suas ações presentes, não havendo, pois, qualquer espécie de conciliação. No entanto, a historiadora segue outra via para explicar o enredo que constrói. Sua argumentação sobre o desenvolvimento dos eventos que leva à modificação da vida política do coronel recai sobre o tempo, ou melhor, sobre o contexto histórico, o que fica mais evidenciado na frase que toma de empréstimo a Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p.230 apud DOLES, p. 30), afirmando que “a era do coronel no Brasil ainda não se tinha fechado”, ou seja, apesar de toda a tragédia ocorrida, o retorno do coronel Abílio Wolney a cargos políticos, – apesar de agora exercê-los em outro estado – fora possibilitado não porque o mesmo se conciliou com o passado e nem porque rompeu em definitivo com o estado presente das coisas, mas porque um determinado tempo estrutural do passado ainda estava presente.

Ainda estava presente, mas iria passar: esta afirmativa não foi feita explicitamente por Doles, mas subjaz na citação emprestada de Queiroz. O tom otimista da autora está justamente no enfoque que dá à possibilidade futura de mudanças estruturais, ou seja, com relação ao fenômeno coronelista, mas também, de mudanças humanas já em curso, pois este é seu último apontamento referente à Wolney.

O perfil dele traçado por Juraci Magalhães, é digno de menção, pois o perfila “entre os coronéis dignos, entre aqueles que jamais usaram o prestígio para tirar proveito pessoal. Wolney sempre pensou na coletividade e no interesse desta, os mais legítimos.” (DOLES, 1977, p. 30)

Assim, para Doles, *a tragédia que envolveu a vida de Abílio Wolney, ao final, ensinou-lhe a melhor viver, como fez Bernardo Élis na narrativa d'O Tronco com Vicente Lemes*. O melhor viver, no caso do coronel, está na construção de novos valores e procedimentos que adotou junto à coletividade. Conforme se pode inferir do que foi dito por Juraci Magalhães⁵¹, os interesses pessoais foram exilados da vida política de Wolney.

Depois de 1937 perdi Abílio Wolney de vista, mas dos contatos que tive com ele, guardo até hoje boas lembranças. Jamais estive no Palácio do Governo para falar com o interventor e fazer pedidos pessoais, para si, para amigos, parentes ou correligionários. Pedia, sim, para o município: estradas, escolas, verbas para iluminação pública, enfim, tudo aquilo que o município necessitava. Era um homem honesto. (MACEDO, 1980, p. 73)

Cabe ressaltar que Abílio foi prefeito em Barreiras no governo de Juraci Magalhães que o via como um exemplar chefe político e tendo sido, este último um dos interventores estaduais de Getúlio Vargas daquela época, faz questão de esclarecer que:

A Revolução de 30 marcou o fim dos “coronéis” caudilhos, mas os verdadeiros chefes políticos sobreviveram e continuaram servindo ao povo com abnegação, merecedores de respeito. Ainda hoje há homens que já não se intitulam “coronéis”, mas que continuam com aquela vocação de servir ao próximo que os impõe para o exercício da liderança política, sempre tão exigente. (MACEDO, 1980, p. 74)

O tempo cronológico na narrativa de Doles está tão estruturado que condiciona as próprias mudanças, parecendo amalgamar o ser humano e o ambiente, mas que pelo direcionamento de sentido dado por meio das datas que estão em seu texto, retira a significação do humano e direciona-a rumo ao relógio, tornando o tempo bastante lento. Sua narrativa é densa, pesada e, embora curta, custa a passar tão repleta de dados e conexões se apresenta. Da mesma maneira, evidencia que a própria “mentalidade” que é inerente à condição do coronel ainda permanece, mesmo quando as condições para o exercício da política de domínio absoluto se modificam. Apesar disso, otimistamente, seu olhar está voltado para o futuro. Se o foco narrativo que prevaleceu em sua análise foi o de Abílio Wolney, o fez para compreender o tipo de coronelismo existente no nordeste goiano, – caracterizado pela autora como coronel de uma sociedade pré política –, mas por ele não explicitou simpatias, não construiu para seu principal protagonista o papel de herói, o que poderia ter feito sem mudar os fatos, mas apenas a forma de contar. Foi antes alguém que foi derrotado e “cumpru a sina dos vencidos.

⁵¹ A edição de Macedo utilizada por Dalísia Doles é de 1976 onde a citação de Juraci Magalhães que utilizou encontra-se entre as páginas 61 a 64. A edição que utilizo é de 1980 e a citação feita pela autora está na página 75 e faz parte do perfil feito pelo antigo governador da Bahia sobre Abílio Wolney contido entre as páginas 72 e 75.

Embrenhou-se pelo sertão [...]” (DOLES, 1977, p.28), não sendo este destino a decorrência de ações justas, apesar de poderem ser justificadas pelo contexto sócio-político existente à época. Parte do otimismo de Doles está justamente na demonstração moral do que podem resultar as lutas desmedidas pelo poder, especialmente quando há diferenças econômicas envolvidas. A tragédia construída por Doles tem valor moral, quer, também, ensinar: Bernardo Élis, teria usado o bom exemplo e, portanto, o que se deve fazer, enquanto Dalísia Doles optou pelo mau exemplo e, se não ponderou, por um lado, o que não se deve fazer, textualizou, por outro, os resultados dos que optam por este caminho.

Fazer de Abílio Wolney um herói poderia ser facilmente realizado, bastaria que se retirasse a primazia do meio condicionado por um tempo específico e passá-la para o indivíduo, ainda que permanecesse como um dos muitos representantes do grupo coronelista. Lena Castello Branco Ferreira Costa (1978) assim o fez em relação a dois coronéis que estudou: um de Meia Ponte, hoje Pirenópolis e outro, do Meio-Norte (Maranhão e Piauí). Do primeiro caso conclui:

Em Goiás, a regra geral foi a decadência irreversível dos arraiais mineiros. Dentre as poucas exceções, Meia Ponte evoluiu da economia mineradora para a agropastoril, sem experimentar maiores abalos, graças a uma série de fatores que vão de sua localização então privilegiada – no entroncamento de estradas – à atuação da liderança pessoal exercida por um comerciante, *doublé* de agricultor bem sucedido, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira. (COSTA, 1978, p. 73)

Quanto ao segundo coronel, a citação será mais extensa, mas necessária para tentar analisar o quanto a construção de uma estrutura de enredo com uma determinada elaboração argumentativo/explicativa orienta uma forma específica de implicação ideológica, ou seja, em relação às mudanças desejadas ou rechaçadas em concordância com as orientações temporais narrativas.

Domingos Pacífico [Castello Branco], até certo ponto, representou a ambivalência dessa realidade. Dentro dos limites possíveis da consciência de latifundiário, esposou ideias de progresso e de modernização da sociedade em que viveu. Não refugiou, porém, às condições inerentes ao *coronelismo* e, nas relações com os agregados e com a terra, manteve o *status quo*. Embora aspirasse à industrialização, enredou-se nas dificuldades de obtenção de matéria-prima, de transporte e de comercialização. Em certos aspectos, esteve à frente do seu tempo e do seu meio social. (COSTA, 1978, p. 178)

Em outros termos, mesmo com todas as limitações e vícios advindos da condição de coronel, além das dificuldades logísticas pelas imensas distâncias e precariedade de transporte, o coronel estudado por Lena Castello Branco conseguiu o

prodígio de estar à frente de seu tempo e meio social. Logo adiante, a historiadora, inclusive aproxima sua narrativa do coronelismo dos moldes discursivos do antigo interventor da Bahia, Juraci Magalhães, pois, de acordo com seus estudos o que afirma em relação à Domingos Pacífico é que:

Exercia as atribuições que lhe competiam como coronel dentro de uma perspectiva de *dever de status*, decorrente da sua posição na sociedade, responsabilidade pessoal que lhe exigia serviços e doações, mesmo inexistindo recompensas. Mais *dom* do que *contradom*. (COSTA, 1978, p. 179)

Voltando a Dalísia Doles cumpre, portanto, observar a orientação temporal que a levou a ter um posicionamento liberal em sua narrativa sobre os eventos na Vila de São José do Duro. Sua narrativa é feita tendo em vista o futuro não apenas dos acontecimentos, mas do presente do qual ela mesma vive. Não narrou acerca de ruptura radical do fenômeno coronelista, como afirmou em princípio, mas de mudanças que vão, paulatinamente, ocorrendo em seu interior. As condições que relata estão em processo de mudança. O passado que ainda está presente em sua narrativa, *ainda* não passou, mas está passando e será deixado para trás. A instituição política será melhorada, modificada, mas não destruída. Em momento algum em toda a sua narrativa questiona a própria instituição, mas a forma como é gerida a coisa pública. As necessárias mudanças institucionais levarão pouco a pouco às, também, imprescindíveis modificações culturais.

Assim, também, no momento em que a autora adjetiva a adesão de Abílio Wolney a causas retrógradas, não apenas mostra um posicionamento seu acerca do que ela própria entendia sobre a Coluna Prestes, mas também sua concepção sobre o tempo. Dirigir o olhar ou a expectativa ao passado era, para a autora, um procedimento ineficaz para a mudança social e aquele que desta maneira empreendesse era não apenas um conservador, mas um retrógrado. Wolney era contemporâneo à Coluna Prestes, Doles não; assim o que a autora adjetiva valorativamente de retrógrado, era passado para si e não para os personagens daquela época. As aprendizagens do presente não podem levar em direção ao passado, mas ao futuro. As mudanças, portanto, devem ser buscadas no amanhã e institucionalmente por meio de reformas e coligações partidárias. Se Abílio Wolney estava modificado pela tragédia que ocorrera em sua vida, suas atitudes deveriam levá-lo a abandonar o passado para viver o presente visando o futuro.

Tenho a possibilidade, com este exemplo, de compreender as valorações positivas dadas ao passado por alguns, bem como, a necessidade de outros de torná-lo

inútil ou, até mesmo, perigoso. O antigo coronel da Vila de São José do Duro que teve diversos familiares mortos por representantes da força pública do estado goiano e foi posteriormente perseguido pelos mesmos, ainda foi responsabilizado pelo Estado como o único causador das mortes dos seus; assim é compreensível que não rechace o passado, sua Memória, sua história. Mais do que isso, a modificação de sua maneira de conceber o tempo apenas seria possível se tivesse modificado sua visão de mundo e, pensando em termos políticos, permanecia como mais um político na estrutura coronelística; suas concepções temporais eram mesmo conservadoras e, se se levar em conta que o seu passado era mais glorioso do que seu presente, obviamente que sua postura teria que se dar pela tentativa do retorno das composições passadas.

Enfim, a estruturação da narrativa de Doles que mostra sua visão trágica de mundo não a leva ao radicalismo esperado, antes, apenas configura sua maneira de contar o vivido, pois esta é a forma que percebe o mundo e, conseqüentemente, a maneira que honestamente intenta utilizar para explicá-lo; mas, por explicar o desenrolar do movimento humano circunscrito por delimitações e condicionamentos temporais e espaciais, não o percebe totalmente livre para agir no presente. Há a necessidade de modificações estruturais para que haja também as modificações nas consciências que, de qualquer forma, devem permanecer acreditando, serena e otimistamente, na possibilidade de mudanças no futuro. *E se, tanto no modo de elaboração de enredo quanto no modo de argumentação, Doles e Élis se equiparam, levando-os ao alcance da mesma implicação ideológica, seria, pois de se esperar que ambos contassem a mesma história, mas isso não ocorre. O que os difere, neste caso, são os diferentes focos narrativos que tomam para proceder suas escritas.*

O tempo é o objeto da história narrada por Palacín e isto o autor torna claro ainda na introdução de sua obra quando explica que contará a história de uma região, de uma cidade e de um homem num “longo período do padre João (1897-1947)” (p. 05) e que “este período, ou época, das revoluções no extremo norte goiano constitui o objeto desta história.” (p. 06) Entendo, portanto, que com esta afirmação do autor não restem dúvidas de que suas questões se dêem para explicar o tempo e a partir desta compreensão tentar perscrutar o humano não em sua individualidade, mas em sua universalidade. Ao citar, expressamente, o estudo de padre João como o estudo de um caso está afirmando que sua postura será de tratá-lo como um indivíduo, mas o tratamento que lhe confere ao longo de sua escrita não o torna singular, mas o representante de um tipo, ou melhor, representante de um dos tipos de coronéis

existentes no período de estrutura coronelista, pois é isto o que importa à Palacín que visa discutir o tempo longo, o tempo das estruturas. Para discutir a estrutura do sistema – sua constituição e funcionamento – que em seu entender é social, analisa a conjuntura política fazendo uso, para tanto, de eventos. Assim, os eventos que trabalha são para a compreensão da concretude das práticas cotidianas, mas que por sua fugacidade não podem constituir objeto para a discussão histórica. As referências e inferências quanto aos acontecimentos na Vila de São José do Duro, realizadas pelo autor ao longo do texto, têm por objetivo demonstrar as repetições de fatos numa determinada estrutura, bem como, as ligeiras modificações que vão ocorrendo de acordo com a conjuntura.

Este procedimento é explicado pelo próprio autor em uma comparação que faz com a época que lhe precede. No século XIX, época quando “a história tentou *eleva-se de narração* dramática do passado humano, [...] *à categoria de ciência*, apoiava suas pretensões de cientificidade na elaboração teórica e prática do método da crítica histórica, então recém-descoberto.” (PALACÍN, 1990, 146, grifo meu) E se no passado a história conseguiu seu status científico, em grande parte, devido à crítica ao testemunho individual, prova de rigor e garantia da verdade em relação ao passado, Palacín contrapõe ao modo de fazê-la nos tempos em que ele mesmo escrevia.

Hoje o fato individualizado perdeu o protagonismo na elaboração histórica, substituído pela criação mental de categorias de análise mais amplas como a estrutura, e a conjuntura, e a crítica do testemunho individual foi sendo substituída pouco a pouco pelas técnicas de construção do fato repetitivo, que está na base das permanências estruturais e dos movimentos conjunturais. (PALACÍN, 1990, p. 146)

Aqui se encontra o fator que, de acordo com Palacín, levava cientificidade ao estudo e escrita da História: a criação mental de categorias de análise. Os fatos individuais não foram condenados ao esquecimento, apenas perderam a primazia que tinham com a chamada História Tradicional e que terminavam por, de acordo com seus críticos, se transformarem numa miscelânea confusa e desconexa de eventos. No tempo da escrita de Palacín, o que poderia explicar as realidades na ciência histórica eram as categorias de estrutura e conjuntura para a discussão das permanências e das mudanças, sendo que tais aspectos só poderiam ser observados, analisados e discutidos “pelas técnicas de construção do fato repetitivo.”

Importante observar que suas análises sobre o passado estavam amparadas pelas três velocidades ou durações de tempos criados por Fernand Braudel (2014): o tempo longo, com menor velocidade das estruturas, que utilizou para o coronelismo em seus

aspectos sociais e políticos; o tempo médio, com velocidade ainda bastante lenta, mas que vai dando a ver as mudanças e que utilizou para tratar as revoluções; tempo curto, do instante, da ação, rápido, o qual trabalhou os eventos que envolveram o padre João e por analogia, aos outros coronéis que citou, incluindo Abílio Wolney. Seguindo esse modelo de análise não passa uma visão de sociedade imóvel e, portanto, sem historicidade, embora com estruturas tão consolidadas que durante a maior parte de sua narrativa trabalha com o tempo sincrônico, ou seja, o contexto histórico dos eventos, iniciando, porém, pelo passado mais distante e chegando ao mais recente que deu ensejo às revoluções. Ou seja, ao iniciar a narrativa por um passado bastante distante para representar o panorama sócio-geográfico do espaço social que iria narrar fez da diacronia a base para evidenciar a sincronia. Assim, conseguiu um efeito de tempo que, embora muito lento, vai sofrendo pequenas modificações. A construção de uma narrativa linear foi importante para demonstrar esta evolução que pretendeu com a diacronia, embora a sincronia tenha prevalecido para mostrar a força das estruturas. As demonstrações que o historiador fez quanto à menor complexidade do norte do estado em relação ao sul estão justamente colocadas em relação ao tempo. Braudel (2014) afirmava que para se estudar as sociedades mais complexas, a análise do tempo diacrônico se fazia de uma necessidade inarredável, sendo assim, Palacín usa pouco esse tempo para seu trabalho em relação ao coronelismo no norte do estado – que entende ser menos complexo do que o sul –, ainda que o tenha utilizado com relativa largueza para tratar das diversas repetições das revoluções.

Mesmo expondo a menor complexidade social do norte goiano, em razão de sua geografia que a mantém mais afastada dos centros urbanos mais complexos, articula as diferentes durações desse tempo dentro de sua narrativa, realizando uma dialética das durações: todo o primeiro capítulo é a exposição do tempo longo, do panorama, do meio geográfico e cultural; no segundo capítulo expõe uma síntese da estrutura temporal trabalhada no primeiro capítulo e relaciona-a a conjuntura, além dos eventos relacionados à primeira revolução; no capítulo três e quatro, se debruça sobre a segunda e terceira revolução, respectivamente, utilizando para tanto não apenas os eventos, mas as conjunturas em que eles se deram; ao chegar à *Conclusão* retorna as estruturas do tempo longo. Em suma, inicia sua narrativa pela estrutura e após todas as análises e exposições de conjuntura e eventos, retorna à estrutura para mostrar os limites que não puderam ser ultrapassados pelas revoluções. O sistema coronelista não teve fim com as revoluções, nem mesmo com a de 30, que isto prometeu, mas que ao contrário, afirma o

historiador, apenas com o término de si – da Revolução de 30 –, levou consigo os coronéis que assimilara. Assim, fica claro que as estruturas coronelísticas não foram modificadas pelas revoluções, ou seja, pela conjuntura, como também não foram pela repetição dos eventos das ações humanas.

No intuito de representar a lentidão das estruturas, Palacín que trabalha com a construção dos fatos repetitivos consegue, ao mesmo tempo, imprimir rapidez à sua narrativa, demonstrando tanto continuidade quanto descontinuidade. Ítalo Calvino (1990b) explica que quando uma história se prolifera, ou seja, se multiplica em outras com formas semelhantes ocorre uma dilatação do tempo.

A arte que permite a Sheherazade salvar sua vida a cada noite está no saber encadear uma história a outra, interrompendo-a no momento exato: duas operações sobre a continuidade e descontinuidade do tempo. É um segredo de ritmo, uma forma de capturar o tempo [...] (CALVINO, 1990b, p. 51)

A dilatação do tempo, portanto, é executada pelo jesuíta a cada vez que busca a similaridade do coronelismo no norte de Goiás, ou seja, ao representar o peso das estruturas sob a forma da repetição dos fatos em um tempo que não faz parte do período escolhido como seu objeto de análise, como é o caso de São José do Duro. Da mesma maneira que consegue a dilatação do tempo pela representação dos fatos repetitivos, consegue também imprimir movimento, mesmo numa estrutura pesada.

A rapidez e a concisão do estilo agradam porque apresentam à alma uma turba de ideias simultâneas, ou cuja sucessão é tão rápida que parecem simultâneas, e fazem a alma ondular numa tal abundância de pensamento, imagens ou sensações espirituais, que ela ou não consegue abraçá-la todas de uma vez nem inteiramente a cada uma, ou não tem tempo de permanecer ociosa e desprovida de sensações. [...] A excitação das ideias simultâneas pode ser provocada tanto por uma palavra isolada, no sentido próprio ou metafórico, quanto por sua colocação na frase [...] (CALVINO, 1990b, p. 55)

Ao fazer analogias com a narrativa de Bernardo Élis, está Palacín, portanto, imprimindo maior aceleração em sua própria narrativa e ao dilatar a própria estrutura temporal com que trabalha, torna-a, simultaneamente, mais rápida narrativamente, mas também mais pesada e mais difícil de mover. Em outros termos: ao variar as conjunturas, ao invés de mostrar um pouco mais de leveza, imprime ainda mais peso às estruturas que não passam. Assim, o tempo funciona como um elemento que exprime a própria sinergia do sistema coronelista, ou seja, o bom funcionamento de suas partes. A forma que o historiador explica o coronelismo é por meio do tempo e este se desenrola em sua narrativa de forma orgânica. Esta maneira de enredar o próprio tempo não deixando passar, apresenta a postura conservadora do autor em relação à própria história

humana, pois, conforme já visto com Hayden White (1992b), toda ideologia tem uma ideia específica de história, bem como, toda ideia de história contém implicações ideológicas.

Luís Palacín, de modo diverso a Bernardo Élis que necessitou mudar os tons de sua narrativa para dar à sua história o alcance que pretendia, seguiu sua trajetória de escrita sem maiores percalços. Seu olhar a partir das instituições, assim como o de Guilherme Coelho, sem dúvida alguma facilitou a construção do enredo cômico que ao explicar os eventos organicamente, levou-o a desenvolver em seu texto uma ideologia contrária a mudanças. Interessante observar que se, por um lado, Palacín sequer citou o nome ou a obra de Coelho, suas narrativas convergem quanto às impossibilidades de mudanças a serem feitas pelos seres humanos, pois suas visões de mundo e história são também convergentes. *Quanto a Bernardo Élis, com quem concorda em todas as ocasiões em que o cita, suas narrativas são díspares, pois suas visões de mundo e história são divergentes. Obviamente que a concordância de Palacín com o literato é feita em consonância com a leitura que fez d'O Tronco: uma comédia que não conseguiu modificar ou abrir possibilidades para a mudança da realidade.*

Afirmar que o texto narrado por Palacín resulta de uma ideologia contrária a mudanças, não equivale a afirmar que o narrador não tenha representado as mudanças ocorridas, pois ao longo da narrativa, diversas vezes o movimento está colocado. Apenas, corresponde a observar que o autor por ter uma ideia de história sistêmica dá às mudanças uma espécie de naturalidade, como se ocorressem por forças anônimas e não claramente humanas. Aliado a isso, pode também ser visto em sua escrita um desejo de permanência, ou melhor, a convicção de que a mudança não gera bons resultados, como é o caso da comparação do sul e do norte do estado quando aponta que as mudanças no sul levaram a exploração do trabalho de uma maneira que não ocorreu no norte, não contaminado pelo “vírus da discórdia”; é como se o norte do Estado fosse mais puro, justamente por ser menos contaminado pelas egoístas mudanças feitas pelos homens.

Coronelismo no Extremo Norte de Goiás é uma narrativa em que seu todo se orienta do passado para o presente dos acontecimentos e não o presente do historiador e isto, ou seja, o silenciamento sobre intercurso entre os eventos tratados e o momento da escrita é, também, significativo. A obra de Palacín foi publicada em 1990 e nesse intervalo muita mudança ocorreu no Estado de Goiás: a capital federal e a capital goiana foram construídas e transferidas, as ditaduras do Estado Novo em 1937 e dos militares em 1964 para citar apenas acontecimentos reconhecidos pela historiografia como tendo

ocasionado significativas mudanças na região. Mudanças ou desejos por mudanças faziam parte do panorama que ele próprio vivia, mas nada disso entra em sua narrativa, o único momento em que aduz ao presente vivido é feito em relação às próprias pesquisas, mas sempre dentro de um espaço que parece ser a própria Boa Vista, como no trecho adiante: “Fora disto, uma única coisa há na igreja e na cidade, comentava conosco nosso interlocutor o senhor Adriano, que lembra a presença do padre João: o relógio da torre.” (PALACÍN, 1990, p. 214) O silêncio, segundo Palacín (1990, p. 107 e 108), só pode ser empregado se não existe o fato, portanto, seu próprio silenciar sobre quaisquer mudanças estruturais (que tenham ocorrido entre o tempo narrado e o tempo da escrita) ficou apenas na forma de uma pista: que com o fim da Revolução de 30 foram embora, também, os coronéis. Depois disso, só restou o silêncio.

Paul Veyne compreende a História como uma narrativa verídica de eventos que são apreendidos sempre de forma indireta, ou seja, por meio de indícios. “A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos.” (VEYNE, 2014, p. 18) Esse trabalho que o historiador empreende junto aos documentos tem o interesse unicamente voltado para a verdade. Esta é uma diferença que o autor aponta quanto ao historiador em relação ao romancista. O primeiro é dispensado ser “cativante”, podendo até mesmo ser “enfadonho”, pois o que objetiva é a verdade, enquanto o segundo não pode ter esse desprendimento. O único critério a ser seguido para a inclusão pela História é que realmente tenha acontecido, sendo que os vazios, as lacunas que houverem, dificilmente são notadas pelo leitor, pois este confia no historiador como o faz também com o romancista; se não há escrita sobre algo durante um determinado decurso temporal é porque este tempo lacunar foi, para o leitor, vazio de eventos.

A narrativa de Palacín não é apenas rica de eventos, mas também envolvente em sua forma. Para demonstrar a rigidez estrutural utiliza-se dos fatos que se repetem em tempos e lugares diferentes – embora sempre no norte goiano –, bem como, na intenção de mostrar a maior pureza dos moradores do norte aduz as maiores dificuldades em que vivem e, sobretudo, para mostrar a permanência do tempo, da matéria e das mentes utiliza o conceito de revolução. Não define o conceito com o qual trabalha, não o contrapõe ou justapõe aos modos que o mesmo é utilizado por outros historiadores, como fez Doles com coronelismo, por exemplo. Sua narrativa é, contudo, uma demonstração que estas revoluções não foram instrumentos para a mudança, mas para a permanência das estruturas. O progresso na História se dá a partir do estabelecimento de que “nada é evidente por si mesmo, pois nada é eterno” (VEYNE, 2014, p. 177),

cabendo ao profissional da História analisar os conceitos utilizados no passado e modificá-los, não de qualquer forma, mas de maneira de explique os próprios conceitos e não mais os fatos. Para Veyne, a história é não-factual, “a história factual é a atualidade política requeitada.” (VEYNE, 2014, p. 178) O trabalho de intermediação das fontes é que leva o historiador a tornar factual sua narrativa, se apenas ficasse nas fontes sua percepção não mais seria que àquela que os atores tinham das épocas em que viviam. O que faz avançar a História e o debate sobre ela não é o estudo mais ou menos aprofundado das fontes, mas a introdução de novos e mais bem elaborados conceitos.

A revolução se tornou o meio normal de solucionar as tensões políticas e sociais. Boa Vista e seu povo, os boavistenses, passaram, assim, a ser vistos no Estado como o protótipo do povo por essência revolucionário; embora este qualificativo, para todos indiscutível, recebesse na controvérsia política as mais opostas valorações morais: [...] (PALACÍN, 1990, p. 05)

O autor continua a explicar que os que se opunham ao governo valoravam positivamente as revoluções de Boa Vista, já “os aliados ao poder” se colocavam contra os revolucionários e compreendiam a revolução de maneira negativa. Apesar de afirmar que o qualificativo “revolucionário” era para todos indiscutível e, portanto, provavelmente, concordava que se tratava de um conceito que imprimia movimento e luta contra a opressão, não realizou ao longo do texto esta valoração positiva, pelo contrário, o sentido que deu ao conceito na narrativa que produziu, é o de instrumento de luta pela perpetuação do mando. Não houve, em nenhuma das revoluções, mudança do regime coronelista, o poder não mudou de mãos, o povo não foi chamado a buscar transformações sociais. A participação popular só aconteceu por força da violência e da ameaça, sendo obrigados a lutar pelos coronéis. A elaboração narrativa empreendida pela construção de repetição de fatos levou o autor a não elaborar a “circunstância atenuante de sua fugacidade.” (KUNDERA, 1984, p. 08) no que se refere ao próprio conceito de revolução. Apenas ao final do texto parece ter se libertado das amarras que as constantes repetições lhe impingiram e não julga o padre João após sua morte, quando a vida, efêmera, passou. Todavia, o que custa a passar, como ocorre com a estrutura coronelista, torna-se muito pesado, perdurando a sensação mesmo depois de finda a leitura. Com as palavras de Milan Kundera, finalizo o que, a meu ver, ficou representado pelas revoluções em Boa Vista com a figura do padre João e, em São José do Duro com o coronel Abílio Wolney, por intermédio da narrativa de Luis Palacín.

Se a Revolução Francesa tivesse que se repetir eternamente, a historiografia francesa se mostraria menos orgulhosa de Robespierre. Mas, como ela trata

de uma coisa que não voltará, os anos sangrentos não são mais que palavras, teorias, discussões – são mais leves que uma pluma, já não provocam medo. Existe uma enorme diferença entre um Robespierre que não aparece senão uma vez na história e um Robespierre que voltasse eternamente cortando a cabeça dos franceses. (KUNDERA, 1984, p. 07)

Desta maneira, mesmo com a utilização de um conceito que denota movimento o autor narrou o estático e o permanente, dando a ver que sua consciência sócio-temporal estava imbuída com a ideia de preservação e conservação estrutural. Drásticas transformações ou não tão grandes assim, mas feitas por mãos humanas não seriam bem-vindas, mesmo porque as revoluções não têm vontades outras que não apenas as suas. Afinal, “A Revolução se exige e se justifica a si mesma. Como todas as revoluções.” (PALACÍN, 1990, p. 182)

Da concepção de mundo e de tempo de Palacín decorrem sua forma e orientação narrativas. Construiu uma narrativa sobre “a possibilidade parcial de libertação dos homens da condição da Queda, e de alívio provisório do estado dividido em que os homens se acham neste mundo.” (WHITE, 1992b, p. 24) O mundo teria uma dinâmica própria e as mudanças bruscas eram distúrbios advindos da própria natureza humana, como a violência, comum a todas as pessoas. Para o apaziguamento, deu peso menor aos eventos do que às estruturas, tornando o tempo e, não o homem, o controlador das mudanças. Assim, sua narrativa rumou para uma comédia com ideologia conservadora, onde o apaziguamento dos conflitos se deu pela impossibilidade de mudanças, demonstrando que o tempo é Senhor do homem e não o contrário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escritas e reescritas sobre os acontecimentos na Vila de São José do Duro foram analisadas neste trabalho no intuito de compreensão do que as enseja nos dois momentos. Os acontecimentos desenrolados entre 1918 e 1919 originaram fundas marcas na memória do povo daquele local, cicatrizes que ainda hoje, por meio de uma ou outra lembrança voltam a marejar, denotando a força das dolorosas narrativas dos familiares. Acreditam que em contraposição à Memória que construíram está o romance de Bernardo Élis que conseguiu com a Literatura se sobrepor às memórias e ser modelo para a História. Suas percepções foram ainda mais aguçadas com a inclusão da narrativa bernardiana nas telas do cinema, pois a partir desta divulgação o drama vivido pelos moradores do Duro ficou conhecido nacionalmente e, de acordo com os familiares que ingressaram com a ação na justiça, por um viés não verídico, uma narrativa parcial. As lutas que continuam a empreender para o reconhecimento da própria memória têm em vista reescrever o que se conhece da História do coronelismo no antigo nordeste goiano, hoje no estado do Tocantins.

As possibilidades de reescrita da História estão abertas e em curso, pois se a própria história é dinâmica sua escrita também o é. Minha indagação inicial provinha exatamente de entender como um mesmo acontecimento com o mesmo uso de fontes podia ensejar tantas narrativas contraditórias e como algumas destas eram mais aceitas do que outras como melhores representações do passado. Minha hipótese de que seriam as identidades existentes entre as diferentes narrativas quanto às concepções de história e de tempo dos autores se confirmou, mas também se revelou insuficiente, pois em alguns autores onde ambas as concepções se equivaliam ainda foram encontradas profundas diferenças, como entre as narrativas de Dalísia Doles e Bernardo Élis e entre Guilherme Coelho e Luis Palacín. Os primeiros narraram tragédia e romance trágico, respectivamente, com orientação ético-ideológica liberal; enquanto os segundos narraram comédias com ideologia conservadora. As diferenças narrativas nos dois grupos, além das existentes por divergentes concepções de mundo e tempo, se deram pelos diferentes focos narrativos que trabalharam.

Doles, ao longo de todo seu ensaio demonstra que a estrutura narrativa inscrita em sua consciência é aquela contada por Bernardo Élis. Partiu do mesmo evento colocado n' *O Tronco* como o detonador dos conflitos posteriores e orientou os acontecimentos de forma trágica, de maneira a empreender uma visão otimista sobre as ações humanas. Em ambos, as lutas mesmo quando derrotadas, abrem perspectivas de

mudanças futuras e possibilitadas pelos seres humanos que, mesmo quando perdem, ganham em aprendizado. Embora Doles e Élis tenham construído narrativas com modos de enredo e de argumentação semelhantes, o que levou à mesma implicação ideológica, contaram diferentes histórias, pois tiveram diferentes focos narrativos.

Já Luis Palacín, construiu uma narrativa bastante diferente de Bernardo Élis, pois suas concepções de tempo, mundo e humano são diversas. Apesar disso, demonstrou ter por modelo a estruturação narrativa de *O Tronco*, utilizando-a como uma modelo da repetição na história que ele próprio contava. A leitura que fez de Élis o levou a compreender que ambos contaram uma história que não percebia possibilidade de mudanças feitas pelos seres humanos. Para Palacín, tanto ele quanto Bernardo Élis narraram comédias, confirmando a assertiva de Calvino que “Quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido.” (CALVINO, 1990a, p. 123). Além das diferentes concepções de história e tempo dos autores que os levou a empreenderem diferentes modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica, também seus focos narrativos são distintos. Assim, seria impossível contarem a mesma história, mesmo que o jesuíta espanhol tenha narrado acerca das revoluções de Boa Vista como comédias precursoras dos eventos da Vila de São José do Duro tecidos em *O Tronco* pelo literato goiano.

Todos os autores elencados neste trabalho têm uma visão particular quanto ao que ocorreu no Duro, inclusive no que toca à responsabilização das mortes ocorridas, embora partam das mesmas fontes. As interpretações dos autores têm que ver com a maneira que percebem o mundo e o humano, assim, é impossível que realizem narrativas iguais. O meio em que vive cada autor também lhe condiciona senão a consciência, mas o rumo que, por vezes, impõem às finalizações de suas histórias. As narrativas além de não serem claras linguisticamente, pois eivadas de conceitos interpretáveis, também não estão completamente isentas de interesses políticos e, mesmo, partidários. Empreender, portanto, um trabalho de análise das narrativas não foi um exercício que me levou, nem mesmo a rasas certezas, mas a profundas dúvidas quanto ao ofício do historiador. A honestidade dos autores não foi uma dessas dúvidas, ao contrário, suas convicções têm que ver com o que encontraram nas fontes e como as leram tendo em vista o foco narrativo que adotaram e imbuídos de suas visões de mundo e de tempo. Justamente por estarem convictos de sua correta visão é que abalizam as narrativas mais aproximadas às suas, não se tratando de tentativa de manipulação, mas de coerência. Sendo assim, a diversificação narrativa

sobre os acontecimentos no Duro é produto de diferentes maneiras de perceber o vivido, de diferentes modos de explicar a realidade, de diferentes concepções temporais e ideológicas, de diferentes pontos de observação. Todos esses fatores, juntos e separadamente, respondem a questão do porque algumas narrativas são aceitas como melhores representações do passado do que outras e que tem que ver menos com fatos gerais do que os valores individuais que são atribuídos ao mundo e ao humano.

Apesar da justa indignação dos familiares dos moradores chacinados na antiga Vila prevalece, ainda hoje, como modelo para a História o romance de Bernardo Élis. A razão não é tão difícil de ser compreendida. A História não adotou a narrativa de Bernardo Élis por comodidade ou interesse, mas porque o romancista conseguiu a proeza de não fazer uma narrativa unilateral, apesar de parcial. Com a adoção de vários focos narrativos, embora tenha se atido na maior parte do tempo à apenas um, conseguiu dar a dimensão do cotidiano nos rincões do nordeste goiano que, embora possa ser lido como específico, dá a visão do geral da sociedade, onde as relações de poder ocorrem todo o tempo, o que causa nos leitores a sensação de identidade. O maniqueísmo adotado como estrutura narrativa d'*O Tronco* não está restrito a esta obra, pois como ponderou Luis Palacín, a divisão dos homens entre exploradores e explorados era característica comum na Literatura da época do coronelismo. As narrativas daquele período quando retratavam os seres humanos mais afastados dos centros urbanos tinham a tendência a vê-los como parte da natureza e desta maneira os homens e mulheres do sertão denotavam a mesma aridez local; a força da natureza, no entendimento dos autores, embrutecia os seres humanos que lá viviam.

O literato, também, usou uma linguagem muito bem construída do homem sertanejo, mas sem torná-la incompreensível para qualquer cidadão que a leia. Além disso, conseguiu dar à sua narrativa uma realidade que extrapolou o limite do real, pois embora objetivasse escrever uma obra realista em sua composição eivou-a das memórias de suas testemunhas. A memória viva, ativa e dinâmica deu a ver o interior dos personagens, o que não é explícito; demonstrando o funcionamento da vida, das relações e das contradições como verdades vividas e não como representações do real. Assim, a riqueza narrativa de Bernardo Élis é profundamente devedora da memória legada por Guilherme Coelho, bem como de suas outras testemunhas. No entanto, apenas estes pontos não bastam para explicar a primazia da narrativa bernardiana sobre as outras. O modelo de romance usado para narrar parece ser uma das chaves para a descoberta da resposta à indagação feita.

Ao romancear o literato denotou a possibilidade do humano ir além de si mesmo. Se um personagem consegue transcender ao próprio tempo e meio em que vive em busca de justiça, torna possível que outros o façam e, pensando por outro lado, os que não fazem semelhante escolha serão os culpados das mazelas, pois se fizessem as devidas escolhas, a tragédia poderia ser ter sido evitada. Neste aspecto, o romance é sempre perigoso, pois mesmo o rumo trágico seguido não conseguiu destituir de todas as indagações acerca das possibilidades de que o que ocorreu poderia não ter ocorrido. A História não trabalha com “se”, mas o romance vai além da escrita histórica no que tange a construir impressões nos leitores. As impressões que formam e deformam a Memória também formam e deformam a Literatura e, tendo em vista, que conseguem instituir tais marcas por meio da leitura, realizam o mesmo procedimento na História.

O enfoque deste trabalho também esteve voltado a buscar os vínculos políticos das narrativas da Memória e da Literatura. Quanto à Memória narrada por Guilherme Coelho foi feita a consideração de que seus objetivos políticos estavam vinculados à preservação do presente em que vivia, ou seja, em 1936. Sua narrativa abriu espaço para a conciliação necessária das partes que estiveram em disputa pelo poder em 1918, não entre si, evidentemente, mas entre aquelas e o atual governo de Goiás. Pedro Ludovico Teixeira, que ajudou na derrubada da Oligarquia Caiado do poder em 1930, tinha a figura do coronel Abílio Wolney em cargos políticos nomeados pelo interventor baiano e conseguiu, com a publicação de *Expedição*, por um lado, dar espaço para a defesa e ataque da antiga Oligarquia contra os coronéis do nordeste goiano e, por outro lado, demonstrar ao coronel sobrevivente e seus aliados políticos o seu apoio à sua explicação dos acontecimentos pelo silêncio que fez em relação à obra do primo Guilherme Coelho.

Já o romance de Bernardo Élis de 1956 tem ainda mais contribuições a dar para a política goiana e talvez seja daí que tenha tido tanto mais apoio para a divulgação de seu trabalho. Se a obra de Coelho serviu a um tipo de política de conciliação entre os revolucionários de 30 com os antigos coronéis da capital e os do interior, o romance de Élis serviu para a afirmação do projeto de futuro existente em 1956 quanto a necessidade de esquecimento do passado. A fragmentação do poder que existiu, especialmente após a proclamação da república, com os municípios em mãos de coronéis, tinha demonstrado sua inviabilidade para o progresso nacional. O poder político para ser corretamente empreendido para o bem maior dos cidadãos deveria ser ainda mais fortalecido, pois em momentos de necessidade o Estado deveria poder estar

presente, o que não ocorreu à época dos acontecimentos. As mudanças na cultura da sociedade eram mais necessárias do que mudanças políticas para melhor distribuição de renda, política salarial ou quaisquer outros aspectos; afinal, entre os coronéis da capital e do nordeste goiano que estavam em disputa, não havia diferenças econômicas significativas, mas tão somente culturais. Na intenção de modificar essas formas de pensamento advindas dos tempos dos coronéis, o passo a ser dado deveria ser rumo ao fortalecimento do Estado e de suas instituições, visando o futuro.

Se compreender o mundo por meio da linguagem é constituí-lo pelo pensamento que se tem sobre ele, as variadas formas de compreendê-lo são feitas sempre sob o ponto de vista moral, pois o ser humano valoriza tudo o que conhece e é a partir destes valores que realiza suas escolhas. Um romance adota o ponto de vista do humano e este ponto é sempre moral, mesmo que se invista de objetivos de neutralidade. Hobsbawm afirmou acertadamente que a função da História não é julgar, mas compreender, porém perante a Memória, compreender é fácil, difícil é não julgar (1995, p. 15). A função da História é não julgar, mas por ser feita por seres humanos imbuídos de valores, o que os historiadores empreendem é a abstenção de julgamentos explícitos, porém aqueles implícitos em sua consciência extrapolam por meio da maneira que prefiguram suas narrativas.

A densidade dos personagens é construção dos autores, sejam literatos, memorialistas ou historiadores e, esta é executada pelos parâmetros em que estão circunscritos o humano no pensamento dos narradores. Vicente Lemes/Sebastião de Brito, em *Élis* é um herói; em *Doles*, um interesseiro; em *Coelho*, o coletor estadual; em *Palacín*, ninguém. O juiz Valério Ferreira/Manoel de Almeida, em *Élis* é um magistrado que não pactuava com a violência; em *Doles*, um inimigo dos Wolney; em *Coelho*, o juiz municipal; em *Palacín*, o verdadeiro estopim dos acontecimentos.

Da mesma maneira que o romance, por sua própria especificidade de tentativa do reconhecimento da auto-identificação do herói, por suas escolhas sempre apoiadas na virtude, a História por ter como seu objeto as ações dos homens no tempo (BLOCH, 2001) dá ao ser humano o protagonismo frente à natureza e tanto melhor se virtuoso. Mas não é apenas como modelador para a historiografia que o romance é utilizado pelos historiadores. A própria teoria literária muito ensina quanto à realização de melhores construções narrativas, pois quanto maior o conhecimento dos historiadores quanto ao manejo da Literatura, melhor será para representar os acontecimentos da História, podendo ir além destes meros fatos e tentar realizar o que o romance *O Tronco*

conseguiu, realizar uma escrita que pareça ser mais real do que o real. Leveza, rapidez, exatidão, visibilidade e multiplicidade como expõe Italo Calvino (1990b) são aspectos trabalhados pela escrita literária e que se bem apropriados pela historiografia só servirão para o aprimoramento da escrita histórica.

4 TABELAS

TABELA I

TABELA DE EVENTOS

FONTE PARA CONFECÇÃO DA TABELA: Bernardo Élis, *O Tronco*.

O inventário:

- Vicente Lemes, o coletor estadual, detecta nos autos de um inventário uma incongruência entre o que está no papel e os bens reais do falecido, dos quais é sabedor, bem como os outros moradores do município.
- O coletor faz exigência para o arrolamento de todos os bens. A exigência é assinada pelo juiz para prosseguimento da ação.
- Panorama político da época: A política goiana tem uma reviravolta: houve mudança dos grupos no poder. Até 1909–1910 mandavam os Bulhões, após a oligarquia Caiado. Os coronéis do município, os Melo, eram ex-aliados dos Caiado e, hoje, seus opositores.
- A oligarquia Caiado colocou nos cargos municipais e representações estaduais seus aliados.
- Pequenos embates foram sendo travados entre as partes envolvidas.
- Pedido feito pelo coletor, pelo juiz municipal e alguns partidários: que fossem dadas condições para o exercício das funções públicas, bem como garantia de vida às autoridades estaduais.
- Pedido é atendido pelo presidente do Estado de Goiás.

A comissão:

- Foi enviada uma comissão para apuramento das queixas e normalização das funções.
- A chegada e estadia da comissão de apuração enviada pelo governo foram turbulentas.

A prisão:

- Negociação entre os Melo e o juiz Carvalho (enviado pelo governo).
- Os Melo devolvem o inquérito.
- Juiz Carvalho ordena a invasão para prisão dos indiciados na Fazenda Buracão.
- O velho coronel Pedro Melo é assassinado juntamente com um empregado.
- O coronel Artur Melo se alia a jagunços já seus conhecidos para atacar a vila.
- Os policiais fazem reféns nove pessoas (parentes e amigos dos Melo) e ameaçam matá-las caso a vila seja invadida.

O assalto:

- Artur Melo e os jagunços atacam a vila.
- Os reféns são assassinados pelos soldados.
- Fuga de alguns moradores.
- Fuga de Vicente Lemes e aliados.

TABELA 2

TABELA DE EVENTOS

FONTE PARA CONFECCÃO DA TABELA: Guilherme Ferreira Coelho, *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*.

TRAJETO	CHEGADA AO DURO	VOLTA
*Apresentação de todas as cidades e vilas do percurso. *Atrito entre promotor e juiz. *Dispensa por ofício do promotor pelo juiz. *Apresentação de Sebastião de Brito e sua Exma. Família, dr. José Hermano e o velho Manoel de Almeida.	*Chegada em 04/10/1918: autoridade (juiz), funcionários encontrados no trajeto e agente do correio; integrados e garantidos nos seus cargos. *Entrada espalhafatosa do promotor dispensado: montado em mula, envolto com a bandeira nacional e com a Constituição Estadual em mãos. *Exoneração do promotor pelo Governo do Estado. *Nomeado e comissionado o coronel Deocleciano Nunes da Silva, de Natividade como novo promotor.	*Regressam pelo sertão, passando por Natividade para deixar o promotor. Outro caminho seria perigoso demais, pois poderiam ser eliminados por indiciados que escaparam à prisão preventiva e que procuraram essas regiões que seriam parte da rota de mais fácil viagem para retorno à capital. *Saída na madrugada de 01/01/1919. *Dezesseis dias depois, chegam a Porto Nacional e o juiz toma providências para assegurar a paz e a ordem na vila do Duro. Não sabem que desde o alvorecer do dia a Vila do Duro está sitiada e assim permanecerá por mais dois. *Em Boa Vista do Tocantins contam com a ajuda de padre João de Souza Lima: estadia, conselho para mudança de rota pelo Maranhão e serviços no novo trajeto.

PROCESSO

Ida à fazenda Buracão da família Wolney para apreensão dos autos do inventário.

*Componentes da diligência: juiz Celso Calmon, escrivão Guilherme Coelho, tenente Catulino, cabo Mathias e Alexandre (empregado particular do juiz).

*No trajeto para a fazenda viram entrincheiramentos abertos e os canos luzentes dos rifles dos bandoleiros, avistando, vestido de azul, o velho coronel.

*Juiz científica Abílio Wolney do motivo de sua presença e o intima da medida policial. O notificado resiste energicamente e o juiz emocionado, mas também enérgico responde que nesta missão sacrificaria sua vida. O velho Wolney já entra na sala acalmando os ânimos, Abílio Wolney se acalma e se compromete de entregar os autos em poucas horas, pois não se encontra com ele, mas com Rosa Belém.

*Juiz atende à solicitação e aconselha Abílio a confiar na ação da Justiça.

*O velho coronel lembra ao escrivão sua condição de conterrâneo e pede que olhe por eles.

*Um dos presentes, o dr. Abílio de Faria oferece um copo de cerveja ao juiz que o aceita.

*O grupo retorna à Vila e o inventário é devolvido. Os autos foram lavrados e anexados ao processo.

Observação do autor: “Os documentos oficiais, que se seguem, exprimem essa diligência e a segunda, de lamentáveis conseqüências, de uma maneira bem evidente e completa. Falam os documentos oficiais na segunda parte.” (p. 91).

TABELA III

TABELA DE FONTES

FONTE PARA CONFECCÃO DA TABELA: Guilherme Ferreira Coelho, *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*.

– Comunicação feita ao Exmo. sr. desembargador presidente do Estado em 07 de janeiro de 1918: sobre acontecimentos na Vila de São José do Duro. Emitentes: Manoel José de Almeida, juiz municipal; Joaquim Américo de Azevedo, sub-promotor público; Joaquim Amaro de Souza, intendente municipal; Joaquim Martins de Rezende, delegado de polícia; Aureliano Francisco de Azevedo, presidente do Conselho Municipal; Justino Rocha, escrivão de órfãos.
– Resposta do delegado de polícia de Vazante (município do Duro) em 28 de maio de 1918 ao Exmo. Sr. Chefe de Polícia.
– Ofício do juiz municipal do Termo de São José do Duro, Manoel José de Almeida, enviada ao Juiz de Direito interino da Comarca do Rio da Palma, em Natividade em 31 de maio de 1918. Ofício reenviado para Exmo. sr. desembargador presidente do Estado de Goiás em 13 de junho de 1918, pelo juiz de Direito interino, Joaquim José Costa.
– Denúncia feita por Sebastião de Brito Guimarães das Estações Ficais de São José do Duro em 20 de maio de 1918 ao Exmo. sr. Olegário Rodrigues Delfino, DD Secretário de Finanças do Estado.
– Carta de Abílio Wolney ao senador Gonzaga Jayme em 18 de setembro de 1918 e publicada no Rio Jornal da capital federal em 27 de janeiro de 1919.
– Art. 115 da Constituição Estadual.
– Telegrama do presidente do Estado de Goiás ao dr. Celso Calmon Nogueira da Gama, juiz de Direito de Pouso Alto, 12 de julho de 1918.
– Telegrama do juiz de Direito de Pouso Alto, o dr. Celso Calmon Nogueira da Gama ao presidente do Estado de Goiás, desembargador João Alves de Castro.
– Decreto nº 5.797 de 15 de julho de 1918, expedido pelo Palácio da Presidência do Estado de Goiás ao Secretário do Interior e Justiça.
– Carta de Casimiro Costa enviada em 09 de junho de 1918, de Conceição, ao Exmo. sr. Desembargador João Alves de Castro, presidente do Estado de Goiás.
– Telegrama do juiz em comissão, Celso Calmon ao Exmo sr. dr. Presidente do Estado de Goiás, datado de 11 de outubro de 1918.
– Telegrama do presidente do Estado de Goiás, de 12 de outubro de 1918 ao dr. Calmon.
– Telegrama do juiz em comissão, Celso Calmon ao Exmo sr. dr. Presidente do Estado de Goiás, 05 de novembro de 1918, enviado de Barreiras.
– Telegrama do presidente do Estado de Goiás ao dr. Celso Calmon. (não consta data do envio, mas é posterior ao dia 09 de novembro de 1918).
– Telegrama do senador Ramos Jubé, presidente em exercício ao dr. João Alves de Castro em gozo de licença no Rio de Janeiro. Data: 14 de janeiro de 1919 repassando telegrama enviado em 05 de janeiro de 1919 de São José do Duro por: Almeida, juiz municipal; Brito Guimarães, coletor; José Hermano, escrivão; 1º tenente Antônio Seixo de Brito e 2ºs tenentes Catulino Viegas e Ulysses de Almeida.
– Declaração de João Alves de Castro feita ao Jornal do Commercio em 08 de fevereiro de 1919 e publicada em 10 de fevereiro de 1919.
– Relatório do juiz Celso Calmon Nogueira da Gama enviado de Pouso Alto em 12 de abril de 1919 ao Exmo sr. Presidente do Estado de Goiás.

5 BIBLIOGRAFIA

AIRES NETO, Abílio Wolney. *No tribunal da história*. 2.ed. Goiânia: Editora Kelps, 2009.

ALVES, Feliciano Rodrigues Alves. *Acontecimentos de S. José do Duro – 1919 – Versões de um crime*. (Monografia em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

ALVES, Telma Antônia Rodrigues. *Tocantins: narrativas sobre o sertão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO: 2009.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *O século XX em Goiás: o advento da modernização*. Goiânia: Cânone Editorial, 2016.

_____. *Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AUERBACH, Erich. A cicatriz de Ulisses. In: *Mimeses: A representação da realidade na literatura ocidental*. 2.ed. revisada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____. *Mimeses: A representação da realidade na literatura ocidental*. 2.ed. revisada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.

BENTIVOGLIO, Julio. *Os pontos cegos da História: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão*. DOI10.5216/o.v14i2.30129. OPSIS, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 378-395, out. 2014. ISSN 2177-5648. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/30129>>. Acesso em: 08 set. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5216/o.v14i2.30129>.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLONDEL, J. As condições da vida política no Estado da Paraíba, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957, apud QUEIROZ, M. T. P.: o CORONELISMO NUMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA in *História da Civilização brasileira*, sob a direção de Bóris Fausto, tomo III, 1º vol. O Brasil Republicano. S. Paulo, DIFEL 1975, pgs. 155-158.

BOOTH, Wayne C. *A retórica da ficção*. Arcádia. Lisboa: 1980.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Tradução J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

_____. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C.. *História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil*. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 50, n. 1, out. 2009. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15670>>. Acesso em: 04 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/his.v50i0.15670>.

CAMPOS, Francisco Itami – *Coronelismo em Estado Periférico: Goiás na Primeira República*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas da UFMG, 1975, mimeo.

_____, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 1ª reimpressão. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5.ed. revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. M (Orgs). *A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHAUL, Nasr Fayad. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

_____; PALACIN, Luis; COSTA, Juarez. *História Política de Catalão*. Goiânia: UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos)

COELHO, Guilherme F. *Expedição histórica nos sertões de Goyas*: São José do Duro. 2.ed. Goiânia: ICBC, 2008. (1ª ed. 1937)

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: Dois Estudos de História Social*, São Paulo: Cultrix, 1978.

- COUTO, Ronaldo Costa. *O essencial de JK: visão e grandeza, paixão e tristeza*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil: 2013.
- CUNHA, Wilna de Jesus Coelho. *A oralidade na obra de Bernardo Élis*. Goiânia: Kelps, 1998.
- DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado: o foco narrativo em Virgílio Ferreira*. São Paulo: Ática, 1978.
- DANTO, Arthur C. *Narración y conocimiento*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.
- DOLES, Dalísia E. Martins. *Aspectos econômicos e sociais do coronelismo em Goiás*. Goiânia, 1977. Mimeografado.
- _____. *Goiás e a primeira república* (nota prévia). Revista de História, Brasil, v. 54, n. 107, p. 147-152, sep. 1976. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revhistoria/article/view/78553/82608>>. Acesso em: 17 oct. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.78553>.
- DRAY, William H. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- ÉLIS, Bernardo. *Caminhos dos Gerais*. Contos. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *O Tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. (1ª ed. 1956)
- _____. *O Tronco*. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. (1ª ed. 1956)
- _____. *Os Melhores Contos*. Seleção Gilberto Mendonça Teles. São Paulo: Global, 1996.
- _____. *Seleta*. Organização de Gilberto Mendonça Teles; estudo e notas do prof. Evanildo Bechara. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- _____. *Veranico de Janeiro: contos*. Nota Herman Lima. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro. Brasília: José Olympio, 1976.
- FACÓ, R. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- FERREIRA, Gracy Tadeu da Silva Ferreira. O coronelismo em Goiás (1889-1930): as construções feitas do fenômeno pela história e literatura. In: CHAUL, Nasr Fayad Chaul. *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cânone Editorial, 2009, v. 2.
- FRIEDMAN, Norman. Point of View in Fiction, the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip, ed. *The Teory of Novel*. New York, The Free Press, 1967.

- FUENTES, Carlos. *Geografia do romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- GARCIA, José Godoy. *Aprendiz de Feiticeiro: estudos críticos*. Brasília: Thesaurus, 1997.
- GOMES, Modesto. *História: ciência ou arte literária?* Goiânia: Kelps, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HANSON, Norwood Russell. Observação e Interpretação. In: *Filosofia da ciência*. Morgenbesser, S. (org.). Trad. L. Hegenberg & O. S. da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- HEMPEL, Carl G. A Função de Leis Gerais em História. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JACQUES, Alfred. Os provisórios. In: Porto, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1989, p. 202.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. Tradução Teresa Bulhões C. da Fonseca. São Paulo: Círculo do Livro S. A, 1984.
- _____. *A arte do romance*. Tradução Teresa Bulhões C. da Fonseca e Vera Mourão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª. Ed. S. Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et. al.] 4.ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O Foco Narrativo*. 10.ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- LEVINE, R. Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937, in *História da Civilização Brasileira*, sob a direção de Bóris Fausto, tomo III, 1º vol. “O Brasil Republicano”, S. Paulo, DIFEL, 1975, p. 135.

- MACEDO, Nertan. *Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: INL, 1980.
- MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Três polêmicas com Hayden White*. Revista de Teoria da História. Goiânia: UFG Ano 2, n. 5, junho, p. 54-82, 2011.
- MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MESQUITA, Samira Nahid. *O enredo*. 2.ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.
- MINK, Louis O. Narrative form as a cognitive instrument. In: ROBERTS, Geoffrey (org). *The History and Narrative Reader*. London: Routledge, 2001.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Brasil e Brasileiros: Interpretações Cientificistas, Ensaio de Caracterização*. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 129-131, agosto/dezembro 1993 a agosto/dezembro 1994, p. 31-51.
- NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A revista "Oeste": seus intelectuais, a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944)*. In: V Congresso Brasileiro de história da Educação, 2008, Aracaju. **O ensino e a pesquisa em História da Educação**. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf>>. Acesso em 04/04/2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVAL, Moema de Castro e Silva Olival. *O espaço da crítica*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.
- ORLANDI, E. P. *As formas de silêncio*. 5.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002
- PALACÍN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- PANG, E. *The politics of coronelism in Brazil: The case of Bahia, 1889-1930*. University of California, Berkeley, PhD, 1970.
- PAULA, Gabriel de. *Bernardo Élis: de Corumbá de Goiás ao mar*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2014.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 08 Set. 2016.
- PÓVOA, Oswaldo Rodrigues. *Quinta-feira sangrenta*. Goiânia: Kelps, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo local na vida política Brasileira, in: *Estudos de Sociologia e História*, São Paulo, Ed. Anhembi Ltda, 1957, p. 194-301.

_____, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

_____, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*. Tomo III, 1º volume. História da Civilização Brasileira, sob a direção de Bóris Fausto. 2.ed. Rio de Janeiro, Difel/Difusão Editorial S.A, 1977.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó – SC: Argos, 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.] Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó – SC: Argos, 2011.

SILVA, C. J. *Marchas e contramarchas do Mandonismo local: Um estudo de caso*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Política da UFMG, 1970.

SILVA, Leonardo de Jesus. *Um problema historiográfico: a representação historiadora entre o historicismo e o narrativismo*. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia. Ano 3, N. 4, Julho 2012.

SILVA, Rogério Chaves da. *O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sobre o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História. Universidade Federal de Goiás, 2006.

_____. *Padre Luís Palacin e a ciência da História em Goiás*. Rev. Hist. UEG – Porangatu, v.2, n.1, p.223-235, jan./jul. 2013.

SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana*. 15ª reimpressão: 2011. Tradução, introdução e notas: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

TELLES, Marcus Vinícius de Moura. *Simultaneidade e Retrospecção: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)*. Orientador: Felipe Charbel Teixeira. Dissertação (mestrado) UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. Rio de Janeiro: UFRJ / IH, 2013.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4.ed. reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VICENTINI, Albertina. *Romance Histórico, Realismo e Lisibilidade n'O Tronco de Bernardo Élis*. Revista Mosaico, v.3, n.2, p.127-135, jul./dez. 2010

VILAÇA, m. v. e ALBUQUERQUE, R. C. de. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.

WALSH, W. H. *Introdução à Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica* Barcelona: Paidós, 1992a.

_____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992b.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Unesp, 2014.

ANEXO I

FONTE: Guilherme Ferreira Coelho, *Expedição histórica nos sertões de Goyaz*.

Expedição Histórica
legenda do trajeto de Villa Boa a São José do Duro

165

Expedição histórica nos sertões de Goyaz · PERCURSO

1. Partida, em 30 de julho de 1918, de Vila Boa (hoje cidade de Goiás). A comitiva inicia a viagem rumo a São José do Duro, a 906 km da capital do Estado.
2. Após poucas horas de trajeto, chegada à cidade de Curralinho, hoje Itaberaí. No dia seguinte, após descanso, nova partida, dessa vez com destino a Jaraguá.
3. Chegada a Jaraguá, onde a comitiva permaneceu por quatro dias, preparando-se para nova partida e tendo já se munido de alimentos e outros gêneros imprescindíveis à continuação da viagem.
4. Depois de percorridos 72 km, em aproximadamente dois dias de viagem, chegada a São José do Tocantins, hoje Niquelândia, onde a comitiva pernitoou para, na manhã seguinte, continuar a viagem.
5. Após alguns dias mais de viagem e percorridos 180 km desde São José do Tocantins, chegada a Cavalcante. Este foi também o momento de a comitiva se reabastecer de alimentos e outros gêneros para seguir viagem, rumo a Morro do Chapéu, hoje Monte Alegre de Goiás.
6. De Morro do Chapéu, a comitiva partiu para a cidade de Arraias.
7. Após 45 km, chegada a Arraias, à tardezinha do dia 21 de setembro. Os viajantes foram recebidos com festa pelos representantes da cidade, convidados a um passeio pelos arredores e, à noite, foram alojados para o pernoite. No dia seguinte, bem cedo, seguiram viagem.
8. Nos últimos dias do mês de setembro, ao sair da fazenda Taipas, já às margens do Rio Palmeiras, município de Conceição do Norte (hoje Conceição do Tocantins), a comitiva trava o primeiro encontro com habitantes do Duro: Sebastião de Brito, coletor municipal, relata as práticas violentas dos Wolney.
9. Após percorridos cerca de 201 km, a comitiva finalmente chegou, em 4 de outubro, à cidade de São José do Duro, hoje Dianópolis, para a resolução das divergências a que foi convocada.



- Resolvido o inquérito, a comitiva parte do Duro no dia 1º de janeiro de 1919, após quase seis meses desde o início da expedição. No regresso, a comitiva opta por seguir para o Norte, passando por vilas como Natividade, Porto Real (Porto Nacional), Pedro Afonso e Boa Vista (hoje Tocantinópolis).
- Com a decisão de voltar à capital federal por mar, a comitiva vai pelo Maranhão até São Luís, passando por Porto Franco e Grajaú. Na viagem pelo Atlântico, a comitiva faz escala em Vitória (ES), antes de chegar ao Rio de Janeiro.
- Finalmente a comitiva volta à capital do Estado de Goiás, Vila Boa, passando por São Paulo e Minas Gerais.